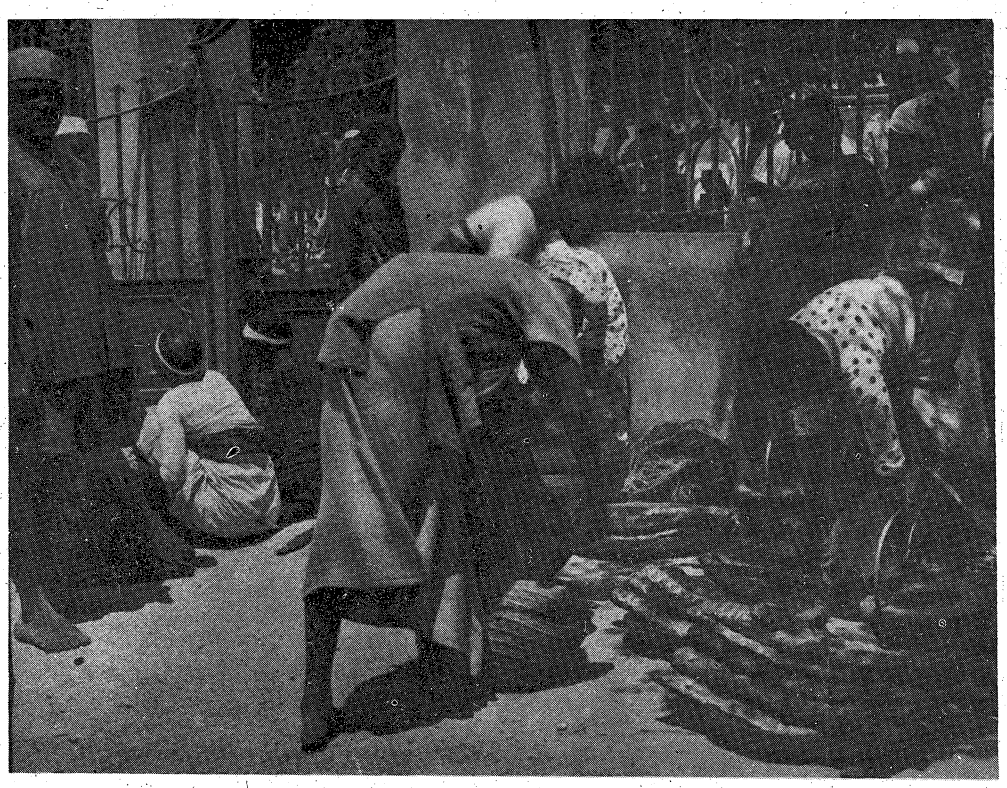
arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº 17

ABRIL 1995

arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), No.17, Abril de 1995. Págs.1 a 240.

arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87
No.17, Abril de 1995

APRESENTAÇÃO

Abrimos este número com um extenso artigo sobre uma realidade que nos é próxima e ainda não tinha sido objecto de atenção no boletim: a das relações entre Moçambique e a Swazilândia. Mais propriamente, debruça-se a autora sobre o "lugar" e o estatuto dos moçambicanos na Swazilândia, e sua evolução ao longo da história. Questão complexa cujo tratamento traz seguramente, aqui, muitos aspectos estimulantes para os leitores.

Prosseguimos com uma questão sem dúvida actual: a das transformações em curso no governo das cidades moçambicanas, desta feita com incidência em Maputo.

O terceiro artigo aborda as relações de Lourenço Marques com o Transvaal até ao virar do século.

A secção seguinte, composta por três artigos, tem por tema as fontes e práticas da História Contemporânea (e Imediata, como dirão alguns) de Moçambique. Nos dois primeiros, o objecto de estudo é o período colonial tardio e a luta armada de libertação, e discutem-se as instituições que desenvolvem trabalhos neste domínio e albergam as suas fontes, no nosso país como em outros (sobretudo Portugal), e o que se tem feito neste campo nos anos recentes. Importante, do ponto de vista do Arquivo Histórico, é a apresentação seguinte, onde se esboça um projecto de recolha de fontes para o estudo do período mais imediato da implementação do Processo de Paz em Moçambique. Com

base nos aspectos legais do nosso estatuto de arquivo central, e no nosso papel enquanto arquivo histórico, procuramos definir uma estrutura de instituições, entidades e todo o tipo de actores em geral, que contribuiram com a produção de fontes para o estudo do período entre a assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992, e a conclusão da sua implementação com a tomada de posse da Assembleia da República e do Presidente da República.

Como habitualmente, encerramos este número com a rubrica Acervo.

Rita-Ferreira, A., 'Labour migration among the Moçambique thonga: comments on a study by Marvin Harris', *Africa*, XXX, 2(1960): 141-152

Rita-Ferreira, A., 'Origens do fenómeno do trabalho migratório no Sul do save', *Economia de Moçambique*, 1(1964)

Rita-Ferreira, A.,'Etno-história e Cultura tradicional do grupo Anguni (Nguni)', *IICM*, II(1974)

Rita-Ferreira, A., 'Presença Luso-Asiática e mutações culturais no sul de Moçambique até c. 1900', *Estudos, ensaios e documentos*, 139(1982)

Rodrigues, José Casaleiro d'Alegria, 'Terras de Gaza: relatório do Residente-Chefe relativo ao tempo decorrido desde 20 de Maio de 1886 a 31 de Dezembro de 1887', in *BO* 6, 11.2.1988

Roesch, Otto, 'Economic reform in Mozambique: notes on stabilisation, war and class formation', *Taamuli*, 1,1/2(1990): 116-137

Roesch, Otto, 'Migrant labour and forced rice production in southern Mozambique: the colonial poverty of the lower Limpopo valley', *JSAS*, 17 (1991)

Roesch, Otto, 'The politics of the aftermath: peasant options in Mozambique', *Southern Africa Report*, 9, 3(1994): 16-19

Roesch, Otto, 'Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes', *Arquivo*, 11(1992):5-35

Roesch, Otto, 'Renamo and the peasantry in souther Mozambique: a view from Gaza province', *Canadian Journal of African Studies*, 26, 3(1992): 462-484

Roesch, Otto, 'Rural Mozambique since the Frelimo party Fourth Congress: the situation in the Baixo Limpopo', *ROAPE*, 41(1988)

Russell, Margot, 'Does Swaziland have a proletariat?', (*ICS/SSA collected seminar papers*, 37, vol.14, 1988)

Seleti, Yonah N.,'The development of dependent capitalism in Portuguese Africa' in Konezacki, Zbigniew A. at al (ed), *Studies in the economic history of Southern Africa: the front line states*, London: Frank Cass, 1990

Shirley, Guilherme, 'Colónias: sua colonização e exploração económica', *BSEM*, 30(1935-1936)

Slater, Henry, 'Land, labour and capital in Natal: the Natal and Colonisation Company, 1860-1948', *Journal of African History*, XVI, 2(1975)

Slater, Henry, 'The changing pattern of economic relationship in rural Natal, 1838-1914', in Marks, Shula and Atmore, Anthony (ed.), *Economy and society in pre-industrial South Africa*, New York: Longman, 1985

Smith, Alan K., 'António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy', *JAH*, XV, 4(1974): 653-667

Smith, Alan K., 'The idea of Mozambique and its enemies, c.1890-1930', *JSAS*, 17, 3(1991)

Stahl, C.W., 'migrant labour supplies, past, present and future; with special reference to the gold-mining industry', in Bohning, W.R.(ed.), *Black migration to South africa: a creation of policy oriented research*, Geneva: I.L.O., 1981

Villiers, Riaan de and Reitzes Maxine (ed.),'Southern African migration: domestic and regional implications', Centre for Policy Studies, *Workshop proceedings no.14* (Comunicações apresentadas a uma reunião organizada pelo CPS e realizada em Johannesburg em 10 Abril 1995)

Vletter, Fion de, 'Foreign labour on the South African gold mines: new insights on an old problem', *International Labour Review*, 126, 2(Março-Abril, 1987)

Vletter, Fion de, 'Labour migration in Swaziland', in Bohning, W.R.(ed.), *Black migration to South africa: a creation of policy oriented research*, Geneva: International Labour Office, 1981

Wardman, Anna, 'The co-operative movement in Chókwe, Mozambique', *JSAS*, 14, 2(1985)

Webster, Eddie, 'Background to supply and control of labourin the golg mines', in Webster, Eddie (ed.), *Essays in Southern African labour history*, Johannesburg: Ravan Press, 1986

White, Landeg, 'Review article: the revolutions ten years on', *JSAS*, 11, 2(1985)

Williams, Gavin, 'Capitalism and agriculture: the South African case', (*ICS/SSA collected seminar paper*, 40, vol.16, 1990)

Wuyts, Marc, 'Economia política do colonialismo Português em Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, 1(1980)

Young, Sherilynn, 'Fertility and famine: women's agricultural history in southern Mozambique', in Robin Palmer and Neil Parsons (ed.), *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*, London: Heinemann, 1977

Yudelman, David and Jeeves, Alan, 'New labour frontiers for old: black migrants to the South African gold mines, 1920-1985', *JSAS*, 13, 1(1986)

4. Livros

Albuquerque, Joaquim Mouzinho de, *Moçambique: 1896-1898*, Lisboa: Manoel Gomes, 1899

Almada, João de, *Salazar: 1889-1970*, Rio de Janeiro: Editora Três, 1974

Almada, José de, *Relações com a Africa do sul: negociacões, 1922-1927*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929

Almeida, Américo Chaves de, *O problema da Africa Oriental Portuguesa: a restauração de Moçambique*, Lisboa: Tipografia Inglesa, 1932

Almeida, Eugénio Ferreira, *Aspectos do trabalho indígena: o sisal*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957

Anuário Estatístico de Lourenço Marques, *Manual de informações da cidade de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, 1922

Associação do Fomento Agrícola da Província de Moçambique, *Memorandum sobre a cultura do arroz entregue a Sua Exa o Alto Comissário da República em 6 de Julho de 1925*, Lourenço Marques: Tipografia Popular, 1926

Associações económicas, *Exposição das associações económicas a S.Exa o Senhor Ministro das Colónias entregue durante a sua visita à Colónia de Moçambique em 1942*, Lourenço Marques: Minerva Central, 1942

Beinart, William et al, ed., *Putting a plough to the ground: Accumulation and dispossession in rural South Africa, 1850-1930*, Johannesburg: Ravan Press, 1986

Beinart, William, *The political economy of Pondoland, 1860-1930*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982

Birmingham, David, *Frontline nationalism in Angola and Mozambique*, London: James Currey, 1992

Botte, Theodorico Cesar de Sande Pacheco de Sacadura, *Memórias e autobiografia*, 3 vols, Maputo: Minerva Central, 1986

Bozzoli, Belinda, *Women of Phokeng: consciousness, life strategy, and migrancy in South Africa, 1900-1983*, London: James Currey, 1991

Bundy, Colin, *The raise and fall of the South African peasantry*, London: Heinemann, 1979

Cabral, António Augusto Pereira, *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925

Cagi, David *et al*, "Mensagem que os fundadores da vila de João Belo e o Município de Gaza dirigiram a Sua Exa. o Ministro das Colónias", Muchopes, 1932

Camacho, Brito, *Gente boer: aspectos d'Africa*, Lisboa: Guimarães & Ca., 1930

Camacho, Brito, *Moçambique: problemas coloniais*, Lisboa: Livraria Editora, 1926

Camacho, Brito, *Pretos e brancos*, Lisboa: Guimarães e Ca., 1926

Capela, José, *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para Africa*, Porto: Afrontamento, 1973

Cartwright, A.P., *Doctors of the mines: a history of the mine medical officers' association of South Africa*, Cape Town, 1971

Centro de Estudos Africanos, *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra*, Maputo: CEA, 1988

Chilengue, Inácio, *Chayimiti: a prisão de Ngungunhane*, Maputo: ARPAC, 1995

Comaroff, Jean e Comaroff, John, *Of revelation and revolution: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa*, Vol.I, Chicago: The University of Chicago Press, 1991

Comaroff, John L. e Roberts, Simon, *Rules and processes: the cultural logic of dispute in an African context*, Chicago: The University of Chicago Press, 1986

Costa, Delfim, *Interesses de Moçambique: o problema agrícola ao sul do Save*, Lisboa, 1923

Costa, Gomes da, *Gaza, 1897-1898*, Lisboa: M.Gomes, 1899

Costa, Inês Nogueira da, *Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1987

Covane, Luís António, *As relações económicas entre Moçambique e a Africa do Sul, 1850-1964: acordos e regulamentos principais*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

Crocker, Chester A., *High noon in Southern Africa: making peace in a rough neighbourhood*, New York, 1992

Crush, Jonathan e James, Wilmot (ed.), *Crossing boundaries: mine migrancy in a democratic South Africa*, Cape Town: IDASA/IDRC, 1995

Crush, Jonathan, *The struggle for the Swazi labour, 1890-1920*, Montreal: McGill-Queen's University Press, 1987

Cruz, Pe.Daniel de, *Em terras de Gaza*, Porto: Gazeta das Aldeias, 1910

Cunha, J.M. da Silva, *O sistema português de política indígena: subsídios para o seu estudo*, Coimbra: Coimbra Editora, 1953

Cunha, J.M. da Silva, *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949

Dava, Fernando Paulo, *Magule*, Maputo: ARPAC, 1995

Davenport, T.R.H., *South Africa: a modern history*, 3a ed., London: Macmillan Press, 1987

Davies, Robert H., *Capital, state and white labour in South Africa, 1900-1960: an historical materialist analysis of class relations*, Sussex: The Harvester Press, 1979

Davies, Rob *et al*, *The struggle for South Africa: a reference guide to movements, organizations and institutions*, Vol. I, London: Zed Books, 1984

Departamento de História da UEM, *História de Moçambique: agressão imperialista, 1886-1930*, vol. 2, Maputo: Cadernos Tempo, 1983

Departamento de História da UEM, *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, vol. 3, Maputo: UEM, 1993

Departamento de História da UEM, *História de Moçambique: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200-300-1886)*, vol. 1, Maputo: Tempo, 1988

Direcção de Agricultura e Florestas, *Inquérito por amostragem à agricultura indígena, 1954-1955: I parte, distritos de Lourenço Marques e Gaza*, Lourenço Marques: Empresa moderna, 1958

Direcção dos Serviços de Estatística Geral, *III recenseamento geral da população na província de Moçambique: Distrito de Gaza*, Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Estatística Geral, 1960

Dunaway, David K. e Baum, Willa K.(eds), *Oral history: an interdisciplinary anthology*, Nashville: American Association for State and Local History, 1987

Egero, Bertil, *Mozambique: a dream undone, the political economy of democracy, 1975-1984*, Uppsala, 1987

England. The Geographical Section of the Naval Intelligence Division, Naval Staff, Admiralty (comp.), *A manual of Portuguese East Africa*, London: His Majesty's Stationary Office, 1920

Ennes, António, *Guerra d'Africa em 1895*, Lisboa, 1898

First, Ruth, et al, *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*, Sussex: Harvester Press, 1983

Gool, Selim, *Mining capitalism and black labour in the early industrial period in South africa: a critic of the new historiography*, Lund, 1983

Griffiths, H.R. *et al*, *South African labour economics*, Johannesburg: McGraw-Hill Book Company, 1980

Guerra, D. Santos, *No país dos Vátuas: história da guerra de Lourenço Marques*, Lisboa: Livraria António Maria Perreira, 1896

Hanlon, Joseph, *Mozambique: who calls the shots*, London: James Currey, 1991

Hanlon, Joseph, *Mozambique: the revolution under fire*, London: Zed Books, 1990

Hedlund, Hans & Lundahl, Mats, *Migration and change in rural Zambia*, Uppsala: the Scandinavian Institute of African Studies, 1983

Hermele, Kenneth, *Land struggles and social differentiation in southern Mozambique: a case study of Chókwe, Limpopo, 1950-1987*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1988 (Research Report nr.82)

Houghton, D. Hobart, *The South African economy*, London: Oxford University Press, 1976

Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara, *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*, Aldershot: Westview Press, 1983

James, Wilmot G., *Our precious metal: African labour in South Africa's gold industry, 1970-1990*, London: James Currey, 1991

James, R.S., *Places and peoples of the world: Mozambique*, New York: Chelsca House Publishers, 1987

Júnior, Rodrigues, *A voz dos colonos de Moçambique: inquérito*, Lourenço Marques: Tipografia Notícias, 1945

Junod, Henrique A., *Usos e costumes dos bantos: a vida duma tribo do sul de África*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1974

Katzenellenbogen, Simon E., *South africa and Southern Mozambique: labour, railways and trade in in the making of a relationship*, Manchester: Manchester University Press, 1982

Keegan, Tim, *Facing the storm: portraits of black lives in rural South Africa*, Johannesburg: David Philip, 1988

Keegan, Timothy J., *Rural transformation in industrializing South Africa: the Southern Highveld to 1914*, Braamfontein: ravan Press, 1986

Koponen, Juhani, *People and production in late precolonial Tanzania: history and structures*, Jyvaskyla: Gummerns Kirjapaino Oy, 1988

Lang, John, *Bullion Johannesburg: men, mines and the challenge of conflict*, Johannesburg: Jonathan Ball publishers, 1986

Leistner, G.M.E. and Breytenbach, W.J., *The black worker of South Africa*, Pretória: Africa Institute, 1975

Letsolo, Essy M., *Land reform in South Africa: a black perspective*, Johannesburg: Skotaville Publishers, 1987

Liesegang, Gerhard J., *Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza, 1884-1895 e o desaparecimento de seu estado* Maputo, ARPAC, 1996

Lima, Alfredo Pereira de, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, 1971

Lopes, Simeão, *Marracuene*, Maputo: ARPAC, 1995

Malton, W.H.C., *The story of the Diocese of Lebombo*, London: Lebombo Home Association, 1912

Mandala, Elias C., *Work and control in a peasant economy: a history of the Lower Tchiri Valley in Malawi, 1859-1960*, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1990

Marks, Shula e Atmore, Anthony (eds.), *Economy and society in pre-industrial South Africa*, London: Longman, 1985

Marks, Shula e Rathbone, Richard (eds.), *Industrialisation and social change in South Africa: African class formation, culture and consciousness, 1870-1930*, London: Longman, 1988

Marks, Shula e Trapido, Stanley (eds.), *The politics of race, class and nationalism in twentieth century South Africa*, 3rd Edition, London: Longman, 1990

Marques, Mário Ferreira, *A prisão do Gungunhana*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, n.d.

Medina, João, *História contemporânea de Portugal*, Lisboa: Multilar, n.d.

Melo, João de, *Os anos da guerra, 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e história*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988

Middlemas, Keith, *Cabora Bassa: engineering and politics in Southern Africa*, London: Weidenfeld and Nicolson, 1975

Ministério das Colónias, *Convenção de Pretória, 1928*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929

Ministério das Colónias, *Relações com a Africa do Sul: negociações, 1922 - 1927*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929

Mittelman, James H., *Underdevelopment and transition to socialism: Mozambique and Tanzania*, New York: Academic Press, 1981

Mondlane, Eduardo, *The struggle for Mozambique*, London: Zed Press, 1983

Montez, Caetano (comp.), *Mouzinho: Governador de Lourenço Marques, 1890-1892*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1956

Murray, Colin, *Families divided: the impact of migrant labour in Lesotho*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981

Nelson, Harold D.(ed.), *Mozambique a country study*, 3a ed., Washington: Foreign Area Studies, 1985

Neves, Diocleciano Fernandes das, *Das terras do império Vátua às praças da República boer*, Lisboa: Dom Quixote, 1987

Neves, Diocleciano Fernandes das, *Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes*, Lisboa: Typographia Universal, 1878

Newitt, Malyn, *Portugal in Africa: the last hundred years*, London: C. Hurst & Co., 1981

Newton, Arthur Percival, *Selected documents relating to the unification of the South Africa*, London: Frank Cass & Ca., 1968

Nhancale, Orlando João, *Mandlakazi*, Maputo: ARPAC, 1995

Noronha, Eduardo de, *Lourenço Marques e as suas relações com a Africa do Sul*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1896

Onselen, Charles van, *Chibaro: African mine labour in southern Rhodesia, 1900-1933*, (London, 1976)

Ornelas, Ayres de *et al.*, *A campanha das tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa: M. Gomes, 1897

Packard, Randall M., *White plague, black labor: tuberculosis and the political economy of health and disease in South africa*, Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1990

Palmer, Robin and Parsons, Neil (ed.), *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*, London: Heinemann, 1977

Perfeito, J.C. Valente, *Lourenço Marques e o Transvaal*, Porto: Typographia Progresso, 1909

Pinheiro, P. Francisco Maria (org.), *Anuário estatístico de Moçambique*, Lourenço Marques: Diário, 1961

Quintinha, Julião, *Figuras de guerras de África*, Lisboa: Editorial Cosmos. 1936

Randall, Peter (ed.), *Power, privilege and poverty*, Johannesburg: Ravan Press, 1973 (Report of the Economics Commission of the Study Project on Christianity in Apartheid Society)

Repartição Técnica de Estatística, *Recenseamento da população não indígena em 12 de Junho de 1945*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1947

Ribeiro, Sousa (ed.), *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1917

Richards, Paul, *Indigenous agricultural revolution: ecology and food production in West Africa*, London: Hutchinson, 1985

Rita-Ferreira, A., *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a Africa do Sul*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963

Rita-Ferreira, A., *Povos de Moçambique: história e cultura*, Porto: Afrontamento, 1975

Saldanha, Eduardo D'Almeida, *Moçambique-União da Africa do Sul: as bases para a Convenção*, Lisboa: Tipografia Formosa, 1928

Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Moçambique perante Genebra*, Porto: Tipografia Porto Médico, 1933

Saldanha, Eduardo D'Almeida, *Questões nacionais: Moçambique perante Genebra*, Porto: Tip. Porto Médico, 1931

Saldanha, Eduardo D'Almeida, *Questões nacionais: o Sul do Save*, Lisboa: Tipografia Formosa, 1928

Santos, Leovigildo Lisboa, *A cooperação social ao Sul do Save*, Maputo: Serviço de Acção Psicossocial, 1962

Saul, John S. (ed.), *A difficult road: the transition to socialism in Mozambique*, New York: Monthly Review Press, 1985

Stadler, Alf, *The political economy of modern South Africa*, Kent: Croom Helm, 1987

Stichter, Sharon, *Migrant laborers*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985

Strom, Gabriele Winai, *Migration and development: dependence on South Africa, a study of Lesotho*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1986

Thompson, Paul, *The voice of the past: oral history*, Oxford: Oxford University Press, 1978

Tinley, J.M., *The native labor problem of South Africa*, Durham: The University of North Carolina Press, 1942

Torp, Jens Erik *et al*, *Mozambique, São Tomé and Principe: economics, politics and society*, London: Printer Publishers, 1989

Vail, Leroy e White, Landeg, *Capitalism and colonialism in Mozambique: a case study of Quelimane District*, London: Heinemann, 1980

Watson, William, *Tribal cohesion in a money economy: a study of the Mambwe people of Northern Rhodesia*, Manchester: Manchester University Press, 1958

Wilson, Francis, *Migrant labour in South Africa*, Johannesburg: The South african Council of Churches, 1972

Wolfers, Michael, *Black man's burder revisited*, London: Allison, 1974

Wuyts, Marc, *Camponeses e economia rural em Moçambique*, Maputo: Imprensa Nacional, 1981

5. Teses e Artigos Não Publicados

Adam, Yussuf, 'Cooperativização agrícola e modificação das relações de produção no período colonial em Moçambique' (Licenciatura, Maputo, 1985)

Allister, Patrick Alister Mc, 'The rituals of labour migration among the Gcaleka', (M.A., Grahamstown, 1979)

Almeida, António Lopes de, 'Colonato do Limpopo: constituição de cooperativa agrícola no desenvolvimento sócio-económico' (Licenciatura, Lisboa, 1970

Ballard, Charles, 'Trade, tribute and migrant labour: Zulu and colonial exploitation of the Delagoa Bay hinterland, 1818-1879', (Artigo de seminário, Rhodes University, 1979)

Beinart, William,'Report on Field and archival research in South africa in the economic history of Pondoland c.1880-1930', (Comunicação apresentada no Seminário de História de África, SOAS e ICS, 2.11.1977)

Brock, Lisa Ann, 'From Kingdom to colonial district: a political economy of social change in Gazaland, southern Mozambique, 1870-1930' (Ph.D., Northwestern, 1989)

Centro de Estudos Africanos da UEM, 'Memorando sobre alguns dos efeitos e implicações da expulsão de trabalhadores migrantes moçambicanos pela República da Africa do Sul', Maputo: CEA, 1986

Clarence-Smith, W.G., 'The political economy of Portuguese imperialism, 1822-1975', (comunicação apresentada no ICS e SOAS, 5.5.1982)

Covane, Luís António, 'Southern Mozambique: migrant labour and the post-independence social, economic and political challeges, 1973-1990s', (Comunicação apresentada na conferência sobre Understanding Changing Patterns of Settlement and Resettlement in Southern Africa, Rhodes University, Grahamstown, South Africa, 22-26 Janeiro 1996.

Covane, Luís António., 'The impact of migrant labour on agriculture in Southern Mozambique, 1920-1964', (ICS, Artigo de seminário, 1991)

Feliciano, José Fialho, 'Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique', (Doutoramento, Lisboa, 1989)

Figueiredo, Rómulo Cilindro de, 'As relações económicas com a Africa do Sul e o progresso de Moçambique', (Licenciatura, Lisboa, 1961)

Galha, Henrique Terreiro, 'Emigração indígena para o Rand: um problema que preocupa Moçambique', (Licenciatura, Lisboa, 1952)

Garcia, José Luís Campos de Lima, 'Moçambique e as relações com os territórios vizinhos: elementos para o estudo da natureza jurídico-diplomático e económico-social das relações entre Moçambique com os territórios vizinhos no período compreendido entre as Guerras Mundiais, 1919-1939', (Mestrado, Lisboa, 1987)

Harries, Patrick, 'Labour migration from Mozambique to South Africa with special reference to the Delagoa bay hinterland, c.1862-1897', (Ph.D., Londres, 1983)

Harries, Patrick, 'Marriage and migrants: the role of chiefs and elders in the pre-colonial labour moviments from Southern Mozambique to South africa', (Comunicação apresentada no Seminário de História de África, SOAS e ICS, 14.12.1979)

Head, Judith Frances, 'State, capital and migrant labour in Zambézia, Mozambique: a study of the labour force of Sena Sugar Estates Limited', (Ph.D., Durham, 1980)

Hedges, D. W., 'Trade and politics in southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries' (Ph.D., Londres, 1978)

Lopes, Manuel dos Santos, 'Colonato do Limpopo: aspectos sociais do povoamento', (Licenciatura, Lisboa, 1968)

Machingaidze, Victor, 'Report on the field and archival research in the development of capitalist agricultural in Southern Rhodesia, 1908 to 1953', (Comunicação apresentada no Seminário de História de África, SOAS e ICS, 14.11.1979)

Paiva, Flávio M. Furtado, 'A obra hidrográfica do baixo Limpopo: medidas a adoptar para o seu desenvolvimento'(Licenciatura, Lisboa, 1971

Penvenne, Jeanne Marie, 'A history of African labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950', (Ph.D., Boston, 1982)

Pihale, Estevão João, 'O impacto do sistema do pagamento diferido de parte dos salários dos mineiros na economia de Moçambique colonial, 1909-1964' (Licenciatura, Maputo, 1992)

Raikes, Philip, 'The state, class-formation and rural differentiation in Tanzania', (University of London, Centre of International and Area Studies, Peasant Seminar, 2.6.1978)

Roesch, Otto, 'Peasants, war and tradition in central Mozambique', paper prepared for the symposium 'Symbols of change: transregional culture and local practice in Southern Africa', Free University of Berlin, Berlin, Germany, 7-10 Janeiro 1993

Roesch, Otto, 'Socialism and rural development in Mozambique: the case of Aldeia Comunal 24 de Julho', (Ph.D., Toronto, 1986)

Sikhondze, Bongi, 'The role of the money economy in changing the nature of Swazi agriculture with special reference to the development of cotton cultivation, 1900-1968: a case study of the middle and low-veld of Swaziland', (*Comunicação apresentada no Seminário de História de África, SOAS e ICS,* 18.6.1980)

Whiteside, Alan, 'The future of foreign labour migration to South Africa' (Comunicação apresentada na caonferência sobre 'The Southern African Economy After Apartheid', University of York, England, 29 Setembro - 2 Outubro 1986)

Wild, David, 'Mine labour and peasant production in Southern Mozambique', (Documentos de um seminário realizado no Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1978, 78-85)

OS MOÇAMBICANOS NA SWAZILÂNDIA, 1888-1993

*JoAnn McGregor**

Sumário

Este artigo[1] considera os recentes influxos de Moçambicanos para a Swazilândia à luz de padrões históricos de migração e incorporação. Explora as perspectivas de líderes nacionais e locais, migrantes e refugiados, revelando a fraqueza dos relatos sobre a integração de estrangeiros que incidem somente nas perspectivas de instituições nacionais e no discurso público da sociedade hospedeira. A distinção entre 'refugiados' e 'migrantes económicos' distorce as causas da migração e negligencia noções locais historicamente construídas de hospitalidade e pertença à comunidade; ela pode também ser prejudicial se usada insensivelmente em programas internacionais de assistência. O artigo argumenta que uma asserção da identidade swazi e da história comum enquanto estratégia para legitimar a pertença à comunidade só em circunstâncias específicas é bem sucedida. Ao situar as alegações de parentesco, de etnicidade comum e vizinhança num contexto histórico e político-económico mais amplo, revela que elas são contingentes e sujeitas a uma renegociação contínua. Ao incidir sobre a diferenciação no seio das chefaturas da fronteira da Swazilândia com Moçambique, ele mostra os diversos custos e benefícios do acolhimento de refugiados, e salienta a forma como coexistem a hospitalidade e a exploração.

St. Antony's College, Oxford.

Introdução

À medida em que o conflito se intensificou no Sul de Moçambique, após 1984, um número sem precedentes de moçambicanos atravessou a fronteira internacional para a Swazilândia. A maioria não conseguiu chegar aos campos de refugiados da Swazilândia, sobrevivendo antes de uma forma semi-legal, ou mesmo ilegalmente como clientes, trabalhadores, criados ou pequenos comerciantes. As restrições impostas pelo Estado relativamente à pertença de comunidades de refugiados perpetuou a posição limiar dos moçambicanos e criou novas formas de clientela. Os moçambicanos negociaram a sua permanência a partir de uma posição de fraqueza em relação aos seus hospedeiros locais; não tinham autoridade para contestar termos desfavoráveis, e resistiram aos abusos voltando a migrar. As intervenções levadas a cabo pelo ACNUR e pelo Governo da Swazilândia para apoiar os refugiados nas aldeias fronteiriças revelaram-se contraprodutivas: realçaram o sentido de distância entre refugiados e hospedeiros, e estabeleceram canais de competição, e não de complementaridade, no acesso aos recursos. Este artigo situa o estatuto, acessos e experiência deste grupo recente de refugiados no contexto de migrações anteriores através das mesmas rotas. Ele olha historicamente para a contestação das hierarquias das instituições que regulam a pertença à comunidade e o acesso aos recursos, explorando os discursos de parentesco, cidadania e identidade étnica que moldaram e reflectiram a acção política. Dedica atenção particular às chefaturas divididas pela fronteira oriental da Swazilândia com Moçambique e investiga a natureza da comunidade dividida pela fronteira.

A literatura sobre refugiados, imigrantes e outros estrangeiros em África toma frequentemente como ponto de referência os termos e categorias das instituições nacionais e da sociedade hospedeira. Porém, os estudos sobre a incorporação de estrangeiros baseados apenas nas políticas nacionais e nas categorias legais do Estado são incompletos porque as identidades e os acessos podem depender também da pertença e estatuto no interior de uma hierarquia de instituições subnacionais tais como a chefatura, a família e a

casa. A pertença a essas instituições locais pode ser conseguida ou atribuída, e pode, para os recém-chegados, ser crítica não só como condição de acesso a recursos produtivos e emprego, mas também de segurança e protecção física - tem servido de objecto assim como de instrumento de acumulação na sociedade africana rural.[3] Mesmo no caso de estudos com incidência local, em que a perspectiva dos hospedeiros é tida em conta, o resultado tem sido uma ênfase pouco crítica nas ideologias da assimilação benigna e um idioma de identificação da comunidade política com a família.[4] Da mesma forma, os escritos sobre refugiados rurais têm tendido a basear-se em noções idealizadas de hospitalidade e comunidade trans-fronteiriça.

As categorias legais de nacional e internacional são enganadoras também por outras razões. Embora os 'refugiados' e os 'migrantes económicos' sejam encarados como categorias mutuamente exclusivas na lei internacional, o êxodo de massas que ocorreu na fuga ao conflito em Moçambique foi em grande parte, em si, um êxodo de trabalhadores migrantes e suas famílias. A distinção legal é dificilmente aplicável à história regional de migração e impede uma divisão clara entre os factores políticos e económicos enquanto causas da migração.[5] Gerações sucessivas de migrantes a partir do que é actualmente o Sul de Moçambique trilharam os mesmos caminhos para a Swazilândia e não só - alguns deambulavam, outros estavam em trânsito, outros ainda estabeleceram-se e foram incorporados na nação swazi, e a maioria desenvolveu redes familiares e sociais que se alargaram além fronteiras. As categorias da legislação nacional não ajudam a perceber como é que esses migrantes foram tratados a nível local porque as fronteiras da responsabilidade para com outros não se definiam principalmente em relação às fronteiras do Estado ou segundo as motivações do movimento. Onde o termo 'refugiado' foi transportado para o discurso local, recebeu um sentido muito diferente do da lei internacional ou da utilização jornalística comum.

A importância central do 'domínio da automonia local' deve ser realçada no contexto dos estudos sobre a Swazilândia.[6] A literatura existente tem sido dominada por estudos e perspectivas das instituições centrais da

Swazilândia. Ela tende a exagerar a unidade da nação swazi e a minimizar as diferenças regionais e outras. Embora as chefaturas fronteiriças que constituem o tema deste artigo se alistem entre os clãs 'swazi', elas são também por vezes referidas como sendo 'Tonga', e o seu dialecto ciSuati reflecte isso.[7] Elas têm uma história de acção relativamente independente e as suas prioridades não coincidem necessariamente com as do centro. A incidência nas prioridades e ambições de actores locais como chefes, aldeãos e migrantes, pode revelar como e porquê as directivas estatais são ignoradas, torneadas, redefinidas ou usadas de forma inesperada.

A existência de uma população swazi fora das fronteiras do Estado tem sido um aspecto importante dos debates sobre a pertença na Swazilândia. Persiste uma tensão entre um princípio subjacente da nacionalidade swazi que se esforça por incluir uma grande população swazi da África do Sul e uma relativamente pequena população swazi de Moçambique, por um lado, e uma noção exclusiva de cidadania confinada dentro das fronteiras do Estado, por outro. Todavia, a importância da fronteira oriental do país tem sido sublinhada, em comparação com as outras fronteiras da Swazilândia: ela foi fortificada por uma cerca dupla e electrificada que corre em paralelo com uma faixa de 'terra-de-ninguém', enquanto que as outras fronteiras nem sequer são fisicamente demarcadas. Além disso, os moçambicanos que vivem na Swazilândia tendem a ser referidos de uma forma indiferenciada e pejorativa como 'Changanes' - uma categorização que provém da sua classificação enquanto tal no mercado de trabalho da África do Sul e que contrasta com o agrupamento conjunto de swazis da Swazilândia e da África do Sul. A negociação e renegociação locais da identidade e da comunidade através da fronteira da Swazilândia com Moçambique, tiveram lugar no contexto de uma economia política nacional e regional que promoveu a fronteira internacional como marco da diferença étnica e política.

Este artigo começa por olhar para o controle exercido sobre as pessoas e o sentido de pertença, no Estado swazi do século XIX. Discute, em seguida, a transformação da comunidade política no período colonial, incluindo a

centralização e burocratização do processo 'tradicional' de incorporação de recém-chegados. A identidade swazi e o significado das ligações transfronteiriças foram manipulados politicamente à medida em que a cidadania se tornou foco de contestação durante a descolonização e nas políticas após a independência. O contexto histórico de uma imigração e uma lei de cidadania cada vez mais restritivas, e a importância crescente das fronteiras do Estado na política da Swazilândia estabelecem o quadro de um estudo de caso detalhado das experiências dos refugiados de Moçambique nas aldeias fronteiriças orientais da Swazilândia, depois de 1984.

Perspectivas Históricas Sobre o Estatuto de Membro na Nação Swazi

O estatuto de membro no Estado swazi do século XIX

O Estado swazi pré-colonial, consolidado sob a liderança da linhagem Dlamini, baseava-se num sistema de regimentação e tributo que ia buscar força de trabalho às unidades domésticas de todas as chefaturas nele incorporadas. O estatuto de membro era regulado através do processo do *khonta*, ou submissão a um chefe ou rei. Os territórios do Moçambique actual constituíam fonte particularmente importante de força de trabalho captiva, refugiados e outros imigrantes: estes grupos inigrantes contribuiram de forma importante, mesmo crítica, para a base do poder militar e económico swazi.[8] Pagando o preço do desenraizamento, os captivos, tal como outros recém-chegados, podiam adquirir posições de estatuto e confiança consideráveis no Estado swazi: podiam acumular gado para se casar, participar em reuniões do Conselho Nacional Swazi, adquiriam o direito de apresentar queixas e de trocar de "donos".[9] Os seus descendentes não transportavam o estigma de captivos, e as suas filhas obtinham *lobolo* do mesmo tipo do das filhas dos "donos". Kuper observa que os captivos eram descritos como "órfãos" ou "crianças", e que chamá-los de *tigcili* (normalmente traduzível por captivo ou escravo), ou referi-los como tal na sua presença constituía um insulto punitivo.[10] Porém, os captivos eram também trocados,[11] e a falta de

segurança de parentesco ou económica deixava-os vulneráveis.[12]

Os refugiados, tal como outros indivíduos, podiam ligar-se a casas ricas, ou eram incorporados como famílias independentes sob a protecção e autoridade dos chefes existentes. Alguns chegavam como líderes com os seus próprios dependentes, e o tamanho do seu séquito migrante influenciava o seu estatuto na sociedade hospedeira. Os muitos recém-chegados foram estrategicamente importantes na expansão do Estado swazi, no apogeu do poder Dlamini nas décadas de 1860 e 1870. As razões pelas quais os recém-chegados haviam deixado as suas zonas de origem não influenciavam a forma como eram incorporados: os refugiados não recebiam um tratamento diferente do dos outros migrantes. O que era importante era a subordinação dos recém-chegados à liderança política existente, e o reconhecimento do seu direito ao trabalho. Em contrapartida, os recém-chegados tinham a perspectiva de conseguir tornar-se membros e mesmo, com o tempo, de subir na escala.[13]

Os limites estruturais à aquisição de outro estatuto desenvolveram-se ao longo do tempo, à medida em que os clãs eram classificados e lhes eram acordados privilégios rituais na base de terem vindo com, terem precedido ou terem sido incorporados após a migração Dlamini para a área do Estado swazi. Além disso, desenvolveram-se casamentos preferenciais parentais que tendiam a manter o gado no interior dos grupos de descendência dominantes.[14] Os relatos antropológicos e históricos sobre o Estado "incorporador" do século XIX baseiam-se sobretudo no testemunho dos hospedeiros, e particularmente de reis, chefes e outros anciãos influentes: eles podem bem ter exagerado a facilidade de assimilação e minimizado os seus custos, as dificuldades e a vulnerabilidade dos recém-chegados.

Na política turbulenta do século XIX, os chefes tinham um grau marcante de autonomia. As relações de *khonta* entre chefes, ou entre os chefes e o rei podem ter sido (re)interpretadas como alianças e não como formas de submissão: elas estavam abertas para que os clãs contendores legitimassem a sua autoridade, quer com o tempo quer retrospectivamente.[15] O pagamento de tributos, por exemplo,

podia ser considerado simplesmente como "presentes para a chuva" ou como sinal de amizade, em vez de sinal de subordinação.[16]

Os chefes clânicos das montanhas Lubombo, na fronteira oriental da Swazilândia, foram subjugados na década de 1850,[17] quando os swazi se expandiram para se tornarem em poder dominante no interior de Delagoa Bay.[18] O rei estabeleceu postos avançados nos novos territórios orientais, visando consolidar a supremacia Dlamini até ao rio Tembe e, nas duas décadas seguintes, as incursões swazi chegaram até à própria Delagoa Bay.[19] Mas a influência swazi na região de Lubombo era contestada. Algumas chefaturas aliaram-se aos portugueses de Lourenço Marques e conseguiram que as incursões swazi não se transformassem em conquista.[20] Os chefes competiam entre si pela autoridade sobre as populações e raramente se estabelecia uma influência indisputada: as populações das áreas contestadas pagavam frequentemente tributo a mais que um chefe e os colonos brancos, nos Lubombo, pagavam tributo quer aos swazi quer aos portugueses.[21] Todavia, a influência portuguesa cresceu nos anos imediatamente anteriores à Comissão Fronteiriça Anglo-Portuguesa de 1888, e a definição final da fronteira oriental da Swazilândia deixou áreas de influência de Dlamini fora do Estado da Swazilândia.[22]

A cidadania e o Estado colonial

O período colonial trouxe consigo novas exigências de mão-de-obra, assim como novos poderes e legitimações para o seu controle: tal como observou Martin Chanock, a ordem colonial inicial tornou os direitos às pessoas 'menos executórios e menos negociáveis'.[23] Neste novo contexto, as instituições swazi desintegraram-se, e cada um dos níveis da sua hierarquia política perdeu poder e respeito. O domínio dos regimentos e do tributo, por parte do rei e dos chefes, foi erodido pela alienação da terra, migração da força de trabalho, impostos e arrendamento, enquanto que a participação no Conselho Nacional Swazi perdeu importância e as suas reuniões se tornaram irregulares.[24] Os clientes e dependentes (alguns dos quais eram recém-chegados) conseguiam adquirir o estatuto de membro sem o mesmo grau de subordinação

aos chefes e pais, muitas vezes substituindo as anteriores obrigações por dinheiro adquirido através do trabalho migratório.

Este período de declínio inicial foi revertido após 1927, altura em que o centro começou a recuperar a sua autoridade através de um projecto tradicionalista concebido para reconstruir as instituições swazi.[25] O rei Sobhuza e administradores-antropólogos partilhavam uma perspectiva dos costumes que envolvia a retenção selectiva, modificação e abandono dos seus diferentes aspectos.[26] Todavia, os aspectos específicos foram ferozmente contestados e os vinte anos que se seguiram assistiram a uma prolongada batalha em torno da moldagem da "indirect rule". O sistema da ordem dual, eventualmente adoptado, acabou por transformar fundamentalmente os papéis do rei e dos chefes, assim como a sua relação com os súbditos. O poder executivo centralizou-se, e a considerável autonomia detida anteriormente pelos chefes foi substituída pelos seus novos poderes enquanto agentes do rei swazi e guardiões dos benefícios da cidadania no Estado colonial.[27] Os chefes passaram a controlar não só do acesso à terra e a protecção, mas também os direitos ao emprego formal, as licenças comerciais e, mais tarde, o direito a voto. Embora o rei e os chefes desempenhassem tarefas administrativas, os chefes nunca se tornaram funcionários públicos remunerados - a sua nomeação e destituição continuaram a ser legitimadas pelo rei.

As populações passaram a ter novos incentivos para pertencer a uma chefatura dado que os direitos cívicos individuais, no regime colonial, passaram a depender da submissão a um chefe. Evidentemente, custos da cidadania tais como impostos, dependiam também da ligação a um chefe. Dado que havia amplas oportunidades de emprego informal, alguns indivíduos optaram por não se registar junto de um chefe, particularmente nas áreas urbanas. O estatuto deste grupo de população "destribalizada" foi questão que preocupou bastante tanto o rei como a Administração.

O controle dos chefes sobre o estatuto de membro e a migração foi transformado à medida que a lei consuetudinária se elaborou. O *khonta* tornou-se o equivalente 'consuetudinário' da cidadania, embora esta última também

pudesse ser adquirida burocraticamente, após sete anos de residência. Mas o *khonta* era também, ele próprio, centralizado e burocratizado: a partir de 1930, os chefes tinham que obter do rei uma permissão escrita por cada "estrangeiro" (não-swazi)[28] que pretendesse residir permanentemente nas Áreas Nativas.[29] O interesse da Administração em controlar o estatuto de membro através do rei era de conseguir uma colecta de impostos mais eficiente, que no melhor dos casos tinha sido desigual até então.[30] Esse controle facilitaria igualmente a implementação das leis de passe e a identificação dos números significativos de moçambicanos indocumentados levados para o trabalho assalariado antes dos swazi e que, desde finais do século XIX, preenchiam os empregos locais e mal remunerados na Swazilândia ou por ali passavam em direcção à África do Sul.[31] Números crescentes estabeleciam-se em terras da nação swazi, sob chefes swazi.[32]

Nem os chefes nem o rei partilhavam o desejo da Administração de frear a imigração e a incorporação na nação swazi. Os recém-chegados submetidos ao *khonta* eram ainda uma fonte de poder político, força de trabalho e/ou fundos:[33] um provérbio swazi observa que "o povo fala, a terra não".[34] Quando o desenvolvimento económico na Swazilândia arrastou grandes números de trabalhadores para o país, Sobhuza encorajou esse influxo.[35] Os colonos europeus também se opuseram às tentativas da polícia de prender moçambicanos indocumentados nas suas farmas, ao abrigo das leis do passe.[36] Embora o *khonta* fosse, em teoria, controlado pelo rei, na prática os chefes tinham considerável autonomia porque era impossível acompanhar as suas acções; a Administração identificava os estrangeiros por meio da inspecção dos certificados de imposto, mas os estrangeiros obtinham frequentemente certificados de imposto swazi (o que implicava a ligação a um chefe), enquanto que muitos swazis não possuíam certificados de imposto apesar de estarem ligados a um chefe.[37] Em suma, eram muito ineficazes as tentativas da Administração de coarctar o poder dos chefes de outorgar o estatuto de membro, e de impedir que os estrangeiros adquirissem tal estatuto.

Os chefes da fronteira oriental com Moçambique operavam num contexto em que os seus próprios poderes eram parcialmente dependentes do seu novo papel administrativo, e num contexto em que a Administração encarava as fronteiras do Estado como sendo bem definidas. Eles tentaram perpetuar o seu comando sobre populações de Moçambique em graus diferenciados, embora universalmente decrescentes.[38] Por exemplo, eles perderam gradualmente contacto com subordinados de Moçambique que antes visitavam regularmente a Swazilândia, relatando importantes assuntos, desempenhando funções e colectando impostos e tributos para os chefes e o rei da Swazilândia.[39] Esses subordinados dos chefes swazi eram reconhecidos pelos portugueses como autoridades tradicionais e, por alturas da Segunda Guerra Mundial, deixaram de participar nas cerimónias na Swazilândia e o tributo que colectavam para os chefes e rei da Swazilândia diminuíram até atingir níveis insignificantes.

Embora os chefes locais tenham perdido o interesse na manutenção de laços políticos através da fronteira, muitos súbditos retiveram um ávido interesse na manutenção desses laços. Por esta razão, a região fronteiriça colocou problemas especiais às respectivas administrações coloniais. Do lado português, as populações usavam a fronteira para evitar as exigências estatais relacionadas com impostos, mão-de-obra e serviço militar. Do lado da Swazilândia, as populações também evitavam os impostos por meio da migração temporária.[40] Contudo, à medida que as exigências dos portugueses eram consideradas mais severas, a maior parte do reassentamento fronteiriço ocorreu do lado da Swazilândia.[41] Embora muitas unidades domésticas individuais se tenham restabelecido, deixaram de ocorrer os movimentos de grupos que haviam tipificado o êxodo a partir de outras partes do *hinterland* de Delagoa Bay.[42] Mesmo assim, o êxodo fragmentário para a Swazilândia atingiu níveis consideráveis, forçando as autoridades portuguesas a negociar com os chefes próximos da fronteira, com o fim de mitigar a perda de cidadãos seus. Um antigo chefe moçambicano alegou que a escala do reassentamento além-fronteira permitira que o seu pai tivesse negociado um regime de mão-de-obra menos

duro.[43]

Os caminhos que atravessavam a fronteira oriental da Swazilândia nem sempre acabavam na Swazilândia, constituindo também formas de entrada furtiva na África do Sul: desde 1920 que Pretória registava regularmente a sua preocupação relativamente às entradas ilegais a partir da Swazilândia.[44] O recurso crescente às rotas de imigração ilegal que evitavam os postos fronteiriços trouxe consigo a nova necessidade de guias locais que as conhecessem e prefigurou os desenvolvimentos posteriores do movimento trans-fronteiriço. Porém, foi o desejo de controlar o gado, mais que as pessoas, que levou a Administração da Swazilândia a erigir uma cerca de cinco fiadas de arame, em 1949, para impedir o alastramento de epidemias. De forma alguma esta cerca impediu o movimento, como o demonstraram posteriormente a condução do gado e o movimento da população através de uma cerca mais alta e melhor patrulhada.[45] A cerca também não devastou a economia fronteiriça como o fez a zona cercada e policiada de 3-8 milhas de exclusão de gado estabelecida na mesma altura na fronteira oriental da África da Sul.[46] Porém, a cerca forneceu um motivo para os chefes 'swazi' de Moçambique reduzirem o seu contacto com a Swazilândia.[47]

A fronteira forneceu oportunidades para as populações não só fugirem aos custos da cidadania sob a ordem colonial, mas também para adquirirem os benefícios da cidadania em ambos os lados - tratava-se de um investimento na protecção e em oportunidades económicas diversificadas. Na África Oriental Portuguesa, mais tarde Moçambique, papéis de identificação swazi constituíam uma valiosa mercadoria, dado que abriam portas ao emprego formal na Swazilândia ou a rotas alternativas para o mercado de trabalho da África do Sul. Alguns refugiados chegados em meados dos anos oitenta possuíam papéis de ambos os países - por vezes conseguidos décadas antes. Outros moçambicanos tinham adquirido a cidadania swazi através do alistamento nos regimentos swazi que lutaram pelos britânicos na Segunda Guerra Mundial.[48] Um investimento na segurança não era menos relevante no quadro de dificuldades económicas do século XX do que havia sido na turbulência política, económica e ecológica do século

XIX. Durante o movimento acrescido através da fronteira do período colonial, os chefes e o rei da Swazilândia continuaram a acolher calorosamente os recém-chegados - a sua ideologia e as suas práticas permaneceram assimilativas.

Descolonização, independência e política da cidadania

O controle da cidadania tornou-se altamente litigioso na política da descolonização, e assim permaneceu após a independência. Depois de 1960, o rei e o Conselho Nacional Swazi afastaram-se de uma noção incorporativa do estatuto de membro da nação swazi e adoptaram uma posição "excluidora" e, mesmo, xenófoba, baseada nas fronteiras do Estado e numa definição restritiva de cidadania, por conveniência política.

A força de trabalho estrangeira havia aumentado dramaticamente na Swazilândia, com o desenvolvimento económico que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, e moçambicanos, malawianos e sul-africanos afluíram às novas indústrias mineira, florestal, de citrinos e açúcar. Porém, a sua presença foi politizada na medida em que os partidos políticos nacionalistas procuraram o apoio massivo da força de trabalho da Swazilândia na década de 1960, e em que refugiados sul-africanos começaram a chegar à Swazilândia após Sharpeville. Quando a instabilidade laboral culminou com a greve de 1963, violenta e sem precendentes, o rei culpou da situação agitadores externos e a mão-de-obra estrangeira.[49]

A hostilidade para com os estrangeiros foi perpetuada quando o rei e o Conselho Nacional Swazi lançaram subsequentemente o seu próprio partido, o Movimento Nacional Imbokodvo (INM). O INM era apoiado activamente por chefes e interesses capitais como o baluarte "tradicional" contra o radicalismo.[50] A estratégia de Sobhuza para desacreditar os partidos de oposição consistiu na denúncia dos líderes e apoiantes enquanto "estrangeiros" e inimigos da tradição swazi: um proeminente político da oposição foi expulso do Conselho Nacional Swazi por ser zulu ou Mpondo, e a legitimidade de um segundo foi posta em causa com base na acusação de ser um refugiado sul-africano (apesar de ser igualmente swazi).[51] A votação final que trouxe o INM

novamente para o poder em todos os círculos eleitorais foi manipulada para excluir categorias seleccionadas de estrangeiros: os sul-africanos brancos, por exemplo, tiveram direito a voto, enquanto que os sul-africanos negros e os moçambicanos não.[52]

O INM argumentou contra a concessão de asilo aos refugiados na primeira reunião da Assembleia Legislativa de 1964,[53] e prosseguiu para repatriar e deportar os "imigrantes proibidos" dos centros urbanos e industriais.[54] Sul-africanos e membros da Frelimo fugidos à polícia portuguesa encontravam-se entre os deportados. Eles sofriam também buscas em casa, levadas a cabo pela polícia da Swazilândia,[55] e eram raptados por agentes sul-africanos.[56]

Foi neste clima que se nomearam duas comissões de inquérito para investigar a força de trabalho estrangeira e o potencial de localização de força de trabalho swazi. Os membros dessas comissões concluiram, em 1966, que a sensibilidade política para com a questão da mão-de-obra estrangeira tinha menos a ver com a presença e emprego de estrangeiros *per se* do que com a ameaça que determinados grupos representavam para o nacionalismo cultural de Sobhuza.[57] No decorrer do inquérito, eles analisaram inevitavelmente o processo do *khonta* e a fresta que ele abria à discussão da nacionalidade fora do controle burocrático. O Comité de Localização observou a "incerteza embaraçante" na definição de quem era um swazi africano, e recomendou "uma declaração pública imediata e definitiva sobre quem é swazi, o que significa ser swazi e como se podem obter provas da assimilação à nação swazi..... Se um homem diz que nasceu na Swazilândia ou que ali tem um chefe, como é que o pode provar, dado que não é obrigatório o registo de nascimento?".[58] A posse de um boletim de imposto swazi era ainda o método principal de prova da nacionalidade swazi mas, nas vésperas da independência, menos de metade dos homens swazi pagavam anualmente a taxa, e um número substancial de não-swazis recebiam boletins de imposto swazi e não para estrangeiros.[59]

Embora os comissários recomendassem que o *khonta* fosse clarificado, regulamentado ou mesmo removido como meio de obtenção da cidadania, o rei e o Conselho Nacional

Swazi conseguiram bloquer qualquer tentativa nesse sentido. Após a independência, o rei conseguiu alargar o seu controle sobre a cidadania e fechou todos os canais para a sua aquisição alternativos ao *khonta*. Esta mudança foi precedida pela polémica deportação do parlamentar Thomas Bhakindla Ngwenya, ordenada pelo Governo na base de que ele não era cidadão. Ngwenya fôra um dos três candidatos da oposição a conseguir assentos no círculo eleitoral de Mphumalanga, na cintura do açúcar próximo da fronteira oriental do país, em 1972. Este círculo tinha a mais forte tradição de apoio à oposição desde a década de 1960, e entre o seu eleitorado incluíam-se muitos trabalhadores migrantes moçambicanos.[60] Quando o caso Ngwenya subiu, através de apelo, ao Supremo Tribunal, o Governo removeu a jurisdição do tribunal sobre a cidadania, substituindo-o por um tribunal de cinco pessoas escolhidas a dedo, que julgariam de acordo com factores "consuetudinários". Este tribunal foi também dissolvido quando se tornou claro que Ngwenya tinha nascido em território da Swazilândia. As diversas audições do caso tiveram lugar no decorrer de uma nova onda de instabilidade laboral, o que se tornou pretexto para a suspensão da constituição, dissolução do parlamento, banimento dos partidos políticos e concentração de todos os poderes nas mãos do rei.[61] Subsequentemente, um novo Decreto de Cidadania tornou o *khonta* no primeiro, senão único, processo prático de aquisição da cidadania.[62] Pronunciamentos posteriores excluíram explicitamente os refugiados do acesso ao *khonta* e visaram sobretudo a população moçambicana do país.[63] Nesta altura existiam já obstáculos à aquisição de emprego formal por parte de não-cidadãos.[64] Contudo, o efeito destas alterações, longe de reduzir o número de moçambicanos do país, foi o aumento da insegurança destes à medida em que o seu estatuto marginal se instalava.

Desenvolvimentos políticos e económicos regionais, refugiados e política tradicionalista

A mudança de estatuto dos migrantes e refugiados moçambicanos não dependeu apenas da política interna da Swazilândia, ocorrendo também num contexto de desenvolvimentos políticos e económicos regionais mais

vastos. A independência de Moçambique, em 1975, prenunciou importantes alterações na economia regional do trabalho migratório e na posição estratégica da Swazilândia. O significado da identidade swazi trans-fronteiriça foi reinterpretado à medida que novos grupos de refugiados de Moçambique e da África do Sul foram acolhidos, e que negociações internacionais, territoriais e outras, tiveram lugar.

Após 1975, a Swazilândia recebeu desertores do exército, simpatizantes dos portugueses e outros que fugiam de Moçambique, e a Renamo passou a usar o país para recrutar, organizar-se e penetrar em Moçambique.[65] Em virtude da sua posicão geográfica, a Swazilândia também se tornou uma importante rota de infiltração na África do Sul para os guerrilheiros do *Umkhonto we Sizwe*, e portanto motivo de grande preocupação dos militares sul-africanos.[66] Na polarizada política regional entre a África do Sul e os Estados da Linha da Frente, a Swazilândia procurou distanciar-se da agressão sul-africana nos finais da década de 1970, aderindo à SADCC, criticando a destabilização sul-africana, permitindo uma presença aberta do ANC e limitando a actividade da Renamo no país.[67] Procurando reaproximar-se da Swazilândia, a África do Sul começou a negociar um acordo de terras que oferecia a Sobhuza a perspectiva de unificação dos swazis da África do Sul e da Swazilândia. Em troca foi firmado um pacto de segurança secreto, tornado público em 1984.[68]

O influxo massivo a partir de Moçambique só ocorreu no período que se seguiu ao Acordo de Nkomati em 1984, quando a violência escalou no Sul de Moçambique e a economia rural entrou em colapso devido à guerra e à seca.[69] Aldeias fronteiriças transferiram-se em bloco para a Swazilândia, despovoando faixas inteiras do *hinterland* de Maputo fora dos redutos governamentais.[70] Mais do que nunca, os moçambicanos viraram-se para os mercados de trabalho informal da Swazilândia e da África do Sul, reforçando uma tendência que se tinha já notado imediatamente a seguir à independência de Moçambique, na altura em que a Câmara das Minas da África do Sul reduziu drasticamente a quota de mineiros.[71] Muitos trabalhadores migrantes transferiram as suas famílias para a Swazilândia, e

embora a maioria procurasse emprego informal uma minoria utilizou os centros de recrutamento da Swazilândia para chegar à África do Sul.[72]

O tratamento concedido pela Swazilândia aos refugiados moçambicanos e sul-africanos, ao abrigo do Decreto de Controle dos Refugiados de 1978, caracterizou-se inicialmente pela detemção, acesso inadequado a serviços e frequentes deportações.[73] Em 1981 foi estabelecido um centro de trânsito para permitir aos refugiados sul-africanos passagem para outros países africanos na sequência de protestos chegados à Comissão Conjunta de Asilo Político do Governo da Swazilândia/ACNUR. Os moçambicanos, pelo contrário, só muito raramente eram ouvidos por essa comissão: muitos eram classificados como "imigrantes ilegais" e deportados, enquanto que aqueles que foram para os campos alargados após 1984 eram automaticamente reconhecidos como "refugiados" no acto de registo.[74] A maioria, contudo, vivia sem qualquer assistência nas aldeias e cidades da Swazilândia, tornando-se cada vez mais numa população marginal, estigmatizada e criminalizada.

Apesar da Swazilândia ser, em termos gerais, um hospedeiro pouco entusiasta, havia um grupo a quem se fornecia alegremente refúgio permanente e terra.[75] Eram os membros de dois clãs swazi da África do Sul (os Mngomezulu e os Matsenjwa) que fugiram para a Swazilândia quando se intensificaram os esforços para os incorporar no bantustão de Kwazulu.[76] Após a morte do chefe Mngomezulu em 1974 na África do Sul, as autoridades instalaram um chefe nomeado por si em lugar de Ntunja, o candidato mais popular, que se opunha à incorporação no Kwazulu. Ntunja resistiu e fugiu com os seus apoiantes para a Swazilândia, escapando à perseguição da polícia. A partir daí, no início da década de 1980, facções Mngomezulu rivais movimentaram-se de um lado para o outro na fronteira não demarcada, envolvidos em roubo de gado e tiroteios.[77] Os Matsenjwa chegaram mais tarde, em 1977-1978, pelas mesmas razões - resistência à incorporação na base da sua identidade swazi. A concessão de refúgio a estes clãs, em lugar de ameaçar a ideologia tradicionalista dos governantes da Swazilândia reforçou as suas pretensões sobre os swazis e o território fora da

Swazilândia, no distrito Ingwavuma do Kwazulu. Isto foi importante nas negociações sobre a tentativa de acordo de terras com a África do Sul, no início da década de 1980.[78]

O período que se seguiu aos meados da década de 1980 testemunhou novos desenvolvimentos na economia trans-fronteiriça informal, e mudanças nos padrões de movimentação entre Moçambique, a Swazilândia e a África do Sul. Em 1986, a cerca da fronteira Moçambique/África do Sul foi electrificada a níveis letais e as patrulhas fronteiriças reforçadas. Este investimento na segurança da fronteira divergiu alguma migração trans-fronteiriça para a Swazilândia, dado que a fronteira Swazilândia/Moçambique tinha menor voltagem e menos patrulhas, enquanto que a fronteira Swazilândia/África do Sul nem sequer tinha cerca em muitas passagens.[79] Muitas famílias swazi entrevistadas na Swazilândia, perto das fronteiras com o Transvaal Oriental e com Moçambique, referiram ter acolhido não apenas um ou dois refugiados, ou famílias de refugiados, mas toda uma série de moçambicanos que ali trabalhavam algumas semanas ou meses antes de prosseguir viagem. Kangwane e as farmas do Transvaal Oriental também receberam migrantes moçambicanos via Swazilândia. A fortificação das fronteiras profissionalizou uma rede de guias que operavam entre os três países: alguns especializaram-se em atravessar a fronteira em pontos específicos. Alguns ofereciam também uma ligação com o mercado de emprego informal na África do Sul. Os moçambicanos eram regularmente apanhados nos pontos de passagem da fronteira da Swazilândia por condutores de taxis sul-africanos que cobriam a rota até Johannesburgo. O recrutamento de força de trabalho era muitas vezes altamente explorador, e os migrantes que se endividavam aos seus guias e condutores de taxi eram "comprados" por empregadores da África do Sul.[80]

Os moçambicanos que permaneceram nas cidades da Swazilândia eram visíveis pela sua concentração em certos sectores da economia, tais como a reparação de veículos, alfaiataria, carpintaria ou construção civil. Os trabalhadores qualificados eram recrutados para esta "economia de enclave" directamente a partir de Moçambique e, depois de 1984, esta dinâmica absorveu também alguns refugiados.[81] Os

moçambicanos eram também proeminentes nos mercados urbanos, vendendo mercadorias moçambicanas importadas (e, em menor grau, sul-africanas também) - embora a maioria vendesse apenas através dos proprietários de barracas swazi.[82] O grande incremento das vendas itinerantes na paragem dos autocarros, pelo qual os moçambicanos eram largamente responsáveis, foi matéria de muitas queixas: os pequenos comerciantes urbanos eram periodicamente detidos pela polícia e a venda de rua perto dos campos de refugiados era igualmente controlada.

A imagem dominante dos moçambicanos nos meios de comunicação da Swazilândia, na década de 1980 e início da de 1990, era a de uma populacão violenta e degenerada de pistoleiros, assaltantes, patifes, ladrões de gado e de mulheres. Eles tendiam a ser pejorativamente apelidades, *en masse*, de 'changanes'. Um editorial no *Swazi News* aconselhava aos seus leitores: "Os swazi não devem perder tempo a tentar diferenciar todas essas línguas [moçambicanas]. Para um swazi, todos eles falam changane".[83] E continuava:

"Se você nada sabe acerca desses [changanes ilegais] basta perguntar aos polícias que tratam de assuntos de imigração. Eles dir-lhe-ão das atribulações e dos jogos de gato-e-rato que jogam com os persistentes imigrantes ilegais de Moçambique. A história é assim: são deixados na fronteira de manhã, mas encontram-se a passear na rua Allister Miller de Mbabane nessa mesma tarde... Esta é uma experiência que todos eles vivem sempre que existe um camião cheio de deportados moçambicanos".

Na década de 1980 a Swazilândia tinha uma população muito visível de "outros" no interior das suas fronteiras: o seu trabalho era fonte quer de benefícios quer de competição, e a sua integração era grandemente dificultada.

As dificuldades da mudança do estatuto marginal dos moçambicanos ilustram as transformações no estatuto de membro comunitário que acompanharam as modificações políticas e económicas do período colonial, descolonização e independência. Na era pré-colonial, o poder e estatuto dos líderes dependia do seu controle sobre o trabalho das populações, enquanto que estas só podiam adquirir e explorar

os recursos através da sua subordinação aos chefes familiares e comunitários.[84] As mudanças do início da era colonial abriram novos canais de acumulação, permitiram oportunidades individuais cada vez maiores e minaram os sistemas anteriores de comando das populações a todos os níveis à medida em que clientes, dependentes e filhos passaram a ter alternativas às formas de subordinação anteriores.

A prática administrativa colonial redefiniu a importância de se pertencer à comunidade ao fazer da cidadania, e portanto do acesso aos recursos produtivos e às mercadorias distribuídas pelo Estado, um estatuto dependente de se "pertencer" a um chefe. O direito não só à terra, mas também ao emprego formal, à educação, à saúde e à protecção legal pressupunham a ligação a um chefe. A pertença a uma chefatura permaneceu pois desejável na perspectiva de certas estratégicas económicas e, também, para garantir a segurança. Porém, dado que os certificados de imposto swazi também dependiam da ligação a um chefe, e uma vez que não era difícil aceder ao trabalho assalariado informal, alguns indivíduos optaram por não se registar sob um chefe. Os procedimentos "consuetudinários" de inclusão eram parcialmente burocratizados mas permaneceram firmemente sob controle de uma hierarquia "tradicional" e cada vez mais centralizada de chefes e do rei. Embora a Administração tivesse tentado controlar e limitar a incorporação através da definição das fronteiras do Estado, a ideologia e a prática dos líderes locais e do rei eram ainda incorporativas.

Quando, na altura da independência, os tradicionalistas chegaram ao poder, os líderes nacionais deixaram de defender uma comunidade política "incorporadora" para se comportarem cada vez mais como uma corporação, baseando o seu poder na exclusão e estreitando ainda mais os caminhos para a aquisição da cidadania. Foi herdado e desenvolvido um quadro legal no qual a força de trabalho podia ser explorada sem a contrapartida dos benefícios da cidadania. Os recém-chegados eram encarados não como um reforço do *status quo* mas como uma ameaça à legitimidade da ordem tradicionalista através do reforço do movimento laboral ou ao pôr em risco as relações com os Estados vizinhos. Os líderes invocavam a

noção incorporativa de nação enquanto família apenas no caso dos swazi sul-africanos de Ingwavuma, cuja chegada foi útil para negociações territoriais específicas, e a presença dos quais evocava noções de uma antiga influência Dlamini mais extensa. O termo "refugiado" foi usado na política nacional para definir um grupo necessitado de assistência, um grupo para com quem o Estado tinha obrigações - menores do que no caso da afinidade baseada no parentesco, mas maiores do que no caso de outros imigrantes.

A Recepção dos Refugiados em Meio Rural Depois de 1984

Negociando os termos da permanência dos refugiados

Nos debates sobre o estatuto de membro tornaram-se importantes, ao nível local como nacional, uma identidade swazi trans-fronteiriça e uma história comum. Nas aldeias da fronteira oriental, os moçambicanos, a população swazi e os chefes swazi, todos eles ostentavam uma identidade comum: os moçambicanos faziam-no para legitimar e influenciar os termos da sua permanência na Swazilândia, enquanto que os chefes recorriam à influência mais alargada do século XIX para encorajar a hospitalidade local.[85] Embora se afirme muitas vezes na literatura sobre os refugiados rurais em África que o parentesco e outros laços históricos com os hospedeiros facilitam a integração,[86] a experiência dos moçambicanos na Swazilândia ilustra que o parentesco é importante mas que os laços trans-fronteiriços são circunstanciais e políticos, e estão sujeitos a uma renegociação constante. Embora eles possam criar oportunidades de bem-estar económico, ao mesmo tempo pode ser limitada a protecção que oferecem, ou mesmo nula. Os estudos escritos na perspectiva da sociedade hospedeira tendem a salientar a moralidade pública da assimilação, da não-discriminação e da família. Todavia, eles prestam pouca atenção à diferenciação no seio da comunidade e podem ter pouco a ver com a experiência concreta dos refugiados, ainda que os próprios refugiados possam defender publicamente as mesmas posições para proteger a sua própria relação de clientela.

Em certos aspectos críticos, o discurso local em torno da chegada dos moçambicanos à Swazilândia diferiu do discurso nacional. Por exemplo, o termo "refugiado" é definido pela lei nacional e internacional como alguém que atravessou uma fronteira internacional devido a um receio bem fundamentado de perseguição; implica uma obrigação concreta do Estado e refere-se a um grupo com carências particulares. Na maior parte dos casos os meios de comunicação utilizam o termo evocando simpatia. Na Swazilândia rural, o termo tem sido introduzido por meio de proclamações governamentais e intervenções internacionais, enquanto que as noções anteriores relativas aos "outros" se baseavam em limites flexíveis de parentesco, etnicidade, linguagem, história ou "conhecimento directo". Os chefes e populações da fronteira raramente descreveram os moçambicanos que vivem no seu seio como refugiados, reservando o termo para aqueles que vivem em campos de refugiados. Categorizar alguém como refugiado é criar distância - negar que eles são "conhecidos", e assim descartar a responsabilidade mútua. A utilização do termo vai contra a terminologia não-discriminatória de família, usada em relacão com a pertença à comunidade, e pode mesmo chegar a ser um insulto.[87] Um chefe negou que houvesse "refugiados" na sua área, embora concordasse que havia muitos moçambicanos que tinham vindo para ficar desde o início da guerra em Moçambique.[88] Outro chefe observou: "Chamamos swazis a essas pessoas, mesmo aos refugiados chamamos swazis. Seremos mais precisos quando eles regressarem. Mas agora não, não discriminamos".[89] Embora no discurso público os refugiados sejam encarados como membros da família de súbditos do chefe, eles permanecem ao mesmo tempo como estranhos, e até estrangeiros.

Outro aspecto do discurso moral dos líderes locais era o argumento segundo o qual alguns dos moçambicanos não necessitavam de se submeter ao *khonta* porque não estavam a mudar de chefe - uma asserção sobre a comunidade trans-fronteiriça que deveria ser interpretada à luz das actuais reivindicações sobre o passado e não da presente integração política trans-fronteiriça ou da história administrativa. Embora alguns moçambicanos chegados na fuga à ordem portuguesa

tivessem sido considerados como isentos da necessidade do *khonta* enquanto membros da chefatura, e embora muitos outros se tivessem naturalizado,[90] os regulamentos estatais de 1974 restringiram esta prática, pelo menos oficialmente. A posição do Governo era que os chefes não deviam permitir que os moçambicanos fizessem o *khonta* porque a sua estadia era temporária.[91] Os chefes da fronteira reiteravam a política do Governo salientando, ao mesmo tempo, o grau de unidade trans-fronteiriça e usando o seu critério sobre os que estavam isentos do *khonta* na base de já serem membros por via do parentesco,[92] e os que nem sequer tinham direito ao *khonta* na base que os refugiados nunca poderiam vir a ser membros. Os chefes afirmavam que os moçambicanos, se "conhecidos", não podiam ser expulsos desde que não tivessem entrado em conflitos.[93] As categorias eram flexíveis - os recém-chegados podiam tornar-se conhecidos e podiam tornar-se parentes.

Os moçambicanos negociaram os termos da sua permanência fora do processo formal do *khonta*. Algumas famílias planeavam antecipadamente ser recebidas por parentes ou amigos, enquanto que outras faziam acordos *ad hoc*. Figuras locais proeminentes (parlamentares e clero) receberam grandes números na época do grande influxo, em finais de 1984,[94] ao mesmo tempo que os chefes e outros líderes locais exortavam a comunidade a acolher aqueles que necessitavam de ajuda. Os representantes governamentais pediam aos líderes locais que preenchessem as lacunas dos planos nacionais de assistência. Quando os líderes locais apelavam para a comunidade local, faziam-no na base das obrigações do parentesco, da vizinhança e do princípio de ajuda mútua segundo o qual "nunca sabemos quando seremos nós próprios a precisar de procurar refúgio".[95]

Os moçambicanos eram por vezes mais pragmáticos sobre o significado de uma história comum, referindo que os chefes tinham uma independência limitada em relação ao Governo: "os chefes não têm o direito de autorizar o *khonta* sem a intervenção do rei. Nós fugimos e só estamos temporariamente na Swazilândia, aos olhos do Governo somos refugiados".[96] Mesmo assim, eles podiam reivindicar uma identidade swazi ou, mais precisamente, uma identificação como cidadãos swazi, negando ter chegado recentemente -

mesmo no caso dos indivíduos que haviam registado a sua chegada junto do chefe!

Os chefes referiam-se à comunidade como uma família e a si próprios como pais - dos moçambicanos e dos restantes membros da chefatura. Porém, os membros da "família" não eram todos iguais: a maioria dos moçambicanos vivia sem acesso directo à terra, ou a documentos que lhes permitissem liberdade de movimentos, comércio ou emprego.[97] Os moçambicanos não participavam no *libandla*, o conselho dos chefes aberto a todos os membros masculinos da chefatura. O direito a voto era encarado como estando para além dos limites da integração, e inapropriado para aqueles que só temporariamente estavam na Swazilândia, uma perspectiva que estava de acordo com a política governamental e que era justificada em termos tradicionalistas:[98] era "não-swazi deixar que um fugitivo votasse".[99] No vizinho Kangwane, o acolhimento de refugiados era considerado mais vantajoso em termos políticos directos, dado que aqueles constituíam "votos flutuantes" em benefício do chefe hospedeiro, ou um meio de troca em debates de outro tipo.[100] Em Kangwane, uma introdução a um chefe simpático podia em si levar à regularização da residência, proporcionar determinados acessos e, mesmo, a cidadania.

Na Swazilândia, a retórica da assimilação, da não-discriminação e da família escondiam as barreiras que, na prática se erigiam contra a integração dos refugiados.

Diferenciação e acessos nas aldeias fronteiriças

Os moçambicanos que viviam nas aldeias fronteiriças constituíam um grupo internamente diferenciado. Um estudo levado a cabo em duas chefaturas fronteiriças em 1991, concluiu que cerca de metade da população moçambicana era hospedada por pessoas que eram ou se tinham tornado parentes.[101] Os outros consideravam-se (ou eram considerados) como trabalhadores ou servos, e eram muitas vezes descritos como "changanes" pelos seus hospedeiros. Alguns desses trabalhadores residiam há muito tempo junto de uma só família. Outros eram itinerantes e desempenhavam trabalhos qualificados ou não, de curta duração, para diferentes empregadores. A continuidade da presença desta

última categoria dependia da existência de trabalho, mais do que das pretensões ao parentesco, embora eles também se pudessem tornar parentes e justificar a sua residência com base no parentesco. Alguns, particularmente as unidades domésticas que recebiam regularmente remessas enviadas por membros com emprego remunerado, haviam adquirido um grau de independência relativamente a qualquer hopedeiro específico.[102] Além daqueles, havia os que tinham conseguido o *khonta* por uma das razões atrás descritas. Estes grupos diferentes de migrantes tinham acesso diferenciado aos recursos locais, diferentes fontes de rendimento e gozavam de diferentes graus de segurança.

As obrigações dos hospedeiros para com as estratégias dos próprios estrangeiros e recém-chegados eram determinadas pelo sexo. As negociações eram efectuadas pelos homens chefes das unidades domésticas, enquanto que as mulheres, sobretudo as solteiras sem parentes locais, não estavam em posição de participar em tais discussões. As moçambicanas solteiras tinham tendência a "casar" logo que saltavam a fronteira, ou de preferência iam para os campos de refugiados. Os hospedeiros diziam que não se sentiriam bem se dessem abrigo a uma mulher solteira, a menos que elas estivessem feridas ou que fossem patentes outras circunstâncias excepcionais.[103] Porém, na prática não era considerado problema hospedar-se uma velha, e por vezes as excepções transformavam-se em regras gerais.[104]

Excluída a pertença à chefatura, o acesso dos moçambicanos aos recursos locais fazia-se principalmente através da clientela. A terra, por exemplo, era usualmente emprestada pelos hospedeiros, embora pudesse também ser obtida através do casamento, parentesco, herança, ou de um pagamento.[105] Raramente era alocada de uma forma directa pelo representante do chefe (*indvuna*). De alguma forma a posição dos moçambicanos era idêntica à das mulheres swazi cuja residência e acesso à terra só se processam, em teoria, através dos maridos ou de um parente masculino.[106] A analogia não pode ser levada muito longe: as mulheres swazi podem reclamar os seus direitos com mais firmeza, e os seus direitos indirectos têm base na lei consuetudinária já codificada. São mais diversos os canais a que podem recorrer

para reclamar os seus direitos, incluindo maridos, parentes agnáticos ou filhos. As mulheres também podem herdar terra e melhorar o seu estatuto (e, assim, o seu acesso aos recursos) através da educação e do emprego.[107] Rose observa que, na prática, as mulheres têm maior acesso à terra do que aquele que consta nas declarações normativas.[108]

Outros imigrantes que chegaram recentemente às chefaturas fronteiriças encontravam-se também numa posição diferente da dos refugiados. Entre eles encontravam-se swazis de outras zonas da Swazilândia atraídos pelos empregos disponíveis nas plantações comerciais do vale,[109] antigos rendeiros e colonos que perderam a terra no mesmo processo (alocação da terra comercial ela própria no interior dos limites da antiga zona de influência dos chefes fronteiriços), deslocados na sequência de conflitos sobre a autoridade política chefal,[110] e pessoas tentando transferir-se de chefaturas de terras mais pobres para outras de terras melhores. Estes membros recém estabelecidos albergavam moçambicanos eles próprios, nos pequenos talhões que haviam recebido enquanto recém-chegados. Em comum com outros recém-chegados ou grupos marginais, os refugiados recebiam muitas vezes os locais e solos agrícolas menos desejados (por exemplo, encostas íngremes ou solos pedregosos). Podiam por vezes receber terras contestadas, e ser usados como peões nas disputas de terras entre chefes.[111]

Dada a situação de escassez de terras nas áreas da nação swazi, não surpreende que os moçambicanos usassem apenas pequenos talhões. Dos 32% de unidades domésticas moçambicanas que tinham à disposição mais do que um pequeno quintal para utilizar, entrevistadas em duas chefaturas fronteiriças, a maioria esmagadora possuía menos de um hectare, e a maior área encontrada foi de 1,5 hectares, em si menor que a média de 1,67 ha por unidade doméstica nas terras da nação swazi de Lubombo.[112] Os moçambicanos que haviam conseguido receber terra emprestada eram frequentemente aqueles que tinham laços de parentesco (reais ou fictícios) com os seus hospedeiros. Porém, os refugiados que afirmaram ser parentes dos seus hospedeiros não tinham probabilidades mais significativas de possuir terra do que os que não tinham ligações parentais com os seus hospedeiros.

Devido à falta de terras, os moçambicanos estavam mais dependentes da necessidade de comprar comida do que os seus hospedeiros.[113] Um grande número dependia também da ajuda, trabalho à peça, pequeno comércio e ofertas.

A incorporação de refugiados nas aldeias fronteiriças não se tratava de uma mera questão de responsabilidade moral. A mão-de-obra refugiada constituía um suplemento muito útil para muitas unidades domésticas hospedeiras, permitindo ultrapassar as dificuldades de força de trabalho na produção.[114] Após terem recebido comida, alojamento e terra para utilizar, os moçambicanos tinham obrigações para com os seus hospedeiros: retribuíam em trabalho essas ofertas e também trabalhavam à peça contra remuneração. As unidades domésticas hospedeiras mais capazes de beneficiar da chegada dos refugiados eram as que tinham mais terras, as que produziam algodão e as que tinham usufruíam de receitas ou remessas não-agrícolas com origem no emprego formal. Dos hospedeiros entrevistados em 1991, 41% afirmaram que o facto de terem hospedado refugiados tinha sido benéfico para a sua produção agrícola - a produção tinha aumentado devido a mondas e colheitas atempadas, e ao desmate e cultivo de áreas anteriormente não usadas. Os hospedeiros mais velhos sem crianças tinham, pela primeira vez, sido capazes de cultivar todas as suas terras.[115]

Os benefícios da disponibilidade de mão-de-obra adicional eram particularmente marcantes no caso dos produtores de algodão, dado que aqui é crucial uma colheita atempada e rápida, assim como maior a necessidade de mão-de-obra para a monda do que no caso do milho.[116] A presença de refugiados reforçou a tendência para o aumento da produção de algodão. O algodão proporcionava rendimentos maiores que o milho nas políticas de preços e comercialização em vigor: os swazis que não se dedicavam ao algodão eram, tendencialmente, os que não tinham terras, mão-de-obra ou capital suficientes.[117] Tendencialmente também, o algodão era cultivado para além do milho e não em vez deste,[118] embora fosse comum a tendência para se comprar cada vez mais milho.[119]

Mais de metade dos hospedeiros swazi não tinha capacidade para beneficiar da mão-de-obra refugiada, muitas

vezes devido à falta de terras. De um ponto de vista estreito de ganho económico, as estratégias de gestão da unidade doméstica baseadas na incorporação podem também ter sido disfuncionais: se um hospedeiro aceitasse clientes para melhorar o seu estatuto, por boa-vontade ou obrigação familiar, poderia ver-se na situação de ter demasiados candidatos para o trabalho disponível.[120] Nem todas as unidades domésticas swazi conseguiam colher benefícios da presença de mão-se-obra refugiada barata, e os benefícios económicos não constituíam o único motivo para acolher refugiados.

Embora a clientela e os contratos de trabalho nas aldeias fronteiriças oferecessem algum grau de apoio económico, em si não constituíam um meio de subsistência para a maioria dos moçambicanos. Nem ofereciam as oportunidades mais comuns de passar a pertencer à comunidade ou melhorar o estatuto social através da demonstração de lealdade. O facto da subordinação e do trabalho árduo em benefício de outrém não constituirem uma via para se passar a pertencer à comunidade poderá ajudar a explicar as frequentes "re-migrações" dos refugiados de umas aldeias para outras, de um hospedeiro para outro. Para os moçambicanos, o risco da demissão e destituição era uma ameaça real.[121] Os líderes e hospedeiros não precisavam de oferecer a inclusão para explorar a força de trabalho refugiada. A exploração e a hospitalidade coexistiam nas aldeias fronteiriças.

A subsistência dos moçambicanos não dependia apenas do acesso a recursos, dado que eles estavam muito mais ligados ao mercado de trabalho da África do Sul do que os seus hospedeiros swazi: das unidades domésticas moçambicanas baseadas nas chefaturas fronteiriças, 30% enviavam trabalhadores à África do Sul, em comparação com apenas 18,5% das famílias hospedeiras, e de um total nacional para a Swazilândia de 14%.[122] As remessas originadas nesses trabalhos eram importantes para as famílias das zonas fronteiriças: aqueles que recebiam remessas eram menos vulneráveis à exploração, e figuravam menos entre aqueles que deixavam as zonas fronteiriças para os campos de refugiados. Numa elevada proporção, os moçambicanos

trabalhavam também sazonalmente como trabalhadores agrícolas em farmas comerciais. Os moçambicanos não tinham tanto sucesso quanto os nacionais na obtenção de outros empregos para além do trabalho agrícola, e estavam empregados desproporcionadamente nas farmas onde os salários eram mais baixos e as condições piores,[123] onde representavam cerca de dois terços da força de trabalho.[124] Alguns farmeiros não descriminavam entre mão-de-obra swazi e moçambicana, e traziam trabalhadores temporários enviando camiões para pontos de concentração de mão-de-obra disponível em aldeias vizinhas.[125] Outros recrutavam preferencialmente moçambicanos devido à sua reputação de trabalhadores esforçados que aceitavam salários baixos: nas vizinhanças dos campos de refugiados, por exemplo, os administradores dos campos negociavam trabalho com os farmeiros comerciais locais que enviavam camiões para recolher mão-de-obra refugiada. Apenas uma minoria das farmas nas vizinhanças dos campos de refugiados excluía os trabalhadores moçambicanos.[126]

O sistema de clientela oferecia pouca segurança nas áreas fronteiriças. Um refugiado que estivesse envolvido numa disputa legal com o hospedeiro tinha poucas probabilidades de sair beneficiado dado que o procedimento e resultados das disputas são influenciados pelo estatuto social dos envolvidos.[127] Se os refugiados tinham uma queixa contra outra pessoa, ou eram acusados de algo, a sua estratégia era de evitar a disputa - ou suportavam a queixa, ou migravam pela região fronteiriça ou através da fronteira internacional. Ao contrário dos outros intervenientes de estatuto mais elevado, eles não contestavam publicamente as acusações. Mais uma vez, é esclarecedora a comparação com as mulheres swazi: estas devem levar os seus casos a tribunal através dos respectivos maridos ou parentes masculinos, mas de facto conseguem desempenhar um papel mais activo, manipulando as definições normativas de género, recorrendo a um estatuto pessoal reforçado e evitando indivíduos e instituições que possam ser hostis.[128] Em duas chefaturas fronteiriças estudadas em 1990-1991, o único caso envolvendo um moçambicano que chegou a um tribunal do chefe foi um incidente no qual um grupo de três jovens (um dos quais era

moçambicano) tinha morto um crocodilo. Outros conflitos entre hospedeiros e refugiados - a respeito de mulheres, do empréstimo de terras ou da remuneração de uma tarefa - não eram levados a público. Segundo Nhlapo, a base legal para o aparecimento de não-swazis nos tribunais consuetudinários não é muito clara, e são poucos os casos registados.[129] Os chefes encorajam também os indivíduos a resolver os conflitos, e advogam essa resolução ao nível mais baixo possível - em assembleias familiares de preferência a conselhos de chefes, etc.[130] Os chefes argumentavam que os moçambicanos recém-chegados eram livres de submeter os seus casos em tribunal e que tinha havido casos em que tal acontecera, mas não foram capazes de citar exemplos concretos.[131]

A insegurança que acompanhava as oportunidades económicas e a hospitalidade nas aldeias fronteiriças é claramente evidente a partir das experiências da minoria que decidiu partir. Os moçambicanos dos campos de refugiados que optaram por partir das aldeias fornecem descrições das deificuldades económicas e outras.[132] Uma família moçambicana foi condenada por um *indvuna* a pagar uma renda como compensação da área de pasto que se perdeu onde os recém-chegados instalaram a sua casa. Outros perderam as terras emprestadas porque os hospedeiros as queriam de volta. Alguns recebiam terras que lhes eram retiradas depois de as terem desmatado. Alguns sentiam-se explorados após meses ou mesmo anos de trabalho não-remunerado para as famílias hospedeiras. Um sofreu maus tratos físicos enquanto que outro disse que ele e a sua família eram vítimas de humilhações e insultos constantes Moçambicanos regressados ao sul de Moçambique referem também episódios de dificuldades e abusos nas aldeias da Swazilândia.[133] Apesar da hospitalidade, a situação dos moçambicanos era de um "perigo infinito" dado que não tinham meios legais de enfrentar os abusos.[134]

Agravamento da insegurança no processo de fornecimento de ajuda material

A insegurança dos moçambicanos agravou-se, e o seu estatuto marginal nas aldeias fronteiriças reforçou-se em

resultado de um programa de assistência aos refugiados implementado com pouca sensibilidade. O programa afectou as relações entre refugiados e hospedeiros, e reforçou a importância da fronteira internacional no acesso aos recursos. Foi conduzido conjuntamente pelo Governo e agências internacionais em duas chefaturas fronteiriças (Lomahasha e Shewula), e envolveu a distribuição de alimentos numa base bimensal a cerca de 12.500 refugiados registados em associação com unidades domésticas hospedeiras específicas.[135] O processo de registo constituiu um problema devido à falta de meios seguros de identificar os refugiados, devido ao número de refugiados em trânsito, devido ao facto que muitos trabalhadores migrantes estavam frequentemente ausentes, e ainda porque alguns refugiados eram independentes de uma unidade doméstica hospedeira específica. Os "registadores" dos chefes não foram usados e, na verdade, os chefes sentiram-se muito pouco envolvidos no processo de registo.[136] Pelo seu lado, o pessoal das agências referia a ineficiência e corrupção da administração chefal.[137]

O programa foi interrompido dois anos mais tarde e os refugiados foram informados que se quisessem continuar a receber ajuda alimentar teriam que ir para o campo de refugiados de Malindza. Argumentava o então representante do ACNUR que esta medida separaria os "verdadeiros refugiados" que iriam para os campos, dos "emigrantes económicos" que permaneceriam na fronteira.[138] A decisão de se interromper o programa dois anos mais tarde foi justificada pelo pessoal da agência com um certo número de razões. Argumentaram que a decisão fôra tomada com base no Acordo de 1969 da Organização da Unidade Africana, que definia que as populações refugiadas vivessem a uma distância mínima de 50 milhas da fronteira internacional. Argumentou-se igualmente que o programa era excessivamente oneroso; que a ajuda não chegava à população-alvo porque os swazis se registavam como refugiados e "roubavam" a comida, porque a comida era vendida em Moçambique e porque eram poucos os "verdadeiros refugiados". Além disso, a ajuda alimentar era considerada como um desincentivo à produção de alimentos nas aldeias, dado que fazia com que os agricultores deixassem

de cultivar ou mudassem do milho para o algodão. Considerava-se também que a presença dos refugiados tinha exacerbado a falta de terras e os problemas ambientais.

Estes pressupostos eram enganadores: partiam do princípio que as mudanças ocorridas na economia e ecologia fronteiriças se deviam à chegada dos refugiados, sem ter em conta tendências de mais longo prazo que se deviam a outras causas. Além disso, tais pressupostos inflaccionavam a importância da ajuda alimentar - os moçambicanos e os hospedeiros encaravam a ajuda não como uma fonte de receitas a incluir no seu planeamento, mas como uma dádiva ocasional e irregular. No contexto das relações patronos-clientes entre os hospedeiros e os moçambicanos, o facto que a ajuda alimentar estava a ser consumida pelos swazis tratava-se frequentemente não da evidência de um "roubo" mas antes de parte da complexa e variada teia de obrigações incluídas na clientela. A tentativa de melhorar o acesso dos refugiados aos recursos falhou à partida porque os refugiados "gastaram" as vantagens recebidas na manutenção das relações sociais que lhes garantiam outros benefícios.

A decisão de parar com a distribuição de alimentos e transferir os moçambicanos para os campos agravou a insegurança dos refugiados, criou novos problemas à administração local e provocou novas tensões entre refugiados e hospedeiros. O facto que a decisão para transferir essa população foi tomada sem consulta prévia aos chefes locais desafiava a autoridade política destes e enfraqueceu o papel que eles desempenhavam enquanto protectores dos refugiados. Reduziu também a responsabilidade moral anteriormente assumida pelas comunidades vizinhas em relação ao bem-estar dos refugiados. As suspeitas que envolveram tais transferências criaram problemas administrativos aos chefes, dado que os recém-chegados de Moçambique passaram a recusar-se a informar os líderes locais da sua presença e os chefes deixaram de controlar os movimentos nas suas áreas, da mesma maneira que deixaram de ser informados pelas agências internacionais sobre que indivíduos eram transferidos para os campos. Um dos chefes descreveu a situação da seguinte maneira:

"Os refugiados estavam bem instalados nesta área, embora surgissem, claro, alguns problemas aqui e ali. Mas isso não significa que eles devessem ser transferidos sem o conhecimento do *kraal* do chefe. Acontecem muitas coisas aos refugiados da minha chefatura sem o meu conhecimento. Eles transferem refugiados sem me dizer quem transferiram, só através de boatos tive conhecimento dos planos e actividades ligados à transferência.
Esta transferência transformou a nossa atitude para com os refugiados, quer os que vieram anteriormente quer os que permanecem na nossa área, quer ainda aqueles que ainda estão a chegar. Diminui a nossa compaixão. Antes os refugiados estavam connosco, a nosso cargo, mas agora estão com o ACNUR. Aqueles que permanecem nas áreas fronteiriças são deixados 'pendurados' - estão a cargo de quem? Por exemplo, nesta área temos cemitérios. Quando alguém morre, a morte é relatada ao chefe e os refugiados são sepultados nesta área. Mas para onde irão os refugiados mortos, agora que já não estão a nosso cuidado nem pertencem à nossa comunidade? Pensamos que irão surgir problemas no futuro porque ficaremos com pessoas desconhecidas do Governo. Se não conhecemos aqueles com quem ficamos como poderemos confiar neles? Tanto quanto sabemos poderão até ser cães selvagens com raiva.
É assim que passaremos a encarar o problema dos refugiados daqui para a frente. E agora os refugiados têm medo de ser conhecidos e não querem que a sua presença chegue ao conhecimento do meu *kraal*. Agora que eles estão a ser levados para os campos, eu não continuarei a registar os refugiados. Os refugiados que já aqui estão ficam agora sob o cuidado do ACNUR, e os que virão a seguir deixarão de ter pai. Dir-lhes-emos que sigam atrás dos outros. Estamos confusos, não sabemos o que fazer. Antes ofereciamos alguma ajuda aos refugiados. Se alguém procurava emprego, um trabalho em Tabankulu [uma grande plantação de citrinos e cana de açúcar], escreviamos-lhe uma carta de introdução explicando de onde tinham vindo e o que sabíamos dele. Faziamos isto também para que ele não fosse incomodado pela polícia. Agora que o ACNUR tomou conta dos refugiados, será que devemos parar com isso?"[139]

Este novo sentido de distância entre populações deslocadas e hospedeiras, na sequência de intervenções para transferir para campos a população considerada refugiada, não contitui um caso isolado. Uma situação muito semelhante foi descrita, por exemplo, na Zâmbia oriental.[140]

O processo de confinação nos campos contribuiu para um clima de medo no seio dos moçambicanos. A vida tornou-se mais insegura para a esmagadora maioria que optou por não ir para os campos.[141] Embora os porta-vozes

governamentais tivessem anunciado que a transferência devia ser voluntária, muitos moçambicanos e hospedeiros não acreditavam nisso. Circulavam histórias de transferências forçadas para os campos, e de deportações para Moçambique. Longe de se tratar apenas de um "boato gratuito e maldicente",[142] tal informação, embora imprecisa, era base da tomada de decisões. Em alguns locais, os moçambicanos abandonavam as suas casas e atravessavam a fronteira para a África do Sul ou de volta a Moçambique.[143]

A maioria dos refugiados que se transferiram das áreas fronteiriças para os campos nesta altura, fizeram-no não por opção mas porque pensavam tratar-se de uma ordem do Governo. Outros não queriam continuar a depender dos seus hospedeiros dado que não tinham ajuda alimentar para retribuir a ajuda recebida. Alguns receavam não poder subsistir sem o suplemento alimentar e outros transferiram-se devido às dificuldades que enfrentavam. Alguns foram expulsos pelos seus hospedeiros. Aqueles que permaneceram nas aldeias consideravam os campos como uma armadilha mortal, um lugar sem esperança, e achavam que a ajuda alimentar prestada ali não compensava o sobrepovoamento, a indignidade e a perda de liberdade na vida dos campos. Os que ficaram não eram, no conjunto, a população refugiada típica da fronteira: em grande parte eram parentes dos seus hospedeiros (66% consideravam-se nesta categoria, em comparação com apenas 34% de entre a população que se transferiu), em grande parte tinham acesso a alguma terra (68%, em comparação com apenas 28% no caso daqueles que se transferiram), ou recebiam remessas da África do Sul (46%, em comparação com apenas 12% no caso dos que partiram).[144] As mulheres e mães solteiras tendiam a partir directamente para os campos, dado que tinham relutância em pedir ajuda nas aldeias.

Os moçambicanos dos campos de refugiados eram física e moralmente segregados dos seus hospedeiros. As relações entre as populações dos campos e os líderes locais circundantes eram hostis. A doação de terras para uso de uma população nitidamente refugiada era politicamente sensível no contexto da escassez generalizada de terras para os agricultores da nação swazi. Os conflitos também surgiam da

pressão sobre os recursos fora do perímetro dos campos (particularmente combustível lenhoso e estacas de madeira), e porque os campos haviam sido estabelecidos na base de decisões do Governo central, com pouca consulta local: o campo de Malindza localizava-se em terras reclamadas por um chefe local e agricultadas por populações locais (embora legalmente a terra pertencesse ao rei), enquanto que o campo de Ndzevane se localizava em terras fornecidas aos swazis chegados da África do Sul. Embora a população do campo dependesse da ajuda alimentar, havia alguma interacção entre refugiados e as farmas comerciais vizinhas, que assim beneficiavam de mão-de-obra barata adicional. Porém, não havia a possibilidade da população refugiada dos dois campos se tornar auto-suficiente porque não havia terra bastante para ser usada por moçambicanos na producão agrícola,[145] e dado que a densidade populacional do campo fazia com que o mercado ficasse inundado de mão-de-obra, e ainda porque os projectos geradores de receitas apenas beneficiavam uma minoria.[146] Os refugiados procuravam avaliar estas e outras desvantagens da vida do campo contra possíveis vantagens.[147] Entre estas últimas incluíam-se os serviços de saúde e educação e um fornecimento regular de comida. Os moçambicanos podiam usar os campos em seu benefício, como uma rede de segurança quando as outras medidas de subsistência entravam em colapso, ou como uma base onde estabelecer a família enquanto os homens da unidade doméstica procuravam outras oportunidades nas cidades e aldeias da Swazilândia e da África do Sul.

Conclusão

A última vaga de refugiados moçambicanos chegados às aldeias fronteiriças da Swazilândia seguiu estratégias de sobrevivência em alguma medida bastante semelhantes às seguidas por gerações anteriores que oscilaram entre o Sul de Moçambique, a África do Sul e a Swazilândia, ou que transferiram as suas famílias, numa base permanente, para a Swazilândia continuando a migrar para a África do Sul ou para áreas necessitadas de força de trabalho no interior da

Swazilândia. As metáforas utilizadas na recepção local de estrangeiros permaneceram notavelmente constantes, e o estatuto de membro ou a clientela alargaram-se ao longo de linhas de parentesco fictício - os refugiados do século XX não tinham "pais" da mesma maneira que o estatuto mais baixo dos recém-chegados, no século XIX, era o de "órfãos" ou "crianças". Os indivíduos adoptaram novas etnicidades e novas histórias como meio de conseguirem ser membros, ter acesso aos recursos e protecção. Para a população do Sul de Moçambique, a procura de segurança não é menos relevante no século XX do que foi no século XIX, e o desenvolvimento de redes sociais internacionais tem sido um meio de conseguir tal fim.

Em outros aspectos, porventura mais significativos, as experiências das gerações recentes de migrantes de Moçambique têm sido bastante diferentes das dos seus predecessores. Embora desde os tempos pré-coloniais o estatuto de membro tenha sido atribuído e conseguido, as identidades étnica e nacional tornaram-se mais difíceis. Produziram-se novas categorias de concessão à medida em que se elaborou a legislação nacional, enquanto que as regras e procedimentos administrativos relacionados com o estatuto dos migrantes e refugiados dificultaram a capacidade dos estrangeiros de adquirirem o estatuto de membros e minaram a autonomia dos chefes para concederem tal estatuto. Embora houvesse hospitalidade em relação aos refugiados nas aldeias fronteiriças, a clientela e a subordinação deixaram de trazer consigo a perspectiva da aquisição do estatuto de membro da chefatura e, portanto, da nação swazi, contrariamente ao que acontecera nas épocas pré-colonial e colonial. O estatuto de júnior deixou de poder evoluir tão prontamente para o de indivíduo com plenos direitos. A benevolente ideologia incorporativa da comunidade política enquanto família passou a ser encarada de forma diferente aquando das recentes chegadas, à medida em que a exclusão do estatuto formal de membro prepetuava a insegurança e criava a possibilidade de abusos.

Em princípio, a flexibilidade para negociar o parentesco, a identidade e o estatuto de membro ao nível local reduziu-se sobremaneira com a centralização do poder, iniciada com a

reconstrução das instituições consuetudinárias na década de 1920 e continuada após a independência. No contexto da Swazilândia, o papel mediador entre o Estado colonial e a sociedade rural, normalmente representado pelos chefes, foi preenchido pelo rei em si. Todavia, na prática permaneceu um acentuado grau de autonomia local, mesmo num país tão pequeno, centralizado e relativamente integrado como é a Swazilândia. Chefes e indivíduos conseguiam tirar partido da ineficiência burocrática e das muitas lacunas nos sistemas de registo e de impostos. A noção de comunidade trans-fronteiriça, em si, forneceu igualmente um espaço para uma certa flexibilidade no tocante à interpretação da história, à definição do parentesco e do estatuto de membro nas chefaturas e, portanto, na nação swazi.

A categoria de "refugiado" não se encaixa muito bem na história das comunidades fronteiriças. O investimento do Estado na erecção de cercas, na sua electrificação e patrulhamento, não eliminou o movimento através das fronteiras: não afastou a oportunidade de se "jogar com a fronteira" para conseguir resultados económicos e políticos, assim como protecção física. O termo "refugiado", quando utilizado pelos chefes, negava o estatuto de membro da comunidade trans-fronteiriça e evocava uma distância social e uma falta de responsabilidade mútua entre populações locais e indivíduos à procura de refúgio. Os "refugiados" eram, por definição local, desconhecidos. Os que eram segregados nos campos passavam a viver sem outra perspectiva senão o retorno a casa. Nas aldeias fronteiriças, os refugiados adoptavam tal estatuto para conseguirem os acessos proporcionados pelos programas de assistência aos refugiados, mas ao fazê-lo usavam uma identidade que poderia inviabilizar qualquer tentativa para conseguir o estatuto de membros da comunidade, assim como restringir outros canais de acesso a recursos.

O facto dos refugiados swazi provenientes da África do Sul serem considerados "um caso especial" devido à sua identidade swazi, diz mais do contexto político da sua chegada, e da mobilização estratégica da etnicidade por parte dos líderes, do que da identidade da população. As comunidades moçambicanas fronteiriças com credenciais

swazi semelhantes eram tratadas de maneira muito menos privilegiada: vinham como parte de um influxo muito maior de moçambicanos que tinham uma história de trabalho como trabalhadores e criados na Swazilândia, e que eram referidos depreciativamente como "changanes".

A noção de comunidade fronteiriça não deve esconder a diferenciação existente, tanto no seio da comunidade refugiada como entre ela e outros grupos. Os refugiados que viviam nas aldeias fronteiriças tinham um estatuto inferior ao dos outros recém-chegados. Entre os refugiados, os mais vulneráveis eram as mulheres solteiras, os que não tinham parentes que enviassem remessas e os destituídos de laços de parentesco. O parentesco era importante para assegurar os acessos, mas a absorção de refugiados através da hospitalidade da família alargada não era destituída de problemas e nem sempre criava condições de segurança económica ou protecção física. Tal como as mulheres swazi, em teoria os refugiados não tinham acesso próprio à terra, dependendo do acesso indirecto através da unidade doméstica hospedeira. Porém, ao contrário das mulheres swazi, os refugiados nem sequer tinham direitos indirectos na lei consuetudinária. Na prática, as mulheres ignoravam ou torneavam por vezes o seu papel "tradicional" e submetiam directamente os seus próprios casos, chegando a ganhá-los. Os refugiados, pelo contrário, tendiam a migrar para fugir aos abusos.

O discurso moral da comunidade enquanto família incorporadora pode esconder esta diferenciação, actuando para obscurecer a posição dos refugiados em relação à hierarquia de instituições que governa o acesso aos recursos e pode oferecer segurança. Como a uma "população sem pai", aos refugiados das aldeias fronteiriças era negada uma história, um estatuto cabal de pessoas e uma voz pública.

NOTAS

[1]A investigação para este artigo realizou-se em duas fases: de Dezembro a Janeiro de 1990-1991, e de Fevereiro a Março de 1993. A primeira foi solicitada pelo Programa Mundial para a Alimentação,

financiada pela Comissão Europeia, e levada a cabo por uma equipa de investigadores do Refugee Studies Programme da Universidade de Oxford, em conjunto com Freedom Gamedze, I.Mahlalela, P.Makukula, José Macheque, M.Masinga, Rachel Shongwe, Bernard Sifundza e Lungile Simelane, culminando no relatório de J.McGregor, B.Harrell-Bond e R.Mazur, 'Mozambicans in Swaziland: Livelihood and Integration' (1991). Quero aqui agradecer a Mark Leopold, Alice Dinerman, Hugh Macmillan, Nick van Hear e aos leitores do *JSAS* pelos seus úteis comentários. O título original do artigo é: "People Without Fathers: Mozambicans in Swaziland 1888-1993". A tradução é da responsabilidade do AHM.

[2]Wendy James assinala esta tendência ao escrever sobre a escravatura em 'Perceptions from an African Slaving Frontier' em L.Archer (ed), *Slavery and Other Forms of Unfree Labour*, pp.130-141, criticando S.Miers e I.Kopytoff (eds), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison, 1977).

[3]S.Berry, 'Social Institutions and Access to Resources', *Africa* 59, 1 (1989), pp.41-55.

[4]Ver contribuições à recolha de W.Shack e E.Skinner (eds), *Strangers in African Societies* (University of California Press, 1979).

[5]Cf. A.Portes e J.Borocz, 'Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation', in *International Migration Review* 23, 3 (1989), pp.606-630; A.Portes e R.Bach, *Latin Journey. Cuban and Mexican Immigrants in the United States* (University of California Press, 1986); P.Daley, 'From the Kipande to the Kibali: The Incorporation of Refugees and Labour Migrants in Western Tanzania, 1900-87', in R.Bach e V.Robinson (eds), *Geography and Refugees: Patterns and Processes of Change* (Belhaven, 1993), pp.17-33.

[6]Esta frase é tirada de S.Falk Moore, *Social Facts and Fabrications. Costumary Law on Kilimanjaro, 1880-1980* (Cambridge University Press, 1986), pp.317-18. Cf. T.Ranger, 'The Invention of Tradition Revisited', in T.Ranger and O.Vaughan (eds), *Legitimacy and the State in Twentieth Century Africa* (Macmillan, 1993), p.107.

[7]São referidas como 'Tonga' em: Encontro com os Chefes, 21, 22 e 23 de Junho de 1920; e carta do Administrador Adjunto Ubombo para o Secretário Geral, Mbabane, SNA RCS 321/20; Relatórios Confidenciais sobre os Chefes, 1935, PRO DO 119/1066; C.de B.Webb e J.B.Wright (eds), *The James Stuart Archive*, Volume 1 (University of Natal Press, 1976), pp.150-1 (File 74, p104, 25 de Novembro de 1898). Cf.

Entrevistas, Swazilândia, Dezembro/Janeiro, 1990-1991, e Março 1993.

[8]P.Bonner, *Kings, Commoners and Concessionaires: The Evolution and Dissolution of the Swazi State,* (CUP, 1983), pp.80-84, pp.90-92; Kuper, *An African Aristocracy*, pp.68-69.

[9]Embora *pudessem* apresentar queixas, o seu baixo estatuto de recém-chegados fazia com que tais queixas pudessem ser acolhidas sem simpatia, o que os levava a optar por não reclamar os seus direitos, dado que tinham muito a perder (ver discussão à frente).

[10]Kuper, *African Aristocracy*, p.68.

[1]Bonner, *Kings, Commoners*, pp.90-92, discute a limitada evidência disponível e examina o alcance deste comércio e a sua periodização.

[12]Kuper, *An African Aristocracy*, p.68.

[13]Cf. S.Berry, 'Social Institutions', pp.41-55; M.Chanock, *Custom, Law and Social Order: The Colonial Experience in Malawi and Zambia* (Cambridge University Press, 1985), Capítulo Um

[14]Bonner, *Kings, Commoners*, pp.33-35, compara a fase inicial de incorporação, da unidade política swazi no século XVIII, com o Estado mais estruturado que defendia os privilégios dos recém-chegados em meados do século XIX.

[15]As relações de *khonta* fornecem "evidência" histórica para as actuais reclamações de índole territorial, por exemplo, pelo Estado swazi contra Ingwavuma, na África do Sul. Ver P.Harries, 'History, Ethnicity and the Ingwavuma Land Deal: The Zulu Frontier in the Nineteenth Century', *Journal of Natal and Zulu History* 6, 1 (1983), pp.1-27.

[16]Evidência para a Comissão Fronteiriça Anglo-Portuguesa de 1888, PRO CO 879/29, por exemplo, Testemunho de Umhlabanini, Oitava Reunião, 16 de Agosto de 1888.

[17]Alguns existiam já antes da imigração e conquista Dlamini da zona (*emakhandzambile*), outros foram incorporados com os seus próprios líderes posteriormente (*abafik'emuva*), e uma terceira categoria migrou a partir do Sul com os Dlamini (*bomdzavu*). Os académicos classificam os clãs fronteiriços de forma diferente: ver Kuper, *An African Aristocracy*, pp.13-14; Van Warmelo, *A Preliminary Survey of the Bantu Tribes of South Africa* (1935), p.34; Matsebula, *A History of Swaziland* (Longman, Londres, 1983); Bonner, *Kings, Commoners*, p.92.

[18]A expansão swazi dirigiu-se também para norte e oeste: Bonner, *Kings, Commoners*, p.92; Myburgh, 'The Tribes'; A.T.Btyant, *Olden Days in Zululand and Natal* (Londres, 1929); evidência para a Comissão Fronteiriça, 1888, PRO CO 879/29.

[19]Estes postos avançados reais incluíam U'hele (pequeno chefe de Mahlalela) e Gehlisa (na contestada área de Madolo). Comissão Fronteiriça PRO CO 879/29, evidência de: U'hele, p.156; Mabuseqeni, p.172; Makubeni, p.176, e Christian Cronen, p.167.

[20]Comissão Fronteiriça PRO CO 879/29, evidência de testemunha convocada pelos portugueses

[21]Comissão Fronteiriça PRO CO 879/29, evidência de E.C.Dupont, p.160; J.F.Martin, p.155; C.Cronen, p.167.

[22]Evidência para a Comissão Fronteiriça PRO CO 879/29; D.Forbes, 'Statement to Boundary Commission' SNA 138/20; D.Forbes, *My Life in Southern Africa. A Narrative of Seventy Years Pioneering in Mid-East Africa* (Londres, 1938). A parte final da fronteira foi delineada em 1920, e confirmada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico em 1927, após uma série de disputas pela sua secção norte. Ver SNA 138/20, 'Swaziland-Portuguese East Africa Border'; Matsebula, *History of Swaziland*, pp.131-141.

[23]Chanock, *Custom, Law*, p.231.

[24]A decadência das instituições swazi é descrita por H.Macmillan, 'Swaziland: The Triumph of Tradition', em J.Daniel e J.Vilane, *Historical Perspectives on the Political Economy of Swaziland: Selected Articles* (Social Science Research Unit, Swazilândia, 1986); o desaparecimento da vassalagem é descrito em H.Kuper, *An African Aristocracy*, p.67; sobre as lutas pela força de trabalho, ver J.Crush, *The Struggle for Swazi Labour 1890-1920* (McGill-Queen's University Press, Montreal, 1987).

[25]Macmillan, 'The Triumph of Tradition', pp.107-108.

[26]Marwick, *The Swazi*, pp.xv; Kuper, *Sobhuza II*; Macmillan, 'The Triumph of Tradition', p.109.

[27]Chefes recalcitrantes, incluindo pelo menos um na fronteira oriental, reagiram à sua perda de autonomia retirando-se das instituições políticas centrais swazi, e só foram reintegrados através da intervenção dos poderes coercivos da administração e da polícia. Kuper, *Sobhuza II*, p.198. Sobre a autonomia de alguns chefes antes da Segunda Guerra

Mundial, ver Macmillan, 'A Nation Divided', p.300; W.G.Ballinger e M.Hodgeson, 'Swaziland' (Misc Brit Emp S405, Caixa 5/1, Rhodes House, Oxford, 1938), p.7.

[28]Kuper, *An African Aristocracy*, p.47, observa que os "estrangeiros" eram distinguidos numa base tribal no tempo em que realizou o seu trabalho de campo, antes de 1940.

[29]SNA RCS H36/35; SNA 2041 R/21, Carta, Marwick para Capitão Bryn.

[30]*Report on the Social and Economic Situation of Swaziland 1932.* Dominions No.135 (The Pim Report). Cf. Reuniões entre Administradores e Chefes, SNA RCS 64/36, por exemplo, reunião datada de 28 de Fevereiro de 1936; SNA RCS 604/40, 'Shangaans Passing in Search of Employment and Settling in the Territory' (1940), por exemplo carta Gvt.Sec., Mbabane, para DC Bremersdorp, 24 de Junho de 1941; Native Affairs, Relatórios confidenciais sobre Chefes, 1935, PRO DO 119/1066.

[31]J.Crush, *The Struggle for Swazi Labour*, p.39; Booth "Capitalism and the Competition for Swazi Labour, 1945-60', *JSAS* 13/1 (1986), pp.125-149.

[32]SNA RCS H 36/35; Crush, *The Struggle*, p.142.

[33]Macmillan, 'A Nation Divided', p.307; Booth, 'Capitalism', pp.125-149; A.J.B.Hughes, *Land Tenure, Land Rights and Land Communities on Swazi Nation Land in Swaziland*, Institute of Social Research, Monografia no.7 (Durban, 1972), p.66; Kuper, *African Aristocracy*, pp.67-68; SNA RCS 604/40, 'Shangaans Passing Through Swaziland in Search of Employment and Settling in the Territory'.

[34]Citado por Kuper, *Sobhuza II*, p.111.

[35]Kuper, *Sobhuza II*, p.111.

[36]Isto aconteceu tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial; SNA RCS 604/40, correspondência, re. Queixas de farmeiros europeus à polícia; minutas de encontros de DCs e ADCs, re. Mão de Obra estrangeira, Mbabane 7, 8 e 10 de Fevereiro de 1941; minutas, European Advisory Committee 1938-1946; Crush, *The Struggle*, p.105; Booth, 'Capitalism', p.141.

[37]SNA RCS H36/35; SNA 2041 R/21, Carta, Marwick para Capitão Bryn.

[38]Entrevistas, chefe Mbandzamane, Shewula, 10 de Fevereiro de 1993; chefe Ngudumane, Lomahasha, 20 de Fevereiro de 1993; chefe Loyiwe Maziya, Sitegi, 27 de Fevereiro de 1993; chefe em exercício Nzaleni, Silegi, 27 de Março de 1993; Mlambo II, Mbuzini, Kangwane, África do Sul, 21 de Março de 1993. Entrevistas (na Swazilândia) com anciãos moçambicanos oriundos das áreas fronteiriças de Moçambique de Makanda, Mandlazi e Mafavuca, 9-14 de Fevereiro de 1993.

[39]Por exemplo, a chefatura Sifundza tinha dois subordinados em Moçambique, Makanda e Mafavuca (este último uma ramificação da chefatura Madolo), Entrevista, anciãos moçambicanos, Swazilândia, 13 de Fevereiro de 1993. A chefatura Mahlalela separou-se em três ramos. Tinha a sua sede no Transvaal Oriental e subordinados na Swazilândia e Moçambique (Ngudvumane e Mandlazi, respectivamente). Entrevistas: chefe em exercício Nzaleni, Fevereiro de 1993; chefe Loyiwe Maziya, 27 de Fevereiro de 1993.

[40]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1991; Shewula, 9-14 de Fevereiro de 1993. Cf. SNA RCS 80/28, ficheiros da polícia sobre passagens pela fronteira.

[41]Entrevistas, Shewula, 9-14 de Fevereiro de 1993.

[42]Tais como o êxodo do chefe Ngwanase e seus seguidores para a Amatongalândia britânica em resistência às pressões portuguesas para que participassem na guerra contra Ngungunyane após 1885, e a partida do chefe Santaca para a África do Sul. 'Amatongaland Affairs' PRO DO 119/60; 119/61; R.Honwana, *The Life History of Raul Honwana: An Inside View of Mozambique from Colonialism to Independence 1905-1975*, (1988); entrevistas, campo de refugiados de Ndzevane, Swazilândia, Sr.Mdloli, 13 de Fevereiro de 1993, e Sr.Mdjali Tembe, 12 de Março de 1993.

[43]Entrevista, antigo chefe em exercício, 14 de Fevereiro de 1993.

[44]Por exemplo, 'Smuggling of Contraband from Lourenço Marques' SNA 734/24; Registo de Direitos e Taxas, SNA 2041 r/21; 'Smuggling of Portuguese Nationals through Swaziland to the Union' SNA 494/39; 'Shangaans Passing Through Swaziland in Search of Employment' SNA RCS 604/40; *Sunday Times*, 31 de Janeiro de 1924, 'What then is the Use of Passports?'.

[45]Evidência de movimentos através da fronteira após esta data: entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991; Shewula 9-14 de Fevereiro de 1993; George Murdoch (comunicação pessoal). Sobre a conclusão da edificação da cerca na fronteira, Colonial

Report. 1949, p.7.

[46]Myburgh, *Tribes*, p.98.

[47]Entrevistas, Swazilândia, Fevereiro/Março, 1993.

[48]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991, e Shewula, 9-14 de Fevereiro de 1993.

[49]J.Daniel, 'The Political Economy of Colonial and Post Colonial Swaziland', *South Africa Labour Bulletin* 7, 6 (1982), pp.90-113; Macmillan, 'A Nation Divided', p.100; *Report of the Commission Appointed to Inquire into the Causes and Circumstances of the Strike Which Took Place in the Big Bend Area during March 1963* (Mbabane, 1963); C.P.Pothoim, *Swaziland: The Dynamics of Political Modernization* (University of California Press, Berkeley, 1972), p.50.

[50]Macmillan, 'A Nation Divided', p.306.

[51]Macmillan, 'A Nation Divided', pp.302-306; Potholm, *The Dynamics*, p.144; Halpern, *South Africa's Hostages*, p.374, p.421; Kuper, *Sobhuza II*, p.221.

[52]Halpern, *South Africa's Hostages*, p.460. Os sul-africanos negros haviam migrado para a Swazilândia nas décadas de 1950 e 1960 para ocupar lugares especializados e profissionais.

[53]Halpern, *South Africa's Hostages*, p.460.

[54]Em 1966, 1.212 refugiados foram declarados "imigrantes proibidos", e 1.024 foram deportados para a Zâmbia e para a Tanzania, Potholm, *The Dynamics*, p.144.

[55]Halpern, *South Africa's Hostages*, p.460.

[56]Potholm, The Dynamics, p.144. Rwelamira descreve o influxo de refugiados para a Swazilândia anterior a 1976 como pacífico em 'Refigees in a Chess Game: Reflections on Botswana, Lesotho and Swaziland Refugee Policies and Their Constraints' (artigo, ASA, Cambridge, 1988), p.18.

[57]Ver *Report of the Committee of Inquiry into Foreign Labour*, Presidente J.T.A..Pearce, D.E.Motha e B.Trevino, The Peace Report (Mbabane, 31 de Julho de 1966); *Report of Localization Committee*, Presidente T.C.Luke Esq., The Luke Report (Mbabane, 1966).

[58]*Report of the Localization Committee*, paragr.9, p.7.

[59]*Report of the Committee of Inquiry into Foreign Labour*, p.28.

[60]Este tribunal tratou o caso de Ngwenya, um candidato do NNLC que conseguira derrotar um realista nas eleições de 1972, e que foi deportado por ter nascido no lado errado da fronteira. Macmillan, 'A Nation Divided', pp.306-307; Kuper, *Sobhuza II*, pp.322-332.

[61]Macmillan, 'The Triumph of Tradition', p.121; Macmillan, 'A Nation Divided', pp.306-307.

[62]Macmillan, 'A Nation Divided', pp.306-307; Decreto Real no Conselho, 22 de 1974, 3 de Setembro de 1974, *Swaziland Government Gazette*, Paragr.10-16.

[63]M.Stephen, 'Between Tradition and Modenity: Politics and Citizenship of the Swaziland Community' (Tese de Doutoramento/PhD, Oxford, 1992), p.141.

[64]Immigration (Amendment) Act de 1969; cf. House of Assembly Official Report, Segunda Sessão, Sexta Reunião, p.174.

[65]A.Vines, *Renamo: Terrorism in Mozambique* (James Currey, 1991), pp.60-61; J.Daniel, 'Swaziland and South African Destabilization', p.188; J.Hanlon, *Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in Southern Africa* (James Currey, 1986), pp.97-98.

[66]J.Daniel, 'Swaziland in the Context of South African Destabilization', in J.Daniel and M.Stephen (eds), *Historical Perspectives on the Political Economy of Swaziland* (SSRU, Mbabane, 1986), pp.181-193; H.Barrell, 'The Genesis of the ANC's Operation Vula' (Seminar Paper, Oxford, 16 de Outubro de 1993).

[67]J.Daniel, p.188. A actividade da Renamo foi subsequentemente tolerada em graus variados, A.Vines, *Renamo*, pp.60-61. Hanlon observa que as bases da Renamo na Swazilândia foram transferidas para o lado moçambicano da fronteira após protestos do governo moçambicano em 1984-1985 (pp.67-68).

[68]Rwelamira, 'Refugees in a Chess Game', pp.10, 28.

[69]As áreas urbanas eram também inseguras: por exemplo, Matola e Bela Vista, nos arredores da cidade de Maputo, foram sujeitas a ataques repetidos.

[70]Entre 1985 e 1993 a população moçambicana nos campos cresceu até 15.485 (12.500 em 1990), de um total de população refugiada estimado em 45.000, 60.000 e, mesmo, 134.000, respectivamente pelo Ministério do Interior da Swazilândia, 'Draft Repatriation Plan', Março de 1993; ACNUR, 1990; e Governo da Swazilândia, 1988.

[71]A quota de Moçambique caiu de 80.243 em 1972, para 35.234 em 1978; voltou a subir após o Acordo de Nkomati, mas não atingiu os níveis anteriores. No mesmo período a quota da Swazilândia subiu. James, *Our Precious Metal*, pp.36-44.

[72]Entrevistas, Dezembro/Janeiro, 1990-1991; 9-14 de Fevereiro de 1993.

[73]Apresentação do ACNUR à Conferência de Arusha, 7-9 de Maio de 1979. *Africa Contemporary Record*, vol.12, 1979-1980, observa a detenção de 10.000 sul-africanos e 1.000 moçambicanos; Os números do ACNUR para as detenções eram de 300 sul-africanos e 100 moçambicanos em 1979.

[74]Cf. Departamento de Estado dos E.U.A., Bureau for Refugee Programmes, *World Refugee Report* (Junho de 1992).

[75]O rei deu-lhes uma antiga farma comercial para se estabelecerem, em Ndzevane, no vale perto da fronteira de Ingwavuma.

[76]Estes foram virtualmente os únicos refugiados a receber um estatuto permanente e não temporário. *World Refugee Report* (Junho de 1992). Existe muita confusão em torno do seu estatuto, por exemplo, DC, Stegi referiu em 5 de Fevereiro de 1980 que "[esses clãs] são encarados como refugiados mas não exactamente refugiados, embora sejam tratados como refugiados..." SNA File L15/2. Diz-se normalmente que eles não são refugiados. Ver, por exemplo, Rwelamira, 'Refugees in a Chess Game', p.18.

[77]Hugh Carney, 9 de Novembro de 1979, Saga Reuters; Stephen, 'Between Tradition and Modernity', p.221.

[78]Stephen, 'Between Tradition and Modernity', p.213.

[79]A cerca para o Kwazulu foi também electrificada. As fronteiras e parques de caça adjacentes eram rigorosamente patrulhados. A voltagem dessas fronteiras foi reduzida a níveis não letais em 1990. McKibben, 'Mozambican Victims of the Slave Trade' (ms, Anti Slavery International, 1992); D.Cammack, 'Mozambican Refugees in South Africa' (ms, Refugee Studies Programme, Oxford, 1990).

[80]McKibben, 'Mozambican Victims'; entrevistas, trabalhadores da assistência aos refugiados, Kangwane, Março de 1993.

[81]Entrevistas, Dezembro/Janeiro, 1990-1991. Dois alfaiates entrevistados haviam sido recrutados por empregadores swazi em Maputo.

[82]Detalhado em McGregor *et al.*, 1991, Capítulo 4.

[83]'And They Came in Their Numbers', *Swazi News*, 6 de Fevereiro de 1993.

[84]Chanock, *Law, Custom*, p.321.

[85]Para além daqueles que legitimavam a sua permanência através de uma identidade swazi comum, os Tembe evocavam em comum uma história e a prática de "desposar as suas avós". Ver Bonner, *Kings, Commoners*, pp.34-35, sobre o casamento preferencial do clã materno do pai; Harries, 'History, Ethnicity' discute aspectos da história dos Tembe.

[86]Por exemplo, A.Hansen, 'Once the Running Stops: Assimilation into Zambian Border Villages', *Disasters* 3, 4 (1979), pp.369-374; B.Harrell-Bond, *Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees*, (OUP, 1986), p.7; W.Kok, 'Self Settled Refugees and the Socio-Economic Impact of Their Presence in Kassala, E.Sudan', *Journal of Refugee Studies* 2, 4 (1989), pp.419-441; K.Gigreab, *The State of the Art Review of Refugee Studies in Africa*, Uppsala Papers in Economic History (Uppsala, 1991), pp.44-47; K.Wilson, *Internally Displaced, Refugees and Returnees From and In Mozambique*, SIDA Studies on Emergencies and Disaster Relief, Research Report No.1 (Suécia, 1992), p.14.

[87]Muito da maneira em que os informantes de Kuper, na década de 1940, relembraram que se referiam ao captivos como parentes e que era um insulto usar o termo captivo, na audição individual referida atrás.

[88]Entrevista, Swazilândia, 1991. Outro chefe afirmou: "Os refugiados são enviados para o campo de refugiados: aqueles que aqui estão não são refugiados, são nossos conhecidos".

[89]Entrevista, Swazilândia, Março de 1993.

[90]Entrevista, chefe Sifundza, Shewula, 10 de Fevereiro de 1993.

[91]Entrevista, Secção dos Refugiados, Ministério do Interior, Março de 1993. O chefe em exercício Nzaleni explicava: "se os adultos têm

parentes do lado da Swazilândia, podem conseguir documentos de identificação swazi e não precisam de fazer *khonta*. Se não têm parentes aqui, não importa desde que sejam swazi ou shangaan, nós tratamo-los da mesma maneira. Há algum tempo atrás muitos moçambicanos (shangaan ou outros) vinham e costumavam fazer o *khonta*, mas o Governo disse-nos para parar com isso quando chegaram os refugiados, dado que eles acabariam por regressar - eles eram convidados e só estavam aqui temporariamente". Entrevista, Sitegi, 27 de Março de 1993.

[92]Entrevista, chefe Ngudumane, Lomahasha, Swazilândia, 20 de Março de 1993.

[93]Cf. Harrell-Bond, *Imposing Aid*, p.7.

[94]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991

[95]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[96]Entrevista, Shewula, Swazilândia, 12 de Fevereiro de 1993.

[97]O pedido mais comum dos moçambicanos na fronteira, às Nações Unidas, eram documentos de viagem e de identificação dado que eles não conseguiam obter documentos swazi. McGregor *et al.*, 'Mozambicans in Swaziland'.

[98]De acordo com a política governamental, cf., *The Swazi News*, 6 de Fevereiro de 1993, 'Mozambicans won't vote, says Vusela Three'.

[99]Entrevista, Março de 1993.

[100]Um chefe swazi de Kangwane admitiu abertamente a vantagem política potencial de se ter refugiados: ele queria utilizar o influxo da "sua" gente para reclamar mais terra de forma a compansar a que perdera para as comunidades transferidas à força para Kangwane, a partir de farmas do Transvaal Oriental. Entrevista, Kangwane, 21 de Fevereiro de 1993; cf. entrevistas, trabalhadores da assistência aos refugiados, Kangwane, 3-5 de Março de 1993.

[101]Dados recolhidos em 1990-1991. Metodologia detalhada em McGregor *et al.*, 1991.

[102]53% das famílias refugiadas entrevistadas alegaram ser parentes dos seus hospedeiros (28 dos 53 refugiados entrevistados), em 1991. Kuper, *An African Aristocracy*, p.67, observa que os laços de *khonta* são alargados por meio de relações de parentesco fictícias, e é provável

que para alguns moçambicanos o "parentesco" se estabeleceu durante ou depois da relação de hospedagem estar criada. Entre os hospedeiros incluíam-se imigrantes moçambicanos incorporados mais cedo através do *khonta*.

[103]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[104]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, Dezembro/Janeiro, 1990-1991; Fevereiro/Março, 1993.

[105]Entrevistas, Shewula e Lomahasha, 1990-1991. Rose, *The Politics of Harmony. Land Dispute Strategies in Swaziland* (CUP, 1992), p.123, documenta casos semelhantes de terras alocadas por uma autoridade sem legitimidade para o fazer. Num dos casos, o chefe baniu o locatário (um swazi recém-chegado) sem compensação. Não foram tomadas medidas contra o alocador ilegal no interesse da manutenção da paz.

[106]Sobre o estatuto da mulher, ver Rose, *The Politics of Harmony*, p.149; Armstrong, 'Legal Aspects of Land Tenure' (USAID, 1985), p.13.

[107]Rose, *The Politics of Harmony*, pp.148-168.

[108]Rose, *The Politics of Harmony*, pp.47-48.

[109]Os *Tikhonti* são peuenos talhões alocados, a ser suplementados mais tarde; cf. Marwick, *The Swazi*, p.162. A actual escassez de terras faz dos empréstimos importantes fonte para o *tikhonti*. Sobre a migração interna para Lubombo, cf. F.de Vletter, 'Labour Migration in Swaziland', *South Africa Labour Bulletin* 7, 6 (1982).

[110]Por exemplo, expulsões em 1983, na sequência de disputas sobre um sistema de tributo rival. Entrevistas, 1990-1991. Sobre o banimento como meio de resolução de conflitos, ver Rose, *The Politics of Harmony*, p.124.

[111]Cf. Rose, *The Politics of Harmony*, cita o caso de uma mulher sem direito a terras que recebeu uma área disputada; O Relatório Oficial do Conselho Legislativo Swazi, Primeira Sessão, Quinta Reunião, 25 de Maio de 1965-2 de Junho de 1965, relata o caso de um chefe que instalou ilegalmente imigrantes Nyasa e da África Oriental Portuguesa em terras da coroa; A.J.B.Hughes, *Land Tenure, Land Rights* encontrou casos semelhantes.

[112]Gabinete Central de Estatísticas, *Annual Survey of Swazi Nation Land* (Mbabane, Swaziland, 1989). A amostra incluía 53 unidades

domésticas de refugiados.

[113]Em Dezembro/Janeiro, 1990-1991, 79% dos moçambicanos compravam milho, em comparação com 65% de hospedeiros na mesma situação. Estes números seriam mais elevados se não houvesse ajuda alimentar, a qual fez a entrega final em Novembro. O tamanho da amostra foi de 53 unidades domésticas swazi e 28 unidades domésticas de refugiados.

[114]J.W.Bruce, 1988, 'Changes in Agricultural Land Use: Institutional Constraints and Opportunities. Summary of Research Findings and Policy Options' (ms., 1988), p.10, documenta a escassez de terra na nação swazi.

[115]O tamanho da amostra era de 53 unidades domésticas hospedeiras.

[116]Metade dos hospedeiros swazi que conseguiram aumentar a produção eram agricultores de algodão.

[117]D.C.Funnell, *Under the Shadow of Apartheid. Agrarian Transformation in Swaziland* (Averbury, UK, 1991), pp.133, 179; A.Low, *Agricultural Development in Southern Africa* (James Currey, Londres, 1986); Hunting Technical Services/Governo da Swazilândia, *Review of the Rural Development Areas Programme* (Mbabane, 1983); T.J.Kliest, *The Smallholder Cotton Sector in Swaziland: Some Thoughts on Future Reserach*, Research Paper no.2 (SSRU, Mbabane, 1982).

[118]Cf. Russell *et al.*, *Sample Survey of Maize Growing in Swaziland*, SSRU (Universidade da Swazilândia, s/d); Kliest, *The Smallholder Cotton Sector*; Funnell, *Under the Shadow of Apartheid*, p.180.

[119]Funnell, *Under the Shadow of Apartheid*, pp.125-148

[120]Cf. Berry, 'Social Institutions', p.48.

[121]Uma família de refugiados havia distribuído os filhos por diferentes casas hospedeiras para prevenir a destituição no caso de conflitos com o hospedeiro. Entrevista, Shewula/Lomahasha, Dezembro, 1990.

[122]Números nacionais em de Vletter, 'Labour Migration in Swaziland'. Os dados das aldeias fronteiriças foram colhidos em duas chefaturas, 1990-1991. Das famílias refugiadas nos campos, uma proporção ligeiramente mais baixa (20%) mandava parentes trabalhar na África do Sul, McGregor *et al.*, 1991.

[123]Dados sobre salários recolhidos em Dezembro/Janeiro, 1990-1991

[124]Entrevista, Ngalashane Estate, Lubombo, Swazilândia, Janeiro de 1991.

[125]Muitos swazis trabalhavam sob condicões igualmente más. Ver P.Macfaddan, 'Women in Wage Labour in Swaziland: A Focues on Agriculture', *South African Labour Bulletin* 7, 6 (1982).

[126]Entrevistas, pessoal administrativo do campo, Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[127]Cf. J.Collier, 'Legal Processes', *Journal of Anthropology* 4 (1975), pp.121-144; Rose, *The Politics of Harmony*, pp.101-144. Rose observa que o empréstimo de terra é uma das fontes de conflito mais comuns. Apesar da maioria dos moçambicanos terem terras empestadas, as disputas não chegavam aos fóruns públicos.

[128]Rose, *The Politics of Harmony*, p.153.

[129]T.Nhlapo, *Marriage and Divorce in Swazi Law and Custom* (Websters, Mbabane, Swazilândia, 1992), pp.18-19. Na sequência do Swazi Courts Act No.80 de 1950, a jurisdição exerce-se sobre "membros da nação swazi" (e não sobre "nativos" como antes), normalmente definidos como aqueles que estão "ligados" a chefes através do *khonta*.

[130]Rose, *The Politics of Harmony*, p.143.

[131]Entrevistas, chefes fronteiriços, Dezembro/Janeiro, 1990-1991; Fevereiro/Março, 1993.

[132]No campo de refugiados, 5 em cada 25 novas chegadas das aldeias fronteiriças eram devidas a razões de exploração (entrevistas, 1991).

[133]Yussuf Adam, com.pess., 1991.

[134]M.Walzer, *Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Agency* (Basic Books, New York, 1983), utiliza esta frase para descrever a situação dos apátridas, p.22.

[135]A comida era fornecida pelo Programa Mundial para a Alimentação, e a distribuição era coordenada pela "brigada" do Governo, ACNUR e ONGs.

[136]Entrevistas com dois chefes em conselho, Dezembro/Janeiro, 1990-1991; entrevistas individuais com chefes no mesmo período.

[137]Entrevistas com chefes e pessoal de agência, Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[138]Keith Richburg, 'In Africa, Lost Lives, Lost Dollars. Incompetence, Negligence, Maladministration Among UN Woes', *Washington Post*, 21 de Setembro de 1992, citando o representante do ACNUR, Christopher Thorne; entrevista, Christopher Thorne, Mbabane, Dezembro de 1990. Esta perspectiva não é partilhada por outro pessoal do ACNUR, agências ou Governo.

[139]Entrevista, Dezembro de 1990. Outros chefes tiveram atitudes semelhantes. McGregor *et al.*, 1991.

[140]N.Mijere, 'Refugees and Local Communities' Attitudes to Refugee Settlements: The Case of Zambia' (ASA Conference Paper, Cambridge, 1988); K.Wilson, *Internally Displaced, Refugees and Returnees From and In Mozambique*, SIDA Studies on Emergencies and Disaster Relief, Research Report No.1 (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, 1992), p.14

[141]Menos de mil refugiados foram para o campo de refugiados no quadro deste programa. Richburg, *Washington Post*, 21 de Setembro de 1992.

[142]Alguns funcionários da agência não avaliaram o temor dos refugiados nem a importância dos boatos como fonte de informação. Entrevistas, Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[143]Vizinhos e líderes locais foram questionados sobre o abandono dos lares imediatamente após o anúncio das transferências. Dezembro/Janeiro, 1990-1991.

[144]Com base numa amostra de 25 que se tranferiram, e 28 que ficaram na fronteira. Porém, a demografia da população do campo não era extraordinária. Ver McGregor *et al.*, 'Mozambicans in Swaziland', Apêndice.

[145]No estabelecimento de Ndzevane os refugiados sul-africanos têm terrenos, e existem 250 machambas de um hectare cada para uma população moçambicana de mais de 7.000. No campo de Malindza não há terra disponível. McGregor *et al.*, 1991.

[146]Ver McGregor *et al.*, 'Mozambicans in Swaziland', Capítulo 6.

[147]Entre outras desvantagens incluiam-se: cercanias muito limitadas e desagradáveis (em comparação com as das aldeias). Os refugiados

queixavam-se de uma elevada incidência de roubos e violações, e de abuso arbitrário do poder por parte de alguns guardas do campo, e de dificuldades em entrar ou sair do campo. Detalhes em McGregor *et al.*, 1991.

GESTÃO URBANA, REFORMAS DE GOVERNO LOCAL E PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: CIDADE DE MAPUTO, 1975-1990

Jeremy Grest[*]

1. Introdução[1]

Hoje Moçambique está passando por profundas transições. As deslocações populacionais da guerra estão sendo substituídas por uma série de incertezas trazidas pela paz, por processos políticos do multipartidarismo, por ditames das forças do mercado incontrolado e pela dominação da formulação do plano de acção social pela comunidade internacional. As mudanças introduzidas pelo governo na orientação social, política e económica desde os fins da década 1980, são o resultado de uma combinação irresistível de forças externas e internas que lesaram o Estado, destruiram grande parte do tecido da sociedade moçambicana e reduziram milhões dos seus cidadãos a um nível de existência sem precedentes nos tempos modernos.

Muitas das mudanças políticas que estão acontecendo são parte de um processo que geralmente tem sido apelidado

---

Departamento de Ciências Políticas, Universidade de Natal-Durban.

de "democratização".[2] O termo tornou-se num lema empregado pelo governo, agências de apoio, organizações não governamentais e intelectuais, para assinalar as transformações na direcção da política multipartidária competitiva e a separação entre o partido e o Estado. A emergência da sociedade civil, organizada independentemente, e autónoma em relação ao partido e ao Estado, é vista como factor-chave no processo de democratização.

Como parte do discurso político dominante em Moçambique, o significado do termo "democratização" não deixa de ser contestável. Antigos activistas e militantes dos anos 1970, comparam desfavoraveimente as novas noções com aquelas que foram introduzidas no âmbito do "poder popular" durante a fase de transição, argumentando que o sistema anterior tinha algumas garantias de transparência através do partido, garantias essas até agora ausentes no novo sistema.

Outros argumentam que o que está a acontecer não é democratização, mas sim "redemocratização", subentendendo que o sistema anterior tinha uma base democrática que de certo modo se perdeu durante o processo.[3]

As actuais forças da transição estão talvez mais concentradas na capital do que em outros lugares. Situada na parte meridional do país, Maputo tem ocupado um lugar privilegiado em Moçambique, desde que Lourenço Marques foi declarada provisoriamente capital colonial, em 1898, em resposta às mudanças no centro de gravidade da região, ocasionadas pelo desenvolvimento do complexo mineiro de Witwatersrand.

Sendo o foco meridional da economia de serviços desenvolvida pela administração colonial portuguesa em resposta ao domínio do capital mineiro, Maputo cresceu de uma simples vila de 26.000 habitantes em 1912, para uma cidade com uma substancial base manufactureira e uma população de mais de 378.000 habitantes nos fins do período colonial.[4] Com o colapso do regime colonial após o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, a cidade foi o principal, embora não único cenário de acontecimentos decisivos da transição que vieram a definir os novos parâmetros de vida no Moçambique independente.

O presente texto apresenta alguns resultados do trabalho de campo empreendido em 1992. Procurei investigar a gestão do Maputo pós-colonial para poder compreender os problemas de urbanização encontrados desde 1975, e as medidas administrativas tomadas para enfrentar os muitos desafios colocados pela rápida urbanização num clima de crescentes expectativas populares e de diminuição de recursos. Uma das questões colocadas foi se a participação a nível local trouxe alguma contribuição significativa para a administração da cidade, tendo em conta o compromisso explícito do novo governo relativamente à participação popular.

O texto procura relacionar uma análise do actual processo de reformas a nível local com a reavaliaçao do período crítico de transição a partir do colonialismo, em meados da década 1970, quando a cidade foi "capturada" aos colonos pela Frelimo, e o sistema de administração urbana foi revisto de forma a remodelar-se a vida urbana à imagem da nova sociedade a edificar, usando como fundamento a ideia do "poder popular".

O texto começa com uma breve visão geral sobre a administração urbana do sistema colonial, de modo a apresentar a necessária contextualização para uma análise do novo sistema introduzido pela Frelimo após a tomada do poder, em 1975. Em seguida, ele prossegue debruçando-se sobre a administração urbana de Maputo no período de transição após a independência, situando-a no contexto mais amplo da conjuntura política na qual Moçambique chegou à independência, em meados da década 1970. O artigo procura também sugerir uma análise da administração local emergente em termos da articulação das estruturas coloniais e da cultura política herdadas com os objectivos e métodos de trabalho do movimento de libertação.

O texto descreve o processo da restruturação administrativa dos finais da década 1970, os problemas encontrados na administração da cidade e as tentativas de solução desenvolvidas no contexto de uma rápida diminuição de recursos e de um declínio económico desastroso. Estes factores incapacitaram e desorganizaram seriamente o Estado a todos os níveis, a um ponto que, em meados da década de

1980, o modo de administração local dominante se tornara numa espécie de gestão da crise.

Confrontado com a impraticabilidade dos sistemas introduzidos aquando da independência, no final da década de 1980 o partido no poder foi obrigado a começar a reformular os seus métodos de administração a nível local. As várias iniciativas de reforma e o seu foco são descritos, e levantam-se algumas questões sobre a administração de tipo *topo-base* do processo de reforma e as implicações, para as reformas, da falta de uma cultura cívica vigorosa. O papel dos doadores, das agências bilaterais e da comunidade internacional no processo de reformas locais é também considerado, no contexto de um Estado que se desarticulou, de um partido que perdeu a sua base de massas e de uma sociedade que está a sofrer um processo de ajustamento estrutural.

2. A Câmara Municipal, a Administração Colonial Urbana e a Participação Local

O sistema colonial de administração local tem de ser visto no contexto da cultura política autoritária desenvolvida desde a década 1930 sob o Estado Novo, que encorajava um controlo central vigoroso em vez de um governo local autónomo. Depois da Segunda Guerra Mundial, os africanos passaram a ser governados pelo Estatuto dos Indígenas de 1954. O sistema diferenciava africanos de não-africanos, apesar dos seus apologistas asseverarem que ele não se baseava na raça. Ao nível da cidade, a administração africana recaía sob a administração distrital, que tinha muito menos recursos à sua disposição para providenciar serviços às áreas peri-urbanas onde a maioria da população vivia em precárias condições físicas.

O levantamento de 1961 em Angola obrigou à reconsideração de vários aspectos da política colonial, e a revogação do Estatuto dos Indígenas concedeu teoricamente aos africanos direitos cabais de cidadania portuguesa. Na última fase do domínio colonial, a descentralização política concedeu maior autoridade aos órgãos da administração colonial.

A liberalização das leis de investimento estrangeiro pela administração de Salazar, em resposta ao desenvolvimento das lutas armadas nas colónias portuguesas, teve o efeito de alimentar um *boom* económico colonial tardio, particularmente marcante nas grandes cidades. Por volta dos finais da década sessenta, o rápido crescimento populacional nas cidades de Luanda, em Angola, e Lourenço Marques, exigiu a introdução de um "regime especial das grandes cidades" que concedeu às capitais coloniais competências, ao nível municipal, idênticas a cidades metropolitanas como o Porto.[5]

Sob este regime, a cidade de Lourenço Marques foi dividida, para fins administrativos, em bairros e estes em freguesias. A Câmara Municipal passou a ser encabeçada por um presidente, nomeado pelo governador numa base política. Dez vereadores e seus substitutos passaram a ser eleitos por conselhos consultivos locais, numa base corporativa. A câmara reunia-se em sessão ordinária uma vez por mês, mas podiam ser convocadas sessões extraordinárias pelo presidente ou pela maioria absoluta dos vereadores. O presidente exercia poderes executivos substanciais em consulta com os chefes das direcções municipais, cuja nomeação era cuidadosamente supervisada pelas autoridades provinciais e centrais.

As competências da Câmara Municipal, em termos gerais, incluíam a administração do património municipal, desenvolvimento, abastecimento público, cultura, educação e assistência social, saúde pública, transportes urbanos e polícia.[6] A Câmara tinha personalidade legal autónoma e capacidade de estabelecer contratos de trabalho de desenvolvimento, sujeitos embora às limitações prescritas.

A tomada de decisões no seio da Câmara Municipal era altamente centralizada. A ordem das actividades para cada sessão da Câmara era estabelecida pelo Regulamento Geral, que também definia as pastas a ser distribuídas aos vereadores pelo presidente. Os vereadores tinham assento com direito a voto nas comissões administrativas que supervisavam o trabalho dos vários serviços municipais.

Concluindo o panorama do sistema colonial de administração local, é necessário salientar alguns factores-chave que afectaram a maneira como ocorreu a transição para

a independência.

Em primeiro lugar, a administração da cidade de Lourenço Marques desenvolveu-se como sistema dual; a Câmara Municipal abrangia a cidade de cimento, onde viviam os colonos, e a administração distrital controlava as áreas africanas *de facto*.[7] A segregação urbana não era explicitamente legislada; ela foi institucionalizada e mantida pelas práticas racistas coloniais que bloqueavam a mobilidade ascendente de classe e o aumento de salários dos africanos não-assimilados. A imposição rigorosa das normas municipais legais sobre os edifícios garantia que houvesse poucos africanos com propriedade no foral, a parte da cidade dotada de um sistema de registo de propriedades.

Em segundo lugar, por alturas da independência a capacidade e competência técnicas de Direcção de Serviços Urbanos da Câmara Municipal adequava-se apenas ao "cimento". Eram praticamente inexistentes os serviços urbanos para o resto da cidade, apesar dos esforços de melhoramento empreendidos nos fins do período colonial, no quadro de uma estratégia de mentalização por parte da administração colonial, tardia e de modestos resultados.

Em terceiro lugar, a natureza centralizada da tomada de decisões a nível local era uma caraterística dominante do sistema. A legislação municipal provinha de Lisboa e era uniformemente aplicada a toda a colónia. O presidente da Câmara Municipal era nomeado numa base política e tinha autoridade executiva. O papel dos vereadores e a administração eram altamente limitados por legislação central e pelos princípios corporativistas do regime. Como regra, o controlo central político e administrativo prevalecia sempre sobre a administração local.

Finalmente, à luz do que acima se descreveu, e dada a natureza do Estado colonial e das suas relações sociais, é claro que havia uma ausência crítica de qualquer tradição enraizada de participação democrática dos cidadãos a nível do governo local. A participação pública na sociedade civil desde a década 1930 que era dominada pela Igreja Católica e pelas organizações de assistência e sindicatos aprovados pelo regime. Igualmente críticas, e um aspecto deste tema que não posso explorar detalhadamente neste artigo, são as

concepções de democracia e transparência desenvolvidas pelas várias forças de resistência contra o regime durante o período colonial, clandestinamente em Moçambique e Portugal, ou no exílio, ou ainda no desenvolvimento da luta de libertação nacional no campo.

3. Da Câmara Municipal ao Conselho Executivo: A Transição a Partir do Regime Colonial.[8]

A transição do regime colonial para a independência foi um período de considerável confusão que a Frelimo foi capaz de dominar. Para a Frelimo as cidades eram de importância estratégica secundária em relação ao campo, onde vivia a maioria da população. As cidades eram consideradas como centros privilegiados a partir de onde se processava a exploração das zonas rurais, e como centros de serviço da economia colonial. Também a Frelimo estava consciente dos problemas do modelo colonial do desenvolvimento urbano e da separação entre a cidade de cimento e o "caniço".

Logo após a entrada em funções do Governo de Transição, a Frelimo criou os Grupos Dinamizadores como parte de uma estratégia política para estender o seu controlo às cidades e para enfrentar o número crescente de problemas urbanos, tais como a rápida migração do campo para a cidade, o aumento do desemprego, a ocupação descontrolada dos edifícios abandonados, a escassez aguda de produtos alimentares e o aumento da criminalidade. Os Grupos Dinamizadores eram vistos como os arautos de manifestações concretas do "poder popular".[9]

As nacionalizações de Fevereiro de 1976 constituiram a intervenção mais decisiva no sistema urbano. Através de um ataque directo aos proprietários, toda a propriedade imóvel, incluindo terras e edifícios de arrendamento, passou para a propriedade do Estado. Desta forma, o Estado herdou a gestão e controlo de uma proporção significante do *"stock"* de casas de Maputo, que em seguida foram entregues à Administração do Parque Imobilário do Estado (APIE), criada para este efeito.

Em Maputo ocorreu uma rápida deterioração das casas disponíveis. As dificuldades no acesso a divisas estrangeiras

constituiam um problema adicional para a administração urbana. Serviços urbanos tais como os transportes públicos e a remoção de lixo sofreram severamente devido à falta de combustível e peças sobressalentes para as suas viaturas, assim como à falta de reposição do "*stock*" *já de si* obsoleto, resultando na diminuição do número de viaturas disponíveis. O declínio de serviços urbanos de remoção de lixo e esvaziamento das fossas sépticas, de manuntenção dos sistemas de drenagem e de esgotos resultou na degradação do meio ambiente urbano e criou riscos adicionais para a saúde pública.

Em 1977 a Frelimo realizou o seu III Congresso, e em 1978 as Câmaras Municipais e Juntas Locais foram abolidas, criando-se em sua substituição os Conselhos Executivos. Em 1979 foi convocada a Primeira Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comunais, um encontro que se veio a mostrar fundamental para o futuro das cidades.

Na sua análise da situação política, o encontro concluiu que as cidades eram, nessa altura, cenário de uma intensa luta de classes entre as forças do "povo" dirigidas pela Frelimo e uma extensão das forças reacionárias inimigas, incluindo infiltrados e indivíduos comprometidos com o colonialismo. O objectivo "do inimigo" era a desestabilização da economia moçambicana e da ordem interna, criando descontentamento popular e enfraquecendo assim a confiança das massas na Frelimo.

A reunião nacional mostrou-se confiante de que a luta constituia uma indicação de que a linha da Frelimo estava correcta e que aquilo a que se assistia não passava de manifestações agonizantes das forças reaccionárias que, desesperadas, davam os seus últimos passos. "Estamos a desalojar a cobra do seu ninho", era a afirmação que representava bem a atmosfera política na qual os problemas das zonas urbanas foram considerados na reunião.[10]

Uma análise do período de transição permite-nos retirar algumas conclusões. Primeiro, houve um colapso muito rápido do Estado e sociedade coloniais no período de transição, que por sua vez arrastou o colapso da anterior base de acumulação fundada sobre a economia colonial. As consequências imprevistas deste colapso dramático foram

profundas para o tecido da vida urbana. O problema que a Frelimo enfrentava nesta fase era como salvar de tal colapso um mínimo de estruturas anteriores para manter a ordem e satisfazer as necessidades básicas da população urbana. Ao mesmo tempo, a Frelimo dedicava-se à revolução na qual as zonas rurais tinham precedência.

Neste período de transição foram tomadas decisões críticas sobre o futuro das zonas urbanas e sua administração. As Câmaras Municipais foram abolidas, consideradas como instrumentos não adequados à criação das novas cidades devido à sua base de classes e à sua limitada jurisdição técnica e geográfica. Novas estruturas foram criadas, dependendo em grande parte da mobilização popular para a sua eficiência, e subordinadas ao controlo do partido único.

As estruturas administrativas e a cultura política que emergiram, eram uma amálgama da velha ordem que a Frelimo jurara destruir e da nova ordem que fôra estabelecida para o futuro. As continuidades na administração local foram espantosas. O chefe da administração local continuou a ser nomeado numa base política. A extensão da centralização do controlo da Frelimo sobre a administração local consolidou-se e desenvolveu até ao fim a lógica do sistema colonial. Embora as formas de representação não fossem organizadas corporativamente, foram também cuidadosamente estruturadas pela Frelimo.

A liguagem da ruptura com o passado, que dominara a fase de transição, e os planos de criar novas cidades organizadas sob princípios muito diferentes dos anteriores, traduziam mais o reflexo de um desejo do que capacidade para fazer tal, e mascaravam com eficácia as surpreendentes continuidades, tanto na estrutura como na prática.

De facto, a modificação ou reorganização das relações espaciais ocorrida dentro da cidade de Maputo foi muito limitada.[11] Em 1980 foi atribuída à cidade a categoria de província, o que deu azo a uma confusão administrativa. O chefe da administração da cidade de Maputo, o Presidente do Conselho Executivo, tinha o mesmo estatuto que um Governador Provincial na hierarquia da administração estatal, e assim as linhas de responsabilidade entre os níveis centrais e locais tornaram-se confusas. Além disso, as anteriores zonas

privilegiadas da cidade não sofreram modificações substanciais após a independência. As zonas anteriormente ocupadas pela burguesia colonial foram efectivamente tomadas pela nova classe governante. O anterior sistema de estratificação de base racial foi substituído por um novo, baseado na proximidade dos níveis do poder e nos apadrinhamentos controlados pelo partido.[12]

4. O Conselho Executivo da Cidade de Maputo e a Gestão da Crise: 1980-1987

A década 1980, que começara com tanta esperança em rápidos avanços sociais e económicos, terminou no pesadelo de um acentuado declínio social. As populações rurais e urbanas tornaram-se as vítimas desse colapso; vastas áreas do campo foram afectadas pela guerra e as cidades passaram a estar superlotadas de refugiados rurais, excedendo amplamente a capacidade de carga da sua frágil infraestrutura urbana.

O complexo quadro estrutural dos novos Conselhos Executivos das Cidades e as suas responsabilidades tinham sido definidos pormenorizadamente na Primeira Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comunais, em 1979. Tal complexidade veio a constituir uma barreira ao funcionamento eficaz da administração local. O Conselho Executivo da Cidade tornou-se o braço executivo da Assembleia Popular a nível local, permanecendo teoricamente aquela como o órgão máximo do "poder popular" a nível local. O papel do Conselho Executivo da Cidade de Maputo era vigiar os directores de cada agência do governo central operando na área a nível local.[13] Na prática, a distinção entre o Conselho Executivo e o Aparelho de Estado tornou-se nebulosa desde o princípio, conduzindo assim a uma confusão entre funções gerais de governaçao e provisão de serviços locais.

O CECM tornou-se responsável por toda a população e território da cidade, facto que causou problemas de definição das suas fronteiras jurisdicionais. Ele era também responsável por toda a gama de interesses económicos, sociais e culturais da população. Esperava-se do Conselho

Executivo da Cidade do Maputo não só que fornecesse serviços urbanos mas que, também, dirigisse a produção agrícola e industrial, o comércio, a distribuição de produtos alimentares, as escolas e centros de saúde, além de outras actividades estatais. Numa altura em que os recursos administrativos em finanças e pessoal especializado eram severamente limitados e diminuíam todos os dias, as tarefas da administração local da cidade eram alargadas, geograficamente e no seu âmbito.

A confiança e entusiasmo dos dirigentes eram tais que se acreditava que a participação popular em todos os campos tudo tornaria possível. A participação popular era a chave do fornecimento dos recursos necessários para levar a cabo estas responsabilidades cada vez maiores. O Conselho Executivo da Cidade deveria levar a cabo estas novas tarefas enquanto parte do aparelho estatal central, sem qualquer autonomia em termos financeiros ou de administração local.

A Assembleia da Cidade de Maputo

As assembleias das cidades foram criadas pela primeira vez em 1977, no seguimento de orientações definidas no III Congresso da Frelimo. Os candidatos às eleições para a Assembleia da Cidade eram eleitos por sufrágio universal, a partir da lista aprovada pelas estruturas locais da Frelimo. O "órgão máximo do Poder Popular a nível local" destinava-se a dirigir, orientar e controlar o Conselho Executivo na forma como ele geria a cidade.

Na prática, a Assembleia da Cidade não era um órgão de supervisão democrática muito eficaz devido a um certo número de factores. As assembleias das cidades deviam reunir-se em sessões ordinárias em cada dois meses; o Presidente do Conselho Executivo, o Comité da Cidade da Frelimo, ou um mínimo de um terço dos deputados podiam também convocar sessões extraordinárias. A organização do transporte para os delegados e a logística da realização das sessões fizeram delas um processo de organização muito complexa. As sessões eram relativamente infrequentes. Aparentemente, a partir de 1982 as sessões da Assembleia foram reduzidas a uma ou duas por ano, o que significa que a capacidade da Assembleia para supervisar os trabalhos de

gestão da cidade se tornou muito limitada. A ampla gama de tarefas que a Assembleia devia desempenhar num espaço de tempo muito reduzido pressionou em grande medida as comissões, e tornou o seu trabalho muito superficial.[14] Por outro lado, a complexidade técnica das tarefas que a assembleia tinha que supervisar exigia altos níveis de formação e especialidade por parte de muitos dos delegados presentes.

A estruturação das funções e actividades da assembleia, por parte do Conselho Executivo, que ia ao detalhe do estabelecimento das agendas e, até, da forma como os delegados se deviam vestir, significou, na prática, que estes tinham muito pouco espaço para estruturar o debate de uma forma independente. Todas as agendas das sessões mereciam a aprovação prévia do Comité do Partido da Cidade antes de ser tidas em consideração pelo Conselho Executivo.

Os Grupos Dinamizadores

A sessão especial do Comité da Cidade de Maputo após o IV Congresso da Frelimo, em 1983, acentuou a necessidade de uma melhor organização e mobilização a nível local para resolver os principais problemas que afectavam a população da cidade, tais como a necessidade de defesa e vigilância popular, a luta contra a fome através do aumento da produção rural, e o combate ao mercado paralelo através de melhoramentos na organização e controlo dos abastecimentos.[15]

As prioridades organizativas consistiam em consolidar as estruturas do Partido nos Distritos Urbanos e Bairros, supervisar a criação de conselhos executivos distritais pelo Conselho Executivo da Cidade, e estimular a criação de comissões de quarteirão pelos Grupos Dinamizadores. O Partido, ao nível da Cidade, tinha como papel o controlo e coordenação duma rede de órgãos locais, que iam desde as estruturas subordinadas do partido até secções do aparelho de Estado tais como a guarnição e comando de Maputo, passando por organizações democráticas de massas como a Organização da Mulher Moçambicana.

Para além da criação de novos Conselhos Executivos Distritais e da selecção e formação do seu pessoal executivo,

o Conselho Executivo da Cidade de Maputo tinha como tarefa adicional a selecção e formação de administradores dos grupos dinamizadores. Nos princípios da década 1980 os grupos dinamizadores haviam já perdido a base de mobilização popular que os caracterizara no período de transição, tendo-se transformado numa estrutura de administração local a nível de bairro, encarregada de amplas tarefas sociais, económicas e culturais.

Entre tais tarefas incluia-se a orientação, coordenação e controlo das comissões de quarteirão, e o apoio à vida económica dos bairros através do envolvimento na direcção das cooperativas de produção e consumo. Além disso cabia aos grupos dinamizadores apoiar o funcionamento de postos de saúde e escolas, assim como organizar os residentes na luta contra o mercado paralelo através do estabelecimento de brigadas de inspecção. Com influxo constante de população para as zonas urbanas devido à crescente insegurança das zonas rurais, os grupos dinamizadores envolveram-se não-oficialmente na distribuição de terrenos e autorização de construção, apesar da não terem mandato legal para tal. Parte do problema advinha da lentidão do Conselho Executivo da Cidade na disponibilização dos terrenos para habitação.[16]

Uma função-chave dos grupos dinamizadores era a manuntenção da "vigilância popular", dado o clima de insegurança causado pela guerra, que se estendera até aos bairros urbanos. A função de controlo dos grupos dinamizadores salientou-se no papel central que desempenharam na "Operação Produção" em 1984, quando o governo tentou evacuar da cidade as pessoas por ele definidas como improdutivas, e reassentá-las nas províncias setentrionais para trabalharem em projectos agrícolas. Os grupos dinamizadores desempenharam a função de controlo dos documentos de identificação neste processo, o que veio a comprometer seriamente a sua capacidade posterior para mobilizar a participação popular após o governo ter posto termo à operação, face às *severas* críticas que sofreu.

Com o aumento das dificuldades encaradas pelos residentes urbanos e da fragmentação social e desorganização devido às múltiplas crises, tornou-se cada vez mais difícil mobilizar eficazmente a população. O governo perdera muita

simpatia devido à maneira como implementara a "Operação Produção" e um certo cinismo em relação ao trabalho voluntário e à mobilização parecem ter ganho raízes a partir de meados dos anos 1980. Consequentemente, a ascendência do partido sobre a população urbana enfraqueceu, e a sua capacidade de controlar e dirigir desceu na razão directa.

A falta de autonomia do Conselho Executivo teve efeitos diversos e profundos sobre a administração local. Politicamente, ela significava a subordinação directa da gestão da cidade ao Estado e, devido ao controlo que o partido tinha sobre o Estado, ao partido. Sendo esta a cidade capital, os interesses e prioridades nacionais eram articulados sobretudo a partir de Maputo, e geralmente traduzidos em directivas emitidas pela direção central para serem implementadas pelas estruturas locais. O efeito foi a "captura" da administração local pelo governo central, de tal maneira que por vezes o esforço, energia e recursos dos assuntos locais eram gravemente desviados para questões de interesse nacional de um modo que prejudicava a coerência e eficácia da administração local.[17]

A falta da autonomia financeira a nível local gerou pouco interesse pelo desenvolvimento de recursos financeiros locais ou relativamente a uma gestão cuidadosa de receitas fiscais. Levou também ao desaparecimento do hábito da transparência financeira na tomada de decisões, e a uma perda de incidência no desenvolvimento institucional.[18]

Quando o Conselho Executivo da Cidade foi criado, virtualmente todas as taxas locais que haviam sido fonte de receitas fiscais para a Câmara deixaram de ser cobradas, e assim o Conselho Executivo ficou dependente das transferências financeiras provenientes do governo central. As actividades locais geradoras de recursos, tais como o abastecimento de água e electricidade, foram retiradas ao Conselho Executivo da Cidade, passando para o domínio de empresas autónomas. O agravamento da falência do Estado na década 1980 traduziu-se em desastre para o orçamento do Conselho Executivo da Cidade de Maputo.

Um outro traço do legado particular da gestão urbana colonial corporativista e da sua articulação com o centralismo democrático foi que as formas de representação local, por

exemplo a nível da Assembleia da Cidade, eram estruturadas de maneira à submeterem-se ao controlo político central. A participação local era organizada através de eleições indirectas, em que os delegados da Assembleia da Cidade eram eleitos pelos representantes da comunidade organizados em colégios eleitorais.

A sobreposição de funções entre o partido e o Estado aos níveis superiores da administração local era considerável. O Presidente do Conselho Executivo da Cidade era geralmente, também, o Presidente da Assembleia da Cidade, na sua qualidade de primeiro-secretário da Frelimo a nível da organização da cidade.

Será que a crise da gestão urbana de Maputo teria sido menos severa se as estruturas criadas pela Frelimo aquando da tomada do poder fossem diferentes? Ao contemplar a gestão da cidade antes da sua fase de reforma é muito difícil separar os efeitos das estruturas estabelecidas durante o processo de transição e as decisões políticas então tomadas sobre a natureza das relações centrais-locais e o papel desempenhado pelo partido, dos efeitos da crise generalizada durante este período devido à guerra e à desestabilização.

Certamente que é possível apontar alguns traços do sistema à medida que este se desenvolveu e argumentar que eles traziam em si a semente da desagregação: a confusão de funções e de níveis de administração, a falta de autonomia local ao nível administrativo e financeiro, e a drenagem de pessoal da administração local para o governo central, tudo isto serviu para o enfraquecimento da capacidade administrativa. Simultaneamente, é impossível ignorar a herança colonial de uma cidade dual, o caos e a confusão do período de transição e a devastação provocada pela confrontação com as forças do *apartheid* na região. O efeito combinado foi uma crise profunda da cidade e seus residentes, marcada pelo colapso do sistema de gestão urbana e dos serviços de abastecimento à cidade e seus residentes, a escassez absoluta de meios de satisfação das necessidades básicas, o desenvolvimento do mercado paralelo e a rápida degradação do meio ambiente da cidade ocasionado pelo influxo de refugiados procedentes das zonas afectadas pela guerra, no campo.

5. Gestão Local e Reforma Local

A introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, marcou a adopção cabal das reformas enonómicas capitalistas sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, aos quais Moçambique aderiu em 1984 após a assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul. O início do processo de Nkomati abriu as portas à ajuda e assistência ocidentais, antes negadas a Moçambique, e estabeleceu uma sequência de mudanças nos planos de acção, e ajustamentos que viriam a resultar no abandono do socialismo e na transformação da Frelimo de partido de vanguarda marxista-leninista em partido baseado num consenso nacional.

A Constituição de 1990 abriu as portas ao pluralismo político e alargou a liberdade de expressão, associação e reunião, levando assim ao abandono pela Frelimo da pretensão que trazia da independência, de ser o único partido legítimo e representante legal do povo moçambicano na arena política. Desde 1991 que o governo se tem dedicado a um programa de reformas locais claramente submetido aos princípios preconizados pelo Banco Mundial.

Reformas por Meio de Seminários

O primeiro passo no processo de reformas foi um seminário organizado pelos Ministérios das Finanças, da Administração Estatal, e da Construção e Águas, realizado em Setembro de 1988 com o apoio do Banco Mundial e da FINIDA. O objectivo era juntar um grupo de peritos e experiências, nacionais e estrangeiras, para reflectir sobre os meios de melhorar os serviços de abastecimento local. O seminário foi organizado no contexto das metas do PRE, visando introduzir as reformas nos serviços públicos nacionais com o intuito de atingir maiores eficiência e eficácia de custos, e relacionava-se com a implementação de um Projecto de Reabilitação Urbana em Maputo e Beira, financiado pelo Banco Mundial.

O seminário organizou-se em torno de três temas: Água Potável e Sanidade; Remoção do Lixo Sólido; e Administração Municipal e Finanças. Os trabalhos criaram a perspectiva de que eram necessários governos locais mais

fortes e autónomos para responder efectivamente às crises das cidades e aos seus residentes, e para contribuir para o desenvolvimento nacional.

Foram consideradas várias opções de serviços de abastecimento, envolvendo combinações e permutas de envolvimento público e privado, sendo o critério superior a eficácia em levar a cabo as metas definidas pelo Estado. Assim se reconheceu que o desenvolvimento de administrações urbanas mais autonómas exigia a reorganização das relações entre as autoridades centrais e locais, e que isto não era simplesmente um assunto técnico e administrativo, mas que envolvia lutas políticas entre os vários níveis do aparelho do Estado.

Todavia, este seminário concentrou-se prioritariamente na solução da crise urbana através da mobilização e desdobramento de recursos, sendo a questão da autonomia política local deixada fora dos termos do debate previsto. Por outras palavras, as questões técnicas e administrativas foram abordadas prioritariamente, enquanto que as questões mais espinhosas sobre a descentralização do poder político foram postas de lado, suspensas até que fosse aprovada legislação sobre o assunto.

Admitiu-se que a restruturação das administrações locais após a independência aumentara dramaticamente as responsabilidades daquelas, sem que se tivesse prestado a devida atenção à necessidade de recursos financeiros para levar a cabo as tarefas suplementares. A discussão sobre o desenvolvimento da autonomia financeira para as administrações locais concentrou-se na necessidade de desenvolvimento de taxas locais próprias. O princípio de que o povo deveria pagar taxas locais, mesmo que estas fossem apenas simbólicas para começar, foi considerado importante. Considerou-se que os residentes urbanos tinham de aprender que era obrigação sua pagar taxas pelos serviços recebidos, que isso era parte do significado de viver na cidade. A meta fundamental era disponibilizar recursos a nível local, através de taxas e impostos por serviços recebidos, para cobrir progressivamente o nível de despesas locais.

É interessante verificar que, na sequência da crítica da Primeira Reunião das Cidades e Bairros Comunais de 1979,

fez-se uma considerável referência à necessidade de uma análise retrospectiva das extintas câmaras coloniais a luz da forma como elas organizaram os serviços municipais e instituíram as posturas municipais, as multas e as forças policiais. Foi referido que a legislação colonial ainda estava em vigor e que havia vantagens em reanalisá-la, revê-la e actualizá-la para dar à administração local mais capacidade regulativa

O primeiro empréstimo do Banco Mundial para a Reabilitação Urbana foi orientado para projectos infra-estruturais em Maputo e Beira. As discussões sobre como generalizar as reformas de administração local sugeriram que o projecto-piloto fosse alargado de forma a incluir outras cidades ou que, alternativamente, as reformas administrativas e financeiras em discussão deveriam começar imediatamente, sem esperar pelos resultados do projecto das duas cidades.

Seminário sobre as Reformas dos Órgãos Locais

A segunda fase das reformas locais foi marcada pela realização de um "workshop", em Novembro de 1991, onde se estabeleceu um processo de engenharia social em grande escala, com o objectivo de racionalizar o desenvolvimento do sistema urbano de cidades selecionadas de Moçambique. O "workshop" foi financiado pelo Programa de Desenvolvimento Municipal do Banco Mundial, e nele participaram funcionários-chave do governo central e da administração local, assim como representantes de organizações não- governamentais, e agências financiadoras bilaterais e multilaterais. O objectivo do "workshop" era analisar o estado actual da administração local e estabelecer um plano de acção de reabilitação urbana. Entre os documentos mais importantes apresentados ao "workshop" figuravam dois: *Descentralizaçao e Autonomia dos Órgãos Locais*, e *Avaliação do Governo Local Urbano e do Sector do Meio Ambiente*.[19]

O primeiro documento, do Ministério de Administração Estatal, apresentava uma análise crítica do actual sistema de controlo centralizado. Ele tratava dos fundamentos políticos e económicos da descentralização e autonomia dos corpos locais; apresentava propostas para um novo sistema institucional e o seu processo eleitoral; e propunha um modelo

financeiro para as autoridades locais. O documento notava que a descentralização se tornara em tema de intenso debate no contexto de uma maior abertura política em Moçambique, e que frequentemente era apresentada como panaceia para todos os males políticos. Adoptando uma aproximação prudente, o Ministério argumentava que a descentralização não produziria o milagre de um aumento substancial dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis, mas que melhoraria sem dúvida a eficiência no uso dos escassos recursos.[20]

O documento apelava ainda para a fim das avaliações baseadas em experiências passadas de controlo centralizado, realçando a dificuldade em efectuar tais avaliações, em separar os efeitos de desestabilização dos efeitos causados pelas deficiências do sistema. Argumentava também que as avaliações do período anterior eram ainda dificultadas pelo facto do povo ter vivido sob a ilusão da existência de um Estado de sólida unidade nacional, ignorando, pelo menos em discussões públicas, os conflitos de interesses baseados nas regiões e nas etnias.

O Ministério da Administração Estatal salienta que quando a descentralização foi discutida, a economia ainda era amplamente baseada em princípios de planeamento central, e que as novas formas de descentralização em discussão são somente possíveis numa economia baseada no mercado no qual o Estado intervém muito limitadamente.

Ao priorizar as cidades no processo da descentralização, o Ministério da Administração Estatal avisa que mesmo em condições normais a descentralização é uma tarefa complexa e difícil. Ele indica que a guerra e o empobrecimento terrível causado por ela, assim como a excessiva centralização e a pesada tradição de administração autoritária herdada do período colonial, transforma a descentralização num empreendimento complexo e, sobretudo, muito arriscado, mas ao mesmo muito urgente.

O documento do ministério refere que é grande o risco de fracasso, e que os erros cometidos terão sérias implicações para o futuro. A economia é frágil, os recursos são escassos e o país não pode dar-se ao luxo de experiências dispendiosas. A manuntenção do sistema anterior bloqueava o

desenvolvimento económico e social e impedia o envolvimento de dezenas de milhar de pessoas cuja participação consciente é fundamental para o rápido triunfo sobre a miséria social. Além destes factores, a crítica conclui que na situação actual, de conflito latente entre as estruturas centrais e locais, não é já mais possível manter uma forma de adminstração altamente centralizada.

Os participantes ao "workshop" dividiram-se em quatro comissões para discutir e fazer recomendações sobre as seguintes áreas: Reformas Institucionais e Legais; Gestão Financeira Urbana; Infraestruturas, Urbanização e Habitação; e Serviços Urbanos e Meio Ambiente. Os grupos de trabalho foram formados com o objectivo de traçar os termos de referência para a segunda fase do processo de reabilitação urbana, a qual perspectivou um *Projecto da Engenharia do Sector Urbano*.

O documento final do "workshop", contendo recomendações que incluíam o apoio à maior parte das propostas contidas no *Urban Local Government and the Environment Sector Review* do Banço Mundial, foi endossado ao Conselho de Ministros para aprovação, tornando-o num documento oficial com autoridade estatal. As quatro comissões estabelecidas no "workshop" prosseguiram o seu trabalho, financiadas pelo Banco Mundial, e tiveram os seus termos de referência aprovados pelo Conselho de Ministros.

O *Projecto da Engenharia do Sector Urbano*, financiado por créditos do Banco Mundial, envolveu as quatro comissões, compostas por funcionários de nível nacional e local, trabalhando em conjunto com consultores especializados na preparação, negociação e implementação de uma série de intervenções urbanas. Os objectivos principais eram fortalecer a capacidade de gestão urbana dos governos locais, estabelecer as fundações de projectos de investimento e racionalizar as actividades de várias agências neste domínio.[21]

6. Conclusões

As reformas locais foram iniciadas numa altura de transição e grande incerteza política a nível nacional. O cessar-fogo

assinado em Outubro de 1992, a desmobilização dos combatentes e a preparação para as eleições nacionais multipartidárias foram um processo de alto risco. O perigo de fracasso e retorno ao conflito armado era real, e com consequências potencialmente desastrosas para uma sociedade e uma economia debilitadas desde a independência por anos de guerra e desestabilização.

As transições envolvem, por natureza, mudanças exteriores às estruturas e processos de controlo anteriores, conhecidos e previsíveis, e evoluem para resultados incertos. A necessidade de reformas é aceite à luz de fracassos do sistema anterior, mas o processo de reformas cria, em si, incerteza, e com ela a possibilidade de regresso aos velhos hábitos de implementação.

O processo de reformas locais, pelo menos na sua conceptualização e fases iniciais, está a ser manobrado a partir do topo. As reformas a partir do topo são uma estratégia de limitação de risco por parte de um governo que se defronta com as incertezas de um processo de mudança institucional potencialmente incontrolável. Quando se parte daquilo que é conhecido e prognosticável para o desconhecido e imprevisível, a tentação de controlar é muito grande. O que é menos certo é a capacidade actual de exercer um tal controlo e supervisar o processo.

Após o fracasso de um conjunto de experiências de transformação social, existe uma compreensível relutância em embarcar naquilo que se poderia tornar noutro fracasso igualmente dispendioso. Contudo, as opções de que o governo dispõe neste momento são seriamente limitadas pelas circunstâncias nas quais as reformas estão sendo introduzidas. Os factores principais da estruturação do processo de reformas são a desarticulação do Estado e a natureza da sociedade, altamente dependente de apoios.

É devido à desarticulação do Estado que forças exteriores à sociedade moçambicana, como o Banco Mundial e as organizações não-governamentais, desempenham um papel importante no traçar da agenda das reformas. É notável o avançado grau de estabelecimento da agenda e os termos das sua implementação, preparados por agências financiadoras e consultores.

O que é menos claro é como funcionará na prática uma possível convergência de interesses entre elementos do aparelho do Estado interessados tanto nas reformas como no controlo desse processo, e agências financiadoras inclinadas para soluções tecnocráticas proporcionadas por consultores e especialistas. Num ambiente de escassez de recursos, o detentor desses recursos é extraordinariamente poderoso e tem grande capacidade de pressão.

Um factor adicional que joga no sentido da limitação do debate público e da fiscalização do processo de reformas é a fragilidade da sociedade civil em Moçambique. Conhecendo os problemas associados a uma utilização pouco crítica da noção de sociedade civil, o que parece de referir é a ausência da tradição de organização social independente e de uma participação social capaz de escrutinar as acções do Estado e defender interesses cívicos.[22] O Partido Frelimo terá exercido no passado uma certa função de monitoração, mas perdeu a base popular de que gozava anteriormente.[23]

As reformas do mercado da década 1980, especialmente desde 1987, têm despoletado uma série de forças sociais não controláveis que limitaram a influência da Frelimo sobre a sociedade e reduziram ainda mais a sua base social. A introdução de reformas está a ocorrer num contexto em que a agenda é largamente determinada por interesses exteriores, em que o Estado perdeu coesão a todos os níveis, e em que o papel disciplinador exercido pelo partido é mínimo. Dado que o desenvolvimento da sociedade civil é embrionário, o processo de reformas não é negociado em todos os níveis da sociedade mas apenas no topo, onde são favorecidas as soluções tecnocráticas.

Estes factores têm implicações para o desenvolvimento a nível local. As forças sociais despoletadas pelo PRE e as reformas do mercado fizeram da administração local uma área de grande influência no processo de acumulação ao nível da cidade. As reformas locais servem os grupos governantes emergentes, na medida em que há uma tendência para o surgimento de pequenas "ditaduras" locais. Estas baseiam-se em ramos locais do aparelho do Estado que com o tempo se tornaram cada vez menos transparentes face ao público e que exercem uma função importante na distribuição dos escassos

recursos.[24] Os notáveis locais são capazes de desenvolver os seus interesses no interior da burocracia, através de exercício informal do poder. Até certo ponto o sistema funcionou assim no passado, apesar da existência de estruturas formais designadas para investigar o uso pessoal do poder. A questão que se coloca é se este sistema de base pessoal tenderá ou não a desenvolver-se no futuro, na ausência de qualquer sistema para averiguar os interesses dominantes?[25]

O que parece ser claro é a necessidade de um sistema de gestão que funcione com coerência e que seja transparente e responsável pelas suas operações, numa fase tão crucial para o desenvolvimento da cidade, em que um conjunto de forças sociais incontroladas e incontroláveis faz sentir a sua presença no ambiente urbano. A linguagem da luta de classes pode ter desaparecido do discurso público das reformas em Moçambique, mas a realidade subterrânea ainda existe e está a ser mediada, em alguns aspectos fundamentais, através do processo de reformas a nível local.

NOTAS

[1]Este documento é uma versão editada de um artigo a ser publicado no *Journal of Southern African Studies,* Volume 25, No 1, 1995. É baseado nas pesquisas empreendidas em 1992. O autor gostaria de agredecer a todos quantos facilitaram o projecto no Maputo. Em particular, agradece ao Director Nacional de Administração Estatal, Snr. E. Guamba; ao Director das Finanças do Conselho Executivo da Cidade, Snr. V. Borges; à Directora de Apoio e Controlo, Snra. Z. Amisse; e à Directora do Centro de Estudos Africanos, Dra. Isabel Casimiro. Finalmente, sem o interesse e assistência de Paul Jenkins do PNUD, a pesquisa não teria sido empreendida. O autor agradece a assistência financeira do Centre for Science and Development (HSRC, South Africa) na pesquisa. Todas as opiniões expressas, conclusões, e qualquer inexactidão factual são da exclusiva responsabilidade do autor.

[2]Hoje em dia existe substancial literatura, embora de qualidade variável, sobre a questão geral de democratização em África. Grande parte dela é pouco crítica ao aceitar que o sentido da democracia melhor se encontra através do estudo da prática do sistema capitalista de governo ocidental. Luis de Brito "Estado e Democracia Multipartidária em Moçambique", *Estudos Moçambicanos 13,* oferece uma discussão útil

das circunstâncias locais que precedem a transição.

[3]James Sidaway no seu "Mozambique: destabilization, state, society and space", *Political Geography*, Vol. 11, No 3, Maio de 1992, comenta a tensão, na prática política da Frelimo, entre uma tradição participatória descentralizada na tomada de decisões e uma tendência para a centralização a partir do topo. Em última análise, qualquer interpretação destas posições tem de ter em conta as diferentes conjunturas históricas nas quais as transições estão situadas, e os diferentes conceitos que ambas implicam.

[4]E. Medeiros, "L'Evolution Demographique de la Ville de Lourenço Marques (1894-1975)", em M. Cahen, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone* (Editions L'Harmattan, 1989), p.60.

[5]Regime Especial das Grandes Cidades. Decreto No. 48.575, de 12 de Setembro de 1968, que entrou em vigor em 1969.

[6]Os poderes e competências dos Concelhos são tratados nos Artigos 17-23 do Decreto 48.575 de 1968, e são listados em detalhe. Os artigos cobrem a gama de funções normalmente associadas ao nível local da administração urbana, estendendo-se desde a manuntenção de parques e jardins até a construção de estradas e manuntenção das condutas de água, saneamento público e lixeiras, mercados e matadouros, e cemitérios e licenças. O Concelho tinha também poderes de cobrar taxas municipais e de impôr multas pelas infracções aos regulamentos locais, assim como o poder de executar planos de funções das vilas e cidades.

[7]Embora os sistema colonial fosse uma totalidade orgânica, as leis, a administração e a organização espacial do sistema funcionaram para diferenciar os seus súbitos de uma maneira complexa. Não só "africanos" — uma categoria ambígua, — mas também uma série de outros grupos sociais foram sujeitos à discriminação colonial.

[8]A periodização da seguinte secção e muitos pormenores nela contidos dependem de B. Pinsky, "Territorial Dilemmas: Changing Urban Life", em Saul, J. (editor) *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique* (New York: Monthly Review Press, 1985).

[9]O papel dos Grupos Dinamizadores durante a transição, e a sua subsequente incorporação no aparelho do Estado, fazem parte de uma história fascinante ainda por escrever.

[10]RPM 1979: Resolução Geral, Situação Política. p7.

[11]Ver James Sidaway, "Contested Terrain: Transformation and Continuity of the Territorial Organization in Post-Independent Mozambique" em *Tijdschift voor en Economische en Sociale Geografie* 82 (1991), No 5, pp.367-376.

[12]Para uma noção geral destas "zonas de privilégio", ver Maria Clara Mendes, "Les Repercussions de l'indépendence sur la ville de Maputo", em M. Cahen, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone* (Editions L'Harmattan, 1989).

[13]A Lei 7/78 definiu o CEC composto por: Presidente; Director de Apoio e Controlo; Director da Ordem e Segurança; Director da Comissão de Implementaçao dos Conselhos de Produção; Director do Comércio Interno; e Representantes dos Sectores Sociais.

[14]Para uma especificação do âmbito das actividade de supervisão atribuídas às assembleias das cidades, ver os objectivos definidos na "Resolução sobre a Organização da Direção Estatal das Cidades" da *Primeira Reunião Nacional*.

[15]Partido Frelimo, "Como Organizar a Cidade de Maputo", *Resolução da 5a Sessão do Comité da Cidade*, Realizada aos 12 de Abril de 1984.

[16]Jenkins, Paul (1971). *Case Studies of the relevance of application of community-based "enabling" strategies in the field of housing and urban development in peri-urban communities in Maputo, Mozambique*, Background Report prepared for the Regional Housing and Urban Development Office, Eastern and Southern African Region. Nairobi, Kenya, p 32.

[17]Provavelmente a instância mais notável foi a "Ofensiva Política e Organizacional" de Machel, em 1980, quando a actividade normal foi suspensa para estudar a implementação, a nível local, das directivas do plano de acção emitidas pelo Presidente.

[18]World Bank (1991) Mozambique: "Capacity Building Policy Framework Paper: Revised Draft Prepared jointly by the Government and the World Bank, in close consultation with the Donor Community".

[19]World Bank (1991) "Mozambique: Urban Local Government and the Environment. Sector Review. Infrastructure Operations Division, Southern Africa Department, Washington"; e República Popular de Moçambique (1991) Ministério da Administração Estatal, "Descentralização e Autonomia dos Órgãos Locais". Maputo.

[20]República de Moçambique. Ministério da Administração Estatal (1991), "Descentralizaçao e Autonomia de Órgaos Locais", p 8.

[21]Um "workshop" de reciclagem teve lugar em Abril de 1993, e o Ministério de Administração Estatal e a Swedish International Development Association (SIDA) acordaram em explorar a possibilidade de estender o processo de reformas urbanas às áreas selecionadas do governo local rural nas proximidades das cinco cidades designadas para Reformas do Governo Local e para o Projecto da Engenharia.

[22]O desenvolvimento da "sociedade civil" é a grande preocupação de muitas Organizações não Governamentais que "recolonizaram" Moçambique. No processo do seu trabalho estes contribuiram em grande escala para o enfraquecimento do Estado pela sua prática de recrutamento de pessoal, e têm-se colocado em algumas instâncias como agências alternativas do Estado. Para uma extensa crítica ver Hanlon, J. (1991), *Mozambique: Who Calls the Shots?* James Currey, London.

[23]James Sidaway, "Mozambique: destabilization, state, society and space", *Political Geography*, Vol 11 No. 3, May 1992, comenta o colapso do Estado em Moçambique, e faz perguntas sobre a continuação da estabilidade do regime sob a Frelimo. A opinião deste autor é que o processo de reformas locais vai provocar efeitos políticos potencialmente contraditórios; o processo servirá para consolidar o poder dos "notáveis" a nível local, os quais usam a Frelimo como veículo para fins pessoais e alinham na política de apadrinhamentos. Mas o processo de reformas pode também realçar a mudança da natureza de classe dos notáveis do Partido e ainda isolá-los da base de apoio local, acentuando assim o enfraquecimento do regime.

[24]O papel do Departamento de Construção e Urbanização do Conselho Executivo na distribuição de terras nas Zonas Verdes em redor da cidade é um caso em consideração. Ver Land Tenure Centre: University of Wisconsin, Madison (1992), "Land Markets, Transaction Costs and Land Use in the peri-urban green zones of Maputo, Mozambique".

[25]O desenvolvimento de interesses locais e bases de poder no processo de acumulação, e a contínua luta dos habitantes urbanos para defender os seus níveis da vida numa base diária é uma fecunda área de investigação. Alguns trabalhos importantes estão em processo nesta área, por exemplo pelo projecto Mulher e Género do Centro de Estudos Africanos, Maputo.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Lourenço Marques (1971), *Disposições reguladoras da admnistração municipal no Concelho de Lourenço Marques*. Empresa Moderna, Lourenço Marques.

Canas, Vitalino (1991), *O sistema autárquico português. Documento de Plano para o Seminário sobre as Reformas das Instituições do Governo Local*. Maputo.

Chichava, José António (1991), *Cidade de Maputo: Uma reflexão sobre a divisão administrativa, organização e funcionamento do aparelho do Estado*. Maputo.

Duffy, J (1968), *Portuguese Africa*. Harvard University Press, Cambridge, Mass.

Ferreira, António Rita (1969), "Os Africanos de Lourenço Marques", em *Memórias do IICM*, Série C Volume 9. Lourenço Marques.

FINIDA/World Bank/Ministério de Administração Estatal (1988), *Seminário Sobre a Gestão dos Governos Locais*. "Gestão da Cidade de Maputo" Maputo.

Francisco, António (1992), "Strategic Overview of the Key Themes in Mozambican Urban Research over the last Three Decades". *Research Workshop on the Southern African City*, Johannesburg, June 12-24.

Graham, Douglas H. *et al* (1991), *Peri-urban baseline research results: Maputo, Mozambique*. Ohio State University.

Herrick, A.B. *et al* (1969), *Area Handbook for Mozambique*. U.S.Government Printer, Washington.

IBAM (1992), *Organização dos Serviços Urbanos. (Contrato-MAE/DNAL-IBAM: Pojecto de Reforço Institucional dos Órgãos Locais)*. Maputo.

Jenkins, Paul (1988), *Prinicipal Legislation Relevant to Planning and Housing in Mozambique sinse the Colonial Period — a Bibliography*. Nairobi, UNCHS (Habitat).

Jenkins, Paul (1990), "Mozambique", in Mathey, K. (editor), *Housing Policies in the Socialist Third World*. Mansell, London.

Jenkins, Paul (1990), "Case Studies of the relevance of application of community-based "enabling" strategies in the field of housing and urban development in peri-urban communities in Maputo, Mozambique". Background Report prepared for the Regional Housing and Urban Development Office, Eastern and Southern African Region. Nairobi, Kenya.

Jenkins, Paul (1991b), *Urban Development and Settlement in Mozambique: an Overview*. Maputo.

Jenkins, Paul (1992), *Urban Planning and Housing in Mozambique since Independence: A Bibliography*. Maputo.

Land Tenure Centre, Univesity of Wisconsin (1992), *Petty trade and Household Survival Strategies: A Case Study of Food and Vegetable Traders in the Peri-Urban Area of Maputo, Mozambique*. Madison, Wisconsin.

Land Tenure Centre, University of Wisconsin (1992), *Land Markets, Transaction Costs and Land Use in the peri-urban green zones of Maputo, Mozambique*. (Michael Roth, Steve Boucher and António Francisco) Madison, Wisconsin.

Mabunda, Moisés (1991), *Relatório sobre uma visita ao Bairro de Maxaquene*. Friedrich Ebert Stiftung, Maputo.

Medeiros, Eduardo (1989) "L'évolution démographique de la ville de Lourenço Marques 1894-1975". In Cahen, Michael (ed) *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*. L'Harmattan, Paris.

Mitchell, Hilary Flegg (1975), "Aspects of urbanization and age structure in Lourenço Marques 1957". Institute for African Studies, Universisty of Zambia, *Communication No. 11*. Lusaka, Zambia.

Partido Frelimo (1984), "Como Organizar a Cidade de Maputo". Resolução da 5a Sessão do Comité da Cidade, Realizada a 12 de Abril de 1984.

Pinsky, Barry (1985) "Territorial Dilemmas: Changing Urban Life". In Saul, John (ed), *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. Monthly Review, New York.

Salomão, João M. (1991), "Assentamentos Humanos e Desenvolvimento Urbano em Moçambique: Uma Restropectiva". Documento apresentado pelo Ministro de Construção e Águas no Seminário Sobre Reformas dos Órgãos Locais, Maputo.

UNDP/UNHCS (Habitat)/Ministry of Construction and Water Affairs, Republic of Mozambique (1991), *Housing and Living Conditions in Peri-Urban Areas of Maputo City*. Maputo.

World Bank (1991), *Mozambique: Urban Local Government and the Environment. Sector Review*. Infrastructure Operations Divisions, Southern Africa Department. Whashington.

World Bank (1989), *Strengthening Local Government in sub-Saharan Africa: Proceedings of Two Workshops*. Economic Developement Institute Policy Seminar Report No. 21. Washington.

World Bank (1991), *Mozambique: Capacity Building Policy Framework Paper: Refised Draft*. Prepared jointly in consultation with the Donor Community.

Publicações Oficiais

Ministério da Administração Estatal (1991), *Atribuições e Competências de Órgãos Locais no Período anterior à Independência*.

Ministério da Administração Estatal (1991), *Recursos Humanos do Aparelho de Estado: Processo de Descentralização*.

Ministério da Administração Estatal (1992), *Programa de Reforma dos Órgãos Locais: Termos de Referência. Componente Institucional/legal*. (Versão 29/6/92).

Ministério da Administração Estatal. Direcção Nacional da Administração Local: "Grupo de Finanças Locais do Projecto da Reforma dos Órgãos Locais". (1a versão melhorada).

Ministério da Administração Estatal. Direcção Nacional da Administração Local e Instituto Brasileiro da Administração Municipal (1992), *Projecto Piloto: Fortalecimento dos Conselhos Executivos das Cidades de Maputo, Beira e Nampula*. Documento Elaborado no âmbito do contrato MAE/DNAL e IBAM: Projecto de Reforço Institucioal dos Órgãos Locais.

Ministério da Construção e Águas (1991) Unidade de Implementação do Projecto de Reabilitação Urbana. *A Experiência do PRU*. Documento apresentado no *workshop* sobre as Reformas dos Órgãos Locais, Novembro de 1991.

Projecto de Reformas dos Órgãos Locais. Grupo iii: Infraestruturas, Urbanização, Habitação (1992), *Termos de Referência dos projectos-piloto*. GRUPO URBE.

República Popular De Moçambique. *1a Reunião Nacional Sobre Cidades e Bairros Comunais*. (1979) Imprensa Nacional, Maputo.

República de Moçambique, Cidade de Maputo. Comissão do Plano da Cidade (1990), *Informação sobre a Actividade da Comissão do Plano da Cidade de Maputo*.

República de Moçambique. Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico 1991*.

República de Moçambique. Ministério da Administração Estatal (1991), *Descentralização e Autonomia de Órgãos Locais*.

República de Moçambique. Ministério da Administração Estatal (1992), *Componente Institucional/legal/reforço das capacidades técnico-jurídicas*.

República Popular de Moçambique. Ministério das Finanças (1988), *Gestão das Cidades: Estudo Preparatório de Administração e Finanças 2a fase*. Documento de Trabalho. 3 Volumes. Maputo.

Periódicos

ARQUIVO, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. No. 2. (Suplemento) (1987) "Obras Sobre a Cidade de Maputo Existentes no Arquivo Histórico de Moçambique". Maputo.

Boletim Informativo *URBE*, Departamento De Habitação, Ministério da Construção E Águas, Maputo. No.1 Março 1992, No.2 Junho 1992.

RELAÇÕES DE LOURENÇO MARQUES COM O TRANSVAAL, ANTES E DEPOIS DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA

*Manuel Jorge Correia de Lemos**

Introdução

Este trabalho foi realizado em 1976, no âmbito da cadeira de Seminário do Curso de História da Universidade Eduardo Mondlane, que teve como fulcro as «Relações de Moçambique com os territórios vizinhos», no período que vai desde o séc. XIX até inícios do séc. XX. A nós coube-nos tratar a parte relativa aos «Caminhos de Ferro de Lourenço Marques». Todavia, porque o tema central eram as relações com os territórios vizinhos, no nosso caso o Transvaal, tivémos que considerar a construção da linha férrea como um "pretexto" para a respectiva abordagem. Pretexto porque sobre a ferrovia existem dezenas de trabalhos pormenorizados a que não iríamos acrescentar nada de novo, limitando-nos talvez a descrever, a resumir ou a apresentar como nossos os objectivos, as ideias e as afirmações de outros autores; pretexto, ainda, porque falar dela implica, também, conhecimentos técnicos (estamos a lembrar-nos das descrições que Joaquim José Machado faz dos projectos de construção), ou de outro teor, para o qual não temos a devida preparação (caso, por exemplo, da polémica que se levantou

---

**Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.*

devido à rescisão do contrato com a Companhia que se comprometera a construir a linha, em 1884, e que envolveu a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e Portugal, que exige um certo saber jurídico).

Também é verdade que, ao incidir a nossa atenção nas relações de Lourenço Marques com os territórios vizinhos, sabíamos que não iríamos produzir algo inédito, mas apenas expor a nossa leitura dos principais acontecimentos à volta delas, ocorridos durante o período que vai de 1855 a 1899 (datas da assinatura do primeiro acordo luso-boer e do desencadeamento da guerra anglo-boer, respectivamente), passando por uma breve retrospectiva, desde os contactos iniciais dos portugueses com a baía, e culminando com uma prospectiva, onde, em linhas muito gerais, nos referimos ao novo tipo de relações que se estabeleceram após a perda da independência do Transvaal, em 1902, e sua consequente integração no espaço geo-político e económico sul-africano sob influência inglesa.

I
Breve Retrospectiva no Tempo

1. Os Portugueses em Lourenço Marques

a) A presença portuguesa na baía até 1781 e as relações comerciais com os rongas

A Baía do Espírito Santo, também designada por Baía da Lagoa, era conhecida dos primeiros navegadores portugueses, que de Portugal viajavam para a Índia, mas até meados do século XVI, data em que Lourenço Marques iniciou a sua exploração, não era por eles muito frequentada.

Lourenço Marques e António Caldeira foram os primeiros portugueses enviados para investigar as possibilidades de comércio na região e em 1544 os dois exploradores elaboraram um relatório extremamente favorável ao que tinham visto.

Na foz do Limpopo, relatam, o cobre era abundante e a população prometia vendê-lo a preços razoáveis. Mais para

o sul, na Baía da Lagoa, viram grandes manadas de elefantes e de novo receberam promessas de que grandes quantidades de marfim poderiam obter a preços muito acessíveis.[1]

Nesta fase das relações dos portugueses com a baía "não houve de facto ocupação (...). Houve uma exploração comercial, por meio da expedição, anual ou de dois em dois anos, de um navio da Índia ou de Moçambique. O navio fundeava na Baía. A tripulação vinha a terra, fazia resgate, voltava para bordo e o navio regressava a Moçambique, sem deixar gente ou fazenda".[2]

As populações rongas ribeirinhas foram as primeiras a estabelecer contactos comerciais com os portugueses, trocando marfim, pontas de rinoceronte e âmbar por missangas, panos, manilhas e bebidas. O produto mais importante era o marfim, obtido na região ou nas terras mais a sul, chamadas do Natal, local até onde chegavam os intermediários rongas.

b) O aparecimento de novos intervenientes: os ingleses, os holandeses e os austríacos

Por volta de 1597 surgem em cena outros personagens. Além dos portugueses, passam a frequentar a baía comerciantes ingleses. Nessa data, três barcos ingleses estabeleceram trocas com os rongas: " Estas três naos depois de surtas no porto mandaram uma lancha a terra com 20 homens arcabuzeiros, tomar falla della, e uma peça de tamette vermelha e um roupão muito formoso de Londres, verde forrado de beata roxa apassamanado, e um pouco de coral, azul, tudo de Sagoatte ao rey pedindo-lhe lugar para fazer uma casa e porem nella 200 homens (...)".[3]

Durante o século XVII os ingleses obtiveram maior sucesso do que os portugueses nas relações comerciais com os rongas, devido principalmente ao latão, produto bastante desejado pelos nativos. Em 1680, cinco barcos ingleses apareceram na baía, tendo-se estabelecido os comerciantes numa ilha, onde fabricavam braceletes de cobre que trocavam por marfim. No entanto, em breve se retiraram.

Em 1721, os holandeses, através da Companhia das Índias Orientais, vieram estabelecer-se na Baía da Lagoa, mais precisamente na margem norte do estuário.[4] Dedicavam-se,

principalmente, ao tráfico de escravos, que utilizavam na colónia do Cabo. Contudo, esta ocupação foi efémera. Circunstâncias várias, entre elas as febres e a falta de sucesso no comércio, levaram os holandeses a abandonar a baía em 1730, após terem destruído o forte e as outras instalações.[5]

"O ano de 1753 marca o extremo do esquecimento português. Suspensa toda a comunicação com a baía, o capitão-general de Moçambique só «de tradição» podia conhecer o porto de Lourenço Marques (...)".[6]

Sobre os motivos que explicam a atitude dos portugueses poderemos dizer que: "Foi o grande comércio da Zambézia que relegou Lourenço Marques a um plano secundário no quadro económico de Moçambique".[7]

Entretanto, a actividade comercial dos demais europeus não esmorecia, apesar dos revezes que sofriam. "Por 1762 os Franceses pretenderam, mais abertamente estabelecer-se em Lourenço Marques, mas a hostilidade dos Ingleses não lho permitiu".[8]

Em 1777, o comércio da baía ganha um novo cariz com o aparecimento e instalação da Companhia Asiática de Trieste que, após o estabelecimento de acordos com os chefes nativos, iniciou um comércio bastante volumoso. Sabe-se que os austríacos (da Companhia) num período de 4 anos obtiveram cerca de vinte mil pontas de elefante. Por outro lado, eles pagavam preços elevados para efectuarem as trocas: " «Zuarte de seis a oito braços de comprido (capulanas), muxoxo de Belegate, de boa escolha, manilhas grandes e grossas e velório de bom agrado»".[9]

A permanência austríaca não foi duradoira, pois os portugueses, apesar de não ocuparem a baía, reivindicavam direitos sobre ela.

Em 1781, forças portuguesas enviadas da Índia e de Moçambique destruíram o estabelecimento austríaco e instalaram-se na baía. Para consolidação da sua presença, os portugueses construíram o presídio em Lourenço Marques;

"em 25 de Novembro, Vicente Caetano (governador de Moçambique) nomeou «capitão-mor e governador para a baía de Lourenço Marques e seus adjacentes» e deu-lhe as instruções por que deveria reger-se,

instruções que constituem a primeira carta orgânica-política, administrativa e económica da baía e terras de Lourenço Marques. Politicamente a dominação portuguesa era assente em dois núcleos de ocupação: um na Inhaca, com casa forte e quartéis para um destacamento de trinta homens, o outro na margem norte, em frente ao fundeadouro, com a fortaleza-feitoria — uma bataria de peças protegida por estacada".[10]

2. A Ocupação da Baía e as Relações desta com o Transvaal até 1855

a) A autonomia administrativa de Moçambique em 1752 e a sua repercussão por todo o espaço de influência portuguesa

Quando em 1752 foi outorgada a autonomia administrativa de Moçambique em relação a Goa, marcou-se o início de uma nova época para a colónia. Até aquela data ela havia sido pura e simplesmente uma dependência de Goa, que determinava a sua vida tanto económica como administrativa. Toda a governação de Moçambique era dirigida por um grupo de indivíduos, enviados de Portugal para a Índia, donde dirigiam o império colonial no Índico.

Ainda que essa medida não tenha trazido de imediato alterações importantes para o território de Moçambique, que continuará por algum tempo mais subordinado economicamente à Índia, inicia-se contudo um processo que será bastante demorado, mas que terá como consequência a unificação efectiva de todo o espaço sob influência portuguesa. Centralizado o poder na Ilha de Moçambique, todas as outras regiões que até 1752 se mantinham com governo próprio, autónomo, tornar-se-ão de facto dependentes da capital.

"O documento capital que efectivamente criou a nova Capitania-Geral de Moçambique, «de toda a Costa desde a Baía de Lourenço Marques, athe o Cabo Delgado, e de todo o interior do paiz», dominado ou a dominar, imediata às ordens reais e independente do governo de Goa e jurisdição do vice-rei, excepto na Administração do Comércio, foi lavrado em 23 de Abril de 1752".[11]

Moçambique, durante todo o período anterior a essa data, encontrava-se num estado de semi-abandono, a sua rentabilidade era quase nula, pois enormes problemas assoberbavam-na. O simples facto de depender da Índia bastava para definir a situação em que se encontrava. Todas as alterações, todas as vicissitudes políticas e económicas que tinham lugar na Índia reflectiam-se fatalmente em Moçambique. Prova disso são os critérios diversos que foram adoptados em relação ao comércio de Moçambique. Desde o arrendamento a um capitão até à administração pela Junta, todos os sistemas económicos que vigoraram em Moçambique mostraram-se inoperantes e ineficazes.

Com a autonomização da colónia nada mais se pretendia do que tentar solucionar a incapacidade de gerência da Índia.

Para que a emancipação de Moçambique conseguisse consolidar-se, foi necessária a ocorrência de dois factos capitais: "a liberalização do comércio pela promulgação do Real Decreto de 29 de Março de 1755, que extinguiu a superintendência do comércio de Moçambique pelo Conselho da Fazenda do Estado da Índia, e a promulgação, anos depois, da célebre «Carta a Calisto Rangel», primeira carta orgânica da província. Demorou dez anos dar novo rumo à administração da província".[12]

Francisco de Melo e Castro foi o primeiro governador designado para Moçambique. Ele "havia anteriormente governado Sena por cinco anos «com notória aceitação» e por isso fora a escolha para o Governo-Geral «bem acertada», havendo grandes esperanças nele, dada a «sua grande experiência»".[13]

Ora, dessa autonomia de Moçambique em relação à Índia resultará a unificação das pequenas colónias portuguesas numa só, que se estenderá do Cabo Delgado até à Baía de Lourenço Marques. Esta última, votada ao abandono pelos Portugueses durante longos anos e, por isso mesmo, frequentada sobretudo por comerciantes de outros países europeus, virá a ser ocupada militarmente em 1781.

Como já mencionámos um pouco atrás, é a partir desta data que se inicia o estabelecimento efectivo na baía, ainda que, por vezes, tenham surgido algumas crises que chegaram

a provocar a retirada das forças portuguesas.

Quando em 1855 se assinar o primeiro acordo luso boer, já os portugueses estarão fixados de facto em Lourenço Marques há quase um século, dominando toda a região limítrofe e de boas relações com os chefes rongas do território.

b) O tratado de 1855 com a República da África Meridional

Já nos referimos às relações que os portugueses, holandeses, ingleses e austríacos tiveram com a baía de Lourenço Marques. Se, por um lado, esses contactos se faziam directamente com as populações litorâneas, podemos acrescentar que, por outro, se prolongavam até ao interior, através dessas mesmas populações.

Posto isto, podemos afirmar que ainda nenhum europeu se aventurara muito para além da faixa costeira. As primeiras referências de tentativas de penetração europeia no interior datam de 1725. Foram seus autores os holandeses, estabelecidos na baía desde 1721, e tinham por objectivo alcançar por terra, através de Lourenço Marques, as minas do Monomotapa. Mas fracassaram, pois, para além da falta de conhecimentos geográficos, que permitiriam uma melhor localização das referidas minas, eles depararam com a hostilidade dos povos naturais que os rechaçaram, obrigando-os a regressar ao ponto de origem.

No primeiro quartel do século XVII, ainda que os intermediários do comércio do interior com a Baía de Lourenço Marques continuassem a ser os rongas, vemos esboçarem-se com sucesso deslocações de comerciantes portugueses até ao território dos zulu, bem a sul do rio Maputo.

Esses pioneiros, ao chegarem àquela região, travaram os primeiros contactos com os boers e ingleses que do Cabo e do Natal penetravam para o interior norte e nordeste.

Conforme indicação de "T. V. Bulpin, o Dr. Alexandre Cowie, antigo cirurgião do distrito de Albany, no Cabo e Benjamim Green, conhecido comerciante de Grahamstown, achando-se no «kraal» de Dingana, «tiveram a infelicidade de encontrar um grupo de sertanejos portugueses de raça mista que os convenceu a fazerem uma jornada até Lourenço Marques». Levando Jacob como intérprete — continua aquele

historiador — partiram para essa jornada da qual jamais regressaram. Explorando o território ao Norte, em Moçambique, «ambos morreram de febres».

Cowie e Green estiveram de facto em Lourenço Marques em Março de 1829 e é de supor que, tendo feito a jornada de ida via Maputo houvessem depois tentado explorar o Norte de Lourenço Marques, onde econtraram a morte".[14]

É por volta de 1836 que os primeiros boers chegam ao território ao Norte do rio por eles denominado Vaal, nas proximidades dos Montes Zoutpansberg. Fugindo da investida inglesa no Cabo, esses colonos africânderes fundam no interior o Transvaal. A eles estão ligados os nomes de Johannes Van Rensburg e Louis Trichardt.

Estes colonizadores das terras do interior sofreram uma série de revezes. A sua vida decorreu cheia de peripécies e contratempos que os levaram a procurar outras regiões mais favoráveis.

O grupo chefiado por Van Rensburg, tendo-se afastado dos demais, veio a ter uma morte trágica, em circunstâncias estranhas. Por sua vez, Louis Trichardt e os seus, após terem-se instalado numa zona favorável à agricultura e criação de gado, viriam a ter conhecimento do triste fim dos companheiros. Perante as notícias, Trichardt resolveu abandonar a região onde se haviam estabelecido e procurar atingir o presídio de Lourenço Marques.[15]

Apesar de ser interessante a história da viagem até Lourenço Marques efectuada por aquele atribulado grupo de pioneiros boers, chefiado por Louis Trichardt, não iremos aqui relatá-la. No entanto, gostaríamos de salientar um aspecto relevante para o nosso trabalho: Ao chegarem a Lourenço Marques, os africânderes foram bem acolhidos pelo governador do presídio e pela população, tendo-lhes sido dispensada grande atenção. Mas, porque uma série de doenças haviam atacado os componentes do grupo, todos viriam a sucumbir, uns primeiro e outros mais tarde.

Quisémos referir este acontecimento porque marca, de facto, o dealbar das relações entre os colonizadores das terras altas do Transvaal e os portugueses instalados na Baía de Lourenço Marques.

Em 1846, o português João Albasini, acompanhado por alguns nativos e por alguns comerciantes goeses, partiu de Lourenço Marques com destino ao interior, onde se fixou. Este sertanejo português teve um papel importante para o fortalecimento dos contactos entre os boers e a costa: Estava, na verdade, duplamente interessado nessas relações, porque se havia casado com uma senhora boer e porque era comerciante. Ele irá exercer sempre influência sobre os portugueses em Lourenço Marques para a concretização da ligação por estrada entre o Transvaal e a baía.

Do lado africânder as coisas também caminhavam de feição. De facto, cerca de 1845-46 funda-se a primeira república do Transavaal em Ohrigstad. Os boers que vinham convergindo para o interior, porque formavam já uma grande comunidade de interesses, decidiram constituir-se num minúsculo estado.

No entanto, foi efémera a vida desta república. As dificuldades começaram a apertar os colonos, obrigando-os a emigrar de novo. Conduzidos por Potgieter, buscaram um novo local para se instalarem, fundando uma cidade que tomou o nome de Lydemburg, próxima do território ocupado pelos portugueses.

"Mas essa aproximação dos «boers» para mais perto de Lourenço Marques, inquietou sobremaneira os ingleses estabelecidos no Natal. Londres foi imediatamente alertada dessa aproximação e não tardou que ordens fossem expedidas de Lisboa para o governador do presídio se acautelar mais nas suas relações com os imigrantes «boers». A partir de então intensificou a política de sistemática obstrução às tentativas «boers» de uma maior aproximação com os portugueses".[16]

Em 1852 é assinado um acordo (Sand River Convention) entre os africânderes e os ingleses, no qual estes últimos reconhecem a independência das repúblicas boers.

Porque era da vontade destas e dos portugueses o estabelecimento de relações mais intensas entre eles,

"em 1855 foi o governador de Lourenço Marques, Francisco Sales Machado, autorizado por Lisboa a contactar com uma comissão de destacados colonos «boers» do Transvaal, como Cornelius Potgieter, presidente do «Volksraad», Jacob Clarig, Frederik Comlerink e Jacob Midel, todos os três magistrados do distrito de Lydemburg, que vieram

expressamente ao presídio de Lourenço Marques a fim de negociar um tratado de aliança e amizade comercial e política com Portugal. Decorreram demoradas as negociações até que, finalmente, no dia 14 de Agosto de 1855, foi assinado [sic] pelas duas partes as bases de um convénio, que veio a ser o primeiro laço político estabelecido com os nossos vizinhos. Em 24 artigos desse convénio, estipulava-se, entre outras coisas, que o Governo português reconhecia a independência da república «boer»; que se havia de estabelecer limites entre territórios das duas partes; que os dois governos se auxiliariam mùtuamente quando qualquer deles fosse atacado; que o tráfico da escravatura ficava absolutamente proibido; que nenhum dos dois governos consentiria na venda de armas de guerra aos nativos; e que ambos os governos fariam o possível por tornar transitáveis as estradas e caminhos entre o presídio de Lourenço Marques e a república «boer» do Transvaal".[17]

II
A Ideia das Comunicações: Das Estradas Carreteiras aos Caminhos de Ferro

1. Os Transportes antes de 1879

a) O comércio da baía com o interior

As referências que conseguimos recolher sobre o comércio da baía com o interior não são muitas. No entanto, é lícito afirmar que desde os primeiros tempos da presença portuguesa na Baía da Lagoa se verificaram contactos entre as duas regiões. Esse comércio teve como intervenientes os portugueses (mais tarde os ingleses, os holandeses e os austríacos), dum lado, e os rongas do outro, sendo estes últimos os detentores do papel de intermediários com os povos do interior.

No relato do naufrágio da nau Santo Alberto, em 1538, encontramos alusões sobre o comércio dos rongas com os indígenas do Natal. Apesar desta região ser também costeira e não propriamente do «interior», essas referências permitem-nos deduzir qual o raio de acção dos intermediários rongas. Além disso, o relato fornece-nos a indicação de que o produto trocado por missangas era o marfim; assim sendo, podemos afirmar sem receio de errar que a zona abrangida pelo comércio da baía se estendia por todo o interior a sul de

Lourenço Marques, pois o elefante abundava (e ainda hoje existe, ainda que em reservas) no território do Maputo e na região vizinha do Natal.

Diz o autor que os nativos

"trazem umas continhas vermelhas nas orelhas as quais perguntando Nuno Velho ao cafre (...) donde vinham, entendeo pelas confrontações que as traziam da terra de Inhaca, que é o rei que povoa o rio de Lourenço Marques. São estas contas de barro, de todas as cores, da grandeza do coentro, e fazem-se na Índia, Negapatão, donde se levam a Moçambique e dali pelas mãos dos portugueses se comunicam a estes negros, resgatando-se com elles por marfim".[18]

Numa descrição pormenorizada de toda a região que confina com a baía de Lourenço Marques, escrita em 1784, é-nos fornecida a indicação de que os rongas possuíam íntimas relações com o interior. Assim, ficamos conhecedores do seguinte: " O seu Comércio consiste em muito Marfim, pois á lem do que alcanção, e conseguem do próprio Paiz, lhes trazem muito grande porção delle, e dentes de Cavallo marinho os outros Cafres habitadores do Certão, e mais centraes do Continente, a quem chamão Alentotes (...)".[19]

É ainda nessa descrição que encontramos pela primeira vez referência ao ouro das terras altas. Escreve o autor, referindo-se ao chefe ronga Cherindza (duma região situada na margem norte da baía): "À sua Caza vem parar muita gente da montanha, de seis, e sete mezes de caminho a trazer oiro, cobre, e marfim".[20]

Em 1803 os portugueses já se encontravam estabelecidos efectivamente na baía, monopolizando o comércio com os rongas e, por consequência, com os povos do interior. Como já referimos, durante o primeiro quartel do século XVIII houve algumas tentativas, bem sucedidas, de deslocações de comerciantes portugueses para o interior. É desse modo que conseguem atingir as terras sob o domínio do conhecido Dingana, poderoso chefe zulu.

Uma notícia do historiador sul-africano Graham Mackeurtan informa-nos que por volta de 1833 o rei dos zulu, Dingana, entrara " em contacto com o governador do presídio de Lourenço Marques para a compra de braceletes de cobre e missangas que tanto cobiçava".[21]

b) Os boers no interior

Os primeiros contactos entre os portugueses e os boers, que haviam começado a atingir as terras altas do actual Transvaal, verificaram-se, como já referimos, cerca de 1836, quando Louis Trichardt, chefiando um grupo de caravanas de agricultores, se recolheu ao presídio de Lourenço Marques, após ter-se instalado durante algum tempo no interior, onde sofreu uma série de contratempos que o obrigaram a abandonar aquela região.

Este contacto marca, de facto, o início das relações entre os africânderes e a colónia portuguesa de Moçambique. A partir daqui procurar-se-ão estabelecer laços mais íntimos entre essas duas comunidades estrangeiras.

Louis Trichardt e os seus viriam a morrer em Lourenço Marques, pouco depois da sua chegada, pois não conseguiram recuperar das doenças que haviam contraído durante a longa viagem efectuada por territórios pouco saudáveis.

Em 1840, Hendrik Potgieter, colono e dirigente da comunidade boer que se estabelecera, como vimos, em Lydemburg, empreendeu, juntamente com alguns companheiros, uma viagem a cavalo até á baía, onde soube do fim que tivera Trichardt.

Este grupo efectuou a viagem com o objectivo de examinar as condições existentes para a ligação entre a costa e o interior e as possibilidades de se abastecerem por essa via.

Um ano depois, no seguimento da primeira viagem, Potgieter voltou a Lourenço Marques onde se avistou "com o holandês Johan Arnold Smellekamp, emissário enviado pelo mercador holandês de nome Andries Ohrig, que para aqui despachava uma escuna, a"Brasilie", e tentava estabelecer comércio com as nascentes repúblicas «boers»".[22]

Visionava-se já a excelente situação do porto de Lourenço Marques e as suas enormes possibilidades naturais para o escoamento e entrada de produtos dos comerciantes «transvalianos».

É neste contexto que surge João Albasini. Como vimos, em 1846 este sertanejo português, acompanhado por alguns nativos e por alguns comerciantes de origem goesa, atravessou os Libombos e foi fixar-se no território vizinho ao dos africânderes.

Foi este João Albasini o primeiro português que conseguiu regressar a Lourenço Marques, atravessando a serra dos Libombos e quem deu informações pormenorizadas sobre o Transvaal e as colónias «boers» ao governador do presídio de Lourenço Marques, incluindo sua situação militar. Isso aconteceu em Maio de 1847".[23]

O transporte de mercadorias entre a costa e o Transvaal era, nos primeiros tempos, feito por carregadores nativos. Com a intensificação do comércio, este processo de transporte passou a ser anacrónico, tornando-se necessário arranjar outro meio mais eficaz. Contudo, circunstâncias várias bloquearam sempre a concretização do estabelecimento efectivo de relações mais íntimas entre o Transvaal e a baía. Ora eram os ingleses que tentavam cercear toda e qualquer iniciativa dos africânderes em comunicarem com o mar, através de Lourenço Marques, ora era o governo central português que, na vã pretensão de agradar às autoridades inglesas,[24] se furtava à criação de qualquer plataforma de entendimento que possibilitasse e facilitasse a livre circulação dos produtos, para e do interior, através de uma via de comunicação mais segura e rápida.

"Mas os «boers» isolados no interior, insistiram em estabelecer relações com Lourenço Marques, porque careciam de um porto de mar pelo qual comunicassem com «outros países do Mundo», pois pela Sand River Convention [acordo assinado em 17 de Janeiro de 1852 entre os ingleses e os africânderes, no qual se reconhecia a independência das repúblicas boers, bem como a liberdade do comércio com aqueles colonos do interior] tinham perdido a esperança de obter algum porto do Natal. Até que em 1855 foi o governador de Lourenço Marques, Francisco Sales Machado, autorizado por Lisboa a contactar com uma comissão de destacados colonos «boers» do Transvaal, (...) que vieram expressamente ao presídio de Lourenço Marques a fim de negociar um tratado de aliança e amizade comercial e política com Portugal".[25]

Em 14 de Agosto de 1855, como corolário de tudo, foi assinado entre as duas partes em presença um convénio, que marca o primeiro laço oficial entre os portugueses e os transvalianos.

c) Os tratados de 1869 e 1875 com a República da África Meridional

O português Diocleciano das Neves "deu estímulo novo ao comércio de marfim em Lourenço Marques e estabeleceu, de sua conta, comércio com os «boers» estabelecidos em Zoutpansberg, para onde partiu em 3 de Setembro de 1860. (...). Dos contactos que estabeleceu como os «boers» e com João Albasini, já então estabelecido no Transvaal, teve conhecimento dos géneros que mais interessavam aos «boers» exportar e dos que desejavam importar".[26]

Foi o próprio Deocleciano das Neves quem escreveu sobre a necessidade de se ligar o interior com a baía; prevendo, ainda que vagamente, a construção de uma linha férrea que ligasse a costa com o Transvaal, dizia ele:

"É necessário primeiro fazer uma estrada em tais condições, que não deixe nada a desejar; e só depois dela feita é que os holandeses [os boers] se hão-de dedicar à cultura do café, cana de açucar, algodão e muitos outros produtos valiosos. A pouco e pouco, depois, com o auxílio da estrada, hão-de levar a Lourenço Marques estes produtos; e quando o movimento deles for considerável, aparecerão empresários sérios que empreguem os seus capitais na construção de um caminho de ferro, porque têm então a certeza de obter o juro do seu capital".[27]

Por outro lado, a colonização boer no Transvaal intensificava-se cada vez mais. As suas necessidade começavam a ser maiores, urgindo, portanto, o estabelecimento de relações mais frequentes com Lourenço Marques, porto excelente e próximo, onde poderiam abastecer-se dos géneros de que necessitavam. A abertura da estrada de Lydemburg, cerca de 1873, concretizará, finalmente, o desejo de muita gente. Ligada a ela estará a corrida ao ouro, que trará para estas paragens gente de toda a parte e de toda espécie.

Entretanto, em 29 de Abril de 1868, o presidente da república boer do Transvaal proclama "arbitràriamente os limites da sua república, incluindo nela os vastos territórios para o Norte até ao lago Ngami e a leste até à linha 25° transversal ao mar, de um e de outro lado, com violação dos direitos de Portugal. Mais ainda, proclamava a anexação ao território republicano do espaço compreendido entre a

nascente do rio Ungomogazi, até Rocks, no Natal, mandando estabelecer um posto aduaneiro no rio Pongola, uma milha abaixo do rio Maputo, que desagua na baía de Lourenço Marques".[28]

A reacção a esta proclamação não se fez esperar, tendo o governo português protestado junto das autoridades boers. Por isso, foi acordada entre as duas partes a realização de negociações para um tratado que definisse as fronteiras entre Moçambique e o Transvaal.

Motivos vários obstaram a que o plenipotenciário designado de Portugal junto do governo transvaliano, João Albasini, chegasse a tempo de participar nas conversações, ao lado do cônsul de português no Cabo, Alfredo Duprat. Por isso, este último viu-se na contingência de iniciar as negociações com os dirigentes boers. Mas, porque desconhecia a realidade da presença lusa para além dos Libombos ou por outros motivos que não conseguimos descortinar nos trabalhos que lemos sobre o assunto, o cônsul Duprat assinou em 29 de Julho de 1869 o «Tratado de paz, amisade, commércio e limites entre sua magestade el-rei de Portugal e dos Algarves e o governo da república da Africa Meridional», no qual Portugal ficou a perder territórios que sempre haviam estado sob sua influência.

Em princípios de Abril de 1869 havia sido iniciada a que mais tarde viria a designar-se Estrada de Lydemburg ou Estrada Real para o Transvaal. Apesar de ter possibilitado o escoamento dos produtos durante algum tempo e provocado o desenvolvimento comercial de Lourenço Marques, ela não tinha nada que a comparasse a uma verdadeira via de comunicação.

Assim, foi-se ganhando cada vez mais a convicção de que "a construção de um caminho de ferro, em substituição da estrada, seria muito mais vantajosa para ambas as partes".[29]

Os primeiros passos para o traçado da linha férrea de Lourenço Marques em direcção à fronteira do Transvaal foram dados em 1874. O engenheiro George Pigot Moodie é uma figura que está ligada a essa fase. Dele e da sua contribuição para a concretização dos planos de ligação Lourenço Marques — Transvaal falaremos mais à frente, quando fizermos a

análise, breve, do estabelecimento da linha e das vicissitudes por que passou.

Em 1875 foi negociado novo tratado com o Transvaal, que completava o de 1869, "introduzindo cláusulas relativas à construção do caminho de ferro (...)".[30]

2. Os Estudos de Joaquim José Machado

a) A urgência dos caminhos de ferro: a África Meridional e a sua libertação do jugo inglês

Ao chegarmos a este ponto, podemos pôr esta questão a nós próprios: eram só interesses comerciais que norteavam os dirigentes boers ao estabelecerem acordos de amizade e de comércio com as autoridades portuguesas? Nós julgamos esse motivo muito importante, mas cremos estar em presença de um intuito também político.

Recorrer à saída para o mar via Cabo ou Durban era depender inteiramente dos ingleses, com quem vinham tendo conflitos de soberania, e submeter, portanto, os seus interesses aos daquela potência. Era necessário, então, «conquistar uma saída própria» através do seu porto natural - Lourenço Marques.

Ainda que aquela atitude não tenha sido duradoura, pois a África do Sul, mais tarde, tomará outra posição em relação ao porto de Lourenço Marques, pensamos que, naquela altura e naquelas circunstâncias, a única possibilidade da República da África Meridional se subtrair à influência inglesa era recorrer à saída por Lourenço Marques.

"Este assumpto interessa de perto cada um dos habitadores do paiz, porque é um assumpto complexo e que prende com muitos outros. Basta dizer-se que d'elle depende principalmente o rendimento do thesouro, por isso que ao presente os direitos da alfandega, que de jure pertencem a este paiz, estão sendo cobrados em Natal e na colonia do Cabo; e emquanto um paiz da África austral estiver privado da cobrança de direitos aduaneiros, há de necessariamente estar a braços com difficuldades financeiras".[31]

Assim se expressava, numa sessão da Assembleia Legislativa da República da África Meridional, em 1880, o sr.

White, deputado por Pretória. Esta posição era de facto a mais corrente naquele país. Lá, como em qualquer parte, a independência só poderia ser real quando o país estivesse economicamente livre, não dependendo da Inglaterra, através da utilização das vias do Cabo e do Natal.

Continuando a seguir o discurso daquele deputado ficamos sabendo que:

"O mínimo preço de transportes de Durban a Pretória foi, pelo que se averiguou, £ 15 por tonelada.
Se importamos as nossas mercadorias pela colonia do Cabo, as tarifas de transportes são ainda mais elevadas do que as de Natal (...).
Portanto, quer importemos por Natal, quer pelo Cabo temos sempre de pagar um excesso de £ 16 por tonelada a mais do que a tarifa calculada para os transportes pelo caminho de ferro de Lourenço Marques! (...).
E por isso parece-nos que não poderá haver duvida, que o caminho de ferro seria um grande bem para o paiz (...).
.....
Devemos esperar ainda outras vantagens da construcção do nosso caminho de ferro. Com elle poderiamos utilizar as nossas grandes riquezas mineraes (...)
Quero referir-me unicamente ao carvão mineral que existe em quantidades inexhauriveis em todo o Transvaal (...).
Este carvão tem de ser transportado desde as nossas minas para a costa, pelo caminho de ferro que será construido atravez de todos esses ricos jazigos, e depositado no porto de Lourenço Marques, que é não um dos melhores, mas sim o único bom na África do Sul, ficando assim esse carvão ao alcance dos vapores que cruzam o Oceano Indico".[32]

b) Os primeiros estudos da linha Lourenço Marques—Transvaal por Joaquim José Machado

Decorria o ano de 1877 quando, a 7 de Março, chegou a Lourenço Marques uma Expedição de Obras Públicas, chefiada pelo major Joaquim José Machado, que tinha por missão superintender todos os melhoramentos urbanos da cidade.

Para além de ter tido um papel importante na elaboração de projectos que permitiram o desenvolvimento da urbe, a Expedição viria a ter influência na construção da linha férrea.

Como consequência do Tratado de 1875 com os boers, foi determinado o estudo do caminho de ferro de Lourenço Marques, por portaria régia (nº 144) de 10 de Agosto de 1878. Joaquim José Machado, director da Repartição de

Obras Públicas, encarregado de tal tarefa, concluíu o projecto da linha férrea de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal em 1879.

"O caminho de ferro de que fomos encarregados de estudar tem a sua origem em Lourenço Marques, junto à margem esquerda do rio para o S. da povoação, e próximo do muro a que chamam linha de defeza.
O traçado segue para NW., passa o valle do Enfulene, as terras da Matolla, desce á baixa dos Saguans, segue pela serra dos Labofanes, planicie de Um-Chamachabas, serra dos Libombos, e encosta do rio Umbuluse até à linha da fronteira.
Este traçado está indicado na cópia que fizemos do mappa do sr. Jeppe, ampliado para a escala 1:500:000.
O caminho é para via reduzida, de 1,m08 de largura entre os carris, e tem a extensão total de 69:144,m58 que dividimos em quatro secções".[33]

Enquanto estes acontecimentos tinham lugar em território sob domínio português, outros se verificavam na República da África Meridional. Em 12 de Abril de 1877 a Inglaterra proclamou a anexação do território transvaliano à Coroa.

"Entretanto a 30 de Maio de 1879, depois de longas negociações, assinava-se em Lisboa um novo tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha, cujo objectivo primordial era assegurar a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques, já prevista no art. 8º do tratado de 1875 mas, diplomàticamente, considerado «para regular as relações das suas respectivas possessões na África do Sul e África Oriental». Foi essa a designação que passou a ter o novo tratado, que acompanhava, em linhas gerais, as bases do contrato celebrado em 1875 com os «boers»".[34]

Este tratado, além de constituir um atentado à soberania que a própria Inglaterra reconhecera tempos antes à República da África Meridional, tirava importantíssimas vantagens que haviam sido concedidas a Portugal pelo tratado luso-boer de 1875.

III
Estabelecimento de Relações Mais Íntimas e Mais Frequentes

1. A Linha Férrea de Lourenço Marques ao Transvaal

a) A Sociedade de Geografia de Lisboa face à construção da linha

Era opinião da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881, que "sòmente a viação acelerada pode satisfazer inteiramente às necessidade e as condições locais d'esta ligação do melhor porto da África oriental com aquella opulenta região (...)".[35]

Para que tal ligação se tornasse uma realidade, ela referia-se " á conveniencia de que a construcção e exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira do Transvaal, segundo o traçado já estudado e orçamentado, que parece offerecer notaveis vantagens, sejam feitas e mantidas por administração directa do Estado".[36]

Como se pode depreender destas breves passagens, a Sociedade de Geografia pugnava pela urgência da construção da linha. E acrescentava:

"Pode prever-se que construindo o caminho de ferro, ou melhor ainda, desde que elle seja resolvido definitivamente, começará a operar-se na (...) colonia de Lourenço Marques uma rápida transformação progressiva que, á parte os seus grandes resultados economicos, e até para melhor garantil-os e facilital-os, ha de alcançar necessariamente a adminsitração nas suas diversas relações e influencias".[37]

Em presença de toda esta situação,

"a comissão é de parecer:
1º. Que seja approvada a proposta para que se peça ao Governo que promova com a maior urgência junto dos poderes competentes, ou servido-se dos seus poderes constitucionaes, a construcção do caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal;
2º. Que igualmente se peça que a construcção e exploração d'esse caminho de ferro sejam feitas e mantidas por administração directa do Estado, como processo essencial de conveniência e segurança colonial e politica".[38]

Tendo sido aprovado o parecer em sessão de 31 de Janeiro de 1881 e tendo sido dirigida representação ao governo, em 12 de Fevereiro, este último comunica à Sociedade, em ofício da Direcção Geral do Ultramar, de 19 do mesmo mês, "que está dependente, não só da aprovação do tratado de Lourenço Marques [o de 1879, com a Grã-Bretanha], mas também de que termine a guerra da Inglaterra com os boers, a construção e exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques até a fronteira".[39]

Não se satisfez a Sociedade com esta resposta, mas, porque talvez a ocasião não fosse oportuna, decorreu algum tempo antes que ela voltasse a insistir com o governo, para que se efectivassem o mais depressa possível a construção e a exploração da linha férrea. É assim que nos surge o parecer da Comissão Africana de 6 de Fevereiro de 1882, apresentado à Sociedade de Geografia de Lisboa:

"Terminada esta guerra [anglo-boer], e sabendo-se que caducou aquelle tratado [o de 1879], pelo menos nas clausulas relativas às relações entre Lourenço Marques e o Transvaal, é a vossa comissão africana de parecer que se represente ao governo de Sua Magestade, solicitando:
1°. Que promova, com a maxima urgencia, a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira portugueza;
2°. Que o governo attenda á influencia que a independência dos Swasis (Mussuate) prescripta, sem que Portugal fosse ouvido, na convenção de 3 de Agosto de 1881, negociada e adoptada pela Inglaterra e pelo Transvaal, póde ter sobre o districto de Lourenço Marques e nas relações d'este com o estado do Transvaal;
3°. Que o governo nomeie, com urgencia um agente diplomatico e consular, portuguez e provadamente competente, junto ao governo do Transvaal, e os funcionarios consulares necessarios, para vigiarem na África do Sul os interesse portugueses;
4°. Que se mande, quanto antes, estudar e reconhecer os rios Maputo, Tembe, Incomati e Inhampura, visto ser provavel que algum delles seja navegavel em grande extensão, que se estude igualmente o lago Inharrime e as suas relações com o Limpopo, por onde talvez seja facil estabelecer comunicações entre os distritos do N. do Transvaal e o nosso porto de Inhambane".[40]

b) A independência da Suazilândia — manobra inglesa para cortar a ligação directa entre o Transvaal e Lourenço Marques

Entretanto, em Portugal a situação política estava agitada. Como corolário de toda a crise por que atravessava aquele

país, o governo que assinara o acordo de 1879 com a Inglaterra foi demitido. Mas a situação estava longe de estar esclarecida. Apesar de ter sido aprovado, sem a ratificação das Cortes, o tratado de 1879 nunca viria a ser posto em prática, pois em 1881, a culminar uma série de vitórias dos boers sobre as tropas inglesas, foi assinado em Pretória um Convénio entre a Inglaterra e o Transvaal, que reconhecia a independência da II República.

Nesse Convénio de 1881, a Inglaterra

"introduziu subtilmente uma clâusula que alterava as antigas fronteiras da República, pois prescrevia a autonomia também para o território dos suázis — a Suazilândia —, que passava a ser um protectorado britânico. Por esta disposição a Inglaterra vencida, manhosamente intercalava entre uma parte do território do distrito de Lourenço Marques e a II República do Transvaal, uma vasta área sujeita à sua influência directa e de fácil ocupação em ocasião que lhe parecesse mais oportuna. O objectivo desta manobra inglesa era bem claro. Interceptar a primitiva directriz da linha férrea de Lourenço Marques a Pretória. Os políticos transvalianos viram contudo o perigo e compreenderam que a autonomia artificialmente criada para a tribo dos suazis tinha em vista, pura e simplesmente, o domínio indirecto, mas eficaz quando se quisesse, do governo britânico sobre o futuro desenvolvimento do país".[41]

Face a esta situação, o governo boer pôs reticências ao plano efectuado em 1879 por Joaquim José Machado. Este último, tendo sido nomeado responsável pela concretização da ligação com o Transvaal pelo governo português, em 1882, teve de concordar com a pretensão transvaliana de se fazer um traçado que assentasse unicamente em território português e da República. Foi assim que surgiu a nova alternativa — passagem da linha férrea pela portela do Incomáti, em vez do traçado primitivo pelo vale do Umbeluzi.

2. Vicissitudes da Construção da Linha Férrea

a) Retrospectiva no tempo: de George Moodie a Joaquim Machado

Quando em Abril de 1871 se iniciou a construção da estrada que ligaria o Transvaal à baía de Lourenço Marques, deram-se

os primeiros passos concretos para o estabelecimento de uma via capaz de suportar o tráfego cada vez mais intenso para o interior.

Fernando da Costa Leal e depois George Pigot Moodie foram os primeiros responsáveis pelos estudos no terreno para a construção dessa estrada. Tendo atravessado zonas muito diferentes, reconheceu-se que o trajecto estudado e apresentado por George Moodie oferecia melhores condições práticas do que o de Costa Leal, pois percorria uma zona muito mais regular e consequentemente se tornava mais viável a sua construção.

Portugal encarregar-se-ia do trecho compreendido entre Lourenço Marques e a fronteira dos Libombos, cabendo a construção do restante percurso às autoridades transvalianas.

A via, que ficou concluída em fins de 1874, viria a ser designada Estrada de Lydemburg ou Estrada Real para o Transvaal. "Essa estrada, como era de esperar, nunca serviu de muito, em consequencia dos enxames de tse-tse que a infestavam em grande parte, e que pella sua venenosa picada matavam todo o gado cavallar ou bovino que n'ella se aventurava".[42]

Após a promulgação da sentença arbitral de Mac-Mahon, em 1875, o presidente Burgers, do Transvaal, concluiu, em resultado de um memorando que lhe foi presente por Moodie, que a construção de um caminho de ferro, em substituição da estrada, seria muito mais vantajoso para ambas as partes, uma vez que Portugal era agora senhor sem contestação dos territórios da baía de Lourenço Marques".[43]

Por sua vez, também Portugal, atento ao problema de uma comunicação ferroviária da baía até à fronteira com aquela república, estabeleceu negociações com George Moodie com o objectivo de se construir a linha.

"Em 6 de Novembro de 1874, o visconde de Duprat (cônsul de Portugal no Cabo) assinou em Londres um contrato, em nome do governo português, com George Pigot Moodie. O governo aprovou o contrato em 18 desse mesmo mês de Novembro.
Esperava o Sr. Moodie levantar o capital necessário para a empresa, não só na Inglaterra, mas ainda noutros países, inclusivamente Portugal. Não conseguindo o seu intento, acabou por vender a concessão ao próprio Transvaal por £ 15.000. E assim se fundou, com sede em

Pretória, The Libombo Railway Company. O seu mais activo accionista e propagandista foi o próprio Presidente Burgers".[44]

Em consequência de toda esta actividade, celebrou-se em 11 de Dezembro de 1875 o "Tratado de Amisade e de commercio entre Portugal e a República da África Meridional", assinado por João de Andrade Corvo, por Portugal, e pelo presidente Thomaz Burgers, pela República da África Meridional.

Por ordem de Burgers, o engenheiro Richard Hall fez o estudo traçado que deveria levar o caminho de ferro, de Agosto a Dezembro de 1876.

Apesar dos esforços desenvolvidos por ambas as partes, não seria ainda desta vez que se iniciaria a construção do caminho de ferro. A acrescentar a circunstâncias de vária ordem que obstavam à construção, deu-se em 1877 a anexação do Transvaal pela Inglaterra.

É em 1879, como já vimos, que se concluem os primeiros estudos de Joaquim José Machado.[45]

b) de 1882 a 1895

Restabelecida a independência do Transvaal em 1881, a ideia da ligação ferroviária entre o interior e a costa voltou a ser assunto corrente, tanto no território sob domínio português como na própria República boer.

"Entretanto, em 9 de Janeiro de 1882, a Sociedade de Geografia de Lisboa delibera solicitar ao engenheiro Joaquim José Machado que desenvolva o seu pensamento contido na proposta que apresentara sobre a construção de uma linha férrea de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal, cujo estudo, na parte relativa aos primeiros vinte quilómetros, elaborara em Setembro de 1879, encarregado pelo Governo português,[46] em consequência do Tratado de 1875 com os «boers».
Machado acede e logo a 15 de Janeiro, submete à Comissão Africana da Sociedade de Geografia uma exposição"[47]

onde aborda toda a problemática do caminho de ferro, desde as primeiras relações com os africânderes até ao ano em que efectuou o seu estudo, acabando por apresentar uma proposta à Sociedade para que esta representasse aos poderes competentes, sobre a necessidade de:

"1°. Promover com a máxima urgência, a construção do caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira portuguesa.
2°. Atender à influência que a independência dos Suazis (Mussuate), prescrita a convenção de 3 de Agosto de 1881, negociada e adoptada pela Inglaterra e pelo Transvaal, sem que Portugal fosse ouvido, pode ter sobre o distrito de Lourenço Marques e suas relações com o Estado do Transvaal.
3°. Nomear com urgência um agente diplomático e consular, português e competente, junto ao governo do Transvaal, para ali vigiar os interesses portugueses.
4°. Mandar quanto antes reconhecer e estudar os rios Maputo, Tembe, Incomati e Inhampura, os quais vêm desaguar à costa do distrito de Lourenço Marques, sendo provável que algum deles se preste a ser navegável em grande extensão, e que se estude igualmente o lago Inharrime e as suas relações com o Limpopo, por onde talvez seja fácil estabelecer comunicações entre os distritos do N. do Transvaal e o nosso porto de Inhambane".[48]

Não iremos aqui expor o parecer da Comissão Africana sobre a proposta, visto que já nos referimos ao mesmo no capítulo anterior, quando tratámos do papel desempenhado pela Sociedade de Geografia durante todo o processo relativo aos debates sobre a construção da linha. Contudo, é necessário dizer que a Comissão estava de acordo com Joaquim Machado, sendo favorável à proposta formulada por este último.

"Daí teria nascido a portaria de 3 de Agosto de 1882, que designava, para a missão de dar realização ao projecto dos caminhos de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal o nome do major Joaquim José Machado, então adido à Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (...)".[49]

O presidente Burgers, da República do Transvaal, numa mensagem publicada em 9 de Setembro de 1882, aborda a questão dos caminhos de ferro, a propósito da necessidade de se desenvolver a economia do seu país. Diz ele o seguinte:

"Para isto, porém, carecem melhorados os nossos meios de transporte, não só reparando as estradas e abrindo outras novas, como especialmente construindo um caminho de ferro, que communique com o mar; designadamente, o caminho de ferro de Pretoria a Lourenço Marques, que eu considero um assumpto vital para a republica, e que tem agora muita probabilidade de levar-se a execução graças á amigavel

cooperação do Governo Portuguez, e para conseguir a qual eu quero trabalhar com todas as forças de que a nossa republica pode dispor".[50]

Como fruto de todo o interesse pela via férrea "resultou o estudo, feito (...) em 1882,[51] de um nóvo traçado ao norte do primitivo, encontrando a fronteira na passagem do Incomati, e deixando muito para sul o território da Suazilandia, então barreira interposta pela Gran-Bretanha á expansão dos boers".[52]

Em 1883 e 1884, o engenheiro Joaquim Machado, "a convite do governo da República Sul Africana, fez os estudos do traçado da linha férrea entre o terminus da linha portugueza em projecto e a capital da república. Este traçado atravessa o rio Crocodilo junto a Nelmapius Drift, segue ao norte d'este rio via Nelspruit até Winnaars-poort, a 229 Kilometros da sua origem, e segue depois até Pretória, passando (...) ao Sul de Middelburg".[53]

Segundo um testemunho da época, as relações entre a colónia portuguesa e o Transvaal

"que eram raríssimas em 1882, têem-se tornado de então para cá mais e mais frequentes.
Entre Lydemburg e Lourenço Marques foi estabelecido um serviço regular de correio (...) e o número de wagons nos últimos dois annos a Lourenço Marques para a compra e transporte de mercadorias tem sido bastante consideravel. (...).

.....

Também não deixaram de produzir alguns resultados as diligencias recentemente empregadas para promover o desenvolvimento do commercio entre os dois paízes. Três das antigas casas estabelecidas em Lourenço Marques, Régis, Fabre e Engelhardt, começaram em 1883 a remetter generos para o Transvaal, e a primeira d'estas abriu succursaes em Lydemburg e Mac-mac. (...).
O banco nacional ultramarino montou ali uma agência, tendo annexa uma secção comercial com correspondentes em Pretoria e Lydemburg, e os seus directores têem empregado esforços sérios e intelligentes para desemvolverem o commercio entre aquelle porto portuguez e o Transvaal. (...)

.....

Enquanto o caminho de ferro não for construido, as mercadorias só podem ser transportadas pelo systema actualmente adoptado; isto é, por meio de pesadas carretas puxadas por 7, 8 e mais juntas de bois, systema moroso e carissimo".[54]

Tendo Joaquim José Machado terminado os estudos, "entra em acção o americano Edward Mac Murdo, a oferecer-se para formar uma companhia com o encargo de construir a linha em território português. O contrato, depois de autorizado, foi assinado em Londres em 14 de Dezembro de 1883".[55]

Por portaria de 10 de Maio de 1884 foram aprovados os estatutos da Companhia «Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transvaal», que iria ter a seu cargo a construção da linha férrea.

Interessante seria narrar os factos que ocorreram durante todo este período. Porém, tal assunto será por nós apenas aflorado, pois, para além de precisar de um estudo muito atento, é um vasto e complexo mundo. Procuraremos em síntese dar uma leve pincelada sobre o mesmo, realçando acima de tudo os aspectos que dizem respeito às relações que se desenvolveram entre o Transvaal e Lourenço Marques.

Com a criação da Companhia e porque Mac Murdo se tivesse envolvido em contactos (infrutíferos, pelos vistos) com o governo boer, com o intuito de oferecer os seus serviços aos transvalianos, toda uma série de conflitos se desencadeou, culminando com a formação de um sindicato financeiro com capitais holandeses e alemães, o «De Nederlandsch Zuid-Afrikaansche Spoorweg Maatschappij» para a construção da secção do Transvaal.

Iniciada a construção da linha do lado português, depois de grandes atrasos, outras ocorrências viriam a ter lugar, todas elas contribuindo para o fracasso do empreendimento.[56]

"O governo português, farto de prorrogações e de protestos encarou sériamente a hipótese da rescisão do contrato. Consultada a Procuradoria-Geral da República concordou esta com a rescisão".[57]

Em 1889 o governo português rescindiu o contrato, tendo os trabalhos prosseguido por administração directa do Estado, sob a direcção de Joaquim José Machado. A conclusão do troço até à fronteira com o Transvaal verificou-se em Março de 1890, tendo sido inaugurado oficialmente em Maio do mesmo ano.

"Paralelamente levaram-se a bom termo as negociações entre o Governo português e a administração da companhia concessionária do caminho de ferro do Transvaal relativo ao difícil problema de fixação de tarifas que havia sido cavalo-de-batalha nas relações com Kruger".[58]

"Removido desta maneira o principal obstáculo à construção da ferrovia de Lourenço Marques à fronteira, e com a linha firmemente em mãos portuguesas, Paul Kruger deu finalmente ordem para se proceder à construção no seu território (...)".[59]

Vejamos, por outro lado, qual a situação das relações entre a colónia portuguesa e o Transvaal. Elas continuaram a processar-se normalmente, podendo-se constatar que

"o movimento commercial attingiu o seu maximo em 1890, anno em que a somma dos valores importados sobe a 1.784.509$55 réis e os em transito para o Transvaal a 659.904$150 réis.
Foi n'esse ano exactamente, que a construcção do caminho de ferro recebeu maior impulso, que as obras públicas se multiplicaram, que Lisboa aceitou saques importantíssimos, que a companhia neerlandeza iniciou em grande escala os trabalhos de assentamento da linha férrea do Transvaal".[60]

"Finalmente a linha que seguira do Leste, foi encontrar o ramal que veio do Oeste, em sua direcção.
O histórico encontro deu-se, no prazo estipulado, tendo o Presidente Kruger, solenemente colocado, em Wilgeriver, o último tirafundo em 2 de Novembro de 1894.
.....
O serviço de comboios em circulação regular na linha de Lourenço Marques a Pretória, começou em 1 de Janeiro de 1895".[61]

3. As Relações Entre os Dois Territórios até à Guerra Anglo-Boer de 1899

A inauguração oficial do caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretória teve lugar em 8 de Julho de 1895, tendo-se celebrado na última cidade tal acontecimento com grandiosas festividades.

Como corolário do clima festivo, o Presidente Kruger efectuou uma visita oficial a Lourenço Marques, a 14 de Julho de 1895. Marcava-se assim um maior estreitamento das relações entre a República do Transvaal e a colónia

portuguesa de Moçambique. Contudo, esta situação terá curta duração, pois em breve graves acontecimentos iriam agitar toda a África Meridional.

Em 1899 estalou o conflito que iria colocar em confrontação os boers e os ingleses. Com a vitória final da Inglaterra, em 1902, um novo período da História da África do Sul foi iniciado. Desta vez, a independência do território transvaliano estava irremediavelmente perdida. O país foi incorporado no espaço geo-político e económico sob influência da Grã-Bretanha, que via assim, ao fim de tantos anos, coroada de êxito a sua pretensão de dominar todo o território transvaliano e de colher todos os benefícios económicos daí provenientes.

Também nas relações entre o Transvaal e a colónia de Moçambique começou uma nova era. Se até então elas se haviam caracterizado por uma mútua reciprocidade de interesses, a partir desta altura o panorama será bastante diferente. A influência britânica tenderá cada vez mais a favorecer os portos do Natal e do Cabo, canalizando portanto todas importações e exportações para aqueles locais, em detrimento de Lourenço Marques. Este problema tornar-se-á ingente e a ele se irão associar outros de não menor complexidade e importância — o "da emigração indígena para o Transvaal, tornada imprescindível depois da descoberta dos jazigos auríferos do Rand em 1886" e o da "tentativa de Smuts para obter o domínio ou ao menos, o condomínio no nosso porto e caminho de ferro".[62]

IV
Perspectivas para o Futuro

1. O Início de uma Nova Era nas Relações Entre o Transvaal e Moçambique

"A vitória inglesa na guerra dos «boers» fazia desaparecer o valor político do porto de Lourenço Marques como factor de independência económica do Transvaal relativamente às colónias britânicas da costa. Pelo contrário, o interesse do governo inglês seria atender aos insistentes pedidos do comércio de Durban, East London, Port Elizabeth

e Capetown no sentido de para lá ser encaminnado o tráfego transvaliano".[63]

No entanto, estas intenções nunca foram concretizadas totalmente, pois

"o governador geral de Moçambique (ao tempo o general Manuel Rafael Gorjão), aproveitando a paralização do trabalho das minas causada pela guerra, proibiu, pela portaria de 9 de Maio de 1901, a emigração de indígenas (...), de forma que quando o alto comissário britânico Lord Milner pretendeu dar o maior incentivo à reconstrução económica do país, para a qual lhe era indispensável a mão de obra moçambicana, teve de negociar e de firmar com o general Gorjão o modus vivendi de 13 de Dezembro de 1901.
O engajamento de 30.000 indígenas no território português ficou por esse acordo dependente da restauração do statu quo anterior à guerra em matéria de tarifas do caminho de ferro Pretória - Lourenço Marques, revigorando-se o tratado de 1875 e estabelecendo-se o princípio da proporcionalidade constante das (...) tarifas com a das linhas da África do Sul, de modo a evitar concorrência através delas".[64]

Apesar de ser sido concedida ao Transvaal a constituição de um governo em 1906, a situação vigente não se modificou. A Inglaterra continuava a manter todas as prerrogativas e os interesses do Transvaal deviam sempre estar subordinados aos de toda a comunidade sul-africana.

É neste contexto que nos surge toda uma política visando dificultar, sempre que possível, a posição vantajosa (aparentemente) usufruída pelo porto de Lourenço Marques. Este último e o Caminho de Ferro de Lourenço Marques beneficiavam unicamente o Transvaal, "porquanto a zona da parte do districto que servem, não é commercial, nem agricola, e, portanto, o movimento é exclusivamente de transito".[65]

"Ao Transvaal convém que o trânsito se faça por intermédio de Lourenço Marques, por isso que é a este porto que se acha ligado pela linha mais extensa em território transvaaliano; por cada tonelada entrada pelo nosso porto, o C. S. A. R. ganha mais do que se ella fosse levada de qualquer dos portos das colónias do sul. Esta vantagem, porém, é paga por nós com a necessidade de manter um porto que só tem para lhe dar lucros uma linha férrea de perto de 90 Kilometros, isto é, a exploração do porto, que é sempre cara, não pode dar lucros, nem mesmo pagar as suas despesas (...), e esse prejuizo não pode ser

compensado com vantagem pela exploração de uma linha de curto desenvolvimento".[66]

Com a ideia da constituição de uma federação das antigas colónias inglesas com as repúblicas boers, o cariz de todas as relações vai tornar-se ainda mais conflituoso, pois de todo o lado (inglês) vão surgindo apologistas das mais exasperantes medidas, desde a confederação de todos os caminhos de ferro sul-africanos contra Lourenço Marques (apelo de Lord Selborne) até à tentativa de Smuts obter o domínio ou o condomínio do porto e do caminho de ferro de Lourenço Marques e, ou, ainda a anexação da parte sul da colónia de Moçambique.

Diz, por exemplo, Lord Selborne, para justificar a sua ideia de confederação, que a África do Sul trabalha para enriquecer o território estrangeiro. É claro que esta posição é nitidamente contra as relações existentes com Lourenço Marques e explica-se em face da situação mantida por este porto em relação ao Transvaal, em concorrência, portanto, com os portos sob influência britânica.

Nenhuma das medidas apregoadas veio a triunfar, pois "o porto de Lourenço Marques e o seu caminho de ferro fazem parte integrante do grande systema ferro viario sul-africano",[67] não sendo possível dissociá-los do ponto de vista económico. Aliás, o próprio modus vivendi de 1901 "deu a Moçambique o que lhe não podia tirar, e isso foi o reconhecer que o Transvaal, conquistado pelos inglezes, continuaria a manter tarifas que a pratica livre de muitos annos tinha mostrado ao Transvaal independente serem-lhe as mais proveitosas; e ao mesmo tempo deu aos financeiros e accionistas inglezes a mão de obra sem a qual não poderiam trabalhar as minas de ouro".[68]

Com o intensificar das relações entre Lourenço Marques e o Transvaal vai-se marcando cada vez mais a dependência da colónia portuguesa.

"A posição geographica de Lourenço Marques e a proximidade de um Transvaal prospero foi sem duvida de incalculavel beneficio para a Provincia no passado; mas, no presente, mesmo que voltasse a antiga prosperidade, ainda que esta pudesse beneficiar as receitas do Caminho de Ferro e porto, pouco faria melhorar a situação do negociante, ou as

condições geraes do commercio. A percentagem do commercio de transito do Transvaal, que cabe a Lourenço Marques, tem constantemente augmentado á custa dos portos brittanicos da Africa do Sul (...).
(...), mas este augmento, que é devido ás tarifas mais baixas de Lourenço Marques para os principaes mercados do Transvaal, foi de pequena vantagem para a Provincia, e a sua posição, comparada com a de outras colonias, é peor do que nos annos anteriores. Emquanto que essas colonias teem industrias e manufacturas (...), esta provincia dedicou-se a assegurar-se da maior parte do commercio de transito e desdenhou as suas aptidões como paiz productor e exportador. A exportação (...) diminuiu, e artigos que poderiam ser produzidos no paiz teem sido importados, relativamente, em grandes quantidades".[69]

2. O Futuro

Daqui para o futuro efectuar-se-ão acordos periódicos, que visarão sempre salvaguardar os interesses de ambas as partes. No entanto, gostaríamos de aqui deixar expresso que a parte privilegiada será sempre a África do Sul. Claro que Lourenço Marques aproveitará alguns lucros com a sua situação de intermediária entre aquele território e o mercado externo, mas eles serão sempre de pouca importância.

Esses acordos, que se irão efectuar daí para o futuro, nem sempre serão postos em prática com a isenção que requeriam. As relações que, na aparência, poderão parecer íntimos não o serão de facto. A África do Sul porá sempre os seus interesses acima dos do seu parceiro, na medida em que isso beneficie a sua economia. Períodos críticos e de tensão irão surgir no evoluir das relações entre os dois territórios vizinhos e, muitas vezes, somente serão sanados e ultrapassados com bastante dificuldade.

Temos realmente pena de não podermos alongar-nos no tempo e procurar estudar essa evolução, que julgamos ser importante; apenas diremos, em jeito de explicação (não de desculpa), que para fazer tal estudo precisaríamos de muito mais tempo, pois as relações dessa nova era são totalmente diferentes e bem mais complexas das da época anterior.

Com a perda da independência do Transvaal, depois da sua derrota frente aos ingleses em 1902, e com a integração do respectivo território na esfera económica britânica, as

relações com Moçambique sofreram uma grande viragem. Até porque os interesses em jogo passaram a ser outros. De relações de reciprocidade passar-se-á a relações de desigualidade. Em benefício, claro, do mais poderoso. Primeiro da Inglaterra e depois da própria República da África do Sul.

NOTAS

[1]Caetano Montez, *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques, 1500 - 1800*, Lourenço Marques, 1948, p.22.

[2]Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.31.

[3]"Lista da Navegação de Moçambique até o rio de Lourenço Marques e dos baixos que há no caminho e tempos que cursam em cada monção, e do que fizeram os Ingreses no dito Rio", in Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.159.

[4]"A expedição chegara em 29 de Março de 1721. Compunha-se de cento e treze homens — funcionários e outros tantos marinheiros — a bordo do Kaap e Gouda, vindos da Holanda, aos quais no Cabo se juntara o Zeelandia. Nas terras de Mpfumo, foi levantado o forte: quarteis e armazém, cercados por um muro pentagonal, de terra mas capaz de montar canhões. Era o Forte Lagoa". Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.75.

[5]Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.77.

[6]Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.81.

[7]Alexandre Lobato, *História da fundação de Lourenço Marques*, Lisboa, 1948, p.4.

[8]Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.85.

[9]Alexandre Lobato, *História...*, p.20.

[10]Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.114.

[11]Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752 - 1763, 1ª parte - Fundamentos da criação do Governo-Geral em 1752*, Lisboa, 1957, p.287.

[12]Alexandre Lobato, *Colonização Senhorial da Zambézia e outros Estudos*, Lisboa, 1962, p.142.

[13]Alexandre Lobato, *Colonização...*, p.145.

[14]Pereira de Lima, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, Lourenço Marques, 1971, I volume, p.16.

[15]Pereira de Lima, *História...*, p.18.

[16]Pereira de Lima, *História...*, p.38.

[17]Pereira de Lima, *História...*, p.39.

[18]Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, vol. II, Lisboa, p.583.

[19]Frei Francisco de Sta.Thereza, "Plano, e relação da Bahia, denominada de Lourenço Marques, na Costa de Natal, ao norte do cabo da Boa Esperança, junto ao Promõtorio da Latitude de 26 graos, e não menos das terras adjaçentes, seus habitadores, Reys, Rios, Comercio, Costumes, Lisboa, 1784, in Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.161.

[20]Frei Francisco de Sta.Thereza, in Caetano Montez, *Descobrimento...*, p.166.

[21]Pereira de Lima, *História...*, p.16.

[22]Pereira de Lima, *História...*, p.35.

[23]Pereira de Lima, *História...*, p.36.

[24]Ver I, 2, b).

[25]Pereira de Lima, *História...*, p.39.

[26]Pereira de Lima, *História...*, p.21.

[27]Pereira de Lima, *História...*, p.22, citando Deocleciano das Neves.

[28]Pereira de Lima, *História...*, p.41.

[29]Pereira de Lima, *História...*, p.49.

[30]Pereira de Lima, *História...*, p.49.

[31]In Augusto de Castilho, *O Distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*, Lisboa, 1881, p.128.

[32]Augusto de Castilho, *O Distrito...*, pp.129, 130, 131.

[33]Joaquim José Machado, "Caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira do Transvaal — Memória descriptiva", Lisboa, 1879, in Augusto de Castilho, *O Distrito...*, p.188.

[34]Pereira de Lima, *História...*, p.62.

[35]Luciano Cordeiro, "Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transvaal — Parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2ª. série, nº 4, Lisboa, 1881, p.325.

[36]Luciano Cordeiro, "Caminho...", p.325.

[37]Luciano Cordeiro, "Caminho...", p.326.

[38]Luciano Cordeiro, "Caminho...", p.326.

[39]Luciano Cordeiro, "Caminho...", p.324.

[40]Joaquim José Machado, "Caminho de Ferro de Lourenço Marques — Parecer da Comissão Africana e Informação apresentada pelo vogal Joaquim José Machado, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 3ª. Série, nº 1, Lisboa, 1882, pp. 5,6

[41]Pereira de Lima, *História...*, pp.69-70.

[42]Augusto de Castilho, *O Distrito...*, p.55.

[43]Pereira de Lima, *História...*, p.49.

[44]A. da Silva Rego, "Relações entre Moçambique e a África do Sul, 1652—1900, in *Moçambique, curso de extensão universitária*, ano lectivo de 1964-65, Lisboa, p.72.

[45]Ver II, 2, b).

[46]Em portaria régia de 10 de Agosto de 1878, foi determinado que a Repartição de Obras Públicas procedesse com urgência ao estudo da linha férrea, tendo sido encarregado Joaquim José Machado pela sua efectivação.

[47]Pereira de Lima, *História...*, p.70.

[48]Pereira de Lima, *História...*, p.77.

[49]Pereira de Lima, *História...*, p.79.

[50]A.Freire d'Andrade, *Relatório Sobre Moçambique*, Volume II, Lourenço Marques, 1907, p.93.

[51]Foi seu autor o eng. Joaquim Machado.

[52]António José de Araújo, "O caminho de Ferro de Lourenço Marques, Segunda Conferência", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9ª. série - nºs 4 e 5, Lisboa, 1890, p.170.

[53]António José de Araújo, "O caminho...", p.170.

[54]Joaquim José Machado, "Relatório do Engenheiro Machado àcerca dos estudos do caminho de ferro em direcção a Pretória, 1885", in *Documentos relativos ao Caminho de Ferro de Lourenço Marques*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, 1889, p.109.

[55]A. da Silva Rego, "Relações...", p.73.

[56]Para mais pormenores, ver Pereira de Lima, *História...*, pp.139-182.

[57]A. da Silva Rego, "Relações...", p.74. Sobre toda a questão que se gerou com esta medida do Governo português e que envolveu a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, podem ser consultados os "Documentos apresentados pelo Governo portuguez, série A - Tratados, Convenções e annexos", editados pela Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

[58]Pereira de Lima, *História...*, p.201.

[59]Pereira de Lima, *História...*, pp.203-204.

[60]Eduardo de Noronha, *O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*, Lisboa, 1895, p.135.

[61]Pereira de Lima, *História...*, p.208.

[62]Marcello Caetano, *Portugal e o Direito Colonial Internacional, Estudos de Direito e Administração Colonial*, I, Lisboa, 1948, p. 257.

[63]Marcello Caetano, *Portugal...*, pp.257-258.

[64]Marcello Caetano, *Portugal...*, p.258.

[65]A.Freire d'Andrade, *Relatório...*, p.80.

[66]A.Freire d'Andrade, *Relatório...*, p.199.

[67]A.Freire d'Andrade, *Relatório...*, p.46.

[68]A.Freire d'Andrade, *Relatório...*, p.49.

[69]Do relatório enviado para Londres em 1907 pelo cônsul geral da Inglaterra em Lourenço Marques, Major Baldwin, in A.Freire d'Andrade, *Relatório*, pp.98-99.

BIBLIOGRAFIA

Almada, José de, *A Política colonial de João de Andrade Corvo*, Agência Geral das Colónias, Colecção Pelo Império, Lisboa, 1944.

Almada, José de, "Esboço histórico da África do Sul", *Studia* nº 30-31, (separata), Ago-Dez, Lisboa, 1970.

Almada, José de, *Relações com a África do Sul até a convenção de 1909*, Ministério das Colónias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1929.

Almada, José de, "Relações de vizinhança das Colónias portuguesas com os territórios limítrofes", in *Boletim Geral das Colónias*, ano 20, nº. 232, Outubro.

Andrade, A.Freire de, *Relatórios sobre Moçambique*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1907.

Araújo, António José de, "O Caminho de Ferro de Lourenço Marques, Segunda Conferência", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9ª. série, nºs 4 e 5, Lisboa, 1890.

Araújo, António José de, "Os acontecimentos de Lourenço Marques" (avulso), *Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1889.

Brito, Gomes de, *História Trágico-Marítima*, Edições Afrodite, Fernando Ribeiro de Mello, Lisboa, 1972, IIº vol.

Caetano, Marcello, *Portugal e o Direito Colonial Internacional, Estudos de Direito e Administração Colonial*, I, Lisboa, 1948.

Caetano, Marcello, *Relações das colónias de Angola e Moçambique com os territórios estrangeiros vizinhos*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1946.

Caminho de Ferro de Lourenço Marques, "Questão entre os Governos da Gran-Bretanha e dos Estados Unidos da América do Norte por uma parte e o Governo de Portugal por outra parte submettida a arbitragem do Venerando Tribunal Suisso - Documentos apresentados pelo Governo portuguez", *série A - Tratados, Convenções e annexos*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892.

Castilho, Augusto de, *O Distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Ca., 2ª. ed., Lisboa, 1881.

Cordeiro, Luciano, "Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, Parecer da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2ª. série, nº. 4, pp.324-326, Lisboa, 1881.

Lima, Pereira de, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, Iº vol. Edição da Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, Lourenço Marques, 1971.

Lobato, Alexandre, *Colonização Senhorial da Zambézia e outros Estudos*, Estudos Moçambicanos, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1962.

Lobato, Alexandre, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752 - 1763, 1ª. Parte - Fundamentos da Criação do Governo-Geral em 1752*, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1957.

Lobato, Alexandre, *História da Fundação de Lourenço Marques*, Estudos Moçambicanos, Lusitânia, Lisboa, 1948.

Lobato, Alexandre, *História do Presídio de Lourenço Marques - I (1782-1786), 1949; II (1787-1799)*, Estudos Moçambicanos, Lisboa, 1960.

Machado, Joaquim José, "Caminho de Ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal, A - Memória Justificativa, B - Memória descriptiva, 1879", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2ª série, nº. 1, pp.67-104, Lisboa, 1880.

Machado, Joaquim José, "Caminho de Ferro de Lourenço Marques, Parecer da Comissão Africana e Informação apresentada pelo vogal Joaquim José Machado", in *Boletim da Sociedade de Geografia de*

Lisboa, 3ª. série, nº. I, pp.5-20, Lisboa, 1882.

Martins, Ferreira, *João Albasini e a Colónia de S. Luís, subsídio para a História da Provincia de Moçambique e das relações com o Transvaal*, Agência geral do Ultramar, Lisboa, 1957.

Ministério da Marinha e Ultramar, *Documentos relativos ao Caminho de Ferro de Lourenço Marques*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889.

Montez, Caetano, *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques*, Minerva Central, Lourenço Marques, 1948.

Neves, Diocleciano Fernandes, *Itinerario de uma viagem à caça dos elephantes*, Typographia Universal, Lisboa, 1878.

Noronha, Eduardo de, *O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895.

Rego, A. da Silva, "Relações entre Moçambique e a África do Sul, 1652-1900, in *Moçambique, curso de extensão universitária*, ano lectivo de 1964-65, pp.59-76, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa.

Relatórios dos Directores de Obras Públicas e outros documentos, 2 série, Iº Vol. Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.

Ribeiro, Sousa, *Anuário de Moçambique*, 1940.

O CONTEXTO POLÍTICO-DOCUMENTAL DA INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA E IMEDIATA DA ÁFRICA LUSÓFONA

Michel Cahen[*]

A investigação sobre as antigas colónias portuguesas de África (ilhas de Cabo Verde. Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, hoje países africanos de língua oficial portuguesa ou PALOP, está muito menos desenvolvida que a relativa às Áfricas francófona e anglófona. Ela sofreu as vicissitudes da sua "extra-territorialidade" relativamente aos dois principais domínios sobre os quais as metrópoles tinham um potencial de produção científica maior; e as vicissitudes específicas da situação política portuguesa entre 1926 e 1974, quarenta e oito anos de ditadura evidentemente pouco favoráveis à investigação.

Nos vinte anos que decorreram desde a revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974, se deixarmos de lado os estudos de literatura, constatamos que houve mais teses de doutoramento em ciências humanas e sociais sobre Angola e Moçambique na Escandinávia do que em Portugal - para não falarmos dos países anglo-saxónicos. Em contradição com a ideologia luso-tropicalista tradicional, de que ainda é prenhe, Lisboa (ainda) não conseguiu tornar-se em centro de

---

[*] *Centro de Estudos da África Negra, Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux.*

investigações africanistas, apesar de honrosas excepções individuais e de alguns progressos institucionais reais.

Todavia, isso não significa, de modo algum, que não se tenha passado nada em Lisboa sob a ditadura, e ainda menos que os africanos de língua portuguesa não tenham, eles próprios, levado a cabo investigações dinâmicas.

1. A Investigação Científica Colonial Portuguesa Sob a Ditadura

a. A investigação fundamental e aplicada

A investigação tropicalista foi muito activa, embora evidentemente orientada e aplicada em função dos interesses do Estado colonial. Ela virou-se, pois, mais para a geografia física e climática, a biogeografia, a zoologia, a botânica, a geologia, a medicina tropical e as ciências veterinárias (nomeadamente contra a tripanosomíase), do que para a história e a sociologia dos povos africanos!

Houve, assim, uma verdadeira escola portuguesa de geografia tropical, de resto ligada à muito activa escola de geografia portuguesa. Deste ponto de vista, a *Sociedade de Geografia* tem uma história muito próxima da das suas irmãs europeias, como grupo de estudos mas também de pressão, embrião de um partido colonial. Ainda hoje a biblioteca dessa sociedade, que infelizmente quase que deixou de adquirir livros após o 25 de Abril e se tem enriquecido unicamente através de doações ou permutas, continua a ser ponto de paragem obrigatória do investigador. De resto, que prazer trabalhar entre velhas talhas e globos terrestres centenários!

Mais tardiamente foi criada a JICU (*Junta de Investigação Científica do Ultramar*), organismo público que agrupou diversos centros de investigação e constituiu o embrião do actual IICT (*Instituto de Investigação Científico-Tropical*), a ORSTOM portuguesa e o único organismo dotado de um corpo de pesquisadores profissionais não adstritos à actividade de ensino. A JICU teve departamentos nas próprias colónias, sobretudo em Angola e Moçambique.

No início, a Escola colonial não foi, em si, um local de investigação. Mas tornou-se *Escola Superior Colonial*, depois

ISEU (*Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*) e, enfim, ISCPU (*Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*). Quando se integrou na Universidade Técnica de Lisboa tornou-se um importante local de reflexão, sobretudo a partir de 1956-57, altura em que certos sectores esclarecidos se deram conta do atraso de Portugal na gestão da evolução dos seus territórios. O ensino era ali ministrado por professores que - verdadeira revolução - não eram forçosamente doutorados (e sobretudo, não forçosamente doutorados em direito)! Foi então formado, no seio do ISEU-ISCSPU, o *Centro de Estudos Políticos e Sociais*, dirigido pelo ministro Adriano Moreira, uma das personalidades mais reformadoras do regime, ainda que fidelíssima a Salazar. O CEPS agrupou tudo o que o regime tinha em termos de *intelligentsia* colonial, incluindo jovens africanos que se tornariam mais tarde ilustres nacionalistas (Eduardo Mondlane, Domingos Arouca...). A série de publicações iniciada por este centro ainda hoje constitui uma fonte capital. Aliás, no esforço de melhorar a formação dos administradores coloniais, estes eram obrigados a um estágio de um ano no ISEU-ISCSPU a fim de escrever uma memória (equivalente a uma licenciatura), indispensável à sua promoção. A maior parte deles escolhia naturalmente, como tema de estudo, a sua própria experiência pessoal: temos assim, livremente acessíveis, relatórios frequentemente de boa qualidade sobre a administração colonial, enquanto que os arquivos coloniais, eles próprios, se encontram na maioria fechados! O CEPS foi, tardiamente é certo, um verdadeiro pólo de investigação em ciências sociais, evidentemente aplicadas ao colonialismo e, mais particularmente, à sua modernização.

Por outro lado, havia toda uma série de estruturas de investigação específica em outros sectores: o *Instituto de Medicina Tropical*, os centros de estudos veterinários, o CICA (*Centro de Investigação Científica Algodoeira*) para o algodão, fortemente implantado em Angola e Moçambique, os grupos de estudos sobre o arroz, o café, etc. Apesar da sua evidente limitação, e do compromisso com o regime fascista, todas estas estruturas não deixaram por isso de permitir a existência e sobrevivência de um meio científico tropicalista português composto por algumas centenas de pessoas.

Todavia, *este meio científico não se reproduziu na medida das necessidades*. Para apenas referir os mais novos, os que tinham só por volta de quarenta anos em 1974 têm hoje sessenta e desaparecem pois, progressivamente, do mundo do trabalho. Quer tenham trabalhado a partir de Lisboa ou nas colónias, na sua maior parte não encontraram trabalho na investigação, quer porque foram saneados, no caso os politicamente mais comprometidos, quer simplesmente devido à crise das instituições de investigação que se seguiu à revolução em Portugal. Encontraram muitas vezes emprego no sector privado ou na função pública ordinária, emigraram directamente das colónias para o Brasil ou para a África do Sul sem passar pela metrópole, etc. Devido à crise da instabilidade do país ou, também, por causa de uma espécie de "esquerdismo científico", a investigação africanista foi, de facto, secundarizada a partir de 1974: o colonialisno era o passado, e viveram-se mesmo tentativas de destruição de centros de documentação por militantes mais zelosos, ou a sua destruição progressiva por falta de manutenção.

Entre 1974 e 1994, com a confusão das disciplinas, a produção de novos investigadores africanistas esteve longe de compensar o desaparecimento progressivo da geração precedente. Por outro lado, os poucos investigadores que se formaram estavam em ruptura com esta última - em Lisboa toda a gente sabe quem é quem, quais são os centros criados pelo antigo regime e quais os criados pela tradição anti-colonial —, facto que é facilmente compreensível mas que põe, ainda assim, o problema da transmissão do saber. Devido à estabilização e à viragem à direita da paisagem política portuguesa (o Partido Social-Democrata, que é um partido de direita, está em maioria há cerca de dez anos), certos universitários do antigo regime re-emergiram, foram reintegrados e indemnizados, ou criaram universidades privadas. O ISCSP, que perdeu o seu "U" e desempenha as funções de instituto de estudos políticos de Lisboa, é sem dúvida o feudo daqueles que constituíam a ala esquerda do antigo regime, a saber, a ala direita da actual vida política portuguesa! Metade dos professores não escondem a simpatia que nutrem por um partido, o Centro Democrático Social, politicamente situado na ala mais direita do parlamento. Esses

mesmos professores encontram-se em grande número na Universidade Internacional, na Universidade Moderna, etc., pequenas universidades privadas, todas elas com o seu microscópico "centro de estudos africanos". No seio do IICT vimos reaparecer o Centro de Etnologia do Ultramar, cujo nome exala, por si só, um cunho de anos cinquenta, e que compete evidentemente com outros centros mais modernos... Isso sente-se também ao nível da política de publicações: enquanto que os subsídios são raros e elas apareceram já fotocopiadas nos centros de documentação, assiste-se ao parecimento de obras acabadas há vinte e quatro ou vinte e cinco anos, cuja edição fôra interrompida pelo 25 de Abril.

b. A investigação aplicada em ciências sociais nas colónias

Como no caso dos outros impérios, Portugal teve o seu pequeno lote de administradores antropólogos, apaixonados pelo terreno e pelos povos que a sua função levou a descobrir. Encontramos alguns dos seus trabalhos entre as memórias do ISEU-ISCSPU, acima mencionadas. Um pequeno número deles continuou a ser activo após a revolução, tendo conseguido pleno reconhecimento da comunidade moderna de investigadores, publicando até aos dias de hoje obras que conquistaram o seu espaço. Estes, na maioria dos casos, não eram fanáticos do antigo regime, mas antes democratas, mesmo que tivessem tido, evidentemente, que trabalhar no quadro das instituições existentes.

Houve, de resto, uma batalha feroz em torno da criação de universidades nas "províncias ultramarinas", mesmo que com o ponto de vista dos interesses coloniais. Alguns sectores pressionaram fortemente a sua criação a fim de evitar que os filhos dos colonos tivessem que vir fazer estudos onerosos na metrópole, ou "desnacionalizantes" na África do Sul. Tratava-se também do autonomismo latente das grandes colónias. O governador geral de Angola, por exemplo, foi brutalmente destituído no início dos anos sessenta por ter criado a sua universidade sem o acordo do Ministro do Ultramar. Este ministro pretendia que as universidades de Luanda (Angola) e Lourenço Marques (hoje Maputo, Moçambique), fossem uma réplica exacta da universidade de Coimbra, certamente que em nome da qualidade mas,

também, do nacionalismo integracionista, e entretanto só autorizou a criação de Estudos Gerais.

As duas universidades acabaram por ser criadas em meados da década de sessenta, criando tardiamente, no seu seio, institutos de investigação (o Instituto de Investigação Científica de Angola e o Instituto de Investigação Científica de Moçambique). O IICM, em particular, esteve na origem do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, extremamente activo entre 1977 e por volta de 1987.

Houve também, naturalmente, serviços mais especializados. Para além da polícia política e dos serviços de informação militar, os governos gerais das colónias necessitavam de uma estrutura que lhes permitisse conhecer realmente a situação social e política. Assim se formaram os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações em Angola (SCCIA) e em Moçambique (SCCIM). Estes dois serviços, que não eram polícias, recrutaram os seus investigadores de entre os melhores administradores e aqueles que produziram estudos que ainda hoje se utilizam como fontes de grande riqueza. Tratava-se de uma espécie de "antropologia aplicada". Por exemplo, graças a uma das células de reflexão dos SCCIM, o governo geral de Moçambique pôde pôr em prática uma política activa de captação da simpatia dos muçulmanos do norte do país.

c. A questão arquivística

A política arquivística foi igualmente desenvolvida de maneira mais consequente no final dos anos sessenta, mesmo se com fortes assimetrias: nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné-Bissau, os arquivos só funcionaram rudimentarmente; em Angola, se bem que criados, os arquivos não eram suficientemente sólidos para atravessarem incólumes as turbulências da independência. Em Moçambique, pelo contrário, acabou por ser criada uma verdadeira equipa cujo papel se viria a revelar decisivo após a independência.

Lisboa, natural e historicamente, era uma das capitais mais fortemente produtoras de arquivos do mundo: a história colonial e a burocracia de Estado conjugaram-se, para felicidade do historiador. Os Arquivos Nacionais da Torre do

Tombo (ANTT), instalados numa dependência do parlamento, incluíam uma documentação reconhecida apenas por poucos historiadores como de importância capital para a história moderna de *toda a África*. De facto, os portugueses fundearam os seus barcos em muitos pontos que não se submeteram ou não permaneceram sob a sua sobernia. Existia ainda o Arquivo Histórico Ultramarino, que tinha por missão conservar toda a documentação metropolitana colonial produzida a partir da instauração do Conselho Ultramarino, em 1838 - o que na prática estava lomge de ser o caso. E, também, o rquivo istórico Militar e o da Academia da Marinha. Enfim, a partir de 1959, o Ministério do Ultramar centralizou os duplicados de todos os documentos coloniais de natureza política e militar no seio do Gabinete de Negócios Políticos. Não nos podemos, enfim, esquecer de arquivos de estatuto privado como os do Banco Nacional Ultramarino. Por outro lado, a JICU montou o seu próprio centro de documentação e informação, que pode hoje em dia ser considerado como uma espécie de arquivos recentes, dada a literatura cinzenta que ali foi muitas vezes colocada.

Examinaremos as condições concretas do acesso a estas instituições na terceira parte. Entretanto, esta riqueza burocrático-arquivística não significa que o Estado Novo salazarista tenha tido uma política de fomento dos arquivos coloniais. Tudo isto era muito político e o acesso às fontes era estreitamente condicionado pela natureza da investigação, a identidade do comanditário e, evidentemente, pelo perfil do autor da investigação em causa.

2. O Contexto Político Após o 25 de Abril de 1974

Dado que a queda da ditadura portuguesa desencadeou rapidamente um processo revolucionário que combinava revolução anti-colonial africana e revolução social europeia, é lógico que o contexto político pós-25 de Abril tenha provocado turbulências consideráveis no africanismo português.

a. Do lado colonial...

Evocámos já alguns aspectos. A dispersão dos velhos colonos, incluindo cientistas, teve aspectos importantes, não só materiais e políticos mas também psicológicos. Os velhos intelecuais da colónia experimentaram a descolonização como uma ruptura do seu estatuto social, mas também como uma negação do sentido da sua vida. Eles viveram esta experiência do lado dos "moralmente vencidos", dos "caixotes do lixo da história". Depurados ou humilhados alguns, enfrentando sérios problemas profissionais quase todos, depressa consideraram que o período colonial era um período não a estudar mas a esquecer. Se, por um lado, os antigos colonos privados (comerciantes, agricultores, etc.) formaram activos grupos de pressão, eficazes junto de quase todos os partidos políticos - nomeadamente as associações dos "espoliados do ultramar" - por outro, não existe nem uma associação de funcionários do quadro colonial. Apenas, de quando em quando, banquetes organizados na base de redes políticas, ou pequenos e discretos jantares no restaurante da Sociedade de Geografia, nos quais a média de idades é mais do que respeitável.

Quanto aos colonos privados, eles foram muito mais activos, conseguindo apoios para a sua reinserção e, no conjunto, tendo tido um papel bastante positivo na dinamização e modernização da economia portuguesa. Quantos restaurantes, casas de fotocópias e outras não foram feitos por retornados, alguns dos quais, não nos esqueçamos, são negros, mestiços ou indianos?

b. ...E do lado anti-colonial

Do lado dos intelectuais, nomeadamente dos intelectuais anti-colonialistas e de esquerda (católicos, socialistas, comunistas...), seria de esperar uma forte actividade científica relativa a África. Na realidade, aconteceu o contrário. Certamente que houve participação de intelectuais em comités diversos de apoio ao continente africano. Mas isso não significou um avanço da investigação.

Durante algum tempo houve certamente um ultra-esquerdismo contrário às instituições ligadas ao antigo regime (JICU, ISCSPU), com a destruição desordenada de documentação e o quase abandono do resto. Rapidamente se

passou a um desinteresse científico e profissional que, de resto, já se fazia sentir desde o fim do período colonial (nas últimas promoções da Escola colonial, o ISCSPU, uma boa parte dos estudantes havia utilizado essa escolaridade como a de uma escola superior e não tinha qualquer intenção de ir servir nas colónias). A África já não tinha interesse, a modernidade estava do lado da Europa comunitária de onde se esperava que viesse o milagre. De resto, no plano político houve também uma contradição total entre a ideologia oficial, que permaneceu plenamente luso-tropicalista, e a realidade institucional: após uma breve instauração, em 1975, nos dez anos que se seguiram deixou de haver um secretariado da cooperação.

Os jornalistas escreveram frequentemente, e os intelectuais anti-colonialistas escreveram por vezes, mas dificilmente se poderiam qualificar tais escritos de científicos. Reinou uma espécie de "complexo de esquerda do colonizador": os intelectuais haviam apoiado incondicionalmente a aspiração independentista africana, mas agora as frentes estavam no poder na forma de partidos únicos. O apoio, se é que tinha que haver apoio, já não podia ser incondicional. Mas muitas vezes aquele apoio permaneceu quer explícito — mesmo nos momentos mais sombrios, por exemplo quando, na sequência da tentativa de golpe de Estado de Nito Alves em Angola, em 27 de Maio de 1977, antigos opositores no seio o MPLA, que nada tinham a ver com N.Alves, estiveram a um passo de ser fuzilados, e mesmo assim havia intelectuais portugueses eminentes que proclamavam publicamente o seu apoio à repressão...; quer implicitamente, pelo silêncio da escrita. Como se, enquanto cidadãos da antiga metrópole colonial, não tivessem, eles próprios, o direito de criticar os regimes independentes das antigas colónias. Foram extremamente raros os intelectuais portugueses de esquerda que desenvolveram uma crítica dos regimes de partido único antes da queda do Muro de Berlim. Hoje em dia, naturalmente que todos dizem ter sido contra. O autor destas linhas conseguiu encontrar um africanista russo que assinasse, em 1988 (antes da queda do Muro) um apelo à negociação entre a Frelimo e a Renamo, e portanto, ao fim do partido único, mas não conseguiu que um único português o fizesse...

Em Portugal, por conseguinte, não houve nenhuma investigação política e de história imediata africanista durante quinze anos, se exceptuarmos os nostálgicos do antigo regime que escreviam para denunciar o "colonialismo soviético". A investigação africanista em ciências sociais desenvolveu-se nas ciências económicas, na sociologia, mais dificilmente na antropologia (o MPLA e a Frelimo consideravam a antropologia como uma "ciência burguesa" que encarava os factos, segundo eles, sem ter em conta a luta de classes...), e na história colonial. Mesmo assim os aspectos políticos foram relativizados: tivémos estudos sobre as dificuldades de aplicação da política de aldeação, mas não sobre o seu fundamento; sobre as dificuldades das políticas económicas, mas sem ligação com a estrutura do partido único; sobre os efeitos da guerra de agressão sul-africana contra Angola e Moçambique, sem jamais se estudar os processos de transformação dessa guerra em verdadeira guerra civil (isto foi menos nítido no caso de Angola, porque um sector do Partido Socialista português apoiou sempre a UNITA de Jonas Savimbi, apesar do apoio que o *apartheid* prestava também a esta última). Etc.

A falta de vontade política ao nível governamental deixou as escassas instituições africanistas num estado de grande fraqueza. Assim, só em 1992 de estabeleceu o primeiro mestrado em estudos africanos, com base em fundos largamente não-governamentais - o do Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, virado para a antropologia, a sociologia e a economia. Em 1993 foi aberto um segundo mestrado, o do Centro de Estudos sobre a África (CESA) do Instituto Superior de Economia e Gestão, virado para a economia, as ciências do desenvolvimento e as finanças. Não existe um mestrado em ciências políticas africanas. Só em Junho de 1994 se reuniu o primeiro congresso para estudar como introduzir a África nos programas escolares do secundário.

3. A Evolução da Situação Institucional

a. As instituições de investigação

As universidades públicas têm centros de estudos africanos muitas vezes pequenos e destituídos de meios, mesmo que a situação tenda a melhorar. Além do CEA-ISCTE (sem ligação universitária) e o CESA-ISEG (universidade técnica) já citados, existem em Lisboa o Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova (antropologia), e o Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade Clássica. Em Coimbra existe um dinâmico Instituto de Antropologia. Até há bem pouco tempo não existia praticamente colaboração entre estes centros: entretanto, desde há alguns anos que o CEA-ISCTE se tem afirmado como um pólo centrípeto, e muitos investigadores dos outros centros são simultaneamente membros deste. É por isso que ele foi admitido na rede europeia AEGIS (*African European Group of International Studies*), cujo membro francês é o Centre d'étude d'Afrique noire de Bordéus.

O IICT, que sucedeu à JICU, adquiriu grande importância mesmo que os seus meios estejam longe de ser suficientes. Ele tem diversos centros africanistas ou parcialmente africanistas em ciências sociais (curiosamente, ele não tem nenhum centro brasileirista - de resto, não existe praticamente nenhuma investigação brasileirista em Portugal, outro paradoxo da ideologia!). Alguns desses centros funcionam muito mal (Centro de Estudos Sócio-Económicos), o centro de história (Centro de História e Cartografia Antiga) é bastante activo mas praticamente não aborda o século XX. O Centro de Etnologia do Ultramar, já citado, não mostrou, ao que parece, a sua vitalidade. O centro mais impressionante e incontestável, apesar da sua pequena estatura, é o Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, um verdadeiro centro moderno de história e antropologia. Mas ele não possui praticamente pessoal próprio e vive do destacamento parcial de universitários dos centros já citados. É este centro que publica a excelente Revista Internacional de Estudos Africanos. Em contrapartida, um grande defeito do IICT é a sua incrível centralização: a totalidade dos seus centros situa-se em Lisboa! Um dos seus problemas advém do facto que o lugar

que ocupa nas instituições do país foi fruto de constantes compromissos: contrariamente ao que se poderia pensar, ele não está ligado aos ministérios da educação, da cooperação ou dos negócios estrangeiros, mas sim ao ministério da administração e da planificação. Terá sido talvez o meio de o proteger de um embargo diplomático, mas isola-o também dos ministérios ligados à investigação.

Os intelectuais mais ou menos ligados ao antigo regime reagruparam-se preferencialmente no ISCSP, que tem um Instituto de Relações Internacionais dotado, em princípio, de um Centro de Estudos Africanos. O CEA-IRI-ISCSP não funciona na prática. De resto, a actividade africanista do ISCSP declinou acentuadamente, como o testemunha a sua biblioteca, que está muito longe de ter adquirido sequer as obras em língua portuguesa relativas à África lusófona independente. Em contrapartida, são muito activos os "vasos comunicantes" entre o ISCSP, o CEU-IICT e as pequenas universidades privadas: muitos universitários do sector público são também ali professores e ali mantêm uma pequena actividade africanista. No Porto, o antigo ministro das colónias (1963-1973) reuniu um Centro de Estudos Africanos numa universidade privada, a Universidade Portucalense. Este centro publica uma revista, a Africana. Podemos naturalmente pensar que a sua maneira de apreender a história ou a antropologia não é muito moderna: é certo. Mas, por razões explicadas no início deste texto, não devemos menosprezar os conhecimentos detidos pelos intelectuais da velha escola. Eles sabem frequentemente mais que outros mais modernos, e muitas vezes foram actores (administradores, governadores, ministros) e, assim, são importantes também enquanto fontes da história. Consequentemente, embora a revista Africana não seja interessante quando um autor denuncia ali a queda do Ocidente ou os males do imperialismo russo, pelo contrário, quando um antigo administrador conta nela o que fez, na base da sua experiência de vida e dos documentos que utiliza, o artigo pode constituir uma fonte bastante interessante.

O financiamento da investigação constitui um grande problema. O INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), cuja função era de financiar a investigação universitária, foi recentemente dissolvido e as suas atribuições

fundidas com as da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica). Mas a JNICT está longe de poder ser comparada, por exemplo, ao CNRS francês: ela é uma simples agência de financiamento. Os portugueses puseram de pé o programa Ciências, que visa a utilização dos fundos estruturais europeus para modernizar e desenvolver a investigação. Mas, longe dos discursos, África está também longe de constituir uma prioridade.

b. As bibliotecas...

Lisboa, naturalmente considerada a capital de "cinco séculos de colonização", não possui uma única grande biblioteca africanista digna desse nome. Existem fontes arquivísticas consideráveis na Torre do Tombo e em outros arquivos. Para as fontes contemporâneas existem centros de documentação, notáveis mas não especificamente africanistas ou, então, fortemente disciplinares, e que estão muito longe de adquirir a produção científica internacional relativa à África. Citemos o Centro de Documentação e Informação do IICT, que deveria construir um banco de dados "tropicalista" a começar pela África lusófona - mas este projecto parece há vários anos paralizado. Este CDI-IICT é sobretudo importante enquanto biblioteca de "arquivos recentes", porque possui efectivamente a maior parte daquilo que se produziu em Portugal, desde a Segunda Guerra Mundial até 1974. A maioria das suas publicações recentes (bibliografias) é, de facto, uma valorização do seu fundo antigo.

A já referida Sociedade de Geografia, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Hemeroteca Municipal (para os jornais), a Biblioteca Municipal do Porto, a biblioteca do Instituto de Antropologia de Coimbra, têm também fundos mas todos eles envelhecidos e muito incompletos.

Para a história imediata os dois melhores locais parecem ser o centro de documentação do Centro 25 de Abril, em Coimbra, que constitui já um importante fundo sobre a história da revolução e da descolonização, e sobretudo o Centro de Documentação e Informação do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral). O CIDAC surgiu da mobilização de sectores católicos anti-coloniais no início dos anos setenta. É hoje uma ONGD (organização não-gover-

namental para o desenvolvimento) especializada no apoio à África lusófona e ao Terceiro Mundo em geral. Ele constitui o exemplo vivo da corrente de apoio acrítico aos regimes de partidos únicos de esquerda em África até ao fim dos anos oitenta. Mas, ao fazê-lo, construiu um centro de documentação em Lisboa que é um tesouro. De facto, todos os cooperantes que ele enviou, desde há anos, a África, trouxeram no seu regresso, e ali depositaram, a literatura cinzenta que eles adquiriram ou produziram lá. Este fundo inestimável é completado por uma política de aquisições e permutas. O resultado é um conjunto heterogéneo, com lacunas importantes, mas onde se podem consultar documentos recentes que é impossível encontrar noutros lugares. O CIDAC publica dois buletins documentais, uma Informação Bibliográfica que permite referenciar as fontes e solicitar fotocópias, e uma revista da imprensa portuguesa sobre Angola e Moçambique, *Angola-Moçambique*, que é um instrumento muito cómodo. De facto, relativamente à África lusófona, a imprensa portuguesa é mais rica que a dos outros países (incluindo o Brasil).

Citemos ainda os CDI do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) e do ICEP (Instituto para a Cooperação Económica), que possuem fundos económicos modestos sobre África

c. ...E os arquivos recentes

Os arquivos recentes põem, em si, problemas simultaneamente práticos e políticos.

Os Arquivos Técnicos do Ministério do Ultramar — estudos agronómicos, engenharia civil, estudos de impacto das grandes barragens do Cunene (Angola) e Cahora-Bassa (Moçambique), fotografias aéreas e cartografia, etc... — salvaram-se de ser destruídos pela semi-clandestinidade em que vivem desde há anos. Foram reinstalados na periferia de Lisboa, no seio de um Núcleo de Documentação da Cruz Quebrada, e ficaram à guarda do ICEP. Salvaram-se pois, mas o ICEP não é uma instituição de investigação: este fundo é, portanto, insuficientemente conhecido e bastante estreitamente ligado apenas a projectos de cooperação portuguesa. Os consultores de agências vão ali investigar estudos já feitos

no tempo colonial (cartografia, etc...) e que necessitam apenas de actualização. Os investigadores em ciências sociais podem também trabalhar ali, mas apenas com autorizações pontuais e a informatização está longe de se encontrar concluída, o que põe evidentemente problemas de exploração das fontes visto que não existe nenhum catálogo publicado.

Os arquivos políticos do mesmo ministério, os do Gabinete de Negócios Políticos já citado, tiveram um destino singular. Durante anos procurei inquirir onde estavam os arquivos coloniais e ninguém me soube responder! Tal ignorância acabou por me intrigar porque mesmo que estes arquivos estivessem encerrados dever-se-ia saber onde estavam guardados. Mas não, silêncio. Finalmente, na base de um ligeiro indício, apresentei-me numa manhã de Julho de 1992 no Palácio das Laranjeiras, um bonito edifício ocupado pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, antes mesmo da chegada dos funcionários; pedi a uma secretária madrugadora que me deixasse dar uma vista de olhos ao sótão. Um pouco espantada, ela acabou por me levar lá. Uma vez ali, deparei com uma visão simultaneamente extraordinária e de pesadelo: debaixo de uma camada de centímetros de pó, de entulho e cacos de vidro, centenas de caixas, ou seja, milhares de pastas de arquivo cujos títulos me faziam saltar de um lado para o outro: Estado-Maior do Norte de Angola, *Situação Militar*, 1972, ou Governo-Geral de Moçambique, *Relatório*, 1968, etc... Todos os arquivos políticos e militares do Gabinete jaziam ali há dezasseis anos, finalmente protegidos pelo esquecimento! Décadas de trabalho para o historiador. Naturalmente, referi a minha descoberta a um membro do gabinete do Secretário de Estado que, reconheçamo-lo, estava informado disto há pouco tempo, simplesmente porque a sua instituição estava em vias de recuperar o edifício e tropeçara naquelas caixas que, de resto, se começavam a misturar com documentação de outras proveniências. Algum tempo depois, por correio, ele informava-me que um (!) técnico do ICEP tinha sido incumbido de um primeiro inventário... Reconstituí assim a história: o Ultramar deixara de existir, o fundo fora transferido brevemente para o Ministério da Coordenação Inter-Territorial que existiu na altura da descolonização; depois para o

ministério da Administração Interna, que os transferiu para o Palácio das Laranjeiras, que entretanto acabara de adquirir. Mas este ministério mudou novamente de instalações e foi a Secretaria de Estado da Juventude que veio ocupar o Palácio. O fio da memória rompeu-se a partir daqui, as pessoas tinham visto as caixas mas ninguém tivera consciência de que se tratava de um tesouro. Por fim veio o Secretariado de Estado da Modernização que, por razões puramente técnicas, acabou por alertar o ICEP...

Este episódio não pode deixar de ser inquietante. O ICEP, é preciso repeti-lo, não é uma instituição de investigação e não tem arquivistas-historiadores ao seu serviço. É um pouco como se, em França, se tivessem colocado os Arquivos do Ultramar à guarda da Caixa Central de Cooperação Económica. Mesmo que o fundo esteja salvaguardado, o seu tratamento correcto exige a actuação de uma verdadeira equipa, e que ele seja confiado não ao ICEP mas aos ANTT ou ao AHU. Solicitei que me mantivessem informado do caso e amavelmente acederam. Mas há dois anos que não recebo notícias. Para além dos seus aspectos rocambolescos, esta lamentável história é significativa: se nenhum colega português me pôde informar sobre isto durante tantos anos, tal deveu-se a duas razões: uma, quase sociológica, é que os meus colegas, "pós-coloniais" e modernos, não fizeram parte do meio que produziu estes arquivos e nunca se puseram a questão da sua possível existência; a outra conduz-nos ao que foi dito anteriormente: ninguém procurou verdadeiramente realizar estudos de história muito recente, a derrota colonial devia ser esquecida, não estudada.

O AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), cujas instalações estão em curso de alargamento e modernização mas que perdeu a maioria do pessoal que tinha antes do 25 de Abril de 1974, tem em princípio uma vocação muito ampla, como atrás vimos. Entretanto, a equipa de arquivistas foi obrigada a fazer escolhas e está actualmente a tratar as fontes do século XIX. Um pequeno cálculo levou-me a concluir que, a manterem-se constantes os meios ao dispôr e o ritmo, as fontes do século XX poderão ser tratadas por alturas do século XXV. Por outro lado, a guerra dos arquivos ou das burocracias não beneficia o AHU porque este está longe de ter

a força de pressão dos ANTT ou do ICEP. Entretanto, ele é, claro, um local de passagem obrigatória mesmo para os historiadores do século XX porque ali se encontram fontes impressas que não existem noutros locais (por exemplo, as Ordens de Serviço das províncias, os boletins oficiais dos distritos locais das províncias coloniais). Os arquivos do Gabinete dos Negócios Políticos deveriam logicamente vir parar aqui, mas tal é pouco provável. Se o ICEP não os acolher eles irão parar aos ANTT. E ali constituirão todo um outro problema!

Os ANTT, reinstalados em instalações maravilhosas e ultramodernas no campus universitário, são certamente dos mais ricos do mundo. O período moderno apresenta contudo um problema, não necessariamente legal mas político. A lei portuguesa de arquivos é bastante liberal, permitindo a abertura de todos os arquivos decorridos trinta anos. O que nos leva a 1964 e à abertura, pois, de todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, os Arquivos António de Oliveira Salazar (AOS), de que foi publicado um excelente catálogo, estão em princípio abertos, e a abertura dos da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a temível polícia política do salazarismo, está iminente. Mas isto é muito teórico, por duas razões. A primeira é que um documento só pode ser divulgado decorridos cinquenta anos após a morte de uma pessoa que nele seja nomeada. É pois necessário examinar cada documento para ver que pessoas são nele nomeadas e saber se estão vivas ou mortas e desde quando. Ora, existe um só funcionário incumbido do exame dos documentos dos AOS (1928-1968)! Na prática este só pode dar uma vista de olhos rápida e eliminar todos os documentos onde se nomeiam pessoas. Ou seja, 90% dos documentos. Mesmo assim os atrasos são consideráveis. Tendo solicitado com quatro meses de antecedência uma autorização de consulta de dez caixas devidamente identificadas, foi-me finalmente tornada acessível uma só caixa de onde se haviam retirado 90% dos documentos... Falta de meios? Pode até ser. Mas poderá dever-se também à falta de pressa em comunicar o que é relativo ao antigo regime, de que um certo número de dignitários se encontra ainda em lugares eminentes hoje em dia, a começar pelo...

director dos ANTT, antigo comunista que se passou para o salazarismo nos anos quarenta. São constantes os conflitos entre os jovens historiadores do século XX metropolitano e colonial e o director dos ANTT. Aliás, é praticamente impossível conseguir um encontro com ele. Várias vezes a imprensa se referiu ao assunto. Todavia, vale a pena o esforço porque se trata de arquivos consideráveis, e mesmo 10% dos materiais constituem já uma massa apreciável; e podemos inclusivamente aproveitarmo-nos do... racismo inconsciente do funcionário. Com efeito, notei que se um documento mencionava portugueses, era-me negado o acesso a ele. Pelo contrário, se ele se referia a moçambicanos eu podia consultá-lo sem problemas...

Os ANTT põem também o problema dos arquivos classificados de "secretos", como os dos SCCIM ou dos SCCIA.

Quando estalou a revolução em Portugal, acontece que o director dos SCCIM, um madeirense enamorado por arquivos, se encontrava hospitalizado na África do Sul. Os seus subordinados, sem dúvida em pânico com os acontecimentos, queimaram todos os documentos classificados de "muito secreto" e "secreto" e salvaguardaram apenas os documentos "restritos". Parece que o director, quando regressou, ficou furioso - mas era já tarde. Pior que um crime só uma idiotice, diz o ditado: porque os SCCIM não eram uma polícia e os seus arquivos não continham inquéritos policiais sobre indivíduos. Certamente, eram inquéritos de antropologia aplicada sobre a situação social real que mostravam que a situação não era aquela que a propaganda oficial retratava. Mas os autores destas investigações não corriam qualquer perigo e existiam possibilidades técnicas de uma transferência para Lisboa (até para esconder informações sobre alguns africanos). Aquilo que sobrou foi transferido.

Os arquivos dos SCCIA não foram destruídos mas transferidos sob a protecção de uma companhia de paraquedistas. Mas para onde? A este respeito iniciei um pequeno inquérito que me levou até ao director dos serviços secretos civis portugueses (SISE) — um velho polícia sociólogo de Angola. Parece que tudo foi transferido para os ANTT — pelo menos é o que me afirmou depois de ter procurado informar-

se. Mas não há meio de se conseguir uma confirmação por parte dos ANTT, que reconhecem apenas a existência de "salas fechadas". Tudo terá sido classificado como "secreto", o que interdita a consulta. Desde que, no decorrer dos anos quentes, os serviços secretos búlgaros procuraram aproximar-se dessas caixas sob pretexto de... desratização, que não se pode sequer entrar nos compartimentos onde foram colocadas as grandes caixas de madeira seladas. Estes arquivos não sofreram assim, durante vinte anos, nenhum tratamento documental, nem mesmo de simples conservação. Não se sabe em que estado foram desembarcados nem em que estado se encontram actualmente. Trata-se de um verdadeiro abandono sob a capa de secretismo. A solução seria a sua "desclassificação", permitindo pelo menos que arquivistas ajuramentados começassem o seu tratamento. Mas quem deve promulgar uma tal desclassificação? — O director dos ANTT, segundo me disse um Secretário de Estado da Cultura. — O Conselho de Ministros, responde (por telefone, uma vez que não foi possível qualquer encontro) uma directora-adjunta dos ANTT, que não citou os SCCIM-SCCIA e falou simplesmente "em abstracto" para um "cenário" como o que lhe era apresentado. O pior é que é mesmo possível que a direcção dos ANTT, em mudança, não conheça já a existência daquelas caixas de origem colonial, sabendo simplesmente que existe um fundo não identificado nas salas encerradas.

Eu não trabalhei nos arquivos militares e da marinha. Mas sei que é possível uma abertura prudente. Uma comissão do Exército obteve a desclassificação dos documentos necessários à elaboração de enormes volumes sobre as "campanhas de África" de 1961 a 1974. Mas o resultado não passa de um lamentável exercício de auto-justificação — os militares incumbidos dessa redacção não eram os que levaram a cabo a evolução dos Cravos, há muito passados à reserva ou à reforma!

O resultado é uma grande dispersão dos arquivos coloniais recentes, e uma extraordinária sub-valorização dos fundos. De qualquer maneira, praticamente nenhum historiador recente trabalha com eles. Esta é uma questão política que se pode bem entender a partir da França, mas que não pode servir de justificação: nós próprios nos encontramos

apenas em vias de fazer a história da guerra da Argélia. Ora, proporcionalmente à estatura modesta da metrópole, a descolonização portuguesa das cinco colónias de África foi um traumatismo bem mais considerável. Não existe uma vontade política real de fazer a história contemporânea da descolonização, e entre os historiadores portugueses não há uma consciência suficiente da problemática arquivística.

Gostaria, entretanto, de terminar este parágrafo com uma observação mais optimista: é possível trabalhar. Pode-se trabalhar em parte porque estamos longe de ter "esgotado" as fontes impressas ou a literatura cinzenta: relatórios de grandes companhias coloniais, espólio das três séries de buletins oficiais de cada uma das colónias e das Ordens de Serviço, imprensa das associações legais, leitura sistemática da produção científica colonial, etc.

4. Memórias e Tradições Orais Coloniais

Evidentemente, o historiador do último período colonial e da descolonização deve utilizar o mais possível as fontes orais. Deste ponto de vista, existem possibilidades no caso de Portugal: a descolonização foi tardia (1975) e muitos funcionários do quadro colonial estão ainda vivos, enquanto que o número dos seus homónimos diminui rapidamente em França, na Bélgica e na Inglaterra.

Na medida das minhas possibilidades levei a cabo algumas dezenas de entrevistas com actores, de níveis hierárquicos muito diversos da administração, da polícia ou do exército coloniais — neste último caso tratavam-se sobretudo de ex-comandos ou paraquedistas, o que exige uma certa resistência dado que a conversa em geral só se torna interessante após a sétima cerveja.

Quase sempre fui bem recebido — claro que após as habituais manobras de aproximação (vir sempre da parte de uma terceira pessoa, de confiança).

Ora, no decorrer das entrevistas, coloquei sempre uma última questão: "Senhor, considerando as funções que você desempenhou e a sua experiência vivida, desde 1974 que um grande número de pessoas deve ter vindo procurá-lo. Foi

assim?" Com muito raras excepções (duas ou três), a resposta foi sempre a mesma: "Não, é esta a primeira vez". Voltamos pois ao desinteresse prático relativamente à história colonial recente, referido já por diversas vezes ao longo deste texto.

Sei também bem que a minha qualidade de estrangeiro falante do português traz uma dupla vantagem: como estrangeiro, sou considerado como exterior às querelas portuguesas e, portanto, não representando a possibilidade de vir pedir contas; falando português, pu-los imediatamente à vontade. Todavia, apesar do acolhimento ter sido invariavelmente bom, não se deduza daí que foi sempre fácil obter as minhas entrevistas. Foram necessários longos cercos! Mas isso é necessário: a qualidade de uma entrevista nunca está assegurada antecipadamente. O meu método é muito simples, eu explico verdadeiramente o que penso. "Eu sou um intelectual francês da geração pós-Maio de 1968, um intelectual de esquerda e, portanto, um anti-colonialista" — o cenho franze-se, e eu prossigo imediatamente: "A história condenou a colonização. Mas o colonialismo foi um sistema, um sistema no seio do qual viveram pessoas, por vezes autênticos sátrapas, outras vezes pessoas que nele acreditaram (o meu interlocutor, nesta altura, coloca-se a si próprio, evidentemente, na segunda categoria, e a partir daqui dependerá da minha tarefa de historiador manter a abertura). Eu também condeno o colonialismo mas não o condeno a si, individualmente, porque tal condenação não teria qualquer sentido. Eu estou aqui porque você representa uma fonte da história"... Repito que é assim que vejo verdadeiramente as coisas. Em seguida o problema é de ordem metodológica — mas trata-se de um problema clássico em história imediata ou muito contemporânea: os meus interlocutores aceitam bem a minha definição — "você é uma fonte da história" — mas de facto eles vão falar e pensam-se como sendo a história: eles estiveram lá, eles viram, eles agiram, eles sabem bem que... Cabe a nós descodificar e nós não traímos de forma alguma o princípio acordado porque o colonialismo foi de facto um sistema!

Acrescente-se que quase nunca utilizo o gravador e me limito a tomar notas: desta forma, e começo por lhes dizer isso mesmo, sou o único responsável por aquilo que sairá

daquela conversa. Infalivelmente, ela começa por uma declaração em que o meu velho colonial diz: "Eu não dou entrevistas, isto é uma simples conversa...." E ela dura geralmente cinco a seis horas, várias sessões!

((Mesmo assim é necessário precisar um ponto: hoje é uma moda dizer-se que "já não há ideologia" — a queda do Muro obriga a tal — e que, trinta anos após as descolonizações, pode fazer-se uma história "desideologizada" sem procurar os Bons e os Maus. Ora, mesmo que a investigação dos Bons e dos Maus nunca tenha sido um método do historiador, isso nada tem que ver com uma "desideologização" da inestigação histórica. O colonialismo permanece o que sempre foi, a saber horror ou heroísmo segundo o ângulo vivido e.... a ideologia. Não é necessário "desideologizar" esse passado recente para o apreender plenamente como sistema condenável no seio do qual viveram pessoas que não são forçosamente condenáveis)).

Esta recolha daquilo a que chamei a "tradição oral colonial"[1] é de uma urgência absoluta. Porém, não existe qualquer programa sério neste campo em Portugal. Em princípio, o CEU-IICT levou a cabo um enorme programa: tive ocasião de consultar o projecto, o orçamento, e de constatar os termos utilizados (as colónias não são designadas como tais mas sob o velho vocábulo de "os territórios"), etc. Mas dois anos após o seu início, um dos responsáveis, ao afirmar-me que tinham sido feitas "dezenas de entrevistas", não foi capaz de me dizer um só nome de entrevistador ou entrevistado. Um outro programa, mais circunscrito aos governadores gerais, deveria ter sido desenvolvido pelo IRI do ISCSP. É possível que o produto seja um livro recente de autobiografias de antigos governadores: mas trata-se de um resultado mínimo, sem qualquer metodologia científica histórica.

Reparemos também que esses dois programas provêm dos círculos mais ligados ao antigo regime. Será que os anti-colonialistas não fazem senão investigações sobre os anti-colonialistas e os colonizados?

5. A Situação Documental e Arquivística na África Lusófona Independente

a. A situação institucional

Os cinco PALOPs (países africanos de língua oficial portuguesa) têm, como vimos, níveis diferentes no seu sistema de arquivos.

Em Angola existem, em princípio, Arquivos Históricos. Mas a situação de guerra incessante vivida por este país desde 1975, aliada a uma ausência de vontade política, fez com que a recolha de documentos tenha sido muito fraca e o seu tratamento ainda pior. O contexto intelectual global, sobretudo após a repressão de 1977, também não foi favorável. Assim, por exemplo, quando da proposta de criação de uma faculdade de ciências sociais, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola, no poder desde 11 de Novembro de 1975) preferiu criar simplesmente..... a Escola do Partido!

Em São Tomé funciona um pequeno sistema de arquivos. Nas ilhas de Cabo Verde uma lei recente deu impulso à constituição de uma rede nacional de arquivos. Na Guiné-Bissau, uma instituição bastante estabilizada, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) tem a seu cargo arquivos nacionais e foram já publicados diversos catálogos. Porém, essa catalogação - e, portanto, o pré-tratamento dos documentos - está longe de se ter concluído.

A questão arquivística foi, em contrapartida, considerada como imperativo de construção nacional pela Frelimo (a Frente Nacional de Libertação de Moçambique que ascendeu, sózinha, ao poder em 25 de Junho de 1975). O Arquivo Histórico de Moçambique, apesar de escassez de meios, está perfeitamente organizado e ali se podem consultar, em microfilme, os relatórios de inúmeras sociedades coloniais, fotografados em Lisboa mas não acessíveis nessa cidade! Foi a cooperação sueca quem pagou a microfilmagem. O AHM publica bastante regularmente uma revista, ARQUIVO, que, mais que um simples boletim de arquivo, é uma verdadeira revista de história e ciências sociais. Em contrapartida, o centro de documentação do Centro de Estudos Africanos da Universidade, herdado do IICM e que

teve o seu momento de glória de 1977 a cerca de 1988, está actualmente muito desorganizado. Quanto aos arquivos do Partido, eles estão encerrados mesmo que certos historiadores, escolhidos a dedo, a eles tenham podido aceder, muito parcialmente de resto. A legislação moçambicana é bastante liberal: na prática, o que é anterior a 1964 (início da guerra de libertação) é de acesso livre.

Independentemente do AHM existe também uma instituição financiada pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), os Arquivos do Património Cultural, mais conhecidos sob a sigla de ARPAC. Enquanto que o AHM depende da Universidade Eduardo Mondlane, o ARPAC depende do Ministério da Cultura e tem por vocação a recolha da tradição oral africana. Possui no país brigadas de antropólogos, alguns formados em França. Possuem também uma biblioteca em Maputo.

Existem ainda centros de documentação por vezes bastante ricos na Comissão Nacional do Plano, no Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), no Ministério da Cooperação, etc. Moçambique é, sem dúvida, o país lusófono de África onde a situação arquivística e documental é melhor. Perfeição essa entretanto ameaçada pela grande miséria em que o plano de reajustamento estrutural colocou todos os serviços públicos, paralizando sectores inteiros e levando os universitários moçambicanos a consagrar a sua competência a actividades alimentares de consultoria, em detrimento da investigação.

b. A situação da investigação histórica

A percepção da importância da construção da memória nacional salvou os arquivos de Moçambique e permitiu a sua gestão mínima na Guiné-Bissau, em São Tomé e Cabo Verde. Todavia, o aspecto muito político da produção da memória nacional, que não é senão a tentativa de produção da nação em países muitas vezes sem nação, trouxe consigo sérias limitações.

Assim, o essencial do esforço da jovem geração de historiadores moçambicanos foi dirigido para a produção de história do nacionalismo, na prática reduzida à história da Frelimo e dos movimentos que a ela deram lugar (e mesmo

assim...). Nenhum dos mitos fundadores do partido e do Estado foi posto em causa até ao presente, mesmo a nível factual. Isso é clássico. Mas há ainda mais grave e mais dificilmente explicável. De facto, só se estudaram os acontecimentos ou fenómenos que apresentavam traços de ligação com o nacionalismo universalista e modernista da Frelimo, ou seja, transportados por grupos sociais que apoiaram este movimento e se fizeram representar no seio do Estado. Os acontecimentos ligados à resistência anti-colonial mas desenvolvidos em grupos sociais não representados no Estado não foram estudados simplesmente porque não houve "transportadores de memória" que os levassem até aos círculos onde se fazia a pesquisa e se produzia a nação. Assim, por exemplo, os acontecimentos do estuário do Rio Save, ocorridos em 1953, não foram estudados apesar de constituírem um exemplo muito claro de "proto-nacionalismo" (para utilizar a expressão que os investigadores moçambicanos empregam para aquilo que é anterior à Frelimo). Não é por suspeita ou por tribalismo sulista (a elite da Frelimo é sobretudo sulista), mas simplesmente porque ninguém, nos meios do nacionalismo modernista, ouviu falar de tais acontecimentos - só se pode investigar aquilo de que se conhece a existência.

Para além mesmo do peso do controle do partido único (até 1990) sobre a investigação histórica e social em nome de um marxismo aproximativo e "estalinóide" que ignorou muitos aspectos da vida cultural popular e das chefaturas, houve cargas sociológicas que moldaram os desiquilíbrios da investigação moçambicana: houve numerosas investigações (proporcionalmente ao pequeno meio de investigadores disponíveis) sobre as zonas da guerrilha, sobre o sul de onde é originária a maior parte dos dirigentes, mas muito menos coisas sobre enormes regiões do centro-sul, do centro e do centro-norte, ou seja, todo o "ventre do país". A incerteza sobre o futuro político (o país acaba de viver as suas primeiras eleições pluralistas) traz igualmente consigo inquietações sobre o futuro dos arquivos da Frelimo: tornado um partido como os outros, o que acontecerá a esses documentos? Será que vao ser transferidos para o AHM?

O fenómeno é um pouco semelhante na Guiné-Bissau: a "legitimidade daqueles que combateram" com o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde, de Amílcar Cabral) teve grande influência na investigação. Praticamente nada se fez sobre "aqueles que não lutaram", o que corresponde a metade do país. Ora essa questão da legitimidade é, hoje em dia, uma questão política muito quente, em que toda uma corrente de opinião recusa tal divisão do país, que justificou um monopólio de privilégios nas mãos dos antigos chefes guerrilheiros. A questão das chefaturas está por exemplo no centro de interesse de todos os países. A própria identidade nacional está em questão: se a elite creoula está historicamente ligada às ilhas de Cabo Verde, a população negra tem muito mais laços com os povos da Gâmbia e da Serra Leoa, da "Grande Guiné". Fazer a história da "Guiné-Bissau" é, assim, correr o risco de fazer uma história unicamente colonial, mesmo que nacionalista, e o foco nos Estados africanos anteriores à ocupação efectiva do território leva-nos inevitavelmente a colocar questões sobre o próprio sentido da existência dessa pequena Guiné.....

No caso da Guiné-Bissau, também, podemos, devemos mesmo, expressar as mais vivas inquietações sobre o destino dos arquivos do PAIGC.

6. Balanço da Situação da Investigação Ocidental sobre a África Lusófona

Não voltarei aqui à investigação portuguesa em história imediata da África lusófona, já discutida. Referirei apenas as tendências mais recentes. A investigação brasileira sobre a África lusófona nunca foi activa apesar de revelar uma certa simpatia. Tal interesse poderá relançar-se com a presença, doravante estável, de um fluxo de algumas centenas de estudantes bolseiros cabo-verdianos, guineenses e angolanos em universidades brasileiras. Mas o problema do Brasil é outro: a saber, a confusão permanente entre estudos africanos e estudos negros. Sofreu-se ali a influência ideológica e material (créditos) dos Estados Unidos da América que, sob a influência da sua própria comunidade negra, só se interessam

pelas relações Brancos-Negros e assimilam os Negros aos Africanos: os *Blacks* não terão cedido lugar em benefício mítico dos Afro-Americanos que há algumas gerações deixaram de existir? Assim, centros verdadeiramente africanistas, como o da Universidade de São Paulo, são, na prática, raros. Por outro lado, é preciso notar que o Brasil, enquanto Estado, interessa-se mais pela África solvente do que pela África lusófona....

Nos países europeus ocidentais e norte-americanos, é necessário discernir dois períodos e, dentro deles, os locais.

a. 1975-1988/90

O primeiro vai de 1975 a 1988-1990: foi, nos países anglo-saxónicos e escandinavos, e na Holanda e Suíça em menor grau, o período por excelência dos *concerned scholars*, dos intelectuais engajados cujos escritos, desde o simples artigo à tese de doutoramento, se fundaram na simpatia que lhes inspiravam os "processos de transição socialista". A meu ver, o problema não residiu no engajamento em si: o militantismo não está forçosamente ligado à ausência de metodologia crítica. Mas neste caso esteve e, espantosamente, alguns desses intelectuais foram bem mais incondicionais que os próprios militantes africanos, tendo no cômputo geral prestado um mau serviço — ao colocarem a sua competência ao serviço da perpetuação dos erros. As críticas foram sempre pontuais e não-sistemáticas ("a incapacidade do Estado de aplicar a linha correcta do partido"; "o insuficiente apoio do Estado à aldeação" — sem se pôr em causa a aldeação em si; nenhuma crítica do regime de partido único, etc.). Moçambique foi quem inspirou mais simpatia: de facto, na Guiné-Bissau o regime de Luís Cabral foi rapidamente travado pelo golpe de Estado de 1980, e o regime de Nino Vieira foi encarado com mais circunspecção; as ilhas de Cabo Verde depressa surgiram como demasiado moderadas, e Angola como demasiado pró-soviética, mesmo que o apoio à luta contra a UNITA tenha sido incondicional. Samora Machel, dirigente de carisma incontestável e de discurso não alinhado mas radical, cujo regime permaneceu muito tempo não-corrompido, inspirava muito mais.

No plano metodológico, os seus escritos significaram um corte espantosamente semelhante ao do outro extremo, aquele que denunciava o "colonialismo soviético" em África: a saber, uma extraordinária sobrestimação do discurso político na análise das situações, em detrimento da atenção necessária às relações sociais realmente existentes. O discurso era "de transição socialista", portanto esses países eram "de transição socialista". Mesmo quando se tornou evidente que a "transição" caminhava antes num outro sentido (a partir de 1985 foram adoptadas políticas de liberalismo económico num quadro político que se manteve de partido único), a metodologia não mudou: Angola e Moçambique eram países vencidos a partir do exterior, pela agressão sul-africana. Quer dizer que, apesar de não podermos evidentemente negar os efeitos terríveis do apoio da África do Sul aos grupos rebeldes da UNITA e da RENAMO, recusou-se analisar a crise social interna desses países, provocada pelas políticas dos partidos únicos. Na ocorrência, quem falava de "guerra civil" era taxado de partidário do *apartheid* dado que sugeria assim que as causas da crise não eram exteriores... (Foi evidentemente o meu caso pessoal).

Naturalmente, não se pode simplificar e a obra dessa geração historiográfica é heterogénea: alguns trabalhos são simplesmente lamentáveis enquanto que outros, ainda que metodológica e conceptualmente limitados, constituem trabalhos impressionantes de recolha de fontes. Não nos esqueçamos também que alguns desses intelectuais foram cooperantes militantes, trabalhando vinte e quatro horas por dia a troco de salários irrisórios. Nada a ver com os nababos habituais das cooperações governamentais ou empresariais.

Em França, a investigação sobre a África lusófona foi levada a cabo por um número reduzido de investigadores e estudantes doutorandos. A corrente acima mencionada existiu, mas muito menos forte que nos países anglo-saxónicos ou escandinavos. Houve comités de apoio incondicional, mas frequentemente ligados a partidos políticos (PCF ou correntes maoistas), o que limitou o seu alcance. A investigação francesa foi notoriamente insuficiente, padecendo da asfixiante tradição de estudos sobre o espaço francófono. Mas, reconheçamo-lo, desenvolveu mesmo assim

uma análise crítica baseada no estudo das relações sociais realmente existentes. Por outro lado, a "direita" francesa produziu certamente panfletos lamentáveis, mas a paisagem foi dominada pelos trabalhos do historiador René Pélissier, cuja erudição e capacidade de trabalho são impressionantes.

b. De 1988/90 aos nossos dias

A partir de 1988-1990 a situação começou a mudar. Nos países anglo-saxónicos e escandinavos, historiadores mais clássicos começaram a produzir e a publicar trabalhos mais aprofundados, mais numerosos, mais duráveis. Passou, em geral, a admitir-se que as guerras de Angola e Moçambique eram verdadeiras guerras civis. Alguns representantes da geração historiográfica precedente produziram igualmente trabalhos mais críticos. Em contrapartida, em França não ocorreu o desenvolvimento esperado: foram os mesmos que prosseguiram, sem que estudantes avançados tenham podido encontrar lugares de investigadores universitários. O resultado é que hoje em dia a grande maioria dos escritos sobre a África lusófona é não apenas escrita em inglês mas produzida por investigadores anglo-saxónicos. A França, Portugal, Alemanha e países escandinavos, ficaram muito para trás.

Permanecem, todavia, desiquilíbrios herdados da fase precedente, ou gerados pela presente.

Em relação às guerras civis moçambicana (1977-1992) e angolana (1975 até ao presente), a recusa de uma parte dos investigadores em admitir que se tratava de outra coisa para além de uma guerra de agressão sul-africana produziu o paradoxo que a guerra mais bem conhecida foi a guerra... secreta. Tivémos uma quantidade de trabalhos que procuraram seguir o rasto da intervenção dos serviços sul-africanos ou americanos, mas praticamente nenhum sobre o que se passava realmente, socialmente, nas zonas que apoiavam ou eram dominadas pelas rebeliões. É por isso que os meus próprios trabalhos, que procuram compreender a dinâmica mórbida global da guerra em Moçambique, foram frequentemente mal recebidos; ou, sobertudo, porque os de Christian Geffray, baseados num longo estudo de terreno em zona de guerra, e mostrando que uma parte da sociedade camponesa havia escolhido a dissidência, constituíram um

choque profundo para a corrente historiográfica então dominante.

Mas existe um verdadeiro problema metodológico de história imediata que é também um problema moral: porque nós interviemos, certamente que com os nossos métodos de historiadores e antropólogos profissionais, num contexto de guerra em curso. Foi-me, por exemplo, bastante fácil em 1981, a preço de más relações com certos colegas moçambicanos, recusar toda a colaboração com o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, devido aos seus trabalhos de história do nacionalismo, dado que eu sabia que tal pesquisa seria estreitamente controlada pelo partido único e fazia parte de produção da nação. Mas foi-me mais difícil chegar, por volta de 1985, à convicção que a guerra era uma verdadeira guerra civil, e a ousar escrevê-lo, em 1987. Porquê? Mesmo nós, os investigadores franceses bem mais "metodologicamente críticos" que muitos dos nossos colegas anglo-saxónicos ou portugueses, nos submetíamos à pressão moral do momento: nós não queríamos em nenhum caso fazer o jogo do *apartheid*, e isso inibiu-nos durante um certo tempo, atrasou a nossa própria evolução. E quando, em 1987, eu escrevi, prudentemente ainda, que se assistia a um processo de transformação de uma guerra de agressão em guerra civil, não o fiz por que tinha fontes para tal: foi porque já não se percebia nada! Mesmo admitindo um grande poder dos serviços secretos sul-africanos, uma grande habilidade dos seus peritos em manipulação étnica e em engenharia social, como compreender porque é que a rebelião conseguira agir em 90% do território? A legibilidade da história estava totalmente obscurecida para que não estivesse mentalmente ligada aos mitos fundadores da Frelimo. Hoje em dia eu sei que esse "processo de transformação de uma guerra de agressão em guerra civil" deve ter tido lugar por volta de 1982. Pode dizer-se a mesma coisa sobre Angola: quantos artigos para mostrar, descrever, provar, o apoio de Pretória e da CIA à UNITA na luta contra o MPLA e os cubanos? Mas nenhum artigo sério para tentar saber como funcionavam as zonas da UNITA, como viviam ali as pessoas, que relações estabelecia a UNITA com as chefaturas "tradicionais", porque é que o apoio do

regime do apartheid não impediu que grupos sociais apoiassem essa rebelião, etc. A censura vale, de resto, também para o outro lado, que fez reportagens entusiásticas e infantis sobre a "vida nova" na Jamba (a "capital" da UNITA, protegida dos ataques aéreos do MPLA pela defesa sul-africana), num estilo já anteriormente utilizado pelos maoistas quando descreviam o homem novo das comunas populares chinesas!

O horizonte metodológico está esclarecido hoje em dia? É incontestável, mas só parcialmente: o fim da caução moral aos partidos únicos de esquerda em África representada pelo dito "socialismo realmente existente" provocou, como vimos, uma nova geração de trabalhos. Mas existem outras confusões: assim, a RENAMO é auscultada pelos humanitários (que possuem bons investigadores) e por todas as agências que gravitam em torno deles, e de mais longe pelos adeptos dos *Peace Studies* à maneira anglo-saxónica, mas não pelos historiadores. Nenhum historiador membro da geração intelectual pós-sessenta e oito — a minha! — foi ainda às zonas da RENAMO ou da UNITA. Não é fácil mas também não é impossível. Simplesmente, é preciso conversar com esses movimentos e, evidentemente, estabelecer relações de trabalho, cordiais portanto, com eles, mas constata-se que inúmeros intelectuais da nossa geração o que fazem é apenas ir ver Satanás e continuar a fazer estudos de aparências, mesmo que desembaraçados do discurso estalinista.

Na África lusófona a confusão pode tomar outras formas: assim, após anos de negação das relações sociais originais no seio do campesinato e de ignorância das chefaturas ("Abaixo o feudalismo, o obscurantismo, o tribalismo!"), agora está na moda o inverso, os investigadores moçambicanos e angolanos trabalharem sobre "a tradição", o "elemento bantu", etc. Podemos compreendê-lo, mas a visão histórica continua ausente: se a negação da etnicidade e das formas a ela ligadas constituiu uma catástrofe política, não se deve agora embandeirar em arco, quer dizer, inventar e produzir uma "tradição" que não passa, de facto, de um processo permanente de construção e desconstrução. Não obstante, reconheçamo-lo, os investigadores africanos também procuram, simplesmente, respirar, eles que têm

problemas de sobrevivencia material e intelectual quotidianos, e para quem a invasão das ONGs e dos humanitários significa a possibilidade de produzir consultorias remuneradas a níveis cinquenta vezes superiores aos seus salários. Ora, existe dinheiro para trabalhar sobre a "tradição" enquanto que ele é escasso para estudar a renascença do movimento sindical.

c. "Esses mundos que os portugueses deram ao mundo"..

A produção portuguesa recente é igualmente muito mais crítica que anteriormente nos trabalhos de economia, sociologia, etc. Todavia, continua a não haver — à excepção de estudantes africanos presentes em Lisboa — estudos políticos e de história política imediata sobre África.

Ao nível das esferas governamentais continua a existir a tendência da África Nossa, bem idêntica à francesa do "pré carré". A grande questão é que a "defesa do português" face ao avanço do inglês (Moçambique) e do francês (Cabo Verde e Guiné-Bissau), o que é feito de uma maneira muito ineficaz: envio de professores de português, organização de feiras do livro sobre a literatura portuguesa. Ora as elites intelectuais dos PALOP continuarão lusófonas se, e só se, elas entenderem a língua portuguesa como um instrumento moderno e não-português de promoção. Ajudar a construir postos de saúde é sem dúvida mais eficaz para a lusofonia, e assim, indirectamente, para a "defesa do português", do que o envio de professores de português. Da mesma forma, se Lisboa se tornar, muito mais do que agora, e isso é possível, um lugar privilegiado de estudos africanistas, essas mesmas elites sentirão a falta do português e não apenas do inglês e do francês.

Deste ponto de vista, as iniciativas em torno do quinto centenário das Descobertas não são muito encorajadoras: Portugal criou a sua Comissão Nacional dos Descobrimentos a fim de disputar à Espanha a paternidade do evento. Mas será que a indústria da mensagem sobre "Esses mundos que Portugal deu ao mundo", modificará a imagem que os africanos têm de Portugal, a saber, um país preso ao seu passado, pouco moderno? Evidentemente que não. A organização de uma grande exposição sobre o papel de Portugal na escravatura e no trabalho forçado constituiria

certamente um ataque frontal ao luso-tropicalismo ambiente, e permitiria mostrar aos africanos que os passados antigo e recente seriam, a partir de agora, encarados sem complacência nem vergonha. Ainda não é o caso. Nem, de resto é o caso entre nós, franceses.

NOTA

[1]Nota de 20 de Julho de 1994: Após o seminário onde foi apresentada esta comunicação (Seminário do Grupo de Investigação em História Imediata, Tolouse, 17 de Maio de 1994), o emprego do termo "tradições orais coloniais" foi criticado pelos meus interlocutores, que contrapuseram o de "memórias coloniais". Quem diz "tradição oral" diz, de facto, reconstrução mítica e transmissão "pluri-generacional". Reconheço abertamente ter utilizado este termo de forma um tanto ligeira, e que as minhas entrevistas relevam largamente da memória colonial. Aceito, mas não estou totalmente convencido. De facto, Portugal é um velho país colonial no qual o peso ideológico dessa aventura é infinitamente mais forte do que em França: o que me dizem os meus velhos colonos é totalmente filtrado por essa ideologia luso-tropicalista tão fecunda. Não esqueçamos também que, se uma parte deles veio da metrópole, uma outra estava lá há várias gerações. Contam-me pois a memória dos acontecimentos coloniais, mas num contexto de verdadeira tradição oral colonial — e digo bem, oral, porque o discurso escrito do colonialismo é uma coisa totalmente diferente. Se o compararmos com os *Afrikaners* da África do Sul, por exemplo, como compreender a justificação do *apartheid* — memória colonial — sem a ligar à saga do grande *trek* e à mitologia dos colonos sobre o "povo eleito"? A memória colonial é tradição em construção, é incompreensível sem o recurso ao passado e é bem mais que um conjunto de "lembranças": ela é *sistema ideológico*.

A INVESTIGAÇÃO RECENTE DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL: CONTEXTO, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS

João Paulo Borges Coelho[*]

1. Introdução

Este texto[1] pretende levantar algumas questões relacionadas com a investigação da história contemporânea de Moçambique, especificamente do período que corresponde à última fase da presença colonial e à luta armada levada a cabo pelo movimento nacionalista para a conquista da independência.

A importância da investigação deste período da história de Moçambique pode ser avaliada a diferentes níveis. Em primeiro lugar, ela advém do facto de se tratar de um período ainda pouco conhecido do ponto de vista historiográfico. Certamente que mereceu, a seu tempo mais do que actualmente, a atenção quer de autores movidos pela solidariedade com a luta anti-imperialista e nacionalista levada a cabo pelos guerrilheiros da Frelimo, quer de especialistas da chamada contra-insurgência, interessados em acompanhar a evolução do esforço colonial português no quadro ainda da Guerra Fria. Todavia, a solidariedade para com as forças nacionalistas ou o posicionamento político e ideológico do lado da chamada contra-subversão colonial deram lugar, de uma forma geral, mais a produções de ordem política, ideológica e

---

[*] *Universidade Eduardo Mondlane.*

militante do que a estudos historiográficos claros e abrangentes sobre este período.

A um outro nível, uma análise do desenvolvimento das práticas de investigação neste domínio, desde a independência até aos nossos dias, contribui sem dúvida com subsídios importantes para o estudo das relações entre as ciências sociais e o poder político, no nosso país.

Finalmente, uma outra dimensão em que o desenvolvimento de metodologias e técnicas apuradas no estudo deste período se afigura importante, se bem que indirectamente, é a medida em que elas podem sugerir a discussão e o apuramento de metodologias e técnicas do estudo da guerra recentemente terminada, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992.

2. O Lugar da "Luta Armada" na Investigação Historiográfica Após a Independência: Um Esboço de Periodização

A investigação, neste campo, depende primordialmente da existência de investigadores e, também, do acesso às fontes, das condições sociais, políticas e económicas que envolvem e viabilizam esta actividade, enfim, das perspectivas determinadas em parte por aquelas condições, em parte pela qualidade das discussões metodológicas suscitadas pelas práticas de trabalho.

Tal como em relação a outras esferas da actividade de investigação, Moçambique era, por alturas da independência nacional, um país desprovido de historiadores. Os *Estudos Gerais Universitários de Moçambique* foram instituídos tardiamente, no ano de 1962, e só em Dezembro de 1968 (sete anos antes da independência) passaram a Universidade, altura em que foram criados cursos universitários na área das letras, nomeadamente Filologia Românica, História, Geografia e Economia.[2]

Esta situação foi sobretudo produto do integracionismo salazarista, a quem repugnavam quaisquer tendências emancipalistas independentemente da sua natureza, e que a tímida descentralização de Marcello Caetano e alguma pressão autonomista colona não conseguiram contrariar. Por outro

lado, tratava-se evidentemente da criação de uma escola superior incompatível com os objectivos de uma verdadeira independência nacional, ainda que a postura de alguns dos seus estudantes tenha criado alguns sobressaltos ao regime colonial.

Sobre esta realidade veio a independência nacional exercer um profundo impacto. Geral, no contexto da retirada maciça dos colonos e do turbilhão político então criado. Específico, na abertura de um conjunto de perspectivas inteiramente novo a uma elite muito restrita de moçambicanos com formação superior ou em vias de a adquirir. Em termos quantitativos servirá de exemplo dizer que se o primeiro ano do curso de história era frequentado por perto de 100 alunos por volta de 1973, esse número baixou drasticamente para cerca de 15 em 1975, e para uma escassa meia dúzia em 1976. Dificilmente se poderá falar, portanto, numa geração de historiadores por alturas da independência nacional.

Para além das dificuldades surgidas no estabelecimento de uma nova[3] geração de historiadores moçambicanos, que persistem em grande medida até hoje associadas a factores que não cabe aqui analisar,[4] outras se impuseram, relacionadas, em geral, com o facto da "Luta Armada" ser, à época, um fenómeno ainda muito recente ou, se quisermos colocar a questão noutros termos, de ter que decorrer um certo lapso de tempo antes que a história enquanto tal possa "actuar" sobre os acontecimentos. Outras, ainda, nomeadamente a importância da "Luta Armada" como factor político no período que se seguiu à independência, foram também de importância fundamental e a elas nos referiremos adiante.

Procurando ter em conta os factores que determinaram e determinam ainda o ritmo e a forma como se foi desenvolvendo a investigação sobre a "Luta Armada" nestes últimos 20 anos, entre a independência e a actualidade, consideramos que decorreram em Moçambique três períodos essenciais, que caracterizaremos aqui brevemente, com referência ao contexto político e institucional de cada um e ao *lugar* ocupado por essa investigação.

* * *

O *Primeiro Período* decorre entre a independência e as vésperas da década de 80, testemunhando aquilo que poderiamos designar de processo de estabilização política. Do ponto de vista do contexto político em Moçambique, é uma época de transição que começa numa situação de grande entusiasmo popular, dinamismo e diversidade, e termina numa situação de maior rigidez, homogeneidade política e coordenação, consumada sobretudo pelo impacto do III Congresso da Frelimo, que institui o partido único de tipo marxista-leninista.[5]

De facto, a partir da segunda metade de 1974 a Frelimo entra nas cidades como movimento vitorioso que procurará coordenar e controlar, submetendo-as a uma única estratégia de desenvolvimento político, económico e social, forças que, embora sendo-lhe favoráveis, eram muito variadas. Para se impor num contexto que apesar de lhe ser favorável era por si considerado como fortemente caracterizado pelas dinâmicas coloniais dos últimos anos da guerra, enfim para *tomar posse de* e transformar o Estado colonial, a Frelimo possuía como arma principal a *experiência* das *Zonas Libertadas*, áreas fora do alcance do exército colonial (ou de alcance muito difícil e esporádico) durante a guerra, onde o movimento guerrilheiro terá desenvolvido formas alternativas de administração, economia e relações sociais.[6] Samora Machel afirmava que ou a Frelimo, esta Frelimo das *Zonas Libertadas*, dominava o Estado colonial ou seria dominada por ele, numa guerra de um só vencedor. Era, portanto, com base na experiência das *Zonas Libertadas* que se procurava generalizar a todo o país uma política alternativa à colonial.

Este aspecto, complexo e merecendo sem dúvida estudo mais aprofundado pelos historiadores moçambicanos, manifestava-se, pois, na tentativa de contraposição de uma cultura revolucionária forjada na *Luta Armada de Libertação*, à cultura reaccionária, residualmente colonialista, das cidades. Esta situação trouxe, entre outras, duas implicações importantes para o trabalho do historiador.

Por um lado, o quadro era o de um país "dividido" entre forças localizadas na parte setentrional do país e que "traziam" a independência, e o resto do território nacional que

iria "beneficiar" dela.[7] Surge assim uma visão muito clara e precisa da "Luta Armada" como um conjunto de vitórias e experiências que era preciso transmitir ao país, uma espécie de *versão dominante* da história da guerra da independência. Essa versão tinha a ver directamente, mais com esses fenómenos setentrionais do que com a abordagem global da história de Moçambique neste período.[8]

Não quer isto dizer que esta *versão dominante* fosse uma versão estática. De facto, ela continua a construir-se progressivamente após a independência. Porém, como processo eminentemente assente na oralidade, tal construção é determinada pela conjuntura política do presente.[9] A actividade urgente, nesta altura, é pois, não *investigar* a história da "Luta Armada" mas *transmitir* os seus ensinamentos. Existe, assim, uma *versão dominante* dessa mesma história, veiculada pelo próprio movimento de forma segura, entusiástica e, porque não dizê-lo, também autoritária. Não se subestime, contudo, a carga positiva que ela trazia, identificada com a independência e o fim da exploração, enfim, com a libertação.

Das considerações anteriores decorre naturalmente que não era grande o espaço de questionamento dessa história da guerra permitido pelo contexto político e ideológico. O papel da investigacão surge assim mais ligado ao detalhamento dessa versão *dominante*, no quadro de uma dinâmica teleológica. A "Luta Armada" está ainda, nessa altura, longe da esfera do *histórico*, situando-se como fenómeno muito sensível e eminentemente *político*.

A tais dificuldades somavam-se outras, bem concretas. O quadro teórico dessa investigação estava por esclarecer, muito próximo, como vimos, da esfera do político. As fontes não estavam também disponíveis, à excepção dos testemunhos orais de dirigentes da luta, guerrilheiros e camponeses, todos eles prestados num contexto fortemente influenciado pela conjuntura política presente. Os documentos coloniais, semi-destruídos, semi-dispersos, estavam de qualquer maneira por identificar; os documentos do movimento de libertação esses, se os havia, eram matéria sensível, fora do alcance do historiador; quanto aos testemunhos orais portugueses, evidentemente que se

afigurava difícil falar com pessoas em retirada, amarguradas com o presente, demasiadamente ocupadas a refazer vidas.

Finalmente, do ponto de vista institucional, era também muito frágil a situação. O processo de *transmissão* (diferenciado do da *investigação*), ocorria melhor nos centros políticos e publicava-se melhor nos fascículos partidários. No Curso de História da universidade, uma disciplina, a da "História das Lutas de Libertação das Colónias Portuguesas", constituía praticamente o único lugar de ensino desta matéria ao nível superior. A medida da sua "irreverência" em relação ao que chamámos de versão *dominante*, a medida em que fugia à função política precisa que lhe estava subjacente, era a assumida por Aquino de Bragança, sempre criativo e pouco enquadrável mas, no entanto, ele próprio claramente assumindo a posição de cronista da saga da Luta Armada de Libertação Nacional.

Neste período, o passo mais importante para a criação de condições de investigação da guerra da independência foi dado, ainda que indirectamente, pelo Arquivo Histórico de Moçambique, através da sua campanha de recolha dos arquivos das instituições do Estado colonial ao nível de todo o país. Essa recolha incluiu os arquivos das instituições localizadas nos distritos que haviam sido palco da guerra, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa e Tete, Manica e Sofala, e também outros como Nampula e Zambézia. Pôde assim constituir-se um acervo importante ao qual se juntaram fundos das instituições coloniais centrais, como os fundos do Governo Geral, da Administração Civil, e outros.

* * *

O *Segundo Período* corresponde, no critério que se tem vindo a desenvolver aqui, ao período de impacto do III Congresso da Frelimo e à década de 80, altura em que se processam profundas transformações, que irão ter um papel importante a nível da investigação e ensino da "Luta Armada". Em primeiro lugar, e como resultado a médio prazo da instituição do partido, torna-se dominante uma política mais próxima do modelo marxista-leninista clássico, que tinha subjacente a construção do socialismo através do desenvolvimento das

forças produtivas. É a época da *década da vitória contra o subdesenvolvimento*. Um planeamento centralizado e uma transformação por etapas rigidamente definidas substitui os velhos paradigmas da *Luta Armada* e das *Zonas Libertadas*, que incidiam na importância de relações de produção onde não havia lugar para a exploração. Pela primeira vez quadros novos, com uma matriz ideológica perfeitamente definida mas sem a experiência da "luta", passam a ter grandes responsabilidades nos destinos do país. Quanto aos dirigentes da "Luta Armada", muitos percorrem a ponte da transformação de comandantes guerrilheiros em dirigentes do novo Partido/Estado de orientação socialista. Os que não conseguem fazê-lo ficam com o estatuto algo marginal de *Antigos Combatentes*.

Consequentemente, a Luta Armada de Libertação perde peso específico como referencial político, deslocando-se paulatinamente para um lugar mais periférico. Cada vez é menos *instrumento*, progressivamente ganha o estatuto mais suave de *memória*.

Uma tal mudança, ao retirar-lhe centralidade, confere, algo paradoxalmente, maiores possibilidades ao estudo deste período — a guerra de independência começa a transitar para o domínio do historiador, abrem-se portas à diversidade das abordagens e interpretações, procura-se, de facto, começar a investigar. A nível institucional tem lugar no Centro de Estudos Africanos, nesta altura, a criação do único organismo directamente vocacionado para este estudo desde a independência — a Oficina de História. Criada em 1982, ela constitui ainda, por assim dizer, uma manifestação tardia da dinâmica do primeiro período, tal como o definimos. O seu boletim informativo, *Não Vamos Esquecer!*, publicado pela primeira vez em Fevereiro de 1983,[10] como que manifesta, no seu emblemático título, o propósito de perpetuar não só a memória do tempo colonial mas sobretudo os ensinamentos da "Luta Armada" que começam a diluir-se sob o peso da nova realidade. Se este colectivo encerrava o aspecto interessante de lutar por uma "concepção de história determinada pelas exigências da construção do socialismo em Moçambique e não por ortodoxias ou modelos abstractos",[11] por outro lado nunca conseguiu libertar-se da perspectiva algo

populista de uma história feita pelos operários e camponeses e onde os historiadores aparentemente tinham pouco espaço de intervenção para além do de relatores fiéis. Uma história, portanto, baseada na recolha e publicação de testemunhos orais e fundamentalmente teleológica.[12]

Todavia, ou talvez em parte por isso mesmo, a Oficina de História não pôde, ela própria, evitar uma crise institucional que levou à sua paralização na segunda metade da década, derivada em parte da circularidade e de uma certa deriva teórica e metodológica desta concepção subsidiária dos depoimentos dos heróis da guerra, conhecidos e ilustres como os primeiros dirigentes, ou desconhecidos como os modestos camponeses (e também operários), como fonte única da *verdade*. Além disso, o processo de desvitalização do Centro de Estudos Africanos, na sequência das mortes da sua directora-adjunta, Ruth First, e, mais tarde, do seu director Aquino de Bragança, contribuiram para essa crise.[13]

Em paralelo, a situação também não vai ser favorável nas outras instituições relacionadas com esta área, particularmente a Faculdade de Letras e o Arquivo Histórico.[14] A primeira (incluindo o Departamento de História), encerra as suas portas no ano de 1979. As razões de tal decisão residiam, alegadamente, sobretudo na falta de alunos finalistas do ensino secundário e, portanto, na necessidade de priorizar cursos da área das ciências, na óptica positivista de desenvolvimento, então prevalecente. A isso se terá associado uma certa fraqueza estrutural da Faculdade, com falta de alunos, escassez de professores e sem programas de investigação importantes. Durante os dez anos em que decorre este nosso segundo período a Faculdade de Letras permanecerá, portanto, encerrada. Quanto ao Arquivo Histórico, uma crónica falta de pessoal especializado cria bastantes dificuldades ao processamento de fundos importantes para o estudo deste período. Dificuldades que se adensam com o encerramento do Curso de História, que retira ao AHM um "cliente" importante. O Arquivo Histórico ainda desenvolveu um projecto de investigação, no início da década de 80, centrado no período da luta de libertação na província de Tete, mas foi uma acção que não chegou a ter continuidade.[15]

Finalmente, é preciso dizê-lo, este é um período em que a guerra vai alastrar praticamente a todo o território nacional, incluindo Cabo Delgado e particularmente Mueda, o local simbólico de origem da "Luta Armada" e, mais tarde, espaço geográfico privilegiado da colheita de depoimentos levada a cabo pela Oficina de História. A dimensão e implicações desta guerra, com uma violência e destruição inauditas e generalizadas em termos de território, estão em parte por determinar. Todavia, o que é certo é que ela não só inviabilizou o trabalho de campo como retirou ainda mais espaço ao estudo da guerra da independência.

* * *

O *Terceiro Período* corresponde a este início da década de 90, sobretudo após Outubro de 1992, altura em que foi assinado em Roma o Acordo Geral de Paz entre o Governo e a Renamo, que suspendeu o conflito militar. O quadro político do país surge em processo de alteração profunda. A "Luta Armada" é ainda mais *secundarizada*, passando definitivamente a ser objecto de investigação histórica. Algo surpreendentemente, não chegou sequer a ter um lugar importante na estratégia da Frelimo nas recentes eleições. Neste contexto, são maiores as possibilidades de investigação da história da "Luta Armada" pelo menos a três níveis.

Em primeiro lugar, existem condições políticas de contexto favoráveis à redefinição do quadro metodológico. Tal advém não só daquilo que se poderia considerar como um reforço democrático formal, mas sobretudo de uma desdramatização do papel da história da guerra da independência no cenário político actual. A uma inflacção deste domínio sucede-se a tendência para a sua normalização como campo do âmbito do historiador, ainda que tal transição não seja linear e possa levar um certo tempo.[16]

Em segundo lugar, é agora razoavelmente fácil viajar pelo país inteiro. É importante, pois, relançar uma importante tradição de trabalho de campo da Universidade Eduardo Mondlane, florescida sobretudo em finais da década de 1970 e que se foi diluindo devido à guerra e à crise institucional e financeira.[17]

Em terceiro lugar, existe um reforço a nível do quadro de investigadores que, apesar das dificuldades financeiras, permite antever uma revitalização das instituições de investigação e ensino. No Curso de História da Universidade Eduardo Mondlane a "Luta Armada" tem já espaço a nível do quarto ano, na disciplina de História de Moçambique nas Décadas de 1960 e 1970, que inclui aspectos económicos, políticos, diplomáticos e militares. Ao mesmo tempo, um Seminário de História Social e Económica de Moçambique após a Independência, em vigor a nível do quinto ano, oferece espaço para tratamento de temas cruciais da história contemporânea de Moçambique, como sejam a crise económica pós-colonial; partido, poder e Estado; e evolução da política agrícola; o processo de descolonização regional e a guerra de desestabilização; educação e saúde no período pós-independência; a política de reajustamento estrutural e as suas consequências; as relações internacionais e o processo de paz, etc.

No Arquivo Histórico de Moçambique, é também importante o trabalho que se procura desenvolver, de investigação e disponibilização de fontes da história deste período. A nível das fontes coloniais escritas, e apesar das dificuldades materiais e de quadros, esse trabalho procurará abrir fundos para a consulta. É interessante observar que, segundo a legislação, deixam nesta altura de estar salvaguardados do olhar público os documentos coloniais até 1964, exactamente o ano em que se iniciou a "Luta Armada". Por outro lado, e no âmbito do seu programa de História Oral, o AHM está também a procurar criar condições para o desenvolvimento de um programa sistemático de recolha e gravação de depoimentos sobre este período.

Mas importante é, sobretudo, o estabelecimento de um novo quadro metodológico, que pressupõe alguns aspectos importantes.

3. Por uma Integração da "Luta Armada" na História Contemporânea de Moçambique

Um primeiro passo, fundamental, consiste na integração da "Luta Armada" no quadro mais global de uma perspectiva holística[18] da História Contemporânea de Moçambique das décadas de 60 e 70, quadro esse que inclui não só a dinâmica da luta de libertação mas também toda a evolução sofrida pelo território de Moçambique, então província colonial portuguesa, face à aproximação e desenvolvimento da luta de libertação.[19]

Tal quadro cria, no nível específico da história militar, uma dialéctica baseada na oposição de duas tradições, a da insurgência nacionalista e a da contra-insurgência colonial. Permite, portanto, quebrar com uma lógica de unilateralidade que vem já do tempo colonial, baseada na *exclusão do outro*: nessa altura, as forças nacionalistas eram consideradas, na propaganda colonial, como terroristas sem rosto nem fito que não fosse destabilizar e exercer um nível como que gratuito de violência. Após a independência, e guardadas as devidas distâncias, houve algo de *especular* ou simétrico na construção da história da "Luta Armada". Enquanto que a acção dos guerrilheiros passou ela própria, e logicamente, a estar no centro das explicações, as acções coloniais de contra-insurgência deixaram de ter qualquer chave para serem percebidas, deixaram de ser inseridas em qualquer quadro ou lógica que não fosse o de terem sido levadas a cabo por meros actores desesperados na tentativa de preservar uma ordem caduca.[20] E no entanto, ambos os lados desenvolveram lógicas de gestão dos seus interesses no conflito que se podem considerar inscritas em tradições. Assim, o movimento de libertação, embora desenvolvendo uma dinâmica própria, inscreve-se numa tradição de guerras populares de guerrilha, de base sobretudo camponesa, iniciada na sua forma moderna por Mao Tse-tung na China e impondo-se internacionalmente como um padrão após a Segunda Guerra Mundial.[21] Da mesma forma, também a guerra desenvolvida pelo Estado colonial se increve numa tradição de contra-insurgência desenvolvida por franceses na Argélia, ingleses na Malásia e americanos no Vietname. Indicações desta segunda inscrição são várias, no caso da contra-insurgência em Moçambique: as

traduções de extractos de obras teóricas da guerra de contra-insurgência como o *Defeating Communist Insurgency* de Sir Robert Thompson, levadas a cabo entre outros pelo general Augusto dos Santos, comandante-em-chefe do exército português em Moçambique na primeira fase da guerra; as visitas de especialistas militares desses países a Moçambique; e a formação americana de generais como Costa Gomes e Kaulza de Arriaga. Mas acima de tudo, sinal dessa inscrição encontramos no facto da campanha colonial procurar seguir os passos preconizados por essa tradição, nomeadamente através do esforço de instalação de aldeamentos estratégicos para impedir o contacto entre a guerrilha e a população, nos últimos anos da guerra; da chamada "acção psico-social"; da adaptação do exército às condições locais, por meio da criação de unidades menores e mais operacionais, como os Grupos Especiais (GEs e GEPs) e, depois, os *Flechas*, tropas dependentes da Pide/DGS, recém-introduzidas em Moçambique por alturas do 25 de Abril; enfim, através do facto que, pressionado pela escalada da guerra em três frentes, acompanhada da escalada da migração de potenciais mancebos para a Europa, o regime colonial ter procedido, em conexão com essa adaptação do exército, a uma *africanização* acelerada mas profunda do exército, exactamente nos moldes dessa mesma tradição de contra-insurgência, que preconizava a *same element theory*, ou seja, que os guerrilheiros se combatiam com guerrilheiros exactamente iguais, da mesma cor, equipados da mesma maneira, só que com uma ideologia oposta.[22] Só assim se pode ter chegado a uma situação em que, em 1974, o exército colonial em Moçambique incluía cerca de 20.000 tropas europeias e 40.000 africanas, e em que algumas unidades especiais eram compostas em 90% por moçambicanos negros.[23] Ou seja, uma situação em que cada vez mais eram moçambicanos quem defendia, no teatro de operações, os interesses coloniais.

As implicações desta mudança, que abandona uma postura de unilateralidade (o estudo de uma só das partes) para considerar a guerra como conflito de duas partes e vários interesses, são várias, e uma delas é que todos os fenómenos da guerra de independência, todos os espaços geográficos, passam a ser considerados "moçambicanos". Não só as *Zonas*

Libertadas, mas também o resto do país; as cidades, todas as forças sociais, são elementos importantes para uma compreensão global dos processos relacionados com a "Luta Armada". Outra implicação é que o conhecimento por assim dizer "bilateral", incluindo portanto as dinâmicas do exército colonial, encerra muitas chaves para a compreensão de fenómenos mais recentes, nomeadamente elementos de continuidade na sucessão de guerras que têm castigado Moçambique e os moçambicanos nestas últimas décadas.[24]

Por outro lado, a visão holística deste período da história de Moçambique implica uma perspectiva integrada das fontes para a sua investigação. No passado, teve lugar um certo debate sobre a importância relativa das fontes escritas e orais da história da guerra da independência, alimentado em parte pela Oficina de História. Subjacente prevaleceu durante muito tempo a idéia das fontes coloniais escritas como fontes "do inimigo", veiculadoras de quadros falsos e distorcidos da realidade, por oposição às fontes orais, em primeiro lugar os dirigentes e combatentes, e em segundo os camponeses do palco da guerra, como as únicas portadoras de verdade, associada à visão revolucionária. A razão de tal situação era, evidentemente, uma forte interferência, já referida, da esfera do político, associada a uma indisponibilidade das fontes escritas, e portanto, a uma impossibilidade destas patentearem o seu valor como instrumentos ao dispor do historiador — tratava-se, portanto, de um debate mais ideológico do que "técnico".

De uma forma geral, esta divisão entre fontes escritas como fontes coloniais e fontes orais como fontes revolucionárias e populares, teve alguma razão de existir — o Estado colonial, profundamente burocrático, foi sempre um grande produtor de documentos, enquanto que a condição guerrilheira da Frelimo não lhe permitia grandes lucubrações por escrito. O lápis e a máquina de escrever eram o instrumento por excelência do funcionário colonial, enquanto que a oralidade e (porque não) o tambor, os mensageiros ou os dispositivos feitos de latas e fios para alertar as bases da aproximação dos soldados coloniais, eram o meio de comunicar da guerrilha. Além disso, não são conhecidas as fontes escritas do movimento de libertação — os arquivos da

Frelimo, contendo o registo escrito da sua actividade durante a "Luta Armada", permanecem fechados à consulta e, ao que parece, por organizar. Por outro lado, com a saída dos principais protagonistas da administração e do exército coloniais, deixou praticamente de estar ao alcance do historiador moçambicano qualquer testemunho oral da "parte portuguesa".

É, todavia, importante destruir esta dicotomia, repondo a verdadeira tensão entre fontes escritas e orais e entre fontes coloniais e do movimento de libertação. Por outro lado, a exploração, numa linha de complementaridade, de todas as possibilidades oferecidas por elas num mesmo quadro de investigação, inclui também a reformulação das abordagens clássicas e o estabelecimento de verdadeiros programas com tal objectivo. Um exemplo é o programa de trabalho que o Arquivo Histórico de Moçambique pretende levar a cabo em conjunto com as Associações de Antigos Combatentes a nível provincial, sobretudo nas províncias que foram palco da "Luta Armada", em que antigos protagonistas implementarão, eles próprios, actividades de recolha de depoimentos, possivelmente numa base sistemática que cubra a organização territorial da guerrilha, nomeadamente os sectores, sub-sectores, destacamentos, etc.[25] Um outro exemplo pressupõe a ligação estreita entre o ensino e a investigação a nível superior, e é praticado no Curso de História, envolvendo pesquisas individuais de terreno levadas a cabo por estudantes, no âmbito das suas actividades curriculares.[26]

Se esta visão holística permite restabelecer a unidade do país como campo de trabalho do historiador da "Luta Armada", e a unidade das fontes de informação como "portas" para o conhecimento desse campo, não deixa também de ser importante o estabelecimento de uma tensão criativa com os produtos historiográficos portugueses, dado que este período da história de Moçambique é, também, o último período da história colonial de Portugal. As diferenças são grandes, é certo, entre o país colonizador e o país colonizado: a imagem desse período teve, em Moçambique, uma conotação muito diferente, um peso muito maior. Não se tratava, para o nosso país, de um conflito que embora tendo consumindo vidas e bens, se localizou do outro lado do

oceano, como no caso de Portugal. O conflito estava bem mais presente, não só directamente, no efeito que as guerras têm sobre as sociedades e nas terríveis heranças que lhes legam, mas também porque abriu as portas a uma realidade social, económica, cultural e política radicalmente diferente, criada pelo quadro novo da independência. E contudo podem referir-se alguns paralelismos entre as duas situações.

Referimos atrás que a transformação deste período da história de Moçambique em objecto historiável, longe de ter ocorrido automaticamente após a independência foi, antes, resultado de um processo longo e moroso, influenciado por inúmeros factores, nomeadamente de ordem política. Parece também evidente que a "Guerra Colonial", *contraparte* portuguesa da "Luta Armada", não se afirmou automaticamente como objecto historiável nestas duas últimas décadas, passando antes por um período de "esquecimento necessário" em que aquele país, em busca de uma nova identidade, procurou redescobrir a sua vocação europeia. Assim, a idéia que ao longo destes anos nos chegou da investigação levada a cabo em Portugal sobre esta matéria era a do seu lugar marginal. Os estudos africanos começaram a surgir, ao que parece de uma forma tímida, mas especificamente sobre a guerra colonial está praticamente tudo por fazer.[27]

Um exemplo importante do intercâmbio que se pode estabelecer neste domínio, para além do da formação de historiadores contemporâneos, situa-se a nível das fontes, de arquivo e orais. Se é certo que, para o historiador moçambicano, é fascinante o trabalho de recolha de memórias de velhos protagonistas da era colonial, por exemplo, por outro lado os arquivos moçambicanos guardam, sem sombra de dúvida, uma parte importante da história colonial portuguesa, sobretudo a mais recente, relacionada precisamente com a guerra colonial.[28]

* * *

Enfim, o campo de reformulação metodológica da história da "Luta Armada" é sem dúvida muito mais vasto do que o descrevemos aqui, e também um processo permanente. Ele

deverá ser fruto do trabalho dos historiadores moçambicanos enquanto verdadeiros produtores independentes de conhecimento e não meros cronistas de realidades passadas condicionados pelo papel que elas possam desempenhar em agendas políticas actuais.

A lição da "Luta Armada", tal como a procurámos discutir aqui em linhas gerais, deverá ser aproveitada no trabalho que urge desenvolver sobre a guerra mais recente em que o processo político não procurou uma nova versão dominante como a referida acima mas, antes, um mecanismo de "esquecimento" que garantisse a reconciliação nacional. Aqui, no processo de "lembrar" as dimensões várias e ocultas destas guerras, o papel do historiador é também o de remover obstáculos no caminho sempre continuado que leva à construção e redignificação da nação moçambicana.

NOTAS

[1]Grande parte deste texto baseia-se na adaptação de uma comunicação apresentada pelo autor ao Colóquio sobre "Construção e Ensino da História de África" que decorreu em Lisboa em 4-10 de Junho de 1994, organizado pelo Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos.

[2]Ver, entre outros, Universidade Eduardo Mondlane, *Presente e Perspectivas*, I, 1991:1.

[3]*Nova* no sentido mais profundo, de primeira, dado que, como se referiu acima, antes dela não existiu qualquer outra. Os teóricos e ideólogos do esforço de contra-insurgência colonial, antes da independência de Moçambique, situavam-se longe dos então recentes e de certa forma suspeitos centros de ensino superior coloniais.

[4]Entre as dificuldades da constituição de uma tal geração após a independência conta-se a de um ensino colonial elitista ter deixado como herança uma situação em que a universidade era alimentada por um escasso e mal preparado contingente de estudantes moçambicanos do ensino secundario.

[5]Bertil Egerö (*Mozambique: A Dream Undone. The Political Economy of Democracy, 1975-1984*, Uppsala: Nordiska Africainstitutet, 1970;

pp.83-86), por exemplo, considera que o III Congresso constitui uma *ratificação de todas as medidas já iniciadas, e sua subsunção sob uma estratégia económica e política coerente visando a criação da sociedade socialista* (nossa trad.), e que as políticas adoptadas neste contexto foram cabalmente implementadas até 1981.

[6]Aquino de Bragança & Jacques Depelchin, "Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique" (in *Estudos Moçambicanos*, 5/6, 1986: 29-52), referem as *Zonas Libertadas* como conceito para lá do mero "sentido quase literal de libertação da presença física da administração portuguesa", como referindo-se "às transformações das relações sócio-económicas" (p.36).

[7]Fenómenos como as revoltas nas plantações de cana-de-açúcar de Xinavane em Julho de 1962, a greve dos estivadores de Lourenço Marques em Agosto de 1963, e do Caminho de Ferro de Nacala em Setembro do mesmo ano permaneceram como que inscritos numa condição *ainda* proto-nacionalista, apesar do corte simbólico se efectuar um pouco antes, em 1960. De facto, o Massacre de Mueda, em 16 de Junho desse ano, constitui uma espécie de fronteira em pelo menos dois sentidos: entre o proto-nacionalismo e o nacionalismo guerrilheiro (demonstrando a recusa colonial em conceder a independência através de negociações e, portanto, justificando o recurso à luta armada como única opção); e, também, fronteira geográfica entre o Moçambique colonial e o "novo" Moçambique das *Zonas Libertadas* a desenvolver por essa mesma luta armada. O chamado conflito entre políticos e militares, na primeira fase da história do movimento de libertação, a tensão entre o departamento de Organização do Interior (DOI) e a jovem geração militar, podem talvez ser também encarados à luz desta *divisão* entre os "dois Moçambiques".

[8]Esta impossibilidade de apreensão global teve, por sua vez, implicações muito sérias, para o historiador como para a sociedade, como veremos adiante. Uma dessas implicações terá sido, por exemplo, o processo algo complicado de integração dos moçambicanos envolvidos na contra-insurgência colonial, os "comprometidos".

[9]Um aspecto ilustrativo de tal funcionamento está na política de aldeias comunais. Estas consistiram num processo de reordenamento populacional no espaço rural, destinado a formar novas e maiores aldeias assentes na produção e propriedade colectiva, mais facilmente acessíveis pelos serviços do Estado, enfim, o espaço concreto de desenvolvimento do socialismo no campo. Esta política, definida após a independência, procurou justificação e legitimidade na alegada existência de aldeias comunais nas *Zonas Libertadas*, antes da independência, experiência que importava prosseguir para atingir os

desígnios da estratégia de socialização do campo. Todavia, é pelo menos discutível a existência de aldeias deste tipo nas *Zonas Libertadas*. Como referiu, por exemplo, Romão Tembo, Director Provincial das Aldeias Comunais de Tete entre 1978 e 1980, e Director Provincial dos Antigos Combatentes de Tete em 1992, "A população estava organizada [nas *Zonas Libertadas*]. Bem, ela não vivia em casas 'alinhadas' mas em áreas vastas que considerávamos *círculos*. Devido à guerra [(...) mais facilmente o exército colonial poderia, com os seus aviões, ter localizado grandes aglomerados de população como as aldeias comunais (...)] a população não podia ficar junta, em grandes núcleos. Era uma casa aqui, outra casa ali, embora submetidos a uma organização. (...) A situação era muito diferente da das aldeias comunais, embora a organização fosse excelente." Entrevista com Romão Tembo, cit. in João Paulo Borges Coelho, *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A History of State Resettlement Policies, Development and War*, Tese de PhD, Universidade de Bradford, 1993, pp.330-331.

[10]Foram publicados 4 números do boletim informativo da Oficina de História, *Não Vamos Esquecer!*: o primeiro, como se referiu, em Fevereiro de 1983; o número 2/3 em Dezembro de 1983; e o número 4, e último, apenas em Julho de 1987. Deve ter-se em conta o grande espaço entre a edição de cada número e a sua publicação, por dificuldades várias.

[11]*Não Vamos Esquecer!*, no.1 (Fevereiro de 1983), p.5 (Editorial).

[12]Segundo o *Não Namos Esquecer!*, no.4 (Julho de 1987), p.6 (Editorial), "Devido ao hábito, à tradição e ao engajamento ideológico, a pesquisa histórica e académica (burguesa) tem sido dominada por métodos que são, em parte, um produto da dominação das burguesias. A manutenção dos registos escritos, o domínio das técnicas de pesquisa e de escrita e a aplicação das leis que mantêm estes registos fora do alcance dos investigadores durante um certo número de anos, são apenas algumas das práticas mais visivelmente antidemocráticas. (...) A ruptura parcial com estas práticas tem sido provocada pelo facto de a história oral dar mais peso aos testemunhos das classes produtoras e oprimidas".

[13]A morte de Ruth First, na sequência de um atentado bombista perpretado a partir da África do Sul, só indirectamente afectou a Oficina de História, na medida em que afectou o funcionamento de todo o Centro de Estudos Africanos. De facto, ela nunca demonstrou especial proximidade em relação à Oficina de História. Aquino de Bragança, esse sim, foi sempre o seu mentor, até morrer ele próprio, na sequência do despenhamento do avião do Presidente Samora Machel, em 19 de

Outubro de 1986.

[14]Uma terceira, a efémera Faculdade de Marxismo-Leninismo, ainda redigiu uma "história da luta armada" que não chegou a ser publicada.

[15]No seu âmbito foram produzidos alguns trabalhos, nomeadamente de José Guilherme Negrão ("A Produção e o Comércio nas Zonas Libertadas", Maputo: AHM/Projecto de Tete, 1984; "A Política Económica Portuguesa e a Luta de Libertação em Tete: A Circunscrição de Bene, 1968-1974", Maputo: AHM, 1986), e do autor destas linhas ("A 'Primeira' Frente de Tete e o Malawi", Maputo: AHM/Projecto de Tete, 1984; e *O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra e a Reacção Colonial*, Maputo: AHM, Col.Estudos, 1989).

[16]O tempo e os limites aqui considerados relacionam-se menos com a "Luta Armada" enquanto passado com função política e mais com a sensibilidade individual de eventuais protagonistas desse passado.

[17]Exemplos de tal tradição foram, entre outras, as "actividades de campo" do Centro de Estudos Africanos (CEA), do Centro de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (TBARN), e do Centro de Estudos de Comunicação (CEC) que, embora com perspectivas muito diferentes, se podem considerar como inscritas numa dinâmica de trabalho da Universidade "fora de portas". Aqui também se enquadra de certa maneira o trabalho de recolha de documentação desenvolvido pelo Arquivo Histórico em todo o país, atrás referido.

[18]No sentido não só da visão do conjunto mas em que o conjunto cria exactamente uma nova perspectiva que é impossível de apreender a partir das suas partes isoladas.

[19]No por vezes discutível mas sempre estimulante texto de Bragança & Jacques Depelchin, *op.cit.*, os autores referem, a dado passo, que "É preciso analisar a luta não só a partir das transformacões do lado dos oprimidos mas também das modificações do Estado colonial provocadas pelo impacto da guerrilha. O impacto não é analisado porque o colonialismo continua a ser visto como um sistema imutável enquanto eram visíveis as tentativas do colonialismo em se manter por via de reformas" (p.37).

[20]Este processo de exclusão, ou de existência de um *inimigo sem rosto* verificou-se ainda nesta guerra mais recente, tendo talvez estado por detrás de uma situação de "descoberta" tardia da Renamo, o que terá contribuído para a importância inusitada atribuída ao trabalho de

Christian Geffray (*A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*, Porto: Afrontamento, 1991). Se é claro que o movimento rebelde teve uma origem externa, no quadro da desestabilização regional levada a cabo pelos "Estados Brancos" da África Austral, Geffrey trouxe a discussão para o interior das fronteiras nacionais, arriscando o primeiro retrato dos até então meros "bandidos armados".

[21]Ver a este respeito, entre outros, William Pomeroy (ed), *Guerrilla Warfare and Marxism*, Londres: Lawrence & Wishart, 1969, particularmente a introdução.

[22]Sobre este assunto ver Douglas L.Wheeler, "African Elements in Portugal's Armies in Africa, 1961-1974", *Armed Forces and Society*, 2 (2), 1976; Ian F.W.Beckett e John Pimlott (eds), *Armed Forces and Modern Counter-Insurgency*, London and Sydney: Croom Helm, 1985, particularmente o artigo de Ian F.W.Beckett, "The Portuguese Army: The Campaign in Mozambique, 1964-1974".

[23]Douglas L.Wheeler, *op.cit.*, p.237; Thomas H.Henriksen, "Lessons from Portugal's Counter-Insurgency Operations in Africa", in *Journal of the Royal United Services Institute*, 123(2), p.33.

[24]Ken Flower, chefe dos serviços de informações rodesianos, CIO, referia, por exemplo, o papel importante desempenhado por unidades de forças especiais do exército colonial na constituição do MNR inicial (Ken Flower, *Serving Secretly: Rhodesia's CIO Chief on Record*, Alberton: Galago, 1987, Anexo: "*Flechas* and the Formation of the *Mozambican National Resistance*", pp.300-302). Mais recentemente, em entrevista concedida à agência portuguesa LUSA (transcrita in *Notícias*, 27 de Abril de 1995), o Presidente Chissano referia-se a este mesmo aspecto nos seguintes termos: "A génese da Renamo vem de muito longe. Já em 1964 o futuro Secretário-Geral desse movimento tenta infiltrar-se na Frelimo a mando dos portugueses e, em particular, de Jardim e Arriaga. Depois disso, assistimos à tentativa de 'moçambicanização' da guerra colonial, com a criação, sempre pelo mesmo Jardim (tendo o Cristina como operacional) dos GE, depois dos GEP e, já no último ano do colonialismo, dos 'Flechas', organizados pela Pide/DGS, sob o comando do major Óscar Cardoso. A génese daquilo que hoje é a Renamo é, por isso, mais portuguesa do que rodesiana ou sul-africana. (...) Hostis a Moçambique estavam os serviços sul-africanos, rodesianos e uma parte dos efectivos da Pide. É facto público que muitos elementos da Pide fugiram para a Rodésia e África do Sul, levando 'dossiers' que depois foram utilizados na desestabilização de Moçambique. Em Junho de 1974, o comandante dos 'Flechas' na zona de Chimoio, tendo-se apercebido que o MFA ordenara a detenção dos

elementos da Pide, atravessou a fronteira com os 'Flechas' e foi pôr-se ao serviço dos rodesianos. Com eles, tem origem aquilo que viria a ser mais tarde a África Livre, o MNR e outras organizações que estiveram na origem da Renamo (...)".

[25]Este trabalho contará provavelmente com a colaboração da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG), o que permite antever boas perspectivas para um trabalho idêntico de recolha de depoimentos sobre a guerra mais recente.

[26]Igualmente, a realização pela primeira vez, em 1994, de um seminário sobre a História Social da Guerra, que se prevê venha a ter continuidade, permite antever o alargamento desta perspectiva de forma a abranger a guerra mais recente.

[27]Ver, sobre o panorama institucional e de investigação em Portugal o artigo de Michel Cahen neste mesmo número. Os estudos africanos têm, em Portugal, um espaço importante na *Revista Internacional de Estudos Africanos* editada por Jill R.Dias. Se exceptuarmos alguns trabalhos sobre o Estado Novo, etc., os produtos sobre as colónias africanas, naquele país, são ainda escassos, para além de obras importantes de contextualização como as de José Freire Antunes (sobretudo *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa*, Lisboa: Difusão Cultural, 1991; José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa: Difusão Cultural, 1992). Especificamente sobre a guerra colonial, para além de abordagens "indirectas" como a de Maria Carrilho (*Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc.XX*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1985), e de romances do tipo do de Carlos Vale Ferraz (*Nó Cego*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1982), pouco mais existe que um livro de valor documental inestimável mas de gosto bastante duvidoso, da autoria do Estado-Maior do Exército [Português], (*Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1961-1974, sobretudo o Volume 4: Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique*, Lisboa: s/e, 1989), aliás já comentado nas páginas deste boletim (Michel Cahen, "Uma boa consciência colonial ainda necessária num país europeu moderno?", in Boletim *ARQUIVO* no.9, Abril de 1991, pp.59-68).

[28]Referimo-nos por exemplo aos relatórios militares e administrativos "de terreno", que dificilmente existirão nos arquivos portugueses.

O ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE E A DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO DE PAZ

*Inês Nogueira da Costa**
*Manuel Jorge C.de Lemos**
*João Paulo Borges Coelho**

Introdução

De acordo com o estabelecido no Decreto no. 33/92, de 26 de Outubro, o Arquivo Histórico de Moçambique é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, que "tem por objectivo organizar, de forma dinâmica e articulada, as actividades de arquivo dos órgãos do Estado, com vista a tornar mais eficiente o processo de recuperação de informações para fins administrativos e científicos".

Este diploma legal fixa igualmente, no seu Artigo 12, que o AHM, sem prejuízo de outras atribuições, "exercerá a custódia dos documentos de origem privada considerados de interesse público, sempre que nisso houver conveniência e oportunidade". Esclarece ainda que se consideram "de interesse público os documentos como tal classificados, produzidos pelas organizações políticas, associações, instituições, empresas públicas, mistas e privadas, ou por outras entidades ou pessoas singulares a critério do Governo".

Para garantir a salvaguarda de tais documentos, o Artigo 13 do Decreto que vimos citando determina o seguinte:

Universidade Eduardo Mondlane.

"1. Os arquivos públicos e privados de valor permanente ou sob jurisdição do sistema não poderão ser alienados ou destruídos sem prévia consulta do Arquivo Histórico de Moçambique, sob pena de responsabilidade criminal ou disciplinar nos termos da lei.
2. A proibição referida no número anterior abrange os casos em que, para efeitos administrativos ou fiscais, a lei estabelece prazos de prescrição."

Visando o cumprimento da lei e a salvaguarda do património arquivístico e histórico nacional, o AHM vem-se reestruturando nos últimos dois anos, tendo criado o Departamento do Sistema Nacional de Arquivos e o Departamento de Arquivos e Colecções Especiais. No âmbito deste último, está em curso um projecto que procura identificar, recolher e organizar acervos documentais referentes ao período da história recente de Moçambique que envolve o processo que conduziu à assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) e sua posterior implementação. Este período tem uma baliza cronológica inferior imprecisa, correspondendo aos primeiros esforços conducentes ao AGP, e uma baliza cronológica superior mais precisa que corresponde à tomada de posse dos membros da Assembleia da República e do Presidente da República, na sequência das eleições gerais multipartidárias de Outubro de 1994.

Trata-se de um período muito complexo da história de Moçambique, no qual se operou uma profunda transição de uma situação de guerra cruel e devastadora para uma situação de paz e formação de uma assembleia multipartidária na sequência de eleições gerais. Como "sub-processos" de tal transição ocorreu o desmantelamento dos exércitos e criação de uma força militar única e supra-partidária, por um lado, e a criação de novos partidos políticos e realização de eleições gerais multipartidárias, por outro. Todo este processo de transicão contou com a mediação da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).

Internamente, o novo projecto do Departamento de Arquivos e Colecções Especiais irá organizar-se em sete grandes áreas ou sub-projectos, correspondendo à natureza do produtor dos acervos documentais a recolher, nomeadamente: 1) Acordo Geral de Paz (AGP); 2) Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ); 3) Agências das Nações

Unidas; 4) Agências Governamentais Estrangeiras; 5) Organizações Não-Governamentais (ONGs); 6) Organizações Políticas; 7) Colecções Particulares.

Os arquivos e colecções entregues ou recolhidos pelo AHM estarão sujeitos às normas de acesso público em vigor nesta instituição, nos termos do Artigo 11 do Decreto no. 33/92, de 26 de Outubro, ou às que forem ajustadas com cada uma das entidades produtoras/doadoras.

Para melhor esclarecimento de cada uma das grandes áreas ou sub-projectos, seguem-se as respectivas linhas gerais.

1. O Acordo Geral de Paz (AGP)

Este sub-projecto inclui os documentos produzidos no biénio iniciado em 4 de Outubro de 1992, com a assinatura, em Roma, do Acordo Geral de Paz, e terminando com a tomada de posse dos deputados eleitos para a Assembleia da República, no dia 8 de Dezembro de 1994, e do Presidente da República, a 9 de Dezembro de 1994. Abrange, para além do processo do AGP, a documentação das comissões que regeram a sua execução.

a) Negociações de Roma

Documentação produzida no decorrer do processo que culminou na assinatura do AGP, desde os primeiros contactos informais com mediação diversa até à sucessão de encontros em Roma. Embora os sinais de uma mudança de contexto no conflito em Moçambique se verifiquem a partir de 1982 (acentuação do não-alinhamento do Governo moçambicano, declínio progressivo do envolvimento externo no apoio à Renamo, primeiros contactos informais e esporádicos), o ano de 1989 assinala a primeira ronda de conversações de paz. Embora as conversações de Nairobi não tenham levado a uma solução duradoura, elas estabeleceram as bases de uma linguagem comum e identificaram as questões principais a ser abordadas. Neste sentido, Nairobi constitui um preâmbulo para os trabalhos posteriores, que incluem o acordo de cessar-fogo parcial obtido em Roma, em Dezembro de 1990, e todo

o processo que se seguiu. A documentação referente a esta secção cobre todo este período e culmina no texto do Acordo Geral de Paz.

b) O Comité Militar de Verificação (COMIVE)

A documentação do Comive[1] constitui um exemplo de documentação referente ao mesmo período mas produzida fora do contexto estreito das negociações de Roma. Na sequência da retirada dos actores externos do conflito como passo importante previsto no acordo inicial, o Comive foi criado para supervisar a retirada das tropas zimbabweanas para os corredores definidos, particularmente o corredor da Beira.

c) A Comissão de Supervisão e Controlo (CSC)

As Comissões foram as estruturas por excelência de implementação do AGP, após a sua assinatura, em Outubro de 1992. Incluíram representantes das duas partes subscritoras do Acordo, o Governo e a Renamo, sob presidência e mediação de um representante das Nações Unidas e integrando igualmente representantes de vários países. Funcionaram entre finais de 1992 e finais de 1994, durante um período aproximado de dois anos. A Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) foi o principal órgão coordenador e controlador da implementação do AGP, criada ao abrigo do Protocolo I do mesmo, presidida por um elemento indicado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e composta por representantes do Governo e da Renamo, das Nações Unidas, da OUA e dos países acordados entre as partes. Segundo o Protocolo V, II, 5, coube à CSC garantir a implementação das disposições contidas no Acordo; garantir o respeito do calendário previsto para o cessar-fogo e para a realização de eleições; responsabilizar-se pela interpretação autêntica dos acordos; dirimir os litígios surgidos entre as partes; e orientar e coordenar as actividades das comissões que se lhe subordinaram.

A CSC foi presidida por Aldo Ajello, representante especial interino do Secretário-Geral das Nações Unidas. Integrou, do lado do Governo, Armando Guebuza (chefe da delegação do Governo e Ministro dos Transportes e

Comunicações), Teodato Hunguana (Ministro do Trabalho), John Kachamila (Ministro dos Recursos Naturais), Tomás Salomão (Vice-Ministro do Plano), Francisco Madeira (assessor diplomático do Presidente da República) e os seguintes oficiais superiores das Forças Armadas de Moçambique: Salvador Mtumuke, Soares de Lima e Justino N'Repo. Do lado da Renamo integraram a CSC, Raúl Domingos (chefe da delegação da Renamo e chefe do seu Departamento de Organização), José de Castro (Secretário das Relações Internacionais), Anselmo Victor, Lourenço Macome e Jerónimo Malagueta. Tomaram também parte na CSC representantes da Itália, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América, França, Organização da Unidade Africana e, a partir de Dezembro de 1992, da República Federal Alemã.

A documentação referente ao funcionamento da CSC deverá organizar-se por sessão de trabalho, incluindo as respectivas actas, relatórios de estudos por ela solicitados e documentação diversa. Trata-se de uma documentação-chave para a observação global do processo e, nomeadamente, para a sua periodização.

d) Comissão Conjunta para a Formação das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (CCFADM)

A CCFADM subordinou-se à CSC e foi criada ao abrigo do Protocolo V, II, 7, a). Segundo o Protocolo IV, iii, era papel da CCFADM dirigir o processo de formação das FADM até à tomada de posse do novo Governo, pelo que deveria: propor as regras de orientação das FADM; propor o orçamento das FADM até à tomada de posse do novo Governo; propor critérios de selecção e seleccionar o pessoal das forças das FAM e da Renamo que integraria as FADM; propor os nomes dos comandantes e principais comandos das FADM.

A CCFADM foi presidida por Aldo Ajello até 13 de Maio de 1994, altura em que o representante especial interino do Secretário-Geral das Nações Unidas foi substituído na presidência pelo seu adjunto naquele forum, o iraniano Behrooz Sadry. A representação do Governo na CCFADM era chefiada por Tobias Dai e a da Renamo por Mateus Ngonhamo. A CCFADM incluía também representantes da França, do Reino Unido e de Portugal, países participantes na

formação das FADM.

Para além da documentação directamente produzida por esta comissão, o núcleo da CCFADM deverá também incluir a documentação relativa ao processo de criação das FADM, por ela coordenado. Este inicia-se no recrutamento dos voluntários a partir dos centros de acantonamento ou directamente a partir das suas unidades anteriores, e abrange as acções propriamente de formação do novo exército. Esta, do ponto de vista técnico, começou a ser feita a partir da "Declaração de Lisboa", em Fevereiro de 1993, ocasião em que Portugal, Reino Unido e França confirmaram o seu empenhamento e papel específico na criação das FADM.

O papel de Portugal traduziu-se na formação de cursos de liderança para oficiais, realizados na Catembe, cursos de formação de forças especiais que tiveram lugar em Nampula, e acções de formação da futura força naval. Quanto aos primeiros, relizaram-se três em 1994, em Fevereiro/Março, Junho e Setembro. A meta era a formação de 200 oficiais de comando das FADM. O programa de treino das forças especiais por instrutores portugueses, no Centro de Treino de Forças Especiais de Nacala, abrangia três batalhões de cerca de 450 homens cada. O primeiro curso decorreu entre Março e Maio de 1994. Na mesma ocasião teve igualmente lugar o primeiro curso para 40 soldados que viriam a constituír o núcleo da força naval das FADM.

O Reino Unido prestou assistência na formação do grosso da infantaria das FADM. A acção iniciou-se no centro de Nyanga, no Zimbabwe, com a formação de 540 futuros instrutores das FADM, por instrutores britânicos e zimbabweanos. Em Março de 1994 a participação britânica reduziu-se a menos de duas dezenas de supervisores, quando os instrutores moçambicanos formados no Zimbabwe foram transferidos para os três centros principais de treino das FADM, localizados no Dondo (Sofala), Boane e Manhiça (Maputo), para iniciar o primeiro estágio de formação das FADM, abrangendo um contingente de 5.000 recrutas de ambos os lados. O primeiro ciclo de formação foi concluído em 7 de Junho, criando 3 batalhões que foram colocados no Chokwe, em Quelimane e Cuamba, respectivamente nas províncias de Gaza, Zambézia e Niassa.

Finalmente, a participação francesa traduziu-se no envio de 10 instrutores militares para a formação da primeira companhia das FADM (100 homens) especializada em desminagem. O primeiro curso, que decorreu em Bokisso, arredores de Maputo, teve a duração de 4 meses e concluiu-se 13 de Julho de 1994.

O limite temporal superior da documentação relacionada com a CCFADM corresponde à data em que ela cessou as suas funções.

e) Comissão de Cessar-Fogo (CCF)

A CCF subordinou-se à CSC e foi criada ao abrigo do Protocolo V, II, 7, b). A CCF estabeleceu-se em Maputo e estruturou-se em delegações regionais (norte, centro e sul) e delegações nos locais de reunião e de acomodação de ambas as partes. A CCF, de acordo com o Protocolo VI, I, 2, recebeu por funções: planificar, verificar e garantir a implementação das normas do cessar-fogo; definir itinerários dos movimentos das forças para reduzir riscos de incidentes; organizar e implementar as operações de desminagem; analisar e verificar a exactidão dos dados estatísticos fornecidos pelas partes sobre pessoal, armamento e equipamento militar; receber, analisar e decidir sobre queixas ou reclamações sobre eventuais violações do cessar-fogo; efectuar a necessária articulação com os órgãos do sistema de verificação das Nações Unidas; fiscalizar e verificar a retirada das forças e contingentes estrangeiros do território moçambicano (e informar a CSC da conclusão desse processo); assumir, em nome da CSC e após a retirada das forças estrangeiras, a imediata responsabilidade pela verificação e implementação da segurança das linhas estratégicas e comerciais, adoptando as medidas que considerasse necessárias; fiscalizar e verificar a extinção dos grupos armados, privados e irregulares, e recolher as suas armas e munições, dando a este material o destino julgado conveniente; fiscalizar a actividade das organizações de segurança que continuassem a funcionar com premissão da CSC.

A CCF recebeu ainda a importante missão de implementar o processo de desmobilização, com as seguintes tarefas: planeamento e organização; regulamentação de

procedimentos; direcção e supervisão; registo do pessoal a ser desmobilizado e emissão dos respectivos cartões de identidade; recolha, registo e guarda do armamento, munições, explosivos, equipamentos, uniformes e documentação; destruição ou decisão de outro destino a dar às armas, munições, explosivos, equipamentos, uniformes e documentação, conforme acordado entre as partes; exames médicos; e emissão de certificados de desmobilização.

A CCF foi chefiada pelo coronel italiano Pier Giorgio Segala, em representação das Nações Unidas, por Aleixo Malunga da parte do Governo e Hermínio de Morais da parte da Renamo. Incluíu também representantes do Botswana, Egipto, França, Itália, Nigéria, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos da América.

A importância do núcleo de documentação da CCF advém do papel representado por esta comissão nos aspectos de segurança que caracterizaram toda a transição, especialmente a primeira parte, que se prolongou praticamente até às vésperas das eleições, em finais de Outubro de 1994, e se centrou nos processos de acantonamento e desmobilização das forças militares das partes. Mais recentemente esta comissão adquiriu especial protagonismo pela grande dimensão política que adquiriu o aspecto da descoberta de esconderijos de armas e sua recolha e destruição (ou encaminhamento para as FADM). O limite temporal superior deste núcleo corresponde à data de dissolução da CCF, 5 de Dezembro de 1994.

f) Comissão de Reintegração (CORE)

A CORE subordinou-se à CSC e foi criada ao abrigo do Protocolo V, II, 7, c). O CORE teve a sua sede em Maputo e estruturou-se em delegações regionais (norte, centro e sul), e provinciais, em cada capital provincial. Segundo o Protocolo IV, VI, ii, a CORE recebeu a missão de implementar a reintegração económica e social dos militares desmobilizados, executando para o efeito as seguintes tarefas: planeamento e organização; regulamentacão dos procedimentos; direcção e supervisão; e fiscalização.

A CORE foi presidida pelas Nações Unidas através de Bernt Bernander primiro, e Felix Downes-Thomas depois. A

delegação governamental foi chefiada por Eneas Comiche (ministro das finanças), secundado por Oldemiro Balói, vice-ministro da cooperação. A delegação da Renamo foi primeiro chefiada por Domingos Vargas e, depois, por Sebastião Temporário. A CORE integrava ainda representantes da Dinamarca, França, República Federal da Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, República da África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América e Comunidade Europeia.

Para facilitar o seu funcionamento, o CORE estabeleceu em Junho de 1993 um grupo de trabalho "tri-partido" compreendendo representantes do Governo e da Renamo e coordenado pelo UNOHAC (ver adiante), que trabalhou em documentos de definição de políticas e programas a ser adoptados pela Comissão.

A sua entrada em funções foi determinada para o Dia E, o dia em que o Acordo começou a ser implementado (15 de Outubro de 1992). Embora o processo tenha sofrido algum atraso (a primeira sessão do CORE realizou-se em Janeiro de 1993 e a segunda em Junho), deverá ser este o marco-limite inferior deste núcleo, sendo o marco-limite superior o dia 5 de Dezembro, altura em que a CORE cessou funções e o grosso das suas atribuições foi transferido para o Ministério do Trabalho e para o PNUD.

Inicialmente, um passo fundamental para o funcionamento desta comissão foi dado com a aprovação do "Apoio ao Programa de Reintegração dos Soldados Desmobilizados em Moçambique", um projecto apoiado pelo Governo Suíço que permitiu o financiamento de consultorias de definição dos projectos de reintegração a ser submetidos à comissão.

O CORE, na execução do seu mandato implementou um conjunto de projectos, dos quais se salientam alguns. O primeiro projecto aprovado pela comissão foi o Programa de Informação e Reintegração Social, implementado nos centros de acantonamento. Com o apoio da OIM, implementou a distribuição de pacotes de sementes aos desmobilizados e o seu transporte para zonas à sua escolha. Ainda no âmbito dos programas que visavam dar uma resposta às necessidades imediatas dos desmobilizados salientam-se alguns programas.

Os Serviços de Informação e Referência (SIR), financiados pela USAID e implementados pela OIM foram concebidos para aconselhar e informar os desmobilizados; o Esquema de Apoio à Reintegração (EAR), apoiado pela Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Portugal, Suécia e Suíça, e implementado pelo PNUD através do Banco Popular de Desenvolvimento, garantiu o pagamento aos desmobilizados de um subsídio mensal durante 18 meses, após 6 meses de subsídio garantidos pelo Governo.

Para além dos programas que visavam responder às necessidades imediatas dos desmobilizados, o CORE procurou igualmente definir programas de resposta às necessidades a médio e longo prazos. Para além de um programa destinado a facilitar o auto-emprego através da formação ocupacional, financiado pela Itália, Suécia e Holanda e implementado pelo PNUD e pela Organização Internacional do Trabalho, foi também criado um Fundo Provincial (com o apoio da Itália, Canadá, Alemanha e USAID) destinado a financiar pequenos projectos de base comunitária, centrado sobretudo nas províncias de Inhambane, Manica, Tete e Sofala (com implementação do GTZ do financiamento do Governo da Alemanha), e nas províncias de Maputo, Gaza, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa (com implementação da OIM do financiamento combinado USAID/CIDA/Itália).

Tal como em relação às restantes comissões, a documentação relativa à CORE deverá organizar-se tendo como marcos as sessões que ela realizou, nove ao todo. Foram elas que aprovaram a estratégia geral, as políticas, procedimentos, funções, orientação ao nível distrital, e a criação dos 11 gabinetes provinciais, assim como o conjunto de projectos do programa de reintegração.

g) Comissão Nacional dos Assuntos Policiais (COMPOL)

A sua formação foi regulada pelo Protocolo IV, V, 7, do AGP, tendo ficado, tal como as restantes comissões, subordinada à CSC. Foram-lhe concedidos plenos poderes para investigar qualquer assunto relacionado com a actuação da Polícia da República de Moçambique, devendo reportar às instituições competentes do Estado as anomalias encontradas para a tomada de medidas judiciais ou disciplinares adequadas.

A COMPOL foi constituída pelo Presidente da República, integrando seis membros indicados pela Renamo, seis membros indicados pelo Governo e nove membros nomeados pelo Presidente da República após consultas junto das forças políticas do país e entre cidadãos que, pelas suas características profissionais e pessoais, e pela sua actuação no passado, dessem garantias de equilíbrio, efectividade e independência em relação a todos os partidos políticos.

A documentação da COMPOL é importante para o estudo do papel da polícia no decorrer da transição.

h) Comissão Nacional de Informação (COMINFO)

Tal como a COMPOL, foi formada por 21 membros: 6 nomeados pelo Governo, 6 pela Renamo e 9 directamente pelo Presidente da República, estes últimos enquanto personalidades independentes de reconhecida imparcialidade e competência. A COMINFO, tal como a COMPOL e a Comissão Nacional da Administração Territorial, teve problemas de funcionamento de início, resultantes da falta de participação da Renamo que questionava a imparcialidade dos nove membros independentes, assim como os presidentes das três comissões, e em finais de 1993 ainda não tinha iniciado actividades.

i) Comissão Nacional da Administração Territorial

Foi formada por oito membros, quatro indicados pelo Governo e quatro pela Renamo. Sofreu, como atrás se disse, diversos problemas no início do seu funcionamento, embora o seu âmbito de acção fosse essencial para todo o processo: integrar numa única administração, aos níveis provincial e distrital, os territórios controlados pelo Governo e pela Renamo. A situação melhorou na sequência da visita de Boutros-Ghali a Maputo, passando a comissão a ser presidida por duas pessoas numa base rotativa, uma indicada pelo Governo e outra pela Renamo. A documentação dirá respeito ao difícil processo de integração territorial sob uma única administração.

j) Comissão Nacional de Eleições (CNE)

Foi constituída na sequência da promulgação da Lei Eleitoral no.4/93, de 28 de Dezembro, que estabelece o quadro jurídico para as primeiras eleições gerais multipartidárias, com as seguintes competências:[2] a) estabelecer medidas para que o processo eleitoral se desenvolva em condições de plena liberdade, justiça e transparência; b) organizar e dirigir o recenseamento eleitoral e o processo eleitoral; c) assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos do recenseamento eleitoral e em todas as operações eleitorais; d) assegurar a igualdade de oportunidade e de tratamento das diversas candidaturas; e) registar as coligações dos partidos para fins eleitorais; f) aprovar os modelos de boletim de recenseamento, de caderno de recenseamento eleitoral, de cartão do eleitor, de boletim de voto e de actas de votação das assembleias de voto e quaisquer outros impressos ou materiais a serem utilizados no processo eleitoral; g) aprovar os regulamentos, as instruções e directivas respeitantes à condução do recenseamento eleitoral, que são publicados na 1ª série do *Boletim da República*; h) efectuar os sorteios referentes à lista dos candidatos; i) determinar os locais de constituição e funcionamento das assembleias de voto de acordo com as propostas dos órgãos eleitorais de escalão inferior; j) promover através dos órgãos de comunicação e outros meios de difusão massiva e educação, o esclarecimento cívico dos cidadãos sobre as questões inerentes ao processo eleitoral; l) proceder às operações de apuramento dos resultados das eleições; m) garantir que as autoridades competentes criem as condições de segurança necessárias à realização das eleições em todo o território nacional; n) proceder às operações de apuramento dos resultados das eleições;[3] o) participar ao Ministério Público quaisquer actos de ilícito eleitoral de que tome conhecimento; p) propor ao Presidente da República as datas para a realização de eleições; q) desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Lei Eleitoral.

A CNE, a nível central foi composta por 10 individualidades indicadas pelo Governo, 7 pela Renamo e 3 pela oposição não-armada.[4] O seu presidente foi o Dr.Brazão Mazula, coadjuvado por dois vice-presidentes, o dr.Leonardo

André Simbine e o sr.José de Castro.

A nível provincial foram criadas, no quadro da CNE, comissões provinciais de eleições compostas por três membros designados pelo Governo, sendo um deles presidente, dois membros designados pela Renamo, sendo um deles vice-presidente, e um membro indicado pelos partidos registados à data de entrada em vigor da Lei Eleitoral. Da mesma maneira, foram também criadas comissões distritais, cuja presidência foi exercida por membros indicados pelo Governo, e a vice-presidência por membros indicados pela Renamo.

Para o seu funcionamento a nível central, a CNE criou comissões de trabalho com natureza permanente, nomeadamente: a comissão executiva permanente; a comissão de organização e operações; a comissão jurídica, de formação e educação cívica; e a comissão de administração e finanças. Foram também criadas comissões *ad hoc* para procurar soluções para questões específicas.

A CNE criou também órgãos executivos, os secretariados técnicos de administração eleitoral (STAEs). O STAE-central teve como director-geral o dr.José Estevão Muchine (Governo), e como directores-gerais adjuntos o dr.José Nipita (Renamo) e o Eng.Inácio Bento (Oposição Não-Armada). O STAE-central integrou 50 técnicos, sendo 25 apresentados pelo Governo, 13 pela Renamo e 12 pela Organização das Nações Unidas.

Ao nível local, os gabinetes técnicos de administração eleitoral foram compostos por um director indicado pelo Governo, 2 directores-adjuntos (um indicado pela Renamo e o outro pelos restantes partidos políticos). Incluíram também 5 técnicos indicados pelo Governo, 2 pela Renamo e 1 pela Organização das Nações Unidas.

Para além das suas estruturas e quadros, a CNE contou, na execução do seu mandato, com a colaboração de 8.500 brigadistas envolvidos no processo de recenseamento eleitoral em todo o país; perto de 2.000 cidadãos integrados nos órgãos eleitorais e envolvidos na educação cívica da população em geral e do eleitorado em particular; 42.500 membros das mesas das assembleias de voto e auxiliares; 32.000 delegados de lista na fiscalização do sufrágio, para

além dos fiscais dos partidos no período do recenseamento eleitoral, em todos os pontos do território nacional.

O funcionamento da CNE ocorreu em algumas fases e actividades principais, a saber: o recenseamento eleitoral; o processo de candidaturas; a campanha eleitoral; a preparacão do sufrágio; a educação cívica; o sufrágio propriamente dito e seu apuramento; o tratamento das irregularidades e reclamações; a elaboração do mapa final e a proclamação oficial dos resultados; a determinação das datas de investidura dos deputados e tomada de posse do Presidente da República. Pode ainda incluir-se aqui o processo da observação internacional.

O recenseamento eleitoral realizou-se entre 1 de Junho e 15 de Agosto de 1994, tendo por objectivo apurar a população moçambicana com mais der 18 anos e com capacidade eleitoral, estimada inicialmente em 7.894.850 pessoas, nos onze círculos eleitorais. Para a sua realização foi elaborado um calendário específico e levada a cabo a formação, organizada em três níveis, nomeadamente a formação de formadores provinciais (que teve lugar a nível nacional), de formadores distritais (que teve lugar a nível provincial) e de brigadistas a nível de base. O processo recenseou 6.396.061 potenciais eleitores, correspondendo a 81,01% da população com capacidade eleitoral. Durante o período de prorrogação foram registados pouco mais de 500.000 novos potenciais eleitores.

Obedecendo ao perceituado no no.3 do artigo 193, artigos 194 e 200 da Lei 4/93 de 28 de Dezembro, a CNE fixou os seguintes mandatos por círculo eleitoral: Maputo cidade: 18; Maputo província: 13; Gaza: 16; Inhambane: 18; Sofala: 21; Manica: 13; Tete: 15; Zambézia: 49; Nampula: 54; Niassa: 11; e Cabo Delgado: 22.

Para a aceitação de candidaturas ao cargo de Presidente da República, a CNE criou uma comissão *ad hoc*, que apurou, findo o processo de recepção, 13 candidaturas, tendo excluído uma. Uns dias depois foram apuradas as candidaturas de 14 partidos políticos para as eleições legislativas.[5]

Em seguida a CNE organizou e supervisou a campanha eleitoral, tendo sorteado a utilização dos tempos de antena na

rádio e televisão por parte dos candidatos, regulado a utilização de lugares públicos para fins eleitorais, e definido um código de conduta dos candidatos. A campanha eleitoral terminou, conforme o previsto na Lei Eleitoral, no dia 24 de Outubro de 1994, 48 horas antes do início da votação.

No quadro da preparação para o sufrágio foi levado a cabo um intenso trabalho de formação que abrangeu os seguintes membros dos órgãos e funcionários eleitorais: 22 presidentes e vice-presidentes das comissões provinciais de eleições; 288 presidentes e vice presidentes das comissões distritais; 66 directores provinciais dos STAEs, seus adjuntos e chefes de departamento; 396 directores distritais e seus adjuntos; 22 formadores do STAE central (educação cívica); 286 formadores provinciais e distritais (formação cívica); 1600 agentes de educação cívica; 22 formadores do STAE central (membros das mesas das assembleias de voto); 528 formadores para cada STAE provincial (membros das mesas das assembleias de voto); 17.000 formadores distritais (membros das mesas das assembleias de voto); e 42.500 membros das mesas das assembleias de voto e seus auxiliares. Foi ainda supervisada a produção de materiais eleitorais incluindo "kits" de votação, materiais gráficos para a educação cívica, etc.

O processo de escrutínio compreendeu quatro etapas principais, nomeadamente a votação, a contagem manual dos votos e subsequente preenchimento das actas das assembleias de voto, o processamento informatizado dos resultados e nível dos círculos eleitorais e ao nível do STAE central, e a publicação dos resultados do apuramento nacional. A votação teve lugar em 27 e 28 de Outubro de 1994, tendo sido prorrogado o prazo por um dia, incluindo portanto também o dia 29. De um total de 6.396.061 leitores recenseados participaram na votação 5.402.940, correspondendo a 87,87% dos eleitores inscritos. Apesar das dificudades logísticas de vária ordem, e de se tratar das primeiras eleições do género em Moçambique, registaram-se apenas, nas presidenciais, 5,78% de votos em branco e 2,76% de votos nulos, e nas legislativas 8,46% de votos em branco e 3,21% de votos nulos.

A última fase do trabalho da CNE consistiu no tratamento das irregularidades e reclamações, e na preparação dos resultados das eleições.

Para assistir ao processo de votação a CNE credenciou 3.090 observadores internacionais, que se espalharam por todo o país.

Conforme o preceituado da Lei no.4/93 de 28 de Dezembro, a CNE deliberou, na fase final do seu mandato, que a investidura dos deputados e do Presidente da República tivessem lugar respectivamente a 8 e 9 de Dezembro de 1994, tendo os seus membros presenciado tais actos.

Pela descrição sumária do papel da CNE se pode concluir da sua centralidade no processo das primeiras eleições multi-partidárias em Moçambique. A documentação de interesse foi produzida nos diversos níveis da CNE (central, provincial, distrital e local), incluindo as comissões criadas, e também o STAE a todos os níveis de operação.

k) O Tribunal Eleitoral

Conforme determina a lei no.4/93, de 28 de Dezembro, o Tribunal Eleitoral foi o órgão jurisdicional a quem competiu apreciar, em única instância, os recursos de contencioso eleitoral interpostos das decisões proferidas pela Comissão Nacional de Eleições (artigo 30); à semelhança da CNE, o Tribunal Eleitoral devia actuar de forma independente de todos os poderes do Estado (artigo 31).

Este órgão foi constituído por cinco membros com mais de cinco anos de serviço, sendo dois magistrados judiciais moçambicanos, indicados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, e três juízes de reconhecida competência técnica e profissional, escolhidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, sob proposta do Conselho de Segurança (artigo 32).

Com sede em Maputo, o Tribunal Eleitoral entrou em funções sessenta dias após o início das actividades da CNE e extinguiu-se trinta dias depois desta. Curiosamente, talvez tenha sido o órgão que menor volume de documentos terá produzido, não só pelo seu curto tempo de vida mas sobretudo devido ao escasso número de casos que lhe foram submetidos para julgamento.

2. A Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ)

Foi o órgão de mediação do processo de implementação do AGP e, dadas as dificuldades políticas entre as partes ao longo do processo de transição, desempenhou um papel político fundamental no seu prosseguimento. A ONUMOZ teve um papel vital no trabalho das comissões referidas atrás, dado que presidiu às principais (CSC, CCFADM, CCF e CORE) e criou condições políticas e materiais para o seu funcionamento.

A ONUMOZ actuou em Moçambique com uma força autorizada de entre 7.000 e 8.000 pessoas (civis e militares), sob a coordenação de um representante especial do secretário-geral da ONU, que se manteve a mesma ao longo de toda a missão, o italiano Aldo Ajello. Estava também dotada de um comandante da força, o major-general brasileiro Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva.

O mandato da ONUMOZ incluiu quatro grandes componentes: I/ Político - de facilitar com imparcialidade a implementação do AGP, em particular através da supervisão da CSC e outras comissões subordinadas. II/ Militar - de monitorar e verificar o cessar-fogo, a separação, acantonamento e desmobilização das forças, e a recolha, armazenamento e destruição das armas (ou seu encaminhamento para o novo exército); monitorar e verificar a retirada completa das forças estrangeiras e assegurar a protecção dos quatro corredores identificados (Limpopo, Beira, Tete e Nacala); monitorar e verificar a dissolução dos grupos armados privados e irregulares; autorizar sistemas de segurança de infrastruturas vitais; e garantir a segurança das actividades das Nações Unidas e de outras entidades internacionais em apoio do processo de paz. III/ Eleitoral - de fornecer assistência técnica e monitorar todo o processo eleitoral. IV/ Humanitário - de coordenar e monitorar todas as operações de assistência humanitária, em particular as que se relacionam com refugiados, deslocados, pessoal militar desmobilizado e população local afectada, devendo para tal presidir ao Comité de Assistência Humanitária.[6] A estrutura interna da ONUMOZ relacionou-se com o objectivo de

cumprimento do seu mandato. Assim, o núcleo relativo a esta secção deverá incluír toda a documentação relativa à participação das Nações Unidas no processo de transição em Moçambique, estruturada nas sub-secções que se seguem neste ponto. O limite temporal inferior é a Declaração Conjunta de 7 de Agosto de 1992,[7] e a carta formal de convite à participação da ONU no processo, enviada pelo Presidente Chissano ao Secretário-Geral da ONU em 4 de Outubro de 1992. O limite temporal superior é o relatório final e o encerramento oficial da ONUMOZ.

a) Os Relatórios do Secretário-Geral e as Resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

Esta fonte é de importância crucial para o entendimanto do papel das Nações Unidas no processo de transicão, e para o entendimento do próprio processo na sua globalidade. Trata-se de um conjunto de documentos sobre a análise que o Secretário-Geral das ONU foi fazendo do evoluir do processo e do papel da ONU, e sobre as propostas que ele fez em consequência, baseando as resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança. Estes tiveram papel fundamental na medida em que cristalizam a participação política da ONU no processo e determinam as condições e as renovações do mandato da ONU no processo. Incluem, entre outros, os seguintes: S/24642, de 9 de Outubro de 1992: "United Nations Operation in Mozambique: Report of the Secretary-General", que descreve as principais partes do AGP, o papel proposto das Nações Unidas e seu plano de acção. Conselho de Segurança, Resolução 782 (S/RES/782) de 13 de Outubro de 1992: "Adopted by the Security Council at its 3123rd meeting, on 13 October 1992". Conselho de Segurança, S/24892, de 3 de Dezembro de 1992: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", que aborda a situação do processo de paz, os princípios básicos da operação das Nações Unidas em Moçambique, o quadro geral dessa operação, o plano operacional para a observação, pelas Nações Unidas, dos aspectos militares do AGP, a monitoração do processo eleitoral e a provisão de assistência técnica para as eleições, o plano para a coordenação, pelas Nações Unidas, dos

aspectos humanitários do acordo, a estrutura organizacional da ONUMOZ, e algumas observações e recomendações. Conselho de Segurança, Resolução 797 (S/RES/797) de 16 de Dezembro de 1992: "Adopted by the Security Council at its 3149th meeting, on 16 December 1992". Conselho de Segurança, S/25518, de 1 de Abril de 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", sobre o desdobramento da componente militar da ONUMOZ, o estabelecimento de áreas de acantonamento e desmobilização, o desenvolvimento do processo político, a coordenação da ajuda humanitária, a monitoração do processo eleitoral e a provisão de assistência técnica para as eleições, a administração e logística e estado do acordo das forças, e observações. Conselho de Segurança, S/25591, de 13 de Abril de 1993: "Draft Resolution". Conselho de Segurança, Resolução 818 (S/RES/818) de 14 de Abril de 1993: "Adopted by the Security Council at its 3198th meeting, on 14 April 1993". Secretário-Geral da ONU, S/26034, de 30 de Junho de 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", que inclui a organização do cessar-fogo, a formação das forças de defesa moçambicanas, as actividades políticas, a preparação das eleições, o programa de assistência humanitária, o novo calendário do processo de paz, e observações. Conselho de Segurança, SC/5668, de 9 de Julho de 1993: "Security Council Calls for Demobilization of Forces of Both Parties in Mozambique", sumário da reunião 3253 do Conselho de Segurança. Conselho de Segurança, S/26666, de 1 de Novembro de 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", que refere os desenvolvimentos políticos, o acantonamento e desmobilização de tropas, os preparativos para as eleições, a polícia, as comissões nacionais de administração e dos assuntos policiais e da Informação, o calendário do processo de paz, os aspectos militares, incluindo o desenvolvimento da componente militar e o cessar-fogo e a formação das forças de defesa moçambicanas, o programa de assistência humanitária, e observações. Conselho de Segurança, Resolução 882 (S/RES/882) de 5 de Novembro de 1993: "Adopted by the Security Council at its 3305th meeting, on

5 November 1993". Conselho de Segurança, SC/5791, de 23 de Fevereiro de 1994: "Security Council Authorizes Establishment of 1,144-Member Police Component of United Nations Operation in Mozambique", sumário da reunião 3338 do Conselho de Segurança. Secretário-Geral das Nações Unidas, S/1991/803, de 7 de Julho de 1994: "Report of the Secretary-General on the United Nations in Mozambique". que aborda os aspectos políticos e militares principais, incluindo o acantonamento e desmobilização das tropas e a formação das forças de defesa moçambicana e o cessar-fogo, Preparação para as eleições, actividade da polícia, programa de assistência humanitária, calendário para o encerramento da ONUMOZ e retirada do seu pessoal civil e militar, aspectos financeiros e observações.

A listagem apresentada não é, de forma alguma, exaustiva, referindo apenas alguns dos documentos principais. Para além da documentação desta natureza, directamente relacionada com o processo de transição e o papel da ONU, este núcleo deverá incluir, ainda, outros documentos relacionados, emitidos pelas Nações Unidas (como por exemplo ONU, "Press Conference by the Chairman of the Security Council Mission Held at Polana Hotel on 10 August 1994 at 18.00 Hours"), os documentos do departamento de informação pública da ONU (como por exemplo United Nations Department of Public Information, 1993: "United Nations Focus: Peace-Keeping. United Nations Operation in Mozambique"), assim como documentos de ordem mais geral do secretário-geral e do Conselho de Segurança da ONU sobre as operações de manutenção da paz levadas a cabo pela ONU. Um exemplo é Assembleia Geral da ONU, A/45/217, de 8 de Maio de 1990: "Comprehensive Review of the Whole Question of Peace-Keeping Operations in All Their Aspects. Requirements for United Nations peace-keeping operations", que inclui aspectos como pessoal militar nomeado como membros do quadro, observadores militares, batalhões de infantaria, unidades especiais, recursos materiais e técnicos, serviços, e os seguintes anexos: I/ Itens que os militares da ONU devem trazer à chegada ao local da missão; II/ Recursos materiais e técnicos requeridos por batalhão de infantaria reforçado; III/ Lista ilustrativa de unidades militares especiais

que podem ser solicitadas por uma operação de manutenção da paz da ONU, para fornecerem apoio operacional, pessoal e logístico; IV/ Recursos materiais e técnicos requeridos por unidades militares especiais em apoio a uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas, etc.

O limite temporal superior deste núcleo deve corresponder à data de encerramento oficial da ONUMOZ.

b) Gabinete do Representante Especial Interino do Secretário-Geral da ONU

Foi o órgão por excelência de direcção geral da operação das Nações Unidas em Moçambique, responsável pela participação da ONUMOZ nos aspectos políticos do processo de paz. Foi previsto que tivesse um quadro de 18 profissionais internacionais, 8 membros internacionais de apoio, e um número adequado de pessoal de apoio recrutado localmente. Este gabinete teve, como quadros de direcção, um director executivo, um assistente especial, um conselheiro político, um oficial de informação, um oficial de planeamento e análise, e um conselheiro jurídico.[8]

A documentação emitida por este órgão informa certamente sobre os aspectos políticos e globais do processo de paz, sobre a coordenação de todos os corpos da ONUMOZ e sobre a ligação da ONUMOZ com o secretário-geral da ONU, em New York.

c) A Unidade Técnica da ONUMOZ

Foi criada na ONUMOZ para funcionar com um coordenador-geral (Ton Pardoel foi o chefe da UT durante a sua vigência) e três especialistas, além de pessoal de secretariado e apoio. Dependente do Gabinete do Representante do Secretário-Geral e no quadro da Comissão de Cessar-Fogo, este órgão teve um papel central na coordenação e comunicação entre todos as entidades envolvidas no processo de acantonamento e desmobilização das forças militares, nomeadamente o Governo, a Renamo, a CORE aos níveis central, regional e provincial, e outros; coordenar o fornecimento de alimentação aos centros de acantonamento; supervisar a assistência médica e as condições de vida nos campos; e apoiar no processo de registo e documentação.[9]

Com o apoio de 87 voluntários das Nações Unidas e a cooperação de parceiros como a USAID, CEE, OIM, UNICEF, PMA, OMS, Cooperação Suíça e SwedRelief, assegurou o funcionamento adequado dos centros de acantonamento, supervisando e gerindo as seguintes actividades: fornecimento e distribuição de alimentos e bens não-alimentares; provisão de água e infrastruturas sanitárias; provisão de cuidados de saúde primários aos militares acantonados e populações circumvizinhas dos campos da Renamo; registo de tosos os combatentes beneficiários do programa de desmobilização; desenvolvimento e gestão de um banco de dados dos combatentes registados; provisão de subsídios de desmobilização; fornecimento de roupas civis aos desmobilizados; implementação de um programa de informação e reintegração social em preparação para o regresso dos soldados à vida civil, entre outras.

Desde o início do programa de desmobilização, em 30 de Novembro de 1933, a UT recebeu e registou nos centros de acantonamento 60.933 combatentes (49.409 do Governo e 17.524 da Renamo). Para além destes, até Junho de 1994 foram registados 30.637 combatentes não acantonáveis (23.513 do Governo e 7.124 da Renamo), dos quais 24.352 foram efectivamente desmobilizados (17.981 do Governo e 6.371 da Renamo). Deste grupo, 5.421 (4.769 do Governo e 652 da Renamo) transitaram para as FADM.

Entretanto, 13.678 soldados do Governo que haviam sido desmobilizados antes deste processo receberam o mesmo pacote de benifícios da desmobilização. Combinados todos estes grupos, a UT registou um total de 105.248 combatentes (80.600 do Governo e 24.648 da Renamo. Destes, 91.478 (70.959 do Governo e 20.519 da Renamo) foram desmobilizados, enquanto que 12.453 (8.791 do Governo e 3.662 da Renamo) transitaram para as FADM.[10]

Assim, a documentação produzida pela UT diz respeito sobretudo ao processo de acantonamento e desmobilização das forças. Especial realce têm os relatórios da situação (Sitreps) produzidos diariamente sobre a movimentação nos centros de acantonamento. A UT desenvolveu um banco de dados em suporte informático com importante informação sobre as forças acantonadas e desmobilizadas.

d) A Estrutura Militar da ONUMOZ

A componente militar da ONUMOZ, independentemente de algumas adaptações posteriores, foi concebida do seguinte modo: uma companhia de Estado-Maior sediada em Maputo, tal como um pelotão de polícia militar; 354 observadores militares; 5 batalhões de infantaria auto-suficientes do ponto de vista logístico, cada um composto por cerca de 850 homens (os principais países envolvidos foram Bangladesh, Índia, Itália, Uruguai e Zâmbia); um batalhão de engenharia; três companhias de logística; e unidades de apoio aéreo, comunicações e serviço médico.

De início, o papel da estrutura militar das Nações Unidas, através de observadores militares, relacionava-se com a observação do cumprimento do cessar fogo e da retirada das tropas estrangeiras, cabendo-lhe consequentemente o papel de assegurar a segurança nos espaços deixados por aqueles, nomeadamente os corredores.

Com o desenvolvimento do processo, nomeadamente com a exigência da Renamo que o Governo não tirasse vantagem nas zonas abandonadas por ela, a estrutura militar teve que desempenhar um papel mais alargado.[11]

Aparentemente, esta estrutura foi coordenada a nível interno da ONUMOZ pelo gabinete da CCF, que além do apoio à comissão respectiva terá garantido a ligação entre os diferentes componentes desta estrutura militar. A sua documentação abrangerá assim a correspondência com os corpos militares da ONUMOZ e aspectos de apoio técnico ao funcionamento da CCF.

Atenção merecem também dois campos que ganharam especial realce na última fase do processo de transicão, nomeadamente a desminagem e a desactivação de esconderijos de armamento.

Quanto ao primeiro, inclui o envolvimento de diversas entidades, nomeadamente a UNOHAC, a USAID/Ronco, a Royal Ordinance, a União Europeia, a Norwegian People's Aid e a Halo Trust, que desminaram 1.212.291 metros quadrados de terreno, totalizando 1.665 kms de estradas.

Quanto ao segundo, em dois anos de funcionamento a CCF recolheu 189.827 armas, 6.097.727 munições, 25.716 minas, 3.677 granadas de mão e 351 kgs de explosivos,

tendo destruído, no mesmo período, 24.124 armas, 1.263.428 munições e 4.880 explosivos.[12]

e) O Corpo de Polícia Civil (CIVPOL)

A CIVPOL não estava prevista de início e tem uma história ligada às dificuldades do próprio processo de paz. Na sequência do seu acordo de 26 de Agosto de 1993, o presidente Chissano e Afonso Dhlakama solicitam às Nações Unidas que monitore as actividades da polícia. Em Outubro do mesmo ano, o presidente da Renamo condicionou o acantonamento das suas tropas à monitoração efectiva da polícia Moçambicana pelas Nações Unidas.

Quando da sua visita a Maputo, o secretário-geral das Nações Unidas explica a Chissano e a Dhlakama as dificuldades financeiras da ONU como estando por detrás dos problemas da organização em responder à solicitação. O presidente Chissano e o líder da Renamo concordam então no estabelecimento de sub-comités locais da COMPOL para monitorar as actividades da polícia. Entretanto, Boutros-Ghali estabelece uma força de 128 observadores da polícia por parte das Nações Unidas.

A CIVPOL encontrou, de início, dificuldades em monitorar sistematicamente a polícia, particularmente a Polícia de Intervenção Rápida (PIR). Em Fevereiro de 1994, em vista das dificuldades sentidas e de insistência da Renamo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autoriza o estabelecimento de uma componente policial da ONUMOZ de 1.144 homens.[13]

O mandato da CIVPOL ficou definido assim: monitorar todas as actividades policiais no país e verificar se a sua acção é consistente com o Acordo Geral de Paz; monitorar o respeito pelos direitos e liberdades civis dos cidadãos; fornecer apoio técnico à Comissão Nacional da Polícia (COMPOL); verificar se as actividades das agências de protecção privada e segurança não violam o Acordo Geral de Paz; verificar a força e localização das forças policiais do Governo, e seu material; e monitorar e verificar o processo de reorganização e treinamento da polícia de "acção rápida", incluindo as suas actividades, armas e equipamento. Além disso, e em conjunto com os componentes da ONUMOZ, a

CIVPOL deveria monitorar a condução da campanha eleitoral e verificar de os direitos políticos dos indivíduos, grupos e organizações políticas, eram respeitados.

A CIVPOL ficou organizada como um componente autónomo da ONUMOZ, sob o comando do chefe da polícia de observação que dependia directamente do Representante Especial do Secretário-Geral. Aquela polícia devia igualmente estabelecer laços estreitos com os componentes eleitoral, militar, humanitário e administrativo da ONUMOZ. Até início de Julho de 1994, dos 1,144 homens a CIVPOL tinha colocado 817,[14] ocupando 29 postos policiais fora das capitais provinciais e distritais, dos quais 8 em zonas controladas pela Renamo. Dependendo da logística, estavam previstos mais 31 postos.

Na mesma altura, a CIVPOL havia recebido 47 queixas relativas a má conduta de membros da polícia (dos quais 35 tinham sido resolvidos e 12 estavam sendo investigados.[15] Os casos diziam sobretudo respeito a detenção ilegal de civis, desrespeito pelos direitos civis dos presos e investigações criminais envolvendo possíveis casos políticos, além das deficientes condições das prisões.

A documentação da CIVPOL terá a ver com estes casos e com as suas relações com a COMPOL e com outros organismos da ONUMOZ.

f) A Divisão Eleitoral

A divisão eleitoral da ONUMOZ levou a cabo o processo de articulação entre a operação das Nações Unidas e a Comissão Nacional de Eleições, como parte do mandato geral da ONUMOZ de supervisar e mediar todo o processo de transição.

A coordenação entre a CNE e a ONUMOZ realizou-se a três níveis distintos: um primeiro nível é aquele em que a ONUMOZ tinha um representante seu nas sessões plenárias da CNE; um segundo nível situou-se no domínio técnico-operativo, e criou a possibilidade do apoio logístico das Nações Unidas ao nível das províncias, não só aos órgãos eleitorais mas também às brigadas de recenseamento, educação cívica e aos funcionários eleitorais em geral. O terceiro nível consistiu na articulação estreita entre a CNE

central e o representante especial do Secretário Geral da ONU, e permitiu ultrapassar muitas dificuldades que foram surgindo ao longo do processo eleitoral.

A documentação produzida pela divisão eleitoral da ONUMOZ complementa a documentação produzida pela CNE.

g) O Gabinete de Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC)

O mandato da ONUMOZ incluía, para além das componentes política, militar e eleitoral, uma componente humanitária. Através dela era papel da ONUMOZ coordenar e monitorar todas as operações de assistência humanitária, em particular as relacionadas com refugiados, deslocados internos, militares desmobilizados e população local afectada e, neste contexto, presidir ao Comité de Assistência Humanitária.[16]

Neste quadro, o UNSCERO (United Nations Special Coordinator for Emergency Relief Operations), até então responsável pelos programas de assistência humanitária em Moçambique, foi substituído pelo UNOHAC. Este foi, através da resolução 797 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, integrado na ONUMOZ.[17]

Nos perto de dois anos do seu mandato, o UNOHAC coordenou a implementação do Programa Integrado de Assistência Humanitária que surgiu na sequência da Conferência de Doadores realizada em Roma em Dezembro de 1992, e envolveu agências das Nações Unidas e do Governo, e organizações não-governamentais. O Programa Integrado de Assistência Humanitária abrangeu zonas sob influência do Governo e da Renamo, e grandes áreas de actividade relacionadas com o repatriamento de refugiados, a desmobilização e reintegração de combatentes, a desminagem, a ajuda de emergência (alimentar, não-alimentar e em transporte), e a reabilitação de serviços essenciais relacionados com a agricultura, saúde, água, educação, reabilitação de estradas, programas de reintegração multi-sectoriais, ajuda alimentar comercializada e apoio institucional.

De um total de deslocados internos estimado em 3.737.000 por alturas da assinatura do acordo de paz, o programa reassentou 3.053.000, ou seja, 81,7%, até Novembro de 1994, variando tal percentagem entre os 99%

de reassentados em Cabo Delgado, e apenas 25% no caso da cidade de Maputo.[18]

A componente do repatriamento de refugiados nos países vizinhos foi particularmente importante pela magnitude do fenómeno de movimentação de populações provocado pela guerra.[19] Estima-se que cerca de 1,6 milhões de moçambicanos se refugiaram em seis países vizinhos, nomeadamente Malawi (que "absorveu cerca de 60% do total),[20] Tanzania, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Swazilândia. Com a assinatura do Acordo de Roma os refugiados começaram a regressar espontaneamente. Através de um Memorandum de Entendimento com o Governo, o ACNUR recebeu o mandato de supervisar este repatrimento voluntário, e a operação estruturou-se através de acordos tripartidos envolvendo o Governo, o ACNUR e cada um dos seis países vizinhos.

Entretanto, o ACNUR preparou um plano para a maior operação de repatriamento levada a cabo em África, com um custo estimado em 203 milhões de dólares para um período de três anos.[21]

O repatriamento da Tanzania, coordenado pela Organizacão Internacional de Migracão (OIM) foi considerado concluído em Outubro de 1994, com o regresso de um total de 11.350 pessoas, permanecendo nessa altura cerca de 6.000 moçambicanos nesse país.

O Malawi, com cerca de 1,1 milhões de refugiados, foi, como se referiu já, o país que acolheu maior número. Em Outubro de 1994 cerca de 1 milhão já havia regressado, na sua maioria espontaneamente. As operações organizadas foram coordenadas pelo ACNUR.

O repatriamento da Zâmbia, com apoio do ACNUR, concluiu-se em Setembro de 1994, altura em que haviam regressado 19.450 refugiados, permanecendo uma população de cerca de 800 pessoas.

Nos cinco campos do Zimbabwe estimava-se uma população de 137.900, para além de cerca de 100.000 estabelecidos fora dos campos. A operação de repatriamento contou com o apoio do ACNUR/GTZ que, no final de 1994, tinha transportado 83.983 pessoas. Calcula-se que no fim do processo permaneçam naquele país cerca de 20.000 pessoas.

O repatriamento da África do Sul foi uma operação mais complexa sobretudo devido aos factores acima referidos de difícil distinção dos motivos que levaram as populações a migrar para ali, factor que provocou uma grande dispersão dos moçambicanos. Estimou-se um total de 120.000 refugiados, dos quais até Outubro de 1994, 16.164 haviam regressado de uma forma organizada, sob a coordenação do ACNUR, tendo-se mais 32.000 registado para regressar.

Finalmente, por volta de Junho de 1994, a OIM havia transportado 16.666 regressados da Swazilândia. Em Novembro de 1994, do total de 1.603.000 refugiados, 1.579.785 (89% do total) haviam já regressado ao país, na maioria espontaneamente, mas um grande número na forma de repatriamento organizado.

A componente dos combatentes desmobilizados, embora constituindo o menor grupo beneficiário dos programas humanitários, afigurava-se crítica para o processo de paz. A actividade desenvolvida pelo UNOHAC neste campo foi central na coordenação e apoio ao funcionamento do CORE, que já referimos nas secções sobre o CORE e a Unidade Técnica da ONUMOZ.

A desminagem surgiu como uma preocupação central do programa de assistência humanitária devido às necessidades de emergência a curto prazo (fazer chegar alimentos às zonas necessitadas) e às necessidades de recuperação a mais longo prazo. A acção das Nações Unidas incluiu, inicialmente, uma avaliação da situação das minas a nível do país, a desminagem de 2.000 kms de estradas prioritárias e a criação de um centro de formação de desminadores (MCTC). O programa nasceu com grande atrasao: o MCTC, que devia ter iniciado as suas actividades em Agosto de 1993, recebeu os primeiros instruendos apenas em Agosto de 1994, enquanto que a desminagem das estradas ainda não se havia iniciado e a avaliação da situação estava ainda muito atrasada.

Devido a tais atrasos, em Junho de 1994 o Departamento de Assuntos Humanitários das Nações Unidas e o UNOHAC criaram o Programa Acelerado de Desminagem (ADP), com o objectivo de levar a cabo a desminagem das estradas prioritárias, reforçar a acção do MCTC, edificar uma

estrutura de supervisão e gestão das operaçoes de campo e formação de supervisores moçambicanos. O ADP formou 450 moçambicanos e cooperou com diversas outras agências e ONGs envolvidas no processo de desminagem, nomeadamente a União Europeia, a USAID, a Norwegian People's Aid (NPA), a Halo Trust (UK), o ACNUR e os MSF (Suíça).

Numa segunda fase, em que a desminagem decorreu de forma mais célere, a USAID financiou a desminagem das estradas prioritárias do centro do país (mais de 1000 km só em Sofala) e na Zambézia; a Halo Trust realizou a avaliação da situação das minas a nível do país, tendo identificado mais de 900 zonas minadas, e realizou trabalho de desminagem na Zambézia; a NPA, tendo formado cerca de 280 desminadores, prosseguiu o seu trabalho em Tete e Maputo, etc. O programa de desminagem tem prosseguido mesmo após a conclusão formal do GPA.

No âmbito da ajuda de emergência destacou-se a ajuda alimentar, que desempenhou um papel central no processo de paz. De entre as grandes acções destacam-se, desde 1992, o apelo conjunto da DHA e da SADC para a abertura de corredores humanitários mesmo antes do cessar-fogo. Nos dois anos do processo de paz, entre Outubro de 1992 e Outubro de 1994, num contexto de grandes movimentações de população, o UNOHAC distribuiu 116.000 toneladas de alimentos nas zonas então controladas pela Renamo, e de duas agências inicialmente envolvidas na ajuda alimentar (CICV e PMA), o número cresceu para trinta e cinco, actuando em 75 distritos de todas as províncias do país.

A ajuda de emergência cobriu igualmente bens não-alimentares, tendo nestes dois anos o DHA apoiado perto de trezentas mil pessoas com roupas, utensílios de cozinha, instrumentos de trabalho, etc., em 8 províncias, 38 distritos e 118 localidades.

Em todos os aspectos ligados à emergência, assim com às acções de reconstrução, muito complexos e envolvendo múltiplos intervenientes nacionais e internacionais, a documentação do UNOHAC é de importância central pelo papel de coordenação desempenhado por esta instituição.

3. As Agências das Nações Unidas

Este sub-projecto inclui as Agências das Nações Unidas ou congéneres que já operavam em Moçambique e continuaram a desempenhar papéis de importância variável no âmbito do processo de paz. De entre elas referiremos o papel desempenhado por algumas durante o período de implementação do AGP.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com funções de coordenação da acção da ONU em Moçambique, envolveu-se a todos os níveis e praticamente em todas as esferas de actividade relacionadas com o papel das Nações Unidas na implementação do AGP. Após o encerramento da ONUMOZ, o PNUD passou a coordenar alguns dos programas da Operação que continuaram em vigor.

O Programa Mundial para a Alimentação (PMA), teve um papel importante no fornecimento de alimentos aos centros de acantonamento de militares, no decorrer do processo de desmobilização, e aos refugiados e deslocados. Por si só, o PMA foi responsável pelo fornecimento de 70% da ajuda alimentar de emergência durante este período.

O ACNUR teve uma intervenção importante sobretudo a nível do repatriamento das populações que se haviam refugiado nos países vizinhos durante os anos da guerra, como vimos na secção sobre o UNOHAC. A actividade do ACNUR inclui, na campanha agrícola de 1994/95, a distribuição de 177.000 pacotes de instrumentos de trabalho e 185.000 pacotes de sementes através de ONGs. A intervenção do ACNUR na reintegração das populações repatriadas e reassentadas processou-se através do seu probrama de reabilitação, que inclui desde 1994, 486 projectos, distribuídos por sectores como a saúde e sanidade (143), educação (160), água (113) e estradas e infrastruturas (70).[23] Com a colaboração do NPA, o ACNUR tem também prestado apoio institucional ao Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR).

A Organização Internacional de Migração (OIM) desempenhou um papel fundamental, sobretudo na área do transporte de pessoas, não só no processo de desmobilização

como também no reassentamento dos deslocados inter... Agências como a UNICEF (por exemplo no enquadramento das crianças-soldados) e a FAO também tiveram um envolvimento importante no processo.

4. Embaixadas e Agências Governamentais Estrangeiras

Os países estrangeiros representados em Moçambique também tiveram envolvimentos variados no processo de paz, quer através das suas embaixadas, quer de diversas agências e organizações. Tais envolvimentos variaram desde as contribuições modestas às intervenções centrais como no caso da USAID americana. Tomaram também formas variadas, bilaterais ou multilaterais, de ajuda financeira ou em bens, ou de intervenção política. Esta secção cobre a documentação fornecida por tais intervenientes no decorrer do processo.

5. Organizações Não-Governamentais

Este sub-projecto é constituído pelos documentos de projectos e actividades em geral, levados a cabo por organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras, no período da transição. As fontes desta informação são as ONGs elas próprias, o LINK (organismo coordenador das ONGs) e outras, com especial relevo para o Banco de Dados "Shaman" (*System for Humanitarian Assistance Management*) construído pela UNOHAC, cujos elementos foram divulgados sob a designação genérica de *Who is Doing What Where* e incluem as actividades a nível provincial e distrital. É a seguinte a listagem das ONGs actuantes por província:[22]

PROVÍNCIA	ORGANISMOS
Cabo Delgado	GAA, SCF/USA, MSF/Hol, Marins s/Front, ARO, CRIAA, HI, Oxfam, Helvetas, CVM, COSV, NPA Progresso, Crocevia, DVS, Hivos, Miss.c/Lepra,
Gaza	Care, NRC, SCF/USA, Caritas, CCM, CUAMM, Cuso, CVM, World Relief, CRS, LWF, RRR, Novib, ACDR, Ademo, FEM, HI, Iscos, Molisv
Inhambane	ADRA, Aster, Care, NRC, MSF/Bél, RRR, CCM, Ac.Nord-Sud,LWF, Kulima,CAA,Crocevia,HI, CVM
Manica	CSM, Redd Barna, Ac.Nord-Sud, ADPP, Iscos, Concern, MSF/Fra, CVM, Care, RRR, CICV, NRC, World Vision, GAA
Maputo (prov.)	SCF/USA, Adoca, C/Gaiato, Help Age, Helvetas, Mbeu, CVM, T.Hommes, Vida, MSF/Suí, Caritas, NRC, AMRU, MSF/Esp, RRR, Vises
Maputo (cidade)	ADPP, ARO, C./Gaiato, CEMIRDE, Crocevia, FEM, Help Age, HI, Iscos, Kulima, LRCRCS, LWF, NRC, MSF/Esp, Progresso, SCF/UK, Vises
Nampula	GAA, HI, Ibis, MSF/Hol, SCF/USA, Care, World Vision, FEM, Caritas, Concern, CCM, CICV, CVM, ADPP, Ademo, Aro, Cocamo, Crocevia, Helvetas, Miss/Caridade
Niassa	HI, MCD, MSF/Hol, Progresso, Oxfam, Crocevia, SCF/USA, NRC, CCM, Helvetas, Oikos, CVM, Aro
Sofala	ADPP, AICF, Care, Caritas, FHI, ICRC, LWF, Aispo, CVMoç, MSF/Fra, SCF/USA, SOS, World Vision, RRR, CUAMM, T.des Hommes, Africare, Molisv, Amaia Pabanda, Aro, ASEM, Iscos, Kulima, Mariners, Redd Barna, CCM, Helvetas, GAA, MSF/Bél
Tete	HI, Iscos, JRS, LWF, MSF/Bél, World Vision, CVM, ARC, Help Age, SCF/USA, Ademo, Iscos, NPA, NRC, SOS
Zambézia	Ibis, Oxfam, Kulima, World Vision, MSF/Fra, Redd Barna, CVM, Action Aid, DRC, SCF/UK, ZOA, Sviluppo, CCM, Crocevia, FEM, HI, Iscos

6. Organizações Políticas

Este sub-projecto abrange as organizações políticas existentes em Moçambique durante o período e visa a recolha de documentos produzidos no âmbito das suas actividades.

Por organizações políticas entendem-se não só os partidos, conforme definição fixada no Artigo 1 da Lei no.7/91, de 23 de Janeiro, que estabelece o quadro jurídico para a sua formação e actividade, mas também as coligações formadas para efeitos eleitorais, nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma. Importa aqui referir que a maioria dos partidos políticos surgiu à luz do dia na sequência das alterações à Constituição de Moçambique aprovadas pela então Assembleia Popular em 2 de Novembro de 1990 (em vigor desde 30 do mesmo mês e ano).

Para além das disposições gerais (noção, filiação e regras básicas), a Lei no.7/91, de 23 de Janeiro, enuncia os procedimentos para a criação e organização, os direitos e deveres, as disposições financeiras e outras relativas à dissolução, suspensão, fusão, cisão e coligação de partidos.

Nesse contexto de abertura ao pluralismo de ideias e acções da "sociedade civil", podem igualmente inserir-se e ser mencionadas as Leis nos.8 e 9/91, de 18 de Julho, que regulam o direito à livre associação e ao exercício da liberdade de reunião e de manifestação, respectivamente.

Contudo, seria o Acordo Geral de Paz, subscrito a 4 de Outubro de 1992 pelo Governo da República de Moçambique e pela Renamo, a consagrar as mudanças políticas até então verificadas, tendo em vista a implantação do multipartidarismo em Moçambique.

Aprovado pela Assembleia da República através da Lei no.13/92, de 14 de Outubro, o Acordo Geral de Paz obrigou a algumas alterações à Lei no.7/91, nomeadamente os seus artigos 1, 5, 6, 11, 14, 16 e 23, consubstanciados na Lei no.14/92, publicada na mesma data. Por arrastamento, foi ainda promulgada a Lei no.15/92, que "amnistia os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado popular, previstos na Lei no.2/79, de 1 de Março, e na Lei no.1/83, de 16 de Março, os crimes contra a segurança do Estado, previstos na Lei no.19/91, de 16 de Agosto, e os crimes

militares previstos na Lei no.17/87, de 21 de Dezembro, e ainda aqueles cujo procedimento criminal não tenha sido instaurado até 1 de Julho de 1988".

Como corolário de todas as modificações políticas ocorridas, a Lei no.4/93, de 28 de Dezembro, estabelece o quadro jurídico para a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias. A este propósito, é de salientar que o texto final deste diploma só foi conseguido após uma demorada negociação, envolvendo o Governo, a Frelimo, a Renamo e todos os demais pequenos partidos na altura existentes, também chamados "não-armados".

Nos termos da lei, foram aceites as candidaturas às eleições legislativas dos seguintes partidos e coligações de partidos: AP/Aliança Patriótica (coligação dos partidos FAP/Frente de Acção Patriótica, e MONAMO/Movimento Nacionalista Moçambicano); FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique); FUMO/PCD (Frente Unida de Moçambique/ Partido de Convergência Democrática); PACODE (Partido do Congresso Democrático); PADEMO (Partido Democrático de Moçambique); PCN (Partido da Convenção Nacional); PIMO (Partido Independente de Moçambique); PPPM (Partido do Progresso do Povo de Moçambique); PRD (Partido Renovador Democrático); PT (Partido Trabalhista); RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana); SOL (Partido Social-Liberal de Moçambique); UD/União Democrática (coligação dos partidos PALMO/Partido Liberal de Moçambique, PANADE/Partido Nacional Democrático e PANAMO (Partido Nacional de Moçambique); e UNAMO (União Nacional Moçambicana).

No que respeita às eleições presidenciais, concorreram os seguintes candidatos: Afonso Macacho Marceta Dhlakama; Carlos Alexandre dos Reis; Carlos José Maria Jeque; Casimiro Miguel Nhamitambo; Domingos António Mascarenhas Arouca; Jacob Neves Salomão Sibindy; Joaquim Alberto Chissano; Mário Fernando Carlos Machele; Máximo Diogo José Dias; Padimbe Mohose Kamati Andrea; Vasco Campira Momboya Alfazema; e Wehia Monakacho Ripua.

Aos partidos atrás indicados poderão ser acrescidos outros, oficialmente registados mas que não tomaram parte nas eleições gerais de 1994, e ainda os que por qualquer motivo não formalizaram a sua existência.

7. Outros

Finalmente, é também pertinente a recolha de documentação produzida por actores variados deste processo, incluindo associações e agrupamentos civis, colecções particulares de documentos ou material fotográfico e audiovisual. De particular importância é a verdadeira "revolução" ocorrida a nível da informação, com o surgimento de novos jornais e a generalização do seu posicionamento crítico e participante. Não é demais salientar a importância fundamental dos meios de comunicação para que o processo de paz chegasse a bom porto. Entre os meios de comunicação nacionais sobressaem os seguintes: Domingo, Notícias, Savana, MediaFax, Imparcial, Inview, Diário de Moçambique. Outros órgãos de informação nacionais com registos importantes neste âmbito são a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique. Existem também órgãos de informação estrangeiros com um nível de cobertura ocasional e variável do processo, como por exemplo, em Portugal, o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), com a sua colecção de "clippings" sobre Angola e Moçambique. Fontes importantes, a nível da comunicação, são os registos em suportes variados de instituições de assessoria como a "Vox Populi".

Ainda neste sub-projecto cabe material sobre as diversas conferências de doadores, nomeadamente a de Junho de 1993 de apoio ao programa de consolidação da assistência humanitária, a de Janeiro de 1994 de apoio ao processo de desmobilização das forças, e a de Março de 1995, de apoio à recuperação económica e social.

* * *

O estabelecimento do projecto atrás enunciado em linhas muito gerais, do ponto de vista do Arquivo Histórico de Moçambique, para além de cumprir requisitos previstos na legislação, assegura a preservação da memória de um processo capital da história recente de Moçambique e, a prazo variável, a disponibilização de materiais para a sua investigação e análise. Do ponto de vista de entidades como

as Nações Unidas, por exemplo, pensamos que a disponibilização de tais materiais a uma instituição moçambicana vocacionada para a sua preservação deveria constituir um indicador fundamental do inegável sucesso da ONUMOZ: o de contribuir para a sustentabilidade do processo de paz, adquirido à custa de um grande esforço dos moçambicanos e cuja memória é importante preservar.

NOTAS

[1]Também designado JVC, sigla inglesa de Joint Verification Commission.

[2]Regulamento Interno da Comissão Nacional de Eleições in *Boletim da República*, I Série, No.12, 23 de Março de 1994.

[3]A alínea n) repete a alínea l) no original.

[4]Governo: Leonardo Simbine, Aníbal Vitor Samuel, António Caetano Ferreira, Arménio Correia, Carlos Cauio, Ismael Valgy, Luísa Chadraca, Maria Angélica Salomão, Marcelino Liphola, Rufino Nombora; Renamo: José de Castro, Anselmo Victor, João Penete, José Henrique Lopes, Manuel Frank, Mateus Damião da Silva, Simão Anapulika; Oposição Não-Armada: António Rafael da Conceição, Padre Dionísio Simbe, Tajú Tomás.

[5]Ver com mais detalhe na secção sobre as organizações políticas.

[6]Conselho de Segurança, S/24892, 3 de Dezembro de 1992: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", p.5.

[7]Conselho de Segurança, S/24406, 7 de Agosto de 1992.

[8]Conselho de Segurança, S/24892, 3 de Dezembro de 1992: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", p.13.

[9]Esta definição em The World Bank, 1993: "Demobilization and Reintegration of Military Personnel in Africa: The Evidence from Seven Country Case Studies" (Discussion Paper), Outubro, p.46.

[10]UNOHAC, *Consolidated Humanitarian Assistance Programme 1992-94*, Maputo: UNDHA, Dezembro de 1994, p.57.

[11]Conselho de Segurança, S/25518, 1 de Abril de 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", pp.2-3.

[12]Relatório final da CCF citado em *Domingo*, 11 de Dezembro de 1994. Em meados de 1993 estimava-se uma disponibilidade de 19 milhões de US dólares para esta actividade, dos quais 15 milhões para a desminagem das estradas prioritárias e os restantes 4 milhões para programas relacionados de treino de sapadores e consciencialização pública para o perigo das minas. Ver United Nations, S/26034, 30 June 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", ponto 14.

[13]Conselho de Segurança, SC/5791, 23 de Fevereiro de 1994: "Security Council authorizes establishment of 1,144-member police component of United Nations Operation in Mozambique".

[14]Seguindo um calendário de estabelecimento definido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (S/1994/511, 28 de Abril de 1994).

[15]Nações Unidas, S/1994/803, 7 de Julho de 1994: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique".

[16]United Nations Department of Public Information, DPI/1326, Janeiro de 1993:4. O conceito de base era o do inter-relacionamento estreito de todas as componentes, como se pode verificar nos parágrafos 19 e 20 do Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a ONUMOZ em Conselho de Segurança, S/24892, 3 de Dezembro de 1992:6: "(...) 19. Sem ajuda humanitária suficiente, em particular ajuda alimentar, a situação de segurança do país poderá deteriorar-se e o processo de desmobilização ficar paralizado. Sem protecção militar adequada, a ajuda humanitária não chegará ao seu destino. Sem um progresso suficiente na área política, não haverá confiança necessária para o processo de desarmamento e reabilitação. Por sua vez, o processo eleitoral requer prontidão na desmobilização e na formação das novas forças armadas, sem o que não existirão condições para o sucesso das eleições. (...) 20. Estas fortes ligações requerem uma perspectiva completamente integrada e uma forte coordenação por parte do Representante Especial interino". Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Segurança através da sua Resolução 797 (1992).

[17]Outras operações de manutenção da paz das Nações Unidas mantiveram a componente de assistência humanitária fora da operação.

Por exemplo, a operação em Angola, em que a UCAH (Unidade de Coordenação da Assistência Humanitária) não está integrada na UNAVEM.

[18]UNOHAC, *Consolidated Humanitarian Assistance Programme 1992-94*, Maputo: UNDHA, Dezembro de 1994. Esta fonte é central no tratamento desta secção.

[19]Em alguns casos, particularmente no sul, é difícil distinguir com uma clareza total os "refugiados de guerra" dos migrantes por razões económicas, se bem que a primeira categoria se tenha tornado dominante nos últimos anos da guerra. Ver elaboração sobre a relação entre estas duas categorias no artigo de JoAnn McGregor sobre os moçambicanos na Swazilândia, neste mesmo número.

[20]A título de exemplo, as estimativas do ACNUR em Outubro de 1992 afirmavam que cerca de 50% da população de Tete e pelo menos 20% da de Niassa viviam em campos de refugiados no Malawi.

[21]Em 1993/94 a operação de repatriamento contou com 91.204.073 dólares americanos (47.849.769 em 1993, e 43.354.304 em 1994) disponibilizados por países e entidades como os EUA, Holanda, Japão, Suécia, Reino Unido, CEE, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Itália, Noruega, Canadá, Alemanha, França, Austrália, Grécia, etc.

[22]Evidentemente que esta listagem poderá não estar completa, na medida em que deve ser sujeita a constante actualização. As siglas e abreviaturas constantes no quadro referem-se a: GAA (German Agro Action); SCF/USA (Save the Children Federation/Estados Unidos da América); MSF/Hol (Medicins Sens Frontieres/Holanda); Marins s/Front (Marins sens Frontieres); ARO (Grupo Africa da Suécia); CRIAA (Centre de Recherche/Info/Action/Afrique); HI (Handicap International); Oxfam; Helvetas (Helvetas-Switzerland); CVM (Cruz Vermelha de Moçambique); COSV (Coordina.Organizza.Servicio Voluntario); NPA (Norwegian People's Aid); Progresso; Crocevia (Cross Roads International Centre); DVS (Danish Voluntary Service); HIVOS (Hivos Foundation); Miss.c/Lepra (Missão contra a Lepra); Care (Care International); NRC (Norwegian Refugee Council); Caritas; CCM (Conselho Cristão de Moçambique); CUAMM (International College for Health Cooperation in Developing Countries); Cuso (Canadian University Services Overseas); World Relief; CRS (Catholic Relief Services); LWF (Lutheran World Federation); RRR (Repatriation, Resettlement & Reintegration); Novib (Dutch Organization for Development of International Cooperation); ACDR (Associação Camponesa para o Desenvolvimento Rural); Ademo (Associação dos Deficientes de Moçambique); FEM (Fundação Eduardo Mondlane); Iscos (Instituto Sindical para a Cooperação); Molisv

(Movimento Liberazione e Sviluppo); ADRA (Adventist Development & Relief Agency); ASTER (Associação Técnica para a Reconstrução Nacional); MSF/Bél (Medicins Sens Frontieres/Bélgica); Ac.Nord-Sud (Action Nord-Sud); Kulima; CSM (Comité de Saúde de Moçambique); Redd Barna; ADPP (Ajuda de Povo para Povo); Concern; MSF/Fra (Medicins Sens Frontieres/França); CICV (Comité International da Cruz Vermelha); World Vision (World Vision International); Adoca (Associação das Donas de Casa); C/Gaiato (Casa do Gaiato); Help Age; Mbeu (Associação de Promoção do Desenvolvimento Económico, Social e Cultural da Mulher); T.Hommes (Terre des Hommes); Vida (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano); MSF/Suí (Medicins Sens Frontieres/Suíça); AMRU (Associação Moçambicana da Mulher Rural); MSF/Esp (Medicins Sens Frontieres/Espanha); Vises (Voluntários para Iniciativas de Desenvolvimento Económico e Social); CEMIRDE (Comité Episcopal para os Migrantes, Refugiados e Deslocados); LRCRCS (League of Red Cross & Red Cresent Society); SCF/UK (Save the Children Federation/Reino Unido); Ibis (Ibis Project); Cocamo (Cooperação Canadá-Moçambique); Miss/Caridade (Missionários de Caridade); MCD (Medical Care Development); Oikos; AICF (Action Internationale Contre la Faim); FHI (Food for the Hungry International); Aispo (Assoc. Italiana per la Solidarid. Tra I Populi); SOS (SOS International); Africare; Amai a Pabanda; ASEM (Assoc. Suisse en faveur de l'Enfant Mozambican); Mariners; JRS (Jesuit Refugee Services); ARC (American Refugee Committee); DRC (Danish Refugee Council); ZOA (Zoa Refugee Care); Sviluppo (Progetto Sviluppo).

[23]UNOHAC, *Consolidated Humanitarian Assistance Programme 1992-94*, Maputo: UNDHA, Dezembro de 1994, p.55.

ACERVO

RECOLHIMENTO

Durante o ano de 1994-1995 continuou-se o recolhimento do núcleo da Direcção de Economia Agrária (Projecto Monap). Recolheu-se ainda:

- Núcleo do B.C.M.-Filial de Xai-Xai
- Núcleo do B.C.M.-Filial de Quelimane
- Núcleo do B.C.M.-Filial de Nampula
- Núcleo do B.C.M.-Filial de Pemba

DOCUMENTAÇÃO INVENTARIADA

1. Fundo da Administração do Concelho de Lourenço Marques

Séries	Datas-Limite	Caixas
Administração	1889-1976	1579
Trabalho e Acção Social	1905-1976	0807
Fazenda	1902-1978	0357
Fomento e Colonização	1908-1974	0048
Educação e Cultos	1944-1961	0019
Julgado Municipal e Notariado	1946-1973	0042
Militar	1946-1975	0041
Orçamento e Contas	1941-1976	0048
Pessoal	1920-1975	0058
Registo Civil	1910-1968	0030
Tombo e Carga	1946-1965	0012
Tribunais Indígenas	1908-1968	0024
Livros de Registos	1892-1975	0455

2. Fundo do Governo do Distrito da Beira

Série Administração

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Aferição de pesos e medidas	1957-1960	001
Agremiações regionais, de recreio, defesa, desporto e estudo	1952-1965	005
Álcool e bebidas destiladas e fermentadas - Estupefacientes	1943-1950	002
Alienados	1943-1954	001
Áreas, limites, cartas, esboços topográficos e itinerários	1943-1957	001
Armas, caça, munições e explosivos	1943-1968	073
Assistência e beneficência públicas	1943-1964	003
Assuntos municipais e dos seus organismos autónomos	1943-1964	008
* Actas	1942-1953	023
* Deliberações sujeitas à tutela	1964-1964	001
* Diversos	1963-1965	002
* Editais	1952-1960	004
* Posturas e regulamentos	1945-1960	001
Autoridades tradicionais	1962-1970	001
Autos e processos administrativos	1943-1963	003
Calamidades, sinistros, cataclismos e salvação pública	1952-1960	
Cartas, esboços topográficos	1948-1956	001
Cemitérios	1943-1948	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Cifras	1944-1960	001
Cidadania	1962-1964	001
* Aquisição	1960-1961	002
Código de posturas-Regulamento de polícia das circunscrições		
* Licenças e taxas	1959-1964	001
Comunicações de carácter geral	1947-1960	001
Conflitos de jurisdição e competência	1944-1964	001
Convenções e acordos internacionais	1943-1961	004
Corpo consular	1941-1963	004
Desterrados	1961-1965	001
Diversos	1942-1972	011
Eleições e recenseamento eleitoral	1944-1972	009
Emigração e imigração de nacionais	1960-1973	019
Espectáculos e divertimentos públicos	1948-1953	001
Estatística	1943-1963	004
Estrangeiros em geral	1943-1960	002
* Americanos	1948-1960	001
* Brasileiros	1951-1952	001
* Britânicos	1943-1959	001
* Espanhóis	1950-1952	001

(continua)

ontinuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
* Escandinavos	1952-1953	001
* Italianos	1943-1957	001
* Polacos	1946-1949	001
* Suíços	1947-1948	001
* Industânicos e paquistânicos	1961-1962	001
Feiticeiros e curandeiros	1948-1948	001
Festejos e feriados nacionais	1943-1960	002
Hotéis, restaurantes, botequins e tavolagens e semilares	1946-1955	001
Identificação e informação sobre europeus e outros indivíduos residentes na colónia	1943-1957	002
Imprensa, panfletos, folhetos e outras publicações - Censura	1948-1959	003
Indesejáveis e suspeitos	1945-1952	001
Inspecções, inquéritos, sindicâncias, averiguações e processos disciplinares	1943-1960	004
Instalações de circunscrições e postos, sua extinção e mudanças de sede	1954-1959	001
Junta provincial	1958-1960	001
Mutualidade	1943-1946	001
Leilões e casas de penhores	1953-1955	001
Ordem da província	1948-1956	004

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Ordem e segurança públicas	1952-1967	002
Organismos políticos	1946-1959	001
Reforma administrativa ultramarina	1944-1951	001
Relatórios e diários de serviços	1942-1972	017
Requerimentos e petições	1942-1959	007
Reuniões periódicas dos funcionários administrativos	1942-1960	003
Salvo-condutos e passaportes	1943-1974	171
Salvação pública	1953-1953	001
Saúde e higiene	1943-1965	002
* Doença de sono	1944-1948	001
* Hospitais e enfermarias, postos sanitários e ambulâncias	1943-1966	001
* Leprosos	1944-1945	001
* Vacinas	1947-1948	001
Subsistência	1945-1955	001
Trabalho e desemprego de europeus e assimilados		
* Emprego	1944-1960	024
* Entradas na colónia	1942-1961	133
Trabalho e desemprego de europeus e equiparados	1960-1962	001
* Horário de trabalho	1944-1957	002
Visitas oficiais, recepções, cumprimentos e lutos	1945-1969	012

Série Trabalho e Acção Social

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Assistência indígena	1943-1969	007
* Acidentes de trabalho	1950-1956	003
* Médica	1943-1962	003
* Social	1944-1962	002
Autoridades gentílicas	1943-1963	003
Bairros e povoações indígenas	1942-1966	001
Cadernetas de identificação indígena	1943-1968	005
* Fornecimento	1955-1961	001
Circulação de trabalhadores-Emigração e imigração	1972-1975	001
Código de trabalho rural	1961-1964	001
Comunicações de carácter geral	1943-1951	001
Criados de servir	1945-1961	001
Desterro e expulsão administrativa de indígenas	1943-1959	005
Diversos	1943-1968	006
Feiticeiros e curandeiros	1961-1965	001
Mão de obra em geral	1942-1959	002
Menores indígenas	1947-1975	002
Política indígena	1943-1968	007
Processos e julgamentos, relacionados com o regulamento do trabalho indígena	1943-1957	001
* Acidentes de trabalho	1962-1972	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Recenseamento indígena	1949-1968	004
Recrutamento de trabalhadores indígenas	1942-1958	003
* Engajadores gerais	1942-1959	002
* Engajadores particulares e auxiliares	1942-1962	003
* Para serviço próprio	1945-1963	011
Trabalho indígena em geral	1942-1962	007
* Indígenas contratados para fora da colónia com excepção dos destinados as minas do Rand	1943-1949	001
* Indígenas contratados para serviço de particulares na colónia	1943-1958	006
* Indígenas contratados e recrutados para serviços municipais	1944-1945	001
* Indígenas condenados pelo agente do curador e outras autoridades a trabalho correccional	1961-1961	001
Trabalho indígena para o Rand pela convenção entre o governo português e o governo da União da África de Sul	1952-1955	002
* Compensações	1944-1967	002
* Espólios	1942-1953	001
* Transferências	1942-1956	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Trânsito, mudanças de residências, emigração e imigração de trabalhadores	1943-1968	010
* Engajadores clandestinos	1943-1975	009

Série Fazenda

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Câmbios e moedas	1942-1958	001
Comunicações de carácter geral	1942-1947	001
Diversos	1955-1962	001
Documentos a processos e requisições	1943-1959	001
Imposto domiciliário		
* Cobrança	1969-1971	001
Imposto em geral		
* Aduaneiros	1949-1949	001
* Defesa	1943-1959	001
* Selo	1943-1951	001
Imposto indígena	1944-1964	010
* taxas domiciliárias	1944-1955	001
Livros e impressos	1944-1959	001
Receitas	1943-1959	001
Rendas de prédios de Estado	1945-1945	001
Taxa pessoal anual	1959-1969	006

Série Fomento e Colonização

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Agricultura	1942-1942	004
* Indígena	1943-1960	005
Água e luz	1943-1956	002
Alfândegas	1943-1962	002
* Importação e contrabando	1945-1945	002
Censo geral da população	1945-1968	001
Colonização	1946-1951	001
Comércio	1942-1972	008
Correios, telégrafos e telefones	1944-1959	002
* Emissão e pagamento de valores	1944-1946	001
Rádio-Comunicações	1964-1968	002
Demarcação e concessão de terrenos	1948-1959	001
* A indígenas	1946-1957	001
* A não indígenas	1944-1960	001
* Para fins comerciais e industriais	1971-1971	001
Diversos	1942-1958	001
Feiras e mercados	1945-1965	001
Indústrias em geral	1946-1959	001
* Indústrias insalubres e incómodas, perigosas ou tóxicas	1946-1960	001
Matas e florestas	1948-1961	002
Navegação		
* Baías e portos	1946-1955	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Obras	1944-1961	005
* Hidráulicas	1947-1960	001
Organismos corporativos e associações económicas	1942-1968	005
Pecuária	1944-1960	002
* Epizootias	1947-1958	001
Tanques carracicidas e babedouros	1949-1949	001
Pedreiras e minas	1943-1958	001
Povoações comerciais	1943-195º	001
Produção e cotações	1944-1959	001
Reservas do Estado	1944-1958	001
Turismo e propaganda	1952-1968	002
Urbanização em geral	1944-1964	002
Viação		
* Aérea	1947-1964	002
* Caminhos de ferro e portos	1943-1955	002
* Caminhos de ferro e camionagem	1961-1966	001
* Camionagem	1947-1949	001
* Código de estradas	1944-1957	002
* Estradas, pontes, aquedutos e jangadas	1943-1964	003
* Portagens	1947-1947	001

Série Educação e Cultos

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Bibliotecas e legislação	1943-1959	001
Diversos	1948-1965	001
Estudos, escolas, missão e investigaçaõ científica	1944-1969	001
Instrução - Recenseamento escolar	1943-1960	002
* Elementar	1944-1960	001
* Rudimentar	1943-1955	001
* Secundária	1944-1961	001
* Superior	1948-1962	001
Missões religiosas	1943-1958	001
* Católicas	1943-1968	001
* Protestantes	1943-1960	001
* Outras	1949-1974	001
Monumentos e padrões	1943-1956	001

Série Julgado Instrutor e Notariado

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Acções civeis e comerciais		
* Direito privado entre indígena e não indígena	1960-1961	001
Arrolamento, espólios e inventários	1950-1957	001
Autos e processos crimes	1960-1960	001
Diversos	1944-1950	001
Execuções e embargos	1951-1968	001

Série Militar

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Diversos	1944-1962	001
Forças militares	1943-1951	001
Material de guerra	1943-1946	001
Missões militares	1943-1955	001
Recrutamento	1949-1949	001

Série Orçamentos e Contas

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Comunicações de carácter geral	1952-1957	002
Concursos, preçários e pedidos de cotações	1961-1961	001
Contas de responsabilidade	1954-1959	006
* Por valores e receitas do estado	1956-1958	001
Diversos	1948-1965	001
Documentos de cobrança de receitas	1944-1960	001
Orçamento geral da província	1942-1963	016
* Despesas	1956-1957	001
Orçamento do Distrito	1960-1967	002
Orçamento das circunscrições	1940-1965	018
* Balancetes e mapas	1954-1955	001
* Despesas	1946-1955	002
* Receitas	1947-1965	001
Orçamento das granjas	1949-1953	001
Orçamentos municipais	1943-1957	005

Série Pessoal

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Concursos para lugares públicos	1943-1969	013
Diversos	1942-1945	001
Funcionários administrativos	1943-1968	015
Processos individuais:		
* Intendente	1943-1967	002
* Administradores	1943-1967	003
* Secretários	1942-1966	002
* Chefe de posto	1943-1963	002
* Aspirantes	1942-1964	008
Pessoal contratado e assalariado dos serviços de adm. civil	1961-1969	004
Processos individuais:		
* Dactilógrafos	1956-1961	001
Pessoal auxiliar dos serviços de administração civil	1961-1965	002
Pessoal menor	1944-1959	001
* Assalariado da administração	1945-1959	001
* Auxiliar de recenseamento	1943-1965	003
* Intérpretes	1943-1960	001
* Oficial de deligências	1945-1955	001
* Serventes	1943-1950	001
Funcionários nomeados, contratados e assalariados de outros serviços	1943-1965	001
* Processos por serviços:		
* Agricultura	1943-1959	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
* Agrimensura	1943-1959	001
* Alfândega	1954-1958	001
* Caminhos de ferro	1943-1960	001
* Corpos administrativos	1963-1963	001
* Correios e telégrafos	1943-1959	001
* Fazenda e contabilidade	1943-1967	001
* Indústrias e minas	1943-1959	001
* Instrução	1945-1945	001
* Justiça	1943-1965	001
* Marinha	1942-1960	001
* Missões	1943-1960	001
* Obras públicas	1943-1960	001
* Organismos corporativos	1947-1959	001
* Polícia	1945-1964	001
* Saúde	1942-1960	001
* Veterinária	1949-1960	002
Remunerações	1943-1961	001
* Ajudas de custos	1945-1956	001
* Diuturnidades	1945-1945	001
* Emolumentos	1950-1958	001
* Gratificações	1943-1960	001
* Percentagens	1948-1948	001
* Salários	1945-1945	001
Transporte de pessoal	1943-1959	001

Série Registo Civil Indígena

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Casamentos		
* Europeus e não indígenas	1946-1960	001
* Indígenas	1943-1950	001
Diversos	1943-1943	001
Legitimações e perfilhações	1949-1950	001
Mudanças de nomes	1943-1956	001
Nascimentos	1943-1966	001
Óbitos	1943-1960	001
* Europeus e não indígenas	1943-1956	001
* Indígenas	1944-1965	001
Transladação de cadáveres	1944-1960	001

Série Tombo e Carga

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Diversos	1942-1958	001
Inventários	1946-1962	003
* Semoventes	1961-1962	002
Máquinas, instrumentos, alfaias e ferramentas	1945-1952	001
* Aquisição	1943-1947	001
Materiais	1943-1956	001
* Aquisição	1946-1959	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Mobílias e utensílios	1945-1950	001
* Destribuição	1943-1958	001
Prédios e construções	1944-1945	001
* Sede	1946-1946	001
Veículos	1943-1960	004

Série Tribunais Indígenas

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Assessórios	1943-1960	001
Assimilação de indígenas	1943-1960	004
* Autos e processos crimes	1958-1958	001
Codificação de usos e costumes gentílicos	1953-1954	001
Comissão de defesa dos indígenas	1958-1959	001
Condenados a trabalho correccional e a trabalhos públicos	1943-1959	012
Desterrados	1952-1958	001
Diversos	1959-1960	001

MOVIMENTO DE CONSULTAS

Meses	Biblioteca		Hemeroteca		Arquivos	
	Leit.	Obras	Leit.	Obras	Leit.	Obras
Janeiro	62	190	21	56	7	16
Fevereiro	84	289	27	76	24	65
Março	89	300	50	81	30	70
Abril	90	150	70	98	60	99
Maio	125	441	50	114	10	23
Junho	60	140	44	119	16	46
Julho	60	234	42	115	26	48
Agosto	95	300	60	190	50	80
Setembro	90	350	80	200	39	60
Outubro	70	100	33	80	11	20
Novembro	50	80	40	60	30	50
Dezembro	30	60	30	68	20	40
TOTAL	**925**	**2634**	**547**	**1257**	**323**	**607**

OFERTAS

Academia portuguesa de História
Dr.Almeida Manuel Honwana
Dr.Aguiar Mazula
Drª.Amélia Correia de Oliveira
Sr.António Barata
Banco de Moçambique
Dr.Brazão Mazula
Câmara Municipal de Cascais (Portugal)
Dr.Carlos Bento João

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
Centro de Informacion y Documentación Africanas (Espanha)
Cesar Rodrigues Diniz
Dr.Christian Stengl
Sra.Clotilde Waddington
Comissão Nacional de Meio Ambiente
Comissão Nacional do Plano
Dr.D. N. Beach
Dr.Elizabeth A. Eldredge
Embaixada de Portugal/Serviços Culturais
Emabixada dos EUA/Serviços Culturais e Informação
Sr.Erick de Mul (PNUD/Maputo)
Dr.Fernando Cardoso
Dr.Gulamo Tajú
Health Financing and Sustainability Project (EUA)
Instituto Cultural de Macau
Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal)
Instituto Superior Pedagógico
Dr.Ivo Garrido
Dr.J. M. Adriano Fernandes
Sr.J. M. Machado da Graça
Drª.M. Anne Pitcher
Dr.Mustapha Dhadha
Sr.Orlando Muhlanga
Política Operária (Portugal)
The Scandinavian Institute of African Studies
Drª.Sherilynn Young
Universidade Eduardo Mondlane/Departamento de História
Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Direito
Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Universidade Estadual Paulista (Brasil)

VISITAS

Dr.Caio Cessar Bossi (Reitor da Universidade de Minas Gerais)
Dr.Elizabeth A. Eldredge (Dept.História, Universidade de Michigan)
Prof.Carlos José Pimenta (Universidade do Porto)

Dr.José Luís Marques (Reitor da Universidade Agostinho Neto)
Dr.Luís Filipe Abreu Lima (Fundação Gulbenkian)
Dr.Ken Wilson (Fundação Ford/Harare)
Sra Danielle Robin (Ministério da Cooperação/França)
Prof.David Beach (Universidade do Zimbabwe)
Sr.Harry West
Dra.Wendy Simmons (Del.Reg.Bibliotecas das Embaixadas dos EUA)

Série Pessoal

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Concursos para lugares públicos	1943-1969	013
Diversos	1942-1945	001
Funcionários administrativos	1943-1968	015
Processos individuais:		
* Intendente	1943-1967	002
* Administradores	1943-1967	003
* Secretários	1942-1966	002
* Chefe de posto	1943-1963	002
* Aspirantes	1942-1964	008
Pessoal contratado e assalariado dos serviços de adm. civil	1961-1969	004
Processos individuais:		
* Dactilógrafos	1956-1961	001
Pessoal auxiliar dos serviços de administração civil	1961-1965	002
Pessoal menor	1944-1959	001
* Assalariado da administração	1945-1959	001
* Auxiliar de recenseamento	1943-1965	003
* Intérpretes	1943-1960	001
* Oficial de deligências	1945-1955	001
* Serventes	1943-1950	001
Funcionários nomeados, contratados e assalariados de outros serviços	1943-1965	001
* Processos por serviços:		
* Agricultura	1943-1959	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
* Agrimensura	1943-1959	001
* Alfândega	1954-1958	001
* Caminhos de ferro	1943-1960	001
* Corpos administrativos	1963-1963	001
* Correios e telégrafos	1943-1959	001
* Fazenda e contabilidade	1943-1967	001
* Indústrias e minas	1943-1959	001
* Instrução	1945-1945	001
* Justiça	1943-1965	001
* Marinha	1942-1960	001
* Missões	1943-1960	001
* Obras públicas	1943-1960	001
* Organismos corporativos	1947-1959	001
* Polícia	1945-1964	001
* Saúde	1942-1960	001
* Veterinária	1949-1960	002
Remunerações	1943-1961	001
* Ajudas de custos	1945-1956	001
* Diuturnidades	1945-1945	001
* Emolumentos	1950-1958	001
* Gratificações	1943-1960	001
* Percentagens	1948-1948	001
* Salários	1945-1945	001
Transporte de pessoal	1943-1959	001

Série Registo Civil Indígena

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Casamentos		
* Europeus e não indígenas	1946-1960	001
* Indígenas	1943-1950	001
Diversos	1943-1943	001
Legitimações e perfilhações	1949-1950	001
Mudanças de nomes	1943-1956	001
Nascimentos	1943-1966	001
Óbitos	1943-1960	001
* Europeus e não indígenas	1943-1956	001
* Indígenas	1944-1965	001
Transladação de cadáveres	1944-1960	001

Série Tombo e Carga

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Diversos	1942-1958	001
Inventários	1946-1962	003
* Semoventes	1961-1962	002
Máquinas, instrumentos, alfaias e ferramentas	1945-1952	001
* Aquisição	1943-1947	001
Materiais	1943-1956	001
* Aquisição	1946-1959	001

(continua)

(continuação)

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Mobílias e utensílios	1945-1950	001
* Destribuição	1943-1958	001
Prédios e construções	1944-1945	001
* Sede	1946-1946	001
Veículos	1943-1960	004

Série Tribunais Indígenas

Títulos	Datas-Limite	Caixas
Assessórios	1943-1960	001
Assimilação de indígenas	1943-1960	004
* Autos e processos crimes	1958-1958	001
Codificação de usos e costumes gentílicos	1953-1954	001
Comissão de defesa dos indígenas	1958-1959	001
Condenados a trabalho correccional e a trabalhos públicos	1943-1959	012
Desterrados	1952-1958	001
Diversos	1959-1960	001

MOVIMENTO DE CONSULTAS

Meses	Biblioteca		Hemeroteca		Arquivos	
	Leit.	Obras	Leit.	Obras	Leit.	Obras
Janeiro	62	190	21	56	7	16
Fevereiro	84	289	27	76	24	65
Março	89	300	50	81	30	70
Abril	90	150	70	98	60	99
Maio	125	441	50	114	10	23
Junho	60	140	44	119	16	46
Julho	60	234	42	115	26	48
Agosto	95	300	60	190	50	80
Setembro	90	350	80	200	39	60
Outubro	70	100	33	80	11	20
Novembro	50	80	40	60	30	50
Dezembro	30	60	30	68	20	40
TOTAL	**925**	**2634**	**547**	**1257**	**323**	**607**

OFERTAS

Academia portuguesa de História
Dr.Almeida Manuel Honwana
Dr.Aguiar Mazula
Dr[a].Amélia Correia de Oliveira
Sr.António Barata
Banco de Moçambique
Dr.Brazão Mazula
Câmara Municipal de Cascais (Portugal)
Dr.Carlos Bento João

Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
Centro de Informacion y Documentación Africanas (Espanha)
Cesar Rodrigues Diniz
Dr.Christian.Stengl
Sra.Clotilde Waddington
Comissão Nacional de Meio Ambiente
Comissão Nacional do Plano
Dr.D. N. Beach
Dr.Elizabeth A. Eldredge
Embaixada de Portugal/Serviços Culturais
Emabixada dos EUA/Serviços Culturais e Informação
Sr.Erick de Mul (PNUD/Maputo)
Dr.Fernando Cardoso
Dr.Gulamo Tajú
Health Financing and Sustainability Project (EUA)
Instituto Cultural de Macau
Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal)
Instituto Superior Pedagógico
Dr.Ivo Garrido
Dr.J. M. Adriano Fernandes
Sr.J. M. Machado da Graça
Drª.M. Anne Pitcher
Dr.Mustapha Dhadha
Sr.Orlando Muhlanga
Política Operária (Portugal)
The Scandinavian Institute of African Studies
Drª.Sherilynn Young
Universidade Eduardo Mondlane/Departamento de História
Universidade Eduardo Mondlane/Faculdade de Direito
Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Universidade Estadual Paulista (Brasil)

VISITAS

Dr.Caio Cessar Bossi (Reitor da Universidade de Minas Gerais)
Dr.Elizabeth A. Eldredge (Dept.História, Universidade de Michigan)
Prof.Carlos José Pimenta (Universidade do Porto)